



**MINISTÉRIO DAS CIDADES  
SECRETARIA EXECUTIVA**

# **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

**BRASÍLIA, 2016**



**MINISTÉRIO DAS CIDADES  
SECRETARIA EXECUTIVA**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União - TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa - TCU nº 146/2015 e da Decisão Normativa - TCU nº 147/2015, da Portaria TCU nº 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno, Portaria Controladoria-Geral da União - CGU nº 500/2016.

**Secretaria Executiva do Ministério das Cidades (SE/MCidades), considerando as informações sobre a gestão das demais unidades da estrutura do Ministério não relacionadas para apresentação de relatórios individuais, incluindo as informações do Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - Funset e dos programas e ações geridos com apoio da Caixa Econômica Federal.**

**Secretaria Executiva (SE/MCidades)**

**BRASÍLIA, 2016**

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P  
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM  
Assessoria de Relações Internacionais – ASERI  
Assessoria Especial de Controle Interno – AECI  
Assessoria Parlamentar - ASPAR  
Caixa Econômica Federal – CEF  
Cargo de Direção, Assessoramento e Supervisão – DAS  
Comissão Mista de Reavaliação de Informações – CMRI  
Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do Ministério das Cidades – CGTI/MCIDADES  
Conferência Nacional das Cidades – CNC  
Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CCFGTS  
Conselho das Cidades – Concidades  
Consultoria Jurídica - CONJUR  
Controladoria-Geral da União – CGU  
Coordenação-Geral de Modernização e Informática – CGMI  
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGORF  
Coordenação-Geral de Planejamento – CGPLAN  
Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH  
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGLOG  
Decisão Normativa – DN  
Departamento Nacional de Trânsito – Denatran  
Diário Oficial da União – D.O.U.  
Diretoria de Desenvolvimento Institucional – DDI  
Diretoria de Integração, Avaliação e Controle Técnico – DIACT  
Educação a Distância – EAD  
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre – TRENSURB  
Escritório de Gerenciamento de Projetos – EGP  
Fundação de Seguridade Social – GEAP  
Fundação Getúlio Vargas – FGV  
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS  
Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS  
Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET  
Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos – GDACE  
Gratificação de Desempenho das Atividades de Infraestrutura - GDAIE  
Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – GDPGPE  
Gratificação por Encargo de Curso e Concurso – GECC  
Grupo de Apoio Permanente ao Conselho Curador do FGTS – GAP  
Instituições de Ensino Superior – IES  
Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES  
Instituições Federais de Ensino Superior – IFES  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE  
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA  
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP  
Instrução Normativa – IN  
Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO  
Lei Orçamentária Anual – LOA  
Metodologia de Gerenciamento de Projetos do Ministério das Cidades – MGP/MCID

Ministério das Cidades - MCidades  
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG  
Ministério Público Estadual – MPE  
Ministério Público Federal – MPF  
Orçamento Geral da União – OGU  
Órgão de Controle Interno – OCI  
Parcerias Público Privadas – PPP's  
Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI  
Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI  
Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – GDPGPE  
Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB  
Plano Plurianual – PPA  
PLS – Plano de Logística Sustentável  
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN;  
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD  
Programa de Aceleração do Crescimento – PAC  
Programa de Apoio à Extensão Universitária – Proext  
Programa de Desenvolvimento Tecnológico – DT  
Programa de Desenvolvimento Urbano – DU  
Programa de Eficiência do Gasto – PEG  
Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos – Procel EPP  
Programa de Gestão de Pessoas – GP  
Programa de Incentivo ao Estudo de Idiomas Estrangeiros – IE  
Programa Gestão da Informação e Comunicação – IC  
Programa Gestão da Logística, do Orçamento Público e Auditoria – LO  
Programa Gestão da Melhoria dos Processos – MP  
Programa Habitacional Popular – Entidades – PHP-E  
Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades – PMCMV-E  
Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV  
Programa Nacional de Capacitação das Cidades – PNCC  
Project Management Body of Knowledge – PMBOK  
Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA  
Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI/MP  
Secretaria de Orçamento Federal – SOF  
Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF  
Secretaria Executiva – SE  
Secretaria Executiva do Conselho das Cidades – SECONCID  
Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos – SNAPU  
Secretaria Nacional de Habitação – SNH  
Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA  
Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana – SEMOB  
Serviço de Atenção à Saúde do Servidor – SASS  
Serviço de Informação ao Cidadão – SIC  
Serviços de Tecnologia da Informação – TI  
Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE  
Sistema de Acompanhamento e Controle de Investimentos – SACI  
Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP  
Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV  
Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD  
Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento – SISPAC  
Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC

Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – e-SIC  
Sistema Gestor de Escritório de Projetos – GEPnet  
Sistema Informatizado de Monitoramento da Presidência da República – SIMPR  
Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE  
Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG  
Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI  
Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP  
Sistema Nacional de Informações das Cidades – SNIC  
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA  
Supplier, Input, Process, Output, Customer – SIPOC  
Tecnologia da Informação – TI  
Tomadas de Contas Especial – TCE's  
Trens Urbanos de Porto Alegre – TRENSURB  
Tribunais de Contas dos Estados – TCE  
Tribunais de Contas dos Municípios – TCM  
Tribunal de Contas da União – TCU  
Tribunal Superior Eleitoral – TSE  
Unidades Jurisdicionadas – UJ  
Unidade Prestadora de Contas – UPC

## **LISTA DE QUADROS TABELAS E FIGURAS**

### **QUADROS**

QUADRO 1.1 - INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

QUADRO 1.2 - CADEIA DE VALOR E MACROPROCESSO

QUADRO 2.1 - AÇÕES - OFSS 8872

QUADRO 2.2 - AÇÕES - OFSS 20NP

QUADRO 2.3 - AÇÕES - OFSS 4055

QUADRO 2.4 - AÇÕES - OFSS 4420

QUADRO 2.5 - AÇÕES - OFSS 1D73

QUADRO 2.6 - AÇÕES - OFSS 4398

QUADRO 2.7 - AÇÕES - OFSS 20YZ

QUADRO 2.8 - AÇÕES - OFSS 8487

QUADRO 2.9 - AÇÕES - OFSS 4414

QUADRO 2.10 - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS - DENATRAN

QUADRO 2.11 - FATURAS DO SERPRO PENDENTES DE EMPENHO EM 2015

QUADRO 2.12 - FATURAS DO SERPRO EMPENHADAS E NÃO PAGAS EM 2015

QUADRO 2.13 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO 2.14 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - DENATRAN/FUNSET

QUADRO 2.15 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - UG 175004

QUADRO 2.16 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS - UG 560003

QUADRO 2.17 - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE UG 560003

QUADRO 2.18 - SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO - UG 560003

QUADRO 2.19 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS - DENATRAN

QUADRO 2.20 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS - UG 175004

QUADRO 2.21 - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONTRATOS DE REPASSE - UG 175004

QUADRO 2.22 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE - UG 175004

QUADRO 2.23 - DEMONSTRATIVO DE CONTRATOS DE REPASSE DA AÇÃO 1D73, POR MODALIDADE DE INVESTIMENTO

QUADRO 2.24 - DEMONSTRATIVO DE CONTRATOS DE REPASSE DA AÇÃO 1D73, POR MODALIDADE DE INVESTIMENTO E ANO DE CONTRATAÇÃO

QUADRO 2.25 - DEMONSTRATIVO DE CONTRATOS DE REPASSE DA AÇÃO 1D73, POR MODALIDADE DE INVESTIMENTO E SITUAÇÃO DO CONTRATO

QUADRO 2.26 - DEMONSTRATIVO DE CONTRATOS DE REPASSE DA AÇÃO 1D73, POR MODALIDADE DE INVESTIMENTO E SITUAÇÃO DA OBRA

QUADRO 2.27 - RESUMO DAS OPERAÇÕES DE REPASSE - SNH

QUADRO 2.28 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

QUADRO 2.29 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO  
QUADRO 2.30 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA  
QUADRO 2.31 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA  
QUADRO 6.1 - FORÇA DE TRABALHO DA UPC  
QUADRO 6.2 - DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA  
QUADRO 6.3 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UPC  
QUADRO 6.4 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL DA SECRETARIA EXECUTIVA  
QUADRO 6.5 - COMPARATIVO: QUANTITATIVO ORIGINAL DE VAGAS, DE VAGAS HOMOLOGADAS E DE CONVOCAÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO DE 2014  
QUADRO 6.6 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE  
QUADRO 6.7 - COMPARATIVO DE DESPESAS COM ESTAGIÁRIOS NOS EXERCÍCIOS DE 2014 E 2015  
QUADRO 6.8 - DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA UPC  
QUADRO 6.9 - DESCRIÇÃO DE QUANTITATIVO DE PESSOAS QUE COMPÕE A FORÇA DE TRABALHO DE TI  
QUADRO 7.1 - DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO  
QUADRO 7.2 - DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO  
QUADRO 7.3 - DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO  
QUADRO 7.4 - MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2015 - UG 175004  
QUADRO 7.5 - DESPESAS COM PUBLICIDADE

## **TABELAS**

TABELA 1.1 - PROCESSOS PRIORITÁRIOS EXISTENTES NA SE  
TABELA 2.1 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS  
TABELA 2.2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0169  
TABELA 2.3 - EVOLUÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS - OBJETIVO 0169  
TABELA 2.4 - PRINCIPAIS INDICADORES DO PROGRAMA 2054  
TABELA 2.5 - OBJETIVO: 0589  
TABELA 2.6 - RESOLUÇÕES DO CONCIDADES  
TABELA 6.1 - NÚMERO DE SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS POR ÁREA  
TABELA 6.2 - NÚMERO DE SERVIDORES CAPACITADOS EM 2015  
TABELA 6.3 - COMPARATIVO TRIÊNIO 2013 A 2015: NÚMERO DE SERVIDORES CAPACITADOS/Nº DE PARTICIPAÇÕES DE SERVIDORES POR UNIDADE  
TABELA 6.4 - DEMONSTRATIVO DE ATESTADOS MÉDICOS  
TABELA 6.5 - PESQUISA DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO – PERCENTUAL DE DOENÇAS/AGRAVO  
TABELA 6.6 - ATIVIDADES DO SERVIÇO DE ATENÇÃO À SAÚDE DO SERVIDOR  
TABELA 6.7 - DESCRIÇÃO DOS PROJETOS DE TI DESENVOLVIDOS NO PERÍODO  
TABELA 6.8 - IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DOS FUNDOS NA GESTÃO DA UNIDADE  
TABELA 7.1 - CRONOGRAMA DE AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA RENAINF

## **FIGURAS**

FIGURA 1.1 - ORGANOGRAMA

FIGURA 6.1 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO – DT

## **LISTAS DE ANEXOS E APÊNDICES**

**ANEXO I** - SITUAÇÃO DAS OBRAS REALIZADAS EM PARCERIA COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

**ANEXO II** - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64



# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS .....	
1.1 Identificação da unidade .....	
1.2 Finalidade e Competências .....	
1.3 Normas e Regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão .....	
1.4 Ambiente de atuação .....	
1.5 Organograma .....	
1.6 Macroprocessos finalísticos.....	
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL .....	
2.1 Planejamento organizacional.....	
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	
2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico .....	
2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos .....	
2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos .....	
2.3 Desempenho Orçamentário .....	
2.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados .....	
2.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade .....	
2.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	
2.3.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento.....	
2.3.5 Restos a pagar de exercícios anteriores .....	
2.3.6 Execução descentralizada com transferência de recursos .....	
2.3.6.1 Situação das obras realizadas em parceria com a Caixa Econômica Federal - CEF .....	
2.3.6.2 Acompanhamento das ações da Caixa Econômica Federal previstas nos contratos de obras.....	
2.3.6.3 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas .....	
2.3.7 Informações sobre a execução das despesas .....	
2.4 Desempenho operacional .....	
2.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho .....	
3. GOVERNANÇA.....	
3.1 Descrição das estruturas de governança .....	
3.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	
3.3 Gestão de riscos e controles internos.....	
4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	
4.1 Canais de acesso do cidadão.....	
4.2 Carta de Serviços ao Cidadão.....	
4.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários .....	
4.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	
4.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações .....	

5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....	
5.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos .....	
5.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade .....	
5.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas .....	
6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO .....	
6.1 Gestão de pessoas .....	
6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade .....	
6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal .....	
6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal .....	
6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários .....	
6.2 Gestão do patrimônio de infraestrutura .....	
6.2.1 Gestão da frota de veículos .....	
6.2.2 Informações sobre imóveis locados de terceiros .....	
6.3 Gestão da tecnologia da informação .....	
6.3.1 Principais sistemas de informações .....	
6.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) .....	
6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade .....	
6.5 Gestão de Fundos e de Programas .....	
6.5.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade .....	
7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE .....	
7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU .....	
7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno .....	
7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário .....	
7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993 .....	
7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento .....	
7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda .....	
<u>ANEXOS E APÊNDICES</u> .....	
Anexo I - Situação das obras realizadas em parceria com a Caixa Econômica Federal - CEF .....	
Anexo II - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 .....	

# APRESENTAÇÃO

O presente Relatório consolida as principais informações referentes aos atos de gestão da Secretaria Executiva do Ministério das Cidades, realizados no exercício de 2015.

A sua elaboração observou as disposições do Tribunal de Contas da União – TCU constantes das Instruções Normativas nº 63/2010, da Decisão Normativa - TCU nº 146/2015, da Decisão Normativa - TCU nº 147/2015 e da Portaria TCU nº 321/2015.

O documento está estruturado em 07 (sete) seções, além das Declarações de Integridade e 02 (dois) anexos – contemplando todos os itens exigidos pelos instrumentos normativos, que foram detalhados no Relatório, à exceção daqueles que não se aplicam à natureza jurídica da Secretaria e dos que se referem a situações não verificadas durante o exercício de 2015.

Foram agregadas ao presente relatório, as informações referentes ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET, bem como aquelas referentes à atuação da Caixa Econômica Federal - CEF, na condição de Mandatária da União.

# 1. VISÃO GERAL DA UNIDADE

---

## 1.2 Finalidade e Competências

---

Compete à **Secretaria Executiva** do MCidades coordenar a elaboração e propor a política de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, trânsito e transporte urbano, em consonância com a diversidade regional, sustentabilidade ambiental e respeito à igualdade de gênero e raça.

Assessorar os dirigentes das unidades do Ministério na formulação de estratégias de colaboração com os organismos financeiros internacionais é responsabilidade da Assessoria de Relações Internacionais.

A Diretoria de Integração, Avaliação e Controle Técnico (DIACT) é a unidade responsável pela articulação da Secretaria Executiva com as Secretarias Finalísticas do MCidades, no que se refere à participação em grupos colegiados e monitoramento dos programas. Também é de responsabilidade da DIACT o apoio técnico nas reuniões do Grupo de Apoio Permanente (GAP) ao Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CCFGTS).

A Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DDI) tem a competência de estabelecer diretrizes e coordenar o processo de modernização e capacitação institucional de estados, Distrito Federal e municípios, em articulação com as Secretarias Nacionais. A DDI está vinculada ao macroprocesso de promover e coordenar a capacitação institucional dos entes federados. O macroprocesso tem como produto a disponibilização de cursos. Também está vinculada ao macroprocesso de atuar no Conselho das Cidades, que tem como produto a sociedade, o próprio Conselho e o Governo Federal.

O Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP) tem a competência de coordenar e monitorar a gestão estratégica do MCidades, elaborar e conduzir o Planejamento Estratégico e o Modelo de Gestão Estratégica do MCidades; coordenar, monitorar e acompanhar, no nível central, o gerenciamento dos projetos e processos deste Ministério; além de definir e elaborar a metodologia de gerenciamento de projetos que proporcione a uniformização de conceitos e procedimentos no âmbito da instituição.

O Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN é o órgão máximo executivo da política de trânsito na esfera Federal, portanto, responsável pelo cumprimento das atribuições determinadas pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro-CTB).

As atividades e os projetos desenvolvidos pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) visam garantir a todos os cidadãos condições de vida e segurança no trânsito, por meio da implementação de políticas públicas em âmbito nacional. O presente Relatório de Gestão, traz informações referentes à gestão do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET, de responsabilidade do DENATRAN.

Compete à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de organização e modernização administrativa, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de administração de recursos humanos e de serviços gerais no âmbito do Ministério. A SPOA está vinculada ao macroprocesso de supervisão dos sistemas estruturantes do Governo Federal. São produtos deste macroprocesso os sistemas estruturantes do Governo Federal supervisionados.

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração possui em sua estrutura a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos, a

Coordenação-Geral de Planejamento, a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, e a Coordenação-Geral de Modernização e Informática.

À Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (CGORF) compete planejar, coordenar, supervisionar, controlar e orientar as atividades orçamentárias relativas aos Orçamentos Fiscais e de Seguridade Social no âmbito do MCidades.

Compete à Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH) planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades de gestão e política de recursos humanos relacionadas com a administração, integração, desenvolvimento, aperfeiçoamento, valorização e assistência aos servidores, seguindo as diretrizes do Sistema Central de Pessoal Civil.

A Coordenação-Geral de Planejamento (CGPLAN) tem a competência de coordenar a execução das atividades relacionadas com o Sistema Federal de Planejamento, observando as diretrizes do órgão central.

A finalidade da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGLOG), regimentalmente, é de planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades inerentes aos processos de licitação, dispensa e inexigibilidade, destinadas à aquisição de material e bens patrimoniais, bem como à contratação de obras e serviços demandados pelas diversas unidades integrantes do MCidades, observadas as disposições legais e regulamentares e as normas estabelecidas pelos sistemas de compras do Governo Federal.

A Coordenação-Geral de Modernização e Informática (CGMI) tem como função principal fornecer serviços de Tecnologia da Informação – TI adequados, seguros e eficientes às necessidades do Ministério das Cidades, em benefício da sociedade.

---

### **1.3 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade**

---

São normas que demonstram o desenho da estrutura da Secretaria Executiva:

a) Portaria nº 227, de 04 de julho de 2003 – Aprova os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério;

b) Portaria nº 383, de 18 de agosto de 2005 – Altera os artigos 1º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 11 do anexo II e artigos 1º e 40 do anexo III da Portaria nº 227, de 04 de julho de 2003;

c) Portaria nº 45, de 04 de abril de 2003 – Estabelece as competências das Diretorias que compõem a Secretaria Executiva do Ministério das Cidades;

d) Portaria nº 449 de 03 de setembro de 2012 – Institui o Escritório de Gerenciamento de Projetos do Ministério das Cidades.

---

### **1.4 Ambiente de Atuação**

---

Compete à Secretaria Executiva do MCidades coordenar a elaboração e propor a política de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, trânsito e transporte urbano, em consonância com a diversidade regional, sustentabilidade ambiental e respeito à igualdade de gênero e raça.

Um sistema nacional de gestão visa instituir mecanismos de coordenação das políticas intergovernamentais, o que é fundamental em um Estado Federativo. No Brasil, são entes federados a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos com governos independentes em suas respectivas jurisdições, o que significa que estas unidades são autônomas para implementar suas próprias políticas, mas não estão impedidas de trabalharem em ações coordenadas. Dessa forma torna-se necessário instituir mecanismos de coordenação das ações intergovernamentais em torno das políticas públicas, e especialmente no âmbito do Ministério das Cidades da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Com vistas a fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social tem-se a necessidade de aprofundamento do processo democrático, sendo imprescindível a incorporação de todos os agentes sociais no processo de construção de uma política urbana democrática e descentralizada, integrada e eficiente.

Nesse contexto, é importante o governo federal intervir para o alcance desse objetivo por meio da capacitação de agentes públicos e sociais para as políticas públicas urbanas integradas, que constitui uma das tarefas importantes da Secretaria Executiva do Ministério das Cidades no processo de promoção do Direito à Cidade e da inclusão social.

Dessa forma, e tendo entre seus princípios e eixos de atuação a construção da igualdade e a melhoria da qualidade de vida nas cidades brasileiras, a Secretaria Executiva, por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC promove e apoia programas de desenvolvimento institucional e de capacitação técnica, que tenham como objetivo não apenas atender requisitos de eficácia e eficiência na execução de programas e projetos, mas, principalmente, colaborar na construção de uma cidade democrática e com justiça social. Verifica-se que a formação deficiente de técnicos e gestores municipais na elaboração e gestão de projetos urbanos vem impactando significativamente o desenvolvimento institucional dos municípios brasileiros.

Destaca-se, ainda, o Conselho das Cidades, coordenado pela Secretaria Executiva, que é uma verdadeira instância de negociação em que os atores sociais participam do processo de tomada de decisão sobre as políticas executadas pelo Ministério das Cidades, nas áreas de habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana e planejamento territorial.

Dessa forma, as reuniões e conferências promovidas pelo Conselho das Cidades permitem aos segmentos uma atuação caracterizada pela articulação e negociação, possibilitando, dentre outras coisas, a construção de políticas públicas que favoreçam o acesso a todos os cidadãos.

O Escritório de Gerenciamento de Projetos – EGP/SE tem seu principal ambiente de atuação descrito no Art. 1º, inciso I, Parágrafo 1º da Portaria nº 449/2012:

*Art. 1º Instituir o Escritório de Gerenciamento de Projetos – EGP/SE, no âmbito do Ministério das Cidades, diretamente subordinado ao Secretário Executivo, com as atribuições seguintes:*

*I – coordenar as atividades de gestão estratégica*

*(...)*

*§ 1º Para os fins desta Portaria, compreende-se como atividades de gestão estratégica o ciclo envolvendo o planejamento estratégico, a gestão de projetos, e a gestão de processos.*

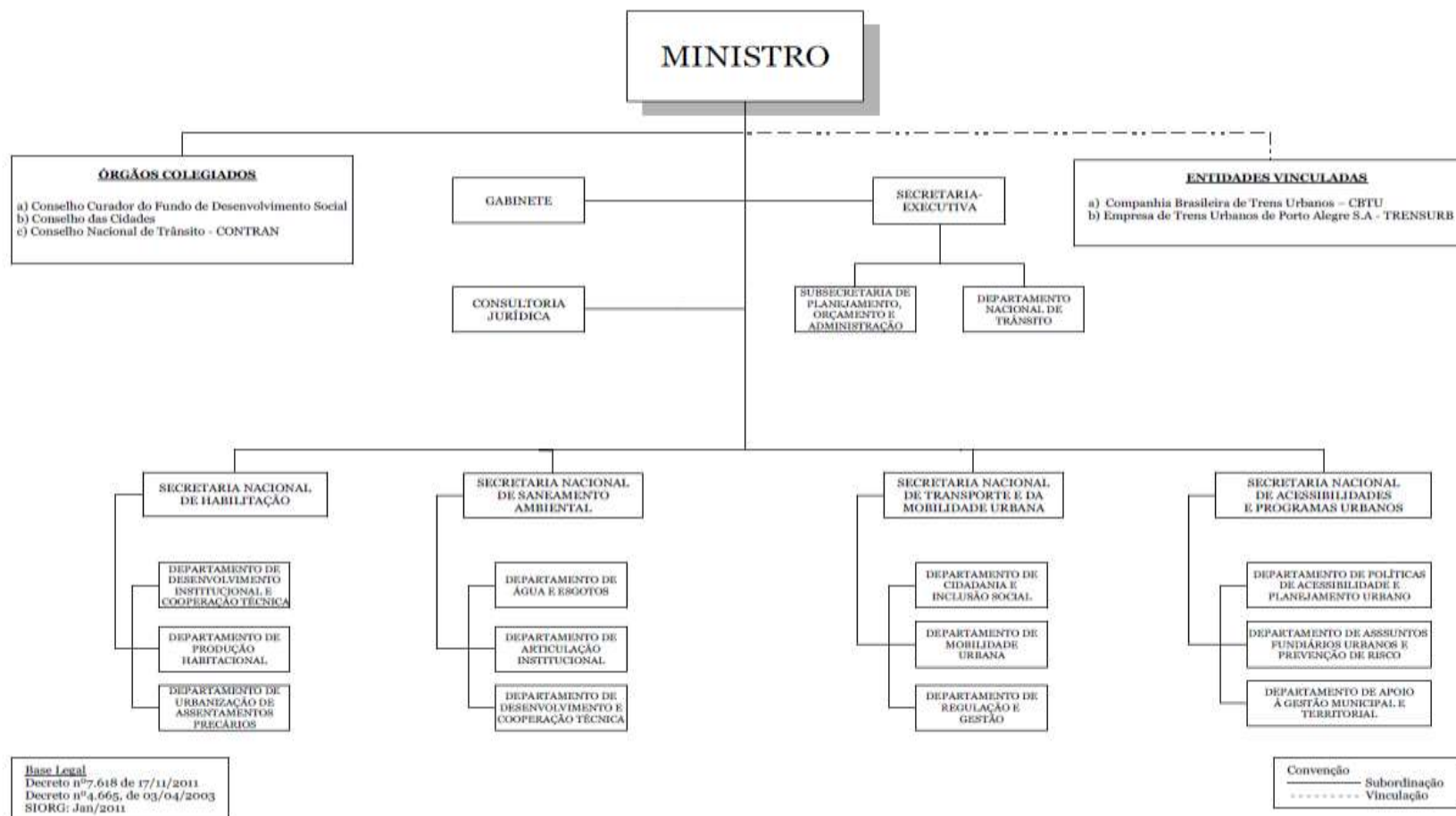
Em 2015, tivemos a continuidade do Plano Estratégico com a definição de modelos para monitoramento dos objetivos estratégicos, projetos estratégicos e indicadores. O acompanhamento do portfólio de projetos estratégicos e a análise dos objetivos foram realizados através de indicadores de desempenho alinhados com plano estratégico, bem como o detalhamento destes projetos por meio de rotina de monitoramento combinados pela Alta Direção por meio da elaboração de Relatórios trimestrais de Monitoramento destes Projetos e Avaliação da Estratégia (RME).

Na área de modernização administrativa, foi elaborada uma proposta de metodologia de gerenciamento dos processos e de implantação de um escritório de processos e ainda um estudo da proposta de revisão da estrutura organizacional do Ministério alinhada com o Plano Estratégico e com os processos mapeados.

## 1.5 Organograma

Figura 1.1 - Organograma

### Ministério das Cidades - MCIDADES



Fonte: <http://www.siorg.redegoverno.gov.br/>



Quanto à identificação das áreas ou subunidades mais estratégicas da gestão da UJ, adotou-se como critério de escolha o fato de a área ou subunidade estar responsável por um dos Projetos Estratégicos elencados no Portifólio do MCidades. Dessa forma, as áreas ou subunidades apontadas como mais estratégicas na Secretaria-Executiva, e os respectivos projetos, são apresentados a seguir:

- Coordenação-Geral de Modernização e Informática (CGMI/SPOA), que tem sob sua responsabilidade o Projeto 11/2014/EP/SE Melhoria de Governança de TI;
- Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP/SE), que tem sob sua responsabilidade os Projetos 23/2014/EP/SE Desdobramento do Planejamento Estratégico do MCidades, 25/2014/EP/SE Revisão da Estrutura Organizacional do Ministério das Cidades, 71/2014/EP/SE Fortalecimento da gestão do Conhecimento;
- Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH/SPOA), que tem sob sua responsabilidade o Projeto 35/2014/EP/SE Gestão de Pessoas;
- Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DDI/SE), que tem sob sua responsabilidade os Projetos 37/2014/EP/SE Minuta de Projeto de Lei do SNDU e 59/2014/EP/SE Fortalecimento de Programa de Capacitação e Assistência Técnica para Fortalecimento dos Entes;
- Diretoria de Integração, Avaliação e Controle Técnico (DIACT/SE), que tem sob sua responsabilidade os Projetos 46/2014/EP/SE Sistema Corporativo, 49/2014/EP/SE Aprimoramento da Regulamentação Normativa do FGTS e 58/2014/EP/SE Integração de Políticas Públicas sob Responsabilidade do Ministério das Cidades;
- Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), que tem sob sua responsabilidade o Projeto 48/2014/EP/SE Revisão do Modelo de Contratualização com a Mandatária.

No Quadro 1.1 são apresentadas as informações sobre competências, titulares, cargos e os respectivos períodos de atuação dentro do exercício de referência do relatório de gestão, em que os titulares da área/subunidade estiveram à frente da área ou subunidade estratégica, no âmbito da Secretaria-Executiva.

**Quadro 1.1 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas**

<b>Áreas/ Subunidades Estratégicas</b>	<b>Competências</b>	<b>Titular</b>	<b>Cargo</b>	<b>Período de atuação</b>
Coordenação-Geral de Modernização e Informática (CGMI/SPOA)	Responsável por fornecer serviços de Tecnologia da Informação seguros, integrados, robustos, flexíveis e capazes de subsidiar a tomada de decisão de todas as Secretarias.	Francisco José Marques	Coordenador Geral de Modernização e Informática	08/05/2015 a 30/12/2015
Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP/SE);	Coordena e monitora a gestão estratégica do MCidades, com o intuito de elaborar e conduzir o Planejamento Estratégico e o Modelo de Gestão Estratégica do MCidades; coordenar, monitorar e acompanhar, no nível central, o gerenciamento dos projetos e processos deste Ministério; além de definir e elaborar a metodologia de gerenciamento de projetos que proporcione a uniformização de conceitos e procedimentos no âmbito da instituição.	Cláudio Erasmo Lira Dantas	Gerente de Projetos	12/09/2012
Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH/SPOA)	Planeja, coordena e supervisiona a execução das atividades de gestão e política de recursos humanos, buscando fomentar atitude integradora nos servidores, bem como manter uma política de recursos humanos efetiva.	Edna da Silva Amorim	Coordenadora Geral de Recursos Humanos	31/08/2007
Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DDI/SE)	Responsável pela coordenação do processo de modernização e capacitação institucional de estados, Distrito Federal e municípios, buscando promover o fortalecimento institucional dos entes federados.	Cláudio José Trinchão Santos	Diretor de Desenvolvimento Institucional	07/01/2015
Diretoria de Integração, Avaliação e Controle Técnico (DIAC/SE)	Responsável pela articulação da Secretaria Executiva com as Secretarias Finalísticas e pela participação do MCidades no Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CCFGTS), buscando ter visão transversal de modo a integrar as políticas públicas setoriais e implementar o SNDU.	Viviana Simon	Diretora de Integração Avaliação e Controle Técnico	15/05/2013

Fonte: EGP/SE

## 1.6 Macroprocessos Finalísticos

A Secretaria Executiva capitaneou, no período de setembro de 2013 a novembro de 2014, a elaboração do planejamento estratégico do Ministério das Cidades e em 2015 realizamos o monitoramento através dos objetivos estratégicos, projetos estratégicos e indicadores de desempenho por meio de relatórios e reuniões com os Secretários Nacionais. A construção da Cadeia de Valor e de Macroprocessos, o Mapeamento e o Redesenho de Processos configuraram entre as iniciativas desenvolvidas no Projeto de Planejamento Estratégico. Na construção da Cadeia de Valor e de Macroprocessos foram identificados, ao todo, 7 (sete) macroprocessos, constituídos de 55 (cinquenta e cinco) processos. A Secretaria Executiva, por desempenhar papel de articulação institucional e por abarcar a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), está 6 (seis) macroprocessos e em 49 (quarenta e nove) processos.

Foram mapeados e redesenhados 15 (quinze) processos, considerados prioritários, por meio de oficinas realizadas com representantes de todas as áreas envolvidas pelos respectivos processos. Primeiro foram preenchidas informações dos processos como SIPOC, objetivo e requisitos do fornecedor e do cliente, depois foram desenhados os fluxos, em seguida identificados indicadores existentes e propostos outros e, por fim, realizada a análise e sugeridas ações de melhoria dos processos, dos quais 12 processos tem a Secretaria Executiva como envolvida ou como responsável. O próximo passo é realizar a melhoria dos processos mapeados e redesenhados e mapear outros que se fizerem importantes para o alcance dos objetivos da organização e para uma gestão por processos.

Tabela 1.1 - Processos Prioritários

Processos Prioritários existentes na SE	Macroprocesso
Contratação de Bens e Serviços	Suporte Institucional
Planejamento de TI	Governança em Tecnologia da Informação e Comunicação
Gestão Orçamentário-Financeira	Suporte Institucional
Gestão e Fiscalização de Contratos	Suporte Institucional
Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas	Governança em Tecnologia da Informação e Comunicação
Capacitação e Desenvolvimento de Pessoal	Gestão de Pessoas
Relacionamento com Órgãos Federais, Estados e Municípios	Relacionamento Institucional
Contratação e Monitoramento das Operações Oriundas de Transferências Obrigatórias	Gerenciamento dos Programas de Desenvolvimento Urbano
Contratação e Monitoramento das Operações Oriundas de Transferências Voluntárias	Gerenciamento dos Programas de Desenvolvimento Urbano
Contratação e Monitoramento das Operações Oriundas de Financiamentos	Gerenciamento dos Programas de Desenvolvimento Urbano
Gestão do Conhecimento no MCidades	Suporte Institucional
Gestão da Aplicação de Recursos do FGTS	Suporte Institucional

Fonte: EGP/SE

Quadro 1.2 - Cadeia de valor e macroprocesso

CADEIA DE VALOR E MACROPROCESSO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES NA SECRETARIA EXECUTIVA					
MACROPROCESSO	DESCRIÇÃO	FORNECEDOR	PRODUTOS E SERVIÇOS	CLIENTE	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS NA SE
<b>1. Gestão Estratégica</b>	Gerenciar a estratégia do MCidades, por meio de ações que proporcionem o alcance dos resultados organizacionais, estabelecendo diretrizes de atuação do Ministério.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Presidência da República</li> <li>✓ MPOG</li> <li>✓ Casa Civil</li> <li>✓ MCidades</li> <li>✓ Sociedade Civil</li> <li>✓ Órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais</li> <li>✓ Órgãos de Controle</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Diretrizes de Governo</li> <li>✓ Demandas internas e externas</li> <li>✓ Planejamento estratégico elaborado</li> <li>✓ Monitoramento dos indicadores de desempenho</li> <li>✓ Processos Gerenciados</li> <li>✓ Projetos estratégicos gerenciados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ MPOG</li> <li>✓ Casa Civil</li> <li>✓ MCidades</li> <li>✓ Sociedade Civil</li> <li>✓ Órgãos Públicos Estaduais e Municipais</li> <li>✓ Órgãos de Controle</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP)</li> </ul>
<b>2. Relacionamento Institucional</b>	Gerenciar os diversos canais de relacionamento do MCidades com a Sociedade Civil, Estados e Municípios, de forma a garantir a efetividade e a transparência das Políticas Públicas sob a égide do MCidades.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ MCidades</li> <li>✓ MPOG</li> <li>✓ Casa Civil</li> <li>✓ Sociedade Civil</li> <li>✓ Caixa</li> <li>✓ Órgãos de Imprensa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Diretrizes de Governo</li> <li>✓ Demandas internas e externas</li> <li>✓ Informações a respeito das políticas públicas sob a responsabilidade do MCidades.</li> <li>✓ Informações a respeito da atuação do MCidades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ MCidades</li> <li>✓ MPOG</li> <li>✓ Casa Civil</li> <li>✓ Sociedade Civil</li> <li>✓ Órgãos de Imprensa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Gabinete do SE</li> <li>✓ DIACT</li> <li>✓ DDI</li> <li>✓ SPOA</li> </ul>

**CADEIA DE VALOR E MACROPROCESSO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES NA SECRETARIA EXECUTIVA**

MACROPROCESSO	DESCRIÇÃO	FORNECEDOR	PRODUTOS E SERVIÇOS	CLIENTE	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS NA SE
<p align="center"><b>4. Gestão de Pessoas</b></p>	<p>Promover a gestão de pessoas no Ministério das Cidades por meio do desenvolvimento de políticas que contribuam para o melhor desempenho dos servidores, visando o alcance dos objetivos estratégicos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ MCidades</li> <li>✓ MPOG</li> <li>✓ Servidores do MCidades</li> <li>✓ Órgãos de controle</li> <li>✓ Poder judiciário</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Demandas internas</li> <li>✓ Normas e Legislações</li> <li>✓ Demandas judiciais</li> <li>✓ Demandas externas</li> <li>✓ Direitos Garantidos</li> <li>✓ Benefícios concedidos</li> <li>✓ Servidores remunerados</li> <li>✓ Servidores capacitados</li> <li>✓ Servidores alocados</li> <li>✓ Servidores exonerados</li> <li>✓ Servidores aposentados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Órgãos de Controle</li> <li>✓ MCidades</li> <li>✓ MPOG</li> <li>✓ Órgãos previdenciários</li> <li>✓ Servidores do MCidades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ CGRH/SPOA</li> </ul>
<p align="center"><b>5. Gestão de Tecnologia da Informação</b></p>	<p>Gerenciar os aspectos relativos à TI, provendo soluções adequadas ao desempenho das atividades do MCidades.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ MCidades</li> <li>✓ Mercado de TI</li> <li>✓ MPOG</li> <li>✓ Órgãos de controle</li> <li>✓ Mandatária/Agentes financeiros</li> <li>✓ Estados e Municípios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Novas tecnologias da informação</li> <li>✓ Demandas de TI</li> <li>✓ Instruções normativas</li> <li>✓ Recomendações de Sistemas</li> <li>✓ Sistemas implantados desenvolvidos e mantidos</li> <li>✓ Infraestrutura tecnológica adequada ao funcionamento do MCidades</li> <li>✓ PDTI e PETI</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ MCidades</li> <li>✓ Mandatária/Agentes Financeiros</li> <li>✓ Estados e Municípios</li> <li>✓ Sociedade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ CGMI/SPOA</li> </ul>

**CADEIA DE VALOR E MACROPROCESSO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES NA SECRETARIA EXECUTIVA**

MACROPROCESSO	DESCRIÇÃO	FORNECEDOR	PRODUTOS E SERVIÇOS	CLIENTE	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS NA SE
<p align="center"><b>6. Suporte Institucional</b></p>	<p>Gerenciar os aspectos de natureza operacional, administrativa, jurídica, orçamentária e financeira, proporcionando condições ao adequado funcionamento do MCidades.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ MCidades</li> <li>✓ MPOG</li> <li>✓ Órgãos de Controle</li> <li>✓ Outros órgãos públicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Normas e Legislações</li> <li>✓ Demandas internas</li> <li>✓ Informações produzidas pelo MCidades</li> <li>✓ Bens de consumo adquiridos</li> <li>✓ Serviços contratados</li> <li>✓ Orçamento elaborado e acompanhado</li> <li>✓ Contratos assinados</li> <li>✓ Patrimônio controlado e mantido</li> <li>✓ Comunicação interna realizada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ MCidades</li> <li>✓ MPOG</li> <li>✓ Órgãos de Controle</li> <li>✓ Outros órgãos públicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ CGLOG/SPOA</li> <li>✓ CGPLAN/SPOA</li> <li>✓ CGOF/SPOA</li> </ul>

Fonte: EGP/SE

## 2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

### 2.1 Planejamento Organizacional

#### 2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

Tabela 2.1 - objetivos estratégicos

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
<b>PESPECTIVA DE APRENDIZADO E CRESCIMENTO</b>
<i>O que o MCidades precisa fazer para aprender mais, comunicar-se e trabalhar integrado, e assim, melhorar seus processos internos?</i>
Ter e fomentar atitude integradora nos servidores
Ter sistemas de informação seguros, integrados, robustos, flexíveis e capazes de subsidiar a tomada de decisão de todas as Secretarias
Aprimorar a gestão de processos finalísticos e de apoio
Ter política interna efetiva de Recursos Humanos
Adotar a gestão por competências e meritocracia
Ter clima organizacional agradável e acolhedor com qualidade de vida
Fortalecer a governança e alinhar a estrutura organizacional do MCidades
<b>PESPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS</b>
<i>Quais são os desafios do MCidades para melhor satisfazer as expectativas e necessidades da sociedade?</i>
Ter visão transversal de modo a integrar as políticas públicas setoriais e implementar o SNDU
Monitorar e avaliar, continuamente, a execução de suas políticas públicas
Adquirir e compartilhar o conhecimento com os diferentes partícipes
Promover o fortalecimento institucional dos entes federados
Ofertar, continuamente, inovações e novas soluções urbanas para a sociedade
Ter implementado o planejamento de longo prazo
Articular-se proativamente com os demais ministérios, parceiros e sociedade
Protagonizar o processo de tomada de decisão do Governo Federal
<b>PESPECTIVA ECONÔMICO-FINANCEIRA</b>
<i>Quais os desafios para ofertar valor aos contribuintes? Como seremos vistos pelos contribuintes?</i>
Promover a qualificação dos investimentos dos recursos públicos nos programas administrados pelo MCidades
Possuir uma gestão operacional, orçamentária e financeira efetiva
<b>PESPECTIVA SOCIEDADE</b>
<i>Qual o desafio para ofertar valor à sociedade? Nesta perspectiva o objetivo é o próprio cumprimento da missão</i>
Melhorar as cidades, tornando-as mais humanas, social e economicamente justas e ambientalmente sustentáveis, por meio de gestão democrática e integração das políticas públicas de planejamento urbano, habitação, saneamento, mobilidade urbana, acessibilidade e trânsito, de forma articulada com os entes federados e a sociedade

Fonte: EGP/SE

## **Visão Geral sobre o desenvolvimento dos objetivos afetos ao órgão**

O Plano Plurianual PPA 2012-2015 foi aprovado pela Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012. O Ministério das Cidades é responsável por 23 Objetivos, distribuídos em seis Programas Temáticos, a saber:

### **1) Programa Temático 2040 Gestão de Riscos e Resposta a Desastres**

**Objetivo:** 0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

### **2) Programa Temático 2048 Mobilidade Urbana e Trânsito**

**Objetivo:** 0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

**Objetivo:** 0577 - Dotar as cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol 2014 de sistemas de mobilidade urbana que conectem os polos geradores de viagens do evento, com ênfase no legado e na integração entre aeroportos, estádios, áreas centrais e de hotelaria.

**Objetivo:** 0578 - Pavimentar e qualificar vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente.

**Objetivo:** 0580 - Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal.

**Objetivo:** 0581 - Apoiar a implantação de medidas de moderação de tráfego visando a qualificação do sistema viário urbano nos pontos que apresentem conflitos entre os modais de transporte.

**Objetivo:** 0584 - Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável.

**Objetivo:** 0591 - Aprimorar o Sistema Nacional de Trânsito promovendo a melhoria do desempenho de seus órgãos e entidades, estimulando a educação e a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito.

**Objetivo:** 0592 - Promover a educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito.

### **3) Programa Temático 2049 Moradia Digna**

**Objetivo:** 0382 - Melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários, desenvolvendo iniciativas necessárias à regularização urbanística e fundiária, à promoção da segurança e salubridade e à melhoria das condições de habitabilidade, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura e inclusão socioambiental.

**Objetivo:** 0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

**Objetivo:** 0384 - Incentivar a expansão do crédito habitacional para construção, aquisição, ampliação e melhorias, por meio de medidas de facilitação do acesso ao financiamento imobiliário com estímulos ao crescimento da sua oferta pelos agentes financeiros.

**Objetivo:** 0385 - Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos agentes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social para implementação da política habitacional sob os



princípios de descentralização, articulação intergovernamental e intersetorial, participação e controle social.

**Objetivo:** 0755 - Elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, contribuindo para ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda.

**Objetivo:** 0756 - Contribuir para a elevação de qualidade da inserção urbana dos empreendimentos habitacionais, assim como, para a inserção socioeconômica das famílias beneficiadas por programas habitacionais e para a sustentabilidade social dos empreendimentos e articulação com as demais políticas públicas.

#### **4) Programa Temático 2054 Planejamento Urbano**

**Objetivo:** 0321 - Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados.

**Objetivo:** 0322 - Promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais.

**Objetivo:** 0324 - Promover a regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e de redução da pobreza urbana, combinando ações de fortalecimento institucional e de implementação de processos de regularização fundiária urbana.

**Objetivo:** 0589 - Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social.

**Objetivo:** 1003 - Promover a acessibilidade universal em áreas urbanas e edificações, eliminando barreiras arquitetônicas e urbanísticas, como forma de garantir o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência.

#### **5) Programa Temático 2064 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos**

**Objetivo:** 0565 - Prevenir a violação de direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano.

#### **6) Programa Temático 2068 Saneamento Básico**

**Objetivo:** 0353 - Implantar medidas estruturantes que visem à melhoria da gestão em saneamento básico, compreendendo a organização, o planejamento, a prestação dos serviços, a regulação e fiscalização, e a participação e controle social.

**Objetivo:** 0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.

### **2.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico**

O Plano Estratégico do MCidades já foi implementado, conforme Portaria nº 726, de 21 de novembro de 2014, publicada no Boletim Interno nº 11-H.

### **2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos**

Com a realização do Plano Estratégico do Ministério foram definidas diversas iniciativas estratégicas para o alcance dos objetivos estratégicos. Essas iniciativas foram detalhadas e estão sendo monitoradas na forma de projetos, conforme metodologia aprovada pela Portaria nº 450/2012 alinhada ao PMBOK (Project Management Body of Knowledge).

Para demonstrar a vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos será listado abaixo as competências regimentais da Secretaria Executiva e os projetos estratégicos do MCidades sob sua responsabilidade.

#### **REGIMENTO INTERNO**

*Art. 1º A Secretaria-Executiva, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado das Cidades, a ele diretamente subordinada, tem por finalidade:*

*I – supervisionar e coordenar as atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades vinculadas;*

*II - supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de organização e modernização administrativa, administração dos recursos de informações e informática, de recursos humanos e de serviços gerais, no âmbito do Ministério;*

*III - auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação das ações da área de competência do Ministério;*

*IV - coordenar e executar, em articulação com as secretarias setoriais, atividades relacionadas com a participação do Ministério em órgãos colegiados;*

*V - supervisionar as atividades disciplinares e de correção desenvolvidas no âmbito do Ministério e de suas unidades descentralizadas;*

*VI - supervisionar, em articulação com as Secretarias, agentes operadores e financeiros os programas e ações do Ministério das Cidades;*

*VII - coordenar a elaboração e propor a política de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, trânsito e transporte urbano, em consonância com a diversidade regional, sustentabilidade ambiental e respeito à igualdade de gênero e raça.*

#### **Portaria nº 449/2012**

*Art. 1º Instituir o Escritório de Gerenciamento de Projetos – EGP/SE, no âmbito do Ministério das Cidades, diretamente subordinado ao Secretário Executivo, com as atribuições seguintes:*

*I – coordenar as atividades de gestão estratégica*

*§ 1º Para os fins desta Portaria, compreende-se como atividades de gestão estratégica o ciclo envolvendo o planejamento estratégico, a gestão de projetos, e a gestão de processos.*

#### **PROJETOS ESTRATÉGICOS ASSOCIADOS À SECRETARIA EXECUTIVA**

*Implantação do Planejamento Estratégico e Modernização Administrativa no Ministério das Cidades*

*Desdobramento do planejamento estratégico do MCidades*

*Integração de políticas públicas sob responsabilidade do Ministério das Cidades*

*Revisão da estrutura organizacional do Ministério das Cidades*

*Fortalecimento da gestão do conhecimento*

*Minuta de projeto de lei do SNDU*

*Aprimoramento da regulamentação normativa do FGTS*

*Fortalecimento de programa de capacitação e assistência técnica para fortalecimento dos entes*

*6ª Conferência das Cidades*

---

## **2.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução dos Resultados dos Planos**

---

Em 2014, o monitoramento ocorreu por intermédio de Reuniões de Avaliação da Estratégia – RAEs. Foram realizadas reuniões em julho, agosto, setembro, outubro e novembro.

Em 2015, foi realizado um levantamento da situação dos projetos em fevereiro, bem como análise e definição de um novo modelo de monitoramento da estratégia. Ao fim, ficou definido um modelo que inclui a elaboração de Relatórios de Monitoramento e Avaliação da Estratégia (RME) trimestrais combinados com reuniões com a Alta Direção. Foram elaborados RME em julho/2015 e novembro/2015.

Em 2016, serão elaborados relatórios trimestrais do RME em março, junho, setembro e dezembro.

---

## **2.3 Desempenho Orçamentário**

---

### **2.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados**

#### **Programas do PPA**

---

O Plano Plurianual – PPA 2012-2015 possui uma estrutura inovadora em relação aos planos anteriores, refletindo uma concepção de planejamento influenciada por experiências recentes e bem-sucedidas na formulação e implementação das principais agendas do Governo Federal, como o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. Os programas que compõem o plano foram classificados em dois tipos: Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

A seguir, serão apresentados os Programas Temáticos sob responsabilidade do Ministério das Cidades:

## Programa 2040 Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

A política pública de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, regulamentada pela Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, em situações de ameaça e de ocorrência de desastres naturais em todo o território nacional.

Visando à implementação da Lei nº 12.608/2012 e no exercício do dever do Estado de garantir a segurança da população face à ocorrência de desastres, o Governo Federal lançou, em 8 de agosto de 2012, o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, que, no PPA 2012-2015, vincula-se ao Programa 2040 – Gestão de Riscos e Resposta a Desastres.

O Plano prevê ações estruturadas em quatro eixos temáticos: I) prevenção; II) mapeamento das áreas de risco; III) monitoramento; e IV) alerta e resposta a desastres. Ao associar ações de resposta emergencial e pronto atendimento àquelas que objetivam evitar a ocorrência de desastres, o Plano se alinha a uma das diretrizes adotadas pela lei federal, de conferir prioridade às ações preventivas relacionadas à minimização de desastres por meio do aperfeiçoamento dos mecanismos de redução de riscos.

O Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres busca ampliar o conhecimento público sobre as áreas de risco nos Municípios mais críticos, por meio do mapeamento da suscetibilidade geológica aos fenômenos de deslizamentos, inundações e enxurradas; do mapeamento de riscos nas áreas ocupadas; da definição de diretrizes para a ocupação urbana segura; e do monitoramento da ocupação urbana, permitindo o avanço do processo de controle e fiscalização urbanos que reduza o avanço da ocupação sobre áreas de maior fragilidade natural.

Também engloba investimentos em intervenções estruturais de caráter preventivo, envolvendo a implantação de sistemas de drenagem urbana e de medidas que promovam adequadamente o manejo das águas pluviais; a implantação de parques, bosques e áreas de lazer em áreas de grande suscetibilidade a inundações rápidas e enxurradas; e a execução de obras de estabilização e contenção de encostas, além da execução de intervenções emergenciais voltadas à proteção de infraestrutura e setores críticos sob o risco de colapso iminente. As intervenções estruturais contemplam também a remoção criteriosa de moradias em áreas de risco, associada ao reassentamento em áreas próximas, de forma a permitir a manutenção das condições de emprego e renda e do acesso aos equipamentos públicos.

A tabela a seguir apresenta os dados relativos à evolução da execução orçamentária do Objetivo 0169 do Programa 2040, para os exercícios de 2012 a 2015.

**Tabela 2.2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OBJETIVO 0169**

Código do Objetivo	Execução Orçamentária	Valores Liquidados			
		2012	2013	2014	2015
0169	No Exercício (1)	365.325.750,07	418.869.183,19	339.740.177,21	142.892.347,37
	RPNP (2)	0	382.962.510,18	511.437.267,42	340.130.247,01
<b>Total do Objetivo</b>		<b>0</b>	<b>801.833.706,37</b>	<b>851.179.458,63</b>	<b>483.024.609,38</b>

Fonte: SIOP.

<sup>1</sup> Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

<sup>2</sup> Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Comparados os valores liquidados entre os exercícios de 2014 e 2015, houve uma redução de aproximadamente 44% na execução do Objetivo 0169 do Programa Gestão de Riscos e Respostas a Desastres.

Tal redução reflete, em grande medida, as dificuldades impostas pela atual conjuntura econômica, que têm provocado diminuição do ritmo de execução dos empreendimentos apoiados por este Programa Temático. Assim, está sendo priorizada a utilização dos recursos disponíveis para obras já em andamento.

Outro ponto que merece destaque é o fato de o volume de valores liquidados inscritos em exercícios anteriores (restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores – RPNP) superar os valores liquidados dos exercícios de 2014 e 2015. Isto ocorre devido a maior parte das obras apoiadas no âmbito do Objetivo 0169 ser de natureza plurianual, dada a complexidade e o grande porte dos empreendimentos, exigindo prolongado processo de maturação, que inclui a adoção de significativo número de medidas preparatórias à execução física e que se desenvolve por meio de procedimento de desembolso paulatino, em conformidade com a evolução física do empreendimento.

A tabela a seguir apresenta a evolução das metas quantitativas ao longo de 2012 a 2015.

Tabela 2.3 - evolução das metas quantitativas - objetivo 0169

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até				% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte das Informações
			2012	2013	2014	2015		
Contratar R\$ 9 bilhões para apoio à execução de intervenções de drenagem urbana sustentável nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas	R\$	R\$ 9 bilhões*	7,29	9,49	9,88	9,27	103,0%	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades
Elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à ocupação urbana nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos	Nº de Município Apoiados	106	5	39	56	66	62,3%	Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos/Ministério das Cidades

Fonte: Ministério das Cidades

\* Para a definição desta meta, foram consideradas, por orientação da Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos (SPI), as contratações previstas, desde 2011, para ações de Prevenção de Áreas de Risco, no âmbito do Eixo Cidade Melhor do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2.

## Programa Temático 2048 Mobilidade Urbana e Trânsito

As carências do país em termos de políticas públicas para melhoria da mobilidade urbana vêm fazendo com que seja ampliada a atuação do Governo Federal de forma a consolidar a implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Neste sentido, o Governo Federal tem adotado um conjunto de medidas para melhorar as condicionantes da área de mobilidade urbana no País. Assim, tem-se Programa de Mobilidade

Urbana e Trânsito que advém de um conjunto de políticas atinentes à circulação de pessoas e cargas, infraestrutura de transporte, acessibilidade e trânsito que visa proporcionar o acesso amplo e equânime ao espaço urbano.

O desafio deste programa é mitigar os efeitos da segregação espacial, propondo ações socialmente inclusivas e ambientalmente sustentáveis que retem por viabilizar convivência urbana coletiva, bem como o acesso a serviços básicos e a fruição dos direitos sociais positivados na Constituição Federal.

A consecução dos objetivos do Programa 2048 Mobilidade Urbana e Trânsito, no âmbito do Ministério das Cidades, em nível nacional, está sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana (SNTMU) e do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN).

Por outro lado, regionalmente, tem-se as contribuições das duas empresas vinculadas ao Ministério das Cidades: Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) que opera os sistemas de trens urbanos existentes de Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió e atua na gestão do convênio com o Estado do Ceará para implantação de sistema em Fortaleza e da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb), que opera o sistema de trem urbanos e do aeromóvel em Porto Alegre. As empresas executam diretamente melhorias nas infraestruturas metroviárias existentes.

### **Programa Temático 2049 - Moradia Digna**

Considerando seus indicadores, O Programa Moradia Digna, constante do PPA 2012-2015 Plano Mais Brasil, obteve êxito na redução do déficit habitacional absoluto. Quando analisamos a meta de contratação de moradias em áreas rurais, a meta foi alcançada em mais de 200%. As operações de financiamento habitacional via Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo atingiram a marca de R\$ 354 bilhões de reais, dobrando a meta inicial.

Ao final de 2015, quase 100% dos municípios brasileiros já haviam realizado sua adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Todas as empresas que operam obras e serviços em empreendimentos habitacionais de interesse social receberam certificação do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC), que possibilita maior eficiência na construção e maior qualidade dos empreendimentos.

Evidentemente, há ainda muitos desafios. O Brasil, um país de dimensões continentais, demanda grandes esforços, especialmente no que diz respeito ao acesso à moradia. Essas demandas estão sob o olhar fixo e ativo do Governo Federal e são contempladas na Política e no Plano Nacional de Habitação.

### **Programa Temático 2054 - Planejamento Urbano**

Há 15 anos, foi aprovada a Lei Federal nº 10.257/01, denominada Estatuto da Cidade. A lei estabeleceu diretrizes gerais e instrumentos para a política urbana no Brasil de forma a possibilitar aos municípios (responsáveis constitucionais pela execução da política de desenvolvimento urbano) a definição de regras consistentes para orientar a ocupação e utilização do solo e a alocação de investimentos tendo em vista o direito à cidade para todos e a gestão democrática.

Nesse sentido, procurou-se adotar estratégias que possibilitassem o fortalecimento das capacidades locais e regionais para: o planejamento e a gestão urbana integrada e participativa, a reabilitação de

áreas urbanas consolidadas em situação de degradação e/ou ociosidade, a regularização fundiária urbana em ampla dimensão territorial e a promoção da acessibilidade nas cidades.

Assim, entre 2012 e 2015 a ação governamental buscou fortalecer cinco eixos estruturantes da política urbana: (i) a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo; (ii) a regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e de redução da pobreza urbana; (iii) o fomento a projetos urbanos integrados capazes de promover transformações urbanísticas estruturais; (iv) o fortalecimento da gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social; e (v) a promoção da acessibilidade universal em áreas urbanas e edificações.

Tabela 2.4 - Principais Indicadores do Programa 2054

INDICADORES Denominação e Fonte	Unid.	Referência		Atual	
		Data	Índice	Data	Índice
Taxa de Municípios com Plano Diretor (MUNIC)	%	2009	41,60	2013	63
Taxa de Municípios com instrumentos de acesso a terra instituídos <sup>1</sup> (MUNIC)	%	2009	40,50	2013	44,50
Taxa de Municípios com instrumentos de gestão da valorização da terra instituídos <sup>2</sup> (MUNIC)	%	2009	61,22	2013	61,68
Taxa de Municípios com instrumentos de gestão de impacto instituídos <sup>3</sup> (MUNIC)*	%	2009	22,18	2013	26,84
Número de famílias beneficiadas por processos de regularização fundiária (SNAPU)	famílias	2010	243.268	2013	398.329

<sup>1</sup> O percentual aferido refere-se somente a zonas de especial interesse social (ZEIS) instituídas em lei específica ou na lei do plano diretor e lei específica de regularização fundiária;

<sup>2</sup> O percentual aferido refere-se a municípios que afirmaram possuir pelo menos um dos seguintes instrumentos: solo criado (outorga onerosa do direito de construir), contribuição de melhoria ou operações urbanas consorciadas.

<sup>3</sup> O percentual aferido refere-se somente a estudo de impacto de vizinhança (EIV) regulamentado por lei específica ou na lei do plano diretor.

\* A pesquisa MUNIC mais recente sobre os instrumentos de política urbana foi elaborada no ano de 2013 e publicada em 2014. A última pesquisa realizada pelo IBGE (MUNIC 2014, publicada em 2015) não incluiu perguntas relativas a essa dimensão.

### Programa Temático 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

O Ministério das Cidades, através da Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos, é o órgão responsável pelo acolhimento e tramitação de casos que envolvem a temática de Conflitos fundiários urbanos, fundamentado pela Portaria Interministerial n° 587 de 1° de dezembro de 2008.

Este programa tem por objetivo o apoio ao estabelecimento de um espaço de negociação e articulação entre os atores envolvidos, no sentido de buscar o delineamento de soluções habitacionais efetivas para as comunidades, respeitando o direito constitucional de moradia e o direito de propriedade por parte do proprietário legal da área.

O Ministério das Cidades tem atendido às demandas encaminhadas por meio de diligências, articulações intergovernamentais e negociação entre partes envolvidas em conflitos urbanos tais como remoções, reintegrações de posse e violação dos direitos à moradia.

### Programa Temático 2068 - Saneamento Básico

O planejamento para os anos de 2012 a 2015 da agenda de Saneamento Básico teve como referência o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) que possui como princípios a universalização,

equidade e integralidade, conforme preconiza a Lei nº 11.445/2007. Nesse sentido, procurou-se adotar objetivos, estratégias, metas e iniciativas alinhadas ao planejamento e à política setorial.

Entre 2012 e 2015 a ação governamental buscou fortalecer três eixos da política de saneamento básico propostos pelo Plansab para a formulação de programas: (i) saneamento básico integrado, voltado para medidas estruturais (intervenções físicas) em áreas urbanas; (ii) saneamento rural; e (iii) saneamento estruturante, com foco em medidas de gestão que visam garantir a sustentabilidade das medidas estruturais.

Vale dizer que grande parte dos empreendimentos apoiados no PPA 2012-2015 ainda se encontram em processo de execução e devem atingir sua maturação ao longo do ciclo 2016-2019 do PPA. Espera-se, portanto, que os indicadores de saneamento básico possam apresentar boa evolução no próximo período, contribuindo também para melhorar a saúde, a qualidade de vida e cidadania.

O conjunto de indicadores avaliados no quadriênio do PPA 2012-2015 no âmbito do saneamento básico apresentaram, de um modo geral, boa evolução em resposta aos esforços em planejamento e gestão dos recursos públicos investidos no setor. Apesar de ter ocorrido redução percentual em alguns indicadores, o número absoluto de domicílios aumentou em todos eles, e além da ampliação de cobertura, diversos investimentos tem focado na melhoria dos sistemas e da qualidade dos serviços prestados.

Os domicílios com o acesso simultâneo aos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta e manejo dos resíduos sólidos cresceram em torno de 3,6 milhões, totalizando o atendimento de cerca de 61% da população brasileira.

Referente ao serviço de abastecimento de água, o atendimento dos domicílios teve um crescimento de 97,84% para 98,340 nas áreas urbanas, e de 71,55% para 75,40% nas áreas rurais, de 2011 para 2014, o que representou o acesso de mais de 5,4 milhões de novos domicílios.

Com relação ao serviço de esgotamento sanitário, o atendimento dos domicílios passou de 84,82% para 84,20% nas áreas urbanas, e de 29,39% para 31,3% nas áreas rurais, de 2011 para 2014. Para o acesso a banheiros ou sanitários, a proporção de domicílios que não possuem o acesso passou de 2,98%, no ano de 2011, para 2,15% em 2014.

Já para o serviço de coleta de resíduos sólidos, o atendimento dos domicílios passou de 93,34% para 92,20% nas áreas urbanas e de 29,60% para 35,20% nas áreas rurais, de 2011 para 2014.

Alguns indicadores possibilitam avaliar a qualidade dos serviços prestados e visam representar a gestão dos serviços públicos de saneamento básico. Os indicadores qualitativos de abastecimento monitoram o índice de perdas e intermitência na distribuição de água, portanto, influenciam no déficit qualitativo no abastecimento de água. Observa-se o decréscimo no índice de perdas de 38,80% no ano de 2010 para de 36,67% para o ano de 2014.

No que tange o esgotamento sanitário, o índice de esgoto tratado referente ao consumo de água obteve o avanço de 2,1 pontos percentuais, passando de 37,80% em 2010 para 40,78% no ano de 2014, conforme o diagnóstico do SNIS para os serviços de água e esgoto.

## **Objetivos dos Programas do PPA**

---

Os Programas Temáticos foram concebidos a partir de macro áreas de atuação do Governo e se organizam por categorias de planejamento tais como: Objetivos, Metas e Iniciativas e Indicadores.



Esse Monitoramento é realizado no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP de forma cumulativa.

### **Programa Temático 2040 Gestão de Riscos e Resposta a Desastres,**

**Objetivo 0169** - Promover a prevenção de desastres, houve um esforço de identificação das regiões mais críticas para os desastres de inundações, enxurradas, deslizamentos e seca. Como resultado, foi elencado um conjunto de 821 municípios prioritários que apresentaram os maiores índices de letalidade, desabrigados, desalojados e recorrências desses desastres.

O Ministério das Cidades tem sob sua responsabilidade, principalmente, a execução de intervenções de drenagem e de contenção de encostas em áreas urbanas com alto risco de deslizamentos.

Em dezembro de 2015, no âmbito do PAC 2, o montante de investimentos contratados para obras de drenagem totalizava R\$ 9,27 bilhões, equivalentes a 124 contratos, beneficiando 77 municípios. Desse valor contratado, R\$ 7,47 bilhões correspondem a contratações com recursos do Orçamento Geral da União - OGU e R\$ 1,80 bilhão a financiamentos (empréstimos públicos).

### **Programa Temático 2048 Mobilidade Urbana e Trânsito**

**Objetivo 0574** - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível possui estratificação de suas principais metas em função da população de investimentos em mobilidade urbana.

A Meta destinada a investir R\$ 22,4 bi em mobilidade urbana nas cidades com população superior a 700 mil habitantes e regiões metropolitanas atingiu 91,8% de execução em 31/12/2015, são R\$ 20,58 bilhões, considerando o somatório das contratações formalizadas, com valores de repasse e de empréstimo, de forma cumulativa de 2012 a 2015, incluindo OGU e FIN (FGTS e BNDES), PAC Mobilidade Grandes Cidades, Pacto pela Mobilidade, incluindo seleções pontuais (extra pauta), relativos a empreendimentos em municípios com população superior a 700 mil e regiões metropolitanas.

Visando atender à crescente demanda por melhorias da mobilidade urbana nas cidades brasileiras, a partir de junho de 2013 foi dado início à nova pactuação, com proposições do governo federal ao Pacto pela Mobilidade colocando mais recursos para investimentos em transporte público coletivo urbano, com estimativa inicial de R\$ 50 bilhões, incluindo também recursos para elaboração de Estudos de Viabilidade Técnico- Econômica – EVTE e projetos. Assim, foram destinados recursos novos a partir de 2014 que totalizaram R\$ 32 bilhões para atendimento de demandas de mobilidade urbana provenientes de municípios e estados, de fontes de recurso de financiamento e do OGU

Estas contratações abrangem, principalmente, elaboração de estudos, projetos e obras de Terminais, Corredores de Ônibus, *Bus Rapid Transit* (BRTs), Corredores fluviais, Veículos Leve sobre Trilhos (VLT), Trens Urbanos e Metrô.

Já para as cidades com população inferior a 700 mil habitantes, até 31 de dezembro de 2015, esta meta atingiu o total de **R\$ 6,107 bilhões**, valores de repasse e de financiamento, considerando os totais de FIN do PAC Mobilidade Médias Cidades, seleção de empreendimentos de sistemas de mobilidade urbana para cidades entre 250 a 700 mil habitantes, Pró-Transporte e um contrato do BNDES e de OGU e FIN do Pacto pela Mobilidade e outras seleções pontuais (extra pauta), atingindo **87,24%** de execução com relação aos R\$ 7 bilhões previstos na meta.

Em função de redução de valores contratados e cancelamentos/distratos de contratos houve ligeiro decréscimo em 2015 no atingimento da meta com relação à 2014, que foi de 6,17 bilhões.

**Objetivo 0577** - Dotar as cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol 2014 de sistemas de mobilidade urbana que conectem os polos geradores de viagens do evento, no âmbito do Ministério das Cidades, foram selecionados 32 empreendimentos. Todos tiveram contratos de financiamento assinados entre o Tomador do Recurso (Estados, Município e Distrito Federal) e os Agentes Financeiros, aqueles com recursos do FGTS a Caixa Econômica Federal e linha de financiamento do BNDES. Um contrato, de Natal foi distratado, passando a 31 contratos vigentes. Treze obras de mobilidade urbana foram concluídas até o final de 2015 e outras três atingiram percentual de execução superior a 90%. Foi viabilizada a continuidade das obras de infraestrutura de transporte e de mobilidade urbana, apesar de excluídas da Matriz de Responsabilidade, permanecendo em andamento com o objetivo de manter o legado e o benefício à população.

**Objetivo 0578** - Pavimentar e qualificar vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente: até 31/12/2015 na quantificação da meta tem-se 2.084,70 km de vias pavimentadas representando 41,7 % da meta total.

Estes empreendimentos também contribuíram com o transporte não motorizado (**Objetivo 0580**), visto que até 31 de dezembro de 2015 foram executadas 2.382,86 km de calçadas e 60,37 km de ciclovias.

### **Programa Temático 2049 - Moradia Digna,**

No **objetivo 0382** que visa melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários, entre janeiro de 2011 e dezembro de 2015 foram iniciadas 389 obras de urbanização, perfazendo investimento de R\$ 6,4 bilhões com previsão de beneficiamento, após a conclusão, de 631 mil famílias, sendo que até o final de 2015, foram concluídos 144 empreendimentos de urbanização. Ressalte-se que, devido à diversidade das metas contidas num projeto de urbanização de assentamentos precários, a conclusão de etapas da intervenção geram benefícios à comunidade antes mesmo do término do objeto. Por exemplo, entrega de equipamentos públicos, de unidades habitacionais e conclusão de metas de infraestrutura como drenagem e pavimentação.

O Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV está refletido no PPA 2012-2015 na forma do **Objetivo 0383**, ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda. Ao todo, já são mais de 2,5 milhões de unidades entregues até 31/12/2015. Isso significa que aproximadamente 10 milhões de pessoas já residem em uma moradia proveniente do programa.

A amplitude do programa também impressiona. Em 2015, foi superada a marca de 4 milhões de unidades contratadas, sendo que o programa já está presente em 5.346 municípios.

Quanto ao **objetivo 0384** que visa incentivar a expansão do crédito habitacional, ao final do ano de 2015, os agentes financeiros do SFH contrataram 72.451 operações de crédito imobiliário com pessoas físicas, não enquadráveis nas condições do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Essa quantidade apresenta-se quase 17% inferior ao total contratado em 2014. Já os valores de financiamento reduziram quase 10% em relação ao ano anterior, revertendo a tendência de crescimento que vinha sendo observada desde 2012.

No Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), também foi interrompida a tendência de crescimento observada no período de 2011 a 2014.

O resultado observado no ano de 2015 apresenta-se como consequência da reversão da combinação de fatores que interferiu positivamente no desempenho observado no período de 2012 a 2014, no que concerne aos tomadores de crédito: contribuíram para a queda na demanda por crédito

imobiliário a diminuição da renda real, o crescimento do índice de desemprego e Índice Nacional de Expectativa do Consumidor - INEC - com tendência de queda ao longo do ano de 2015, refletindo os índices de confiança da indústria, comércio e serviços.

O **objetivo 0385** visa ao fortalecimento da capacidade técnica e institucional dos agentes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, sendo que desde 2012, foi marcado pela continuidade do desenvolvimento dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social – PLHIS e no fomento à realização de estudos e pesquisas relacionados à habitação de interesse social.

No **objetivo 0755** - elevar os patamares da qualidade da construção civil, de um modo geral, os resultados alcançados no período de 2012 a 2015, revelam um ambiente favorável ao atingimento do objetivo proposto. Nesse período houve aceitação, por parte das construtoras, do monitoramento dos indicadores da qualidade voltados à sustentabilidade do canteiro de obras das empresas, no acompanhamento da geração de resíduos, consumo de água e energia, bem como a avaliação positiva da fusão dos níveis C e B; a adequação dos referenciais técnicos às novas versões da NBR ISO 9001 e a integração do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC) aos outros sistemas (Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos - SiMaC e Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores - SiNAT) do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H.

#### **Programa Temático 2054 - Planejamento Urbano**

No âmbito do **objetivo 0321**, de promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade, no que diz respeito ao “Projeto Orla”, sob a coordenação da SPU/MP, foram realizadas oficinas de elaboração do Plano de Gestão Integrada – PGI e audiências públicas em diversos municípios.

No que trata de projetos integrados de reabilitação urbana que promovam o desenvolvimento social e econômico, sob a coordenação do Ministério das Cidades, no período de execução deste PPA, deu-se continuidade às atividades de monitoramento dos contratos de repasse e convênios, cujos objetos em sua maioria consistiram na execução de obras para implantação de praças e demais espaços de uso público.

Para o **objetivo 0322** - Promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais, como forma de apoio aos municípios, o Governo Federal investiu, no quadriênio 2012-2015, na construção e disseminação de conhecimento e em atividades de capacitação dos entes federados sobre os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade e sobre as formas de implementação destes.

No âmbito do **objetivo 0324**, de promoção da regularização fundiária urbana, no período compreendido entre 2012 e 2015 foram concentrados esforços na coleta de subsídios junto aos agentes implementadores de processos de regularização fundiária urbana, visando o aprimoramento dos dispositivos legais atualmente utilizados. Além disso, buscou-se a adequação das normas de serviços extrajudiciais para o registro da regularização fundiária urbana aos dispositivos legais relativos ao tema. Esse trabalho resultou na publicação, em março de 2015, do provimento N° 44 da Corregedoria Nacional de Justiça, que estabelece normas gerais para o registro da regularização fundiária urbana em todo o país.

Em relação à ampliação do Programa Papel Passado, cabe ressaltar que, desde que começou a operar, o Programa vem apoiando atividades de regularização fundiária urbana com a transferência de recursos do Orçamento Federal. Neste contexto foram apoiadas, com recursos do Orçamento

Geral da União, ações de regularização fundiária em benefício de cerca de 398 mil famílias, entre 2004 e 2015.

Em relação à promoção da acessibilidade (**objetivo 1003**), destaca-se que a ideia de efetivar o acesso à cidade em condições isonômicas a todas as pessoas vem sendo construída ao longo desse último PPA com ações voltadas para a elaboração de projetos e execução de obras, seminários e parcerias. Ao longo de 2013 e 2014, foram apoiados oito (8) projetos oriundos de seleção pública realizada em dezembro de 2012, com vistas à elaboração de projetos de acessibilidade nas áreas de entorno do PAC Mobilidade Grandes Cidades, beneficiando seis (6) municípios. Também foram contratados 64 projetos/obras de acessibilidade com recursos oriundos de emendas parlamentares. No ano de 2015, a ação de acessibilidade voltou-se para a contratação de propostas para elaboração de projetos e execução de obras de acessibilidade, ajustes nos procedimentos de verificação de acessibilidade em projetos e obras apoiados com recursos do Ministério das Cidades, a elaboração de um curso à Distância, bem como a continuidade de trabalhos iniciados em anos anteriores.

A Portaria do Ministério das Cidades nº 324, de 18 de junho de 2014, define no âmbito do Ministério das Cidades as unidades responsáveis pelos Objetivos no PPA 2012-2015. A Diretoria de Desenvolvimento Institucional – DDI/Secretaria Executiva é unidade administrativa responsável de forma integral pelo Objetivo 0589 do Programa Temático 2054, motivo pelo qual esse Objetivo será apresentado a seguir.

**Tabela 2.5 - Objetivo: 0589**

Identificação do Objetivo			
<b>Descrição</b>	Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social.		
<b>Código</b>	0589	<b>Órgão</b>	56000 - Ministério das Cidades
<b>Programa</b>	Planejamento Urbano	<b>Código</b>	2054
<b>Metas Quantitativas não Regionalizadas</b>			
Objetivo não possui metas com esta classificação			
<b>Metas Quantitativas Regionalizadas</b>			
Objetivo não possui metas com esta classificação			
<b>Metas Qualitativas</b>			
<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta</b>		
1	Apoiar a instituição e ações de Conselhos das Cidades nos Estados e nos Municípios brasileiros.		
2	Capacitar técnicos e agentes sociais para fortalecer a gestão urbana e territorial por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades		
3	Fomentar a estruturação de Cadastros Territoriais Multifinalitários e o uso e disseminação de geotecnologias voltadas para o planejamento e desenvolvimento urbano		
4	Fortalecer e aprimorar o Sistema Nacional de Informações das Cidades (SNIC)		
5	Manter o Conselho Nacional das Cidades e amparar outras ações de participação social relevantes ao desenvolvimento urbano e sustentável		

Fonte: SIOF

Para a realização do objetivo: “Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social” tem-se a necessidade da incorporação de todos os agentes sociais no processo de construção de uma política urbana democrática e descentralizada, integrada e eficiente.

Nesse contexto, é importante o governo federal intervir para o alcance desse objetivo por meio da capacitação de agentes públicos e sociais para as políticas públicas urbanas integradas, o que constitui uma das tarefas importantes do Ministério das Cidades no processo de promoção do direito à cidade e da inclusão social.

Dessa forma, e tendo entre seus princípios e eixos de atuação a construção da igualdade e a melhoria da qualidade de vida nas cidades brasileiras, o Ministério das Cidades, por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC, promove, coordena e apoia programas de desenvolvimento institucional e de capacitação técnica que tenham como objetivo não apenas atender requisitos de eficácia e eficiência na execução de programas e projetos, mas, principalmente, colaborar na construção de uma cidade democrática e com justiça social.

Na realização do objetivo verifica-se que a baixa capacidade técnica para a elaboração e gestão de projetos urbanos vêm impactando significativamente o desenvolvimento institucional dos municípios brasileiros. Fatos como a baixa execução orçamentária ou a imperícia na execução e monitoramento de obras e programas repercutem igualmente na efetividade das políticas e programas do Ministério das Cidades.

Para tanto, o governo federal vem atuando na capacitação de técnicos e agentes sociais para fortalecer a gestão urbana e territorial, por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades. Destaca-se, o lançamento do Programa de Formação em Gestão de Projetos Urbanos, com o objetivo de fomentar entre os técnicos e gestores municipais um conjunto de conhecimentos gerais necessários para a gestão de projetos nas áreas do desenvolvimento urbano, por meio de uma metodologia estruturante, de forma a garantir a efetividade e aplicabilidade imediata de seus resultados.

Além disso, é expressiva a ampliação do número e do alcance nacional das capacitações em função da consolidação do Programa Nacional de Capacitação das Cidades, por meio do Portal Capacidades. No âmbito do PNCC, ocorreram 7.538 capacitações durante os anos de 2012 a 2013, em 2014 ocorreram 4.922 capacitações, em 2015 alcançou 24.966 capacitações. Dessa forma, tem-se um acumulado de 37.426 capacitações no período de vigência do Plano.

Em 2015, deu-se continuidade às atividades do Portal Capacidades, por meio da veiculação de 17 cursos à distância, e ao Programa de Apoio à Extensão Universitária – Proext, com a implementação de 16 projetos e 11 programas em parceria com instituições federais e estaduais para a capacitação de técnicos e gestores municipais. Dando continuidade ao Programa de Formação em Gestão de Projetos Urbanos, foram realizadas as etapas presenciais com a promoção das oficinas sobre projetos urbanos nas áreas de Habitação; Saneamento; Transporte e Mobilidade Urbana; Acessibilidade e Regularização Fundiária, capacitando 333 pessoas.

Outro grande destaque deste objetivo se refere à organização da 5ª Conferência Nacional das Cidades. O Ministério das Cidades organizou em parceria com a CAIXA e governos estaduais, 25 seminários estaduais de Mobilização para a 5ª Conferência Nacional das Cidades. Os encontros foram coordenados por Conselheiros Nacionais do ConCidades e tiveram o objetivo de estimular a realização da Conferências Municipais das Cidades, evento que fortalece a participação social, além de estimular a criação de conselhos locais. Os seminários reuniram no total cerca de 3.000 participantes em 25 estados da federação: Acre, Pernambuco, Goiás, Amazonas, Maranhão, Paraná, Sergipe, Roraima, Santa Catarina, Bahia, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia,

Piauí, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Ceará, Paraíba, Minas Gerais, Amapá, Tocantins, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Como resultado, foram realizadas Conferências Municipais e Estaduais das Cidades em diversas partes do país. As Conferências permitiram conhecer as realidades locais, estaduais e regionais dentro das especificidades socioterritoriais e propiciaram a articulação nacional de diversos segmentos da sociedade civil. Elas ocorreram previamente à 5ª Conferência Nacional das Cidades, que ocorreu entre os dias 20 e 24 de novembro de 2013, em Brasília. A Conferência Nacional tratou da Reforma Urbana e da criação de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, considerando os avanços, as dificuldades, os desafios e as propostas consolidadas nas conferências locais. No âmbito do ConCidades foi desenvolvida uma proposta para a criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, cujo texto aborda quatro grandes temas:

1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

O texto serviu de base para as discussões locais, onde foram apresentadas propostas de modificações e emendas. Além disso, as conferências locais discutiram e apresentaram propostas para as prioridades municipais e estaduais (incluindo o Distrito Federal), bem como para as prioridades do Ministério das Cidades no que se refere à Política de Desenvolvimento Urbano no período 2014-2016. O objetivo foi avaliar a prioridade que está sendo dada à política no âmbito local, bem como avaliar se ações, programas e projetos eleitos como prioridades pelo Governo Federal no âmbito do Ministério das Cidades atendem às necessidades das políticas locais de desenvolvimento urbano.

Ainda no âmbito da 5ª Conferência foram eleitas as entidades para o 5º mandato do ConCidades com vigência de julho de 2014 a março de 2017.

### **Programa Temático 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos**

**Objetivo 0565** - Prevenir a violação de direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano - foram atendidas as demandas encaminhadas por meio de diligências, articulações intergovernamentais e negociação entre partes envolvidas em conflitos urbanos tais como remoções, reintegrações de posse e violação dos direitos à moradia.

Para realização deste objetivo o Programa atua em duas vertentes estratégicas: de forma direta, mediante o monitoramento e acompanhamento das ações de desenvolvimento urbano e da regulamentação de matéria que trata da conduta do reassentamento de famílias afetadas por intervenções geradoras de impactos urbanos e sociais, com base na Constituição Federal, no Estatuto da Cidade e nas orientações da ONU; e de forma indireta, por meio de estratégias de parceria e articulação institucional com entes públicos, entidades e órgãos essenciais da justiça.

De forma descentralizada, através da celebração de Acordos de Cooperação Técnica, Protocolos de Cooperação Federativa e convênios com Estados, Municípios, Distrito Federal, entidades e órgãos essenciais da Justiça, para estruturação de instâncias estaduais de prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos com vistas a garantir os direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano.

No Programa Temático 2068 - Saneamento Básico

**Objetivo: 0353 - Implantar medidas estruturantes que visem à melhoria da gestão em saneamento básico, compreendendo a organização, o planejamento, a prestação dos serviços, a regulação e fiscalização, e a participação e controle social.**

As ações estruturantes consistem em ações que dão suporte político e gerencial para a sustentabilidade da prestação dos serviços e se encontram tanto na esfera do aperfeiçoamento da gestão, em todas as suas dimensões, quanto na melhoria cotidiana e rotineira da infraestrutura física. É uma dimensão explorada pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), disponível no sítio eletrônico do Ministério das Cidades ([www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br)).

Com relação ao planejamento, um dos pilares da gestão expresso na Lei do Saneamento, além de coordenar a implementação, monitoramento e avaliação do Plansab, o Governo Federal tem atuado na elaboração dos Planos Regionais de Saneamento Básico das Regiões Integradas de Desenvolvimento (Rides) e na capacitação e apoio à elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico.

Entre 2012 e 2015 foram realizadas atividades de capacitação de membros de órgãos colegiados, prestadores de serviços e técnicos do setor.

**Objetivos 0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.**

A carteira de obras e projetos de saneamento básico sob gestão do MCidades é composta por 1.294 operações incluídas no PAC 2, no valor de R\$ 43,10 bilhões. Desse total, foram contratadas, em 2015, 82 operações, contemplando investimentos de R\$ 4,08 bilhões, sendo 18 operações (R\$ 1,15 bilhões) em abastecimento de água; 33 operações (R\$ 2,26 bilhões) em esgotamento sanitário; 4 operações em manejo de águas pluviais (R\$ 182,5 milhões); 9 operações de saneamento integrado (R\$ 427,7 milhões); 1 operação de redução de perdas R\$ 5,2 milhões); e 17 operações de Estudos e Projetos (R\$ 50,58 milhões).

O aumento dos investimentos promovido pelo PAC tem contribuído, de uma maneira geral, para a melhoria dos indicadores de acesso aos serviços de saneamento. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD aponta que o número de domicílios urbanos com acesso à rede geral de água com canalização interna aumentou em 31% entre 2004 e 2013. Nesse período, o acesso aos serviços aumentou de 39,75 milhões domicílios urbanos em 2004 (90,4% de cobertura) para 52,02 milhões em 2013 (93,1% de cobertura). Isso representa um acréscimo de 12,27 milhões domicílios urbanos com acesso à rede geral de água. As Regiões Sudeste e Nordeste foram as que apresentaram o maior aumento da quantidade de domicílios com acesso à água entre 2004 e 2013 (4,85 milhões e 3,45 milhões, respectivamente). Em relação à cobertura do esgotamento sanitário (rede e fossa séptica), 34,22 milhões domicílios urbanos possuíam acesso a rede geral de esgoto ou fossa séptica em 2004 (77,8% de cobertura), número que passou a ser 46,84 milhões em 2013 (83,9% de cobertura). Ou seja, 12,63 milhões domicílios passaram a ter acesso aos serviços entre 2004 e 2013. A Região Sudeste teve o maior incremento de domicílios à rede de esgoto entre 2004 e 2013 (6,33 milhões domicílios), enquanto a Região Norte teve o menor índice, incrementando somente 516 mil domicílios ao sistema no período.

Conforme resultados mencionados, avalia-se que o desempenho do Programa tem sido satisfatório embora ainda ocorram dificuldades para a redução da duração dos ciclos dos projetos (atrasos e paralisações nas obras, determinados em geral por fatores múltiplos e complexos e, em especial pela

qualidade dos projetos de engenharia), ou seja, ainda há que se reduzir os tempos entre a contratação e a conclusão das obras.

Entretanto, o Governo Federal tem buscado contornar as dificuldades mencionadas atuando em diversas frentes para resolução ou amenização desses obstáculos. Uma primeira estratégia é a intensificação do monitoramento dos empreendimentos selecionados e contratados no âmbito do Programa. Para as operações com cronograma atrasado ou paralisado são realizadas reuniões presenciais no Ministério, participação, videoconferências e reuniões dos Gabinetes de Gestão Integrada – GGI nas dependências da CAIXA localizadas nos estados

Cumprе salientar ainda que o resultado do ano foi fortemente influenciado pela suspensão do início da execução de novos empreendimentos a partir de 30/06/2015. Esta medida foi adotada para fazer frente ao contingenciamento financeiro provocado pela crise econômica por que passa o país. Com esta medida deixou-se de iniciar a execução de 45 contratos para execução de obras de abastecimento de água, esgotamento sanitário, saneamento integrado e manejo de águas pluviais, cujo valor de investimento perfaz R\$ 1,57 bilhão e que beneficiariam 15 UF e 36 municípios.



## 2.3.2-A Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

### Ações do OFSS

#### Quadro 2.1 - Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código	10.56101.15.452.2054.8872 Tipo: Atividade					
Título	8872 - Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades					
Iniciativa	02B4 Fortalecimento da gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social					
Objetivo	Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento integrado e com participação social Código: 0589					
Programa	Planejamento Urbano Código: 2054 Tipo: Atividade					
Unidade Orçamentária	56101 - Ministério das Cidades					
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
509.600,00	407.680,00	137.305,59	137.305,59	137.305,59		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Pessoa capacitada		Unidade	500	500	24.966	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
30.000,00	30.000,00	0,00	Pessoa capacitada	Unidade	250	

Fonte: SIOP, jan/2016.

### Análise Situacional

Por meio do Portal Capacidades ([www.capacidades.gov.br](http://www.capacidades.gov.br)) e de sua plataforma virtual foram realizadas as seguintes atividades EAD e presenciais no ano de 2015, no âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC:

- Cursos realizados por meio da Plataforma de Educação a Distância do Portal Capacidades ([www.capacidades.gov.br](http://www.capacidades.gov.br)):

Cursos de autoinstrução: Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário – 665 pessoas; Instrumentos do Estatuto da Cidade – 272 pessoas; Reabilitação Urbana com foco em Áreas Centrais – 1.246 pessoas; Introdução à Coleta de Dados 2012 do SNIS - Água e Esgotos – 559

pessoas; Planos de Saneamento Básico – 1.136 pessoas; Introdução ao Estudo do SNIS - Série Histórica – 802 pessoas; Obras Públicas de Edificação e de Saneamento - Módulo Planejamento (TCU) – 801 pessoas; Trabalho Social em Programas de Habitação de Interesse Social – 1.121 pessoas.

- 1ª Etapa do Programa de Formação em Gestão de Projetos Urbanos (EAD):

Curso I – O Ministério das Cidades: estruturas e políticas sob sua responsabilidade – 643 pessoas; Curso II – Projetos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – 375 pessoas; Curso III – Operações decorrentes de financiamentos – 292 pessoas; Curso IV – Projetos no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – 364 pessoas; Curso V – Transferências voluntárias – 184 pessoas; CURSO VI - Curso Básico: Gestão de Projetos Urbanos – 7.452 pessoas; CURSO VII - Projetos em Habitação – 1.905 pessoas; CURSO VIII - Projetos em Saneamento - 1.357 pessoas; CURSO IX - Projetos em Mobilidade Urbana – 1.490 pessoas; CURSO X - Projetos em Regularização Fundiária – 1.716 pessoas.

- 2ª Etapa do Programa de Formação em Gestão de Projetos Urbanos (Etapa presencial): Região Sul - Curitiba/PR – 72 pessoas; Região Nordeste – São Luís/MA – 115 pessoas; Região Sudeste - Barueri/SP – 58 pessoas; Região Nordeste (2ª turma) - Fortaleza/CE – 88 pessoas.

- Atividades de capacitação presenciais realizadas com o apoio de parceiros institucionais:

Seminários de Sensibilização para a Política e o Plano de Mobilidade Urbana (Fortaleza/CE, Boa Esperança/MG, São Luís – MA) – 248 pessoas; Oficina para a Elaboração de Planos de Mobilidade Urbana (Juiz de Fora/MG, Forquilha/SC, Mafra/SC, Jundiá/SP, Mogi das Cruzes/SP, Campinas/SP, Pirassununga/SP, Corumbá/MS, Palmas/TO) – 602 pessoas; Curso sobre Requisitos e Desafios para Análise Técnica e Financeira de Projetos de Biogás no Setor de Saneamento - Módulo 1, Brasília/DF – 25 pessoas; Curso sobre Requisitos e Desafios para Análise Técnica e Financeira de Projetos de Biogás no Setor de Saneamento - Módulo 2: Análise técnica e financeira de projetos de ETEs, Brasília/DF – 16 pessoas; Curso sobre Requisitos e Desafios para Análise Técnica e Financeira de Projetos de Biogás no Setor de Saneamento - Módulo 2: Análise técnica e financeira de projetos de RSU, Brasília/DF – 15 pessoas; Curso sobre Manutenção das ferramentas do Portal Capacidades, Brasília/DF – 20 pessoas; Curso sobre as Ferramentas e Aplicativos do Portal Capacidades, Brasília/DF – 10 pessoas; Seminário Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário (CTM), Fortaleza/CE – 63 pessoas; Seminário Internacional Planejamento Metropolitano: Governança, Ordenamento Territorial e Serviços Metropolitanos em Debate, Brasília/DF – 103 pessoas. - XVI ENAMPUR - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Belo Horizonte/MG – 1.151 pessoas.

**Quadro 2.2 - Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS**

Identificação da Ação						
Código	10.56101.15.126.2054.20NP Tipo: Iniciativa apoiada					
Título	20NP - Aprimoramento do Sistema Nacional de Informações das Cidades					
Iniciativa	02B4 - Fortalecimento da gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social					
Objetivo	Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento integrado e com participação social Código: 0589					
Programa	Planejamento Urbano Código: 2054 Tipo: Atividade					
Unidade Orçamentária	56101 - Ministério das Cidades					
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.300.000,00	1.040.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Iniciativa apoiada		Unidade	1	1	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Iniciativa apoiada	unidade	0	

Fonte: SIOP, jan/2016.

**Análise Situacional**

O Sistema Nacional de Informações das Cidades (SNIC) foi desenvolvido pelo Ministério das Cidades com objetivo de atender às necessidades de planejamento e gestão do Governo Federal e, principalmente, de disponibilizar para as administrações municipais e para a população em geral informações sobre as cidades brasileiras e ferramentas de apoio à gestão municipal. Voltado para permitir o controle da aplicação dos recursos públicos e apoiar o planejamento do Ministério das Cidades e das prefeituras brasileiras, o SNIC reúne em uma única base dados e informações de diversas fontes, como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), do Banco de Dados do Sistema Único de Saúde (Datapus), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), entre outras, totalizando mais de 1.200 indicadores para cada município brasileiro, cujas informações são constantemente atualizadas, no qual o Sistema é mantido.

Em 2013 foi realizada a aquisição de imagens de satélite do município de Itaquitinga – PE e no ano de 2012 foram realizadas duas edições do Curso “Brasil em Cidades – Sistema Nacional de Informações das Cidades”. Em 2014 deu-se continuidade à doação de imagens de satélite e no

segundo semestre de 2014 está prevista uma atualização do Sistema. Durante o 2º semestre de 2014, foi iniciado um processo de negociação com a FUNCATE para atualização do sistema e instituída uma sala de situação no Departamento de Políticas de Acessibilidade e Planejamento Urbano/SNAPU. No ano de 2015, o Ministério das Cidades, por meio da DDI/SE, com o objetivo de otimizar a utilização dos recursos, optou em realizar um planejamento para o desenvolvimento de soluções mais abrangentes e integradas, ou seja, consultas deverão ser realizadas com aplicativo que trabalhe na consolidação e integração de base de dados de origens distintas. Esta alteração é devido à necessidade de controle e de planejamento dos diversos projetos que podem ser desenvolvidos/executados numa mesma região, otimizando os custos de projetos e minimizando as possíveis interferências.

### Quadro 2.3 - Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código	<b>4055 Tipo: Atividades</b>					
Título	<b>4055- Fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano</b>					
Iniciativa	Fortalecimento a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social					
Objetivo	Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social. Código: 0589					
Programa	Planejamento Urbano Código: 2054 Tipo: Atividades					
Unidade Orçamentária	56101 – Secretaria-Executiva					
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
425.000,00	340.000,00	189.296,00	71.000,00	71.000,00	0	118.296,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto realizado		Unidade				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: SIOP - Seconcid

### Análise Situacional

O Conselho das Cidades, no período de 2015, contribuiu com o Estado Brasileiro com a elaboração do Relatório Nacional para a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), a realizar-se em Quito, de 17 a 20 de outubro de 2016. Nesse processo o País elaborou um documento que apresenta a evolução das políticas/ações dessa área nos

últimos vinte anos. O ConCidades participou da elaboração do documento compondo o Grupo de Trabalho (GT) ONU Habitat que também conta com a participação de representantes do Governo.

Em fevereiro de 2015, o Brasil realizou, no auditório do Palácio do Planalto, o Seminário Nacional Habitat III, que contou com a presença de cerca de 200 pessoas, entre representantes de órgãos governamentais e da sociedade civil, e foi transmitido ao vivo pela internet.

O GT se reuniu nos dias 09/04 e 21/08, quando aprovou o texto do Relatório Brasileiro para a Habitat III.

#### **Quadro 2.4 - Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS**

Identificação da Ação						
Código	4420 Tipo: Atividades					
Título	4420- Funcionamento do Conselho das Cidades - Nacional					
Iniciativa	Fortalecimento a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social					
Objetivo	Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social. <b>Código:</b> 0589					
Programa	Planejamento Urbano		<b>Código:</b> 2054		<b>Tipo:</b> Temático	
Unidade Orçamentária	56101 – Ministério das Cidades					
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.550.000,00	1.550.000,00	1.287.928,57	1.284.759,23	1.284.759,23		3.169,34
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Conselho Mantido		unidade	1	1	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
			Conselho Mantido	Unidade		

Fonte: SIOP - Seconcid

#### **Análise Situacional**

O ano de 2015 marcou o início da 6ª Conferência Nacional das Cidades com a aprovação do calendário, do regimento da Conferência Nacional das Cidades; do texto de referência e da metodologia da etapa municipal. Para a coordenação dessas atividades foi instituída a Coordenação Executiva da 6ª CNC, composta por Conselheiros (as) e dividida em quatro comissões (Comissão de Metodologia e Sistematização; Comissão de Mobilização e Articulação; Comissão de Infraestrutura e Logística; e Comissão Nacional Recursal e de Validação).

A Executiva da 6ª CNC e as suas comissões realizaram as seguintes reuniões:

- Coordenação Executiva da 6ª CNC (20/08);
- Coordenação Executiva da 6ª CNC (09 e 10/09);
- Coordenação Executiva da 6ª CNC (30/11);
- Comissão de Metodologia e Sistematização (06 e 07/10);
- Comissão de Metodologia e Sistematização (21/10);
- Comissão de Mobilização e Articulação no dia (05/11);
- Comissão de Metodologia e Sistematização (12 e 13/11)
- Encontro com as comissões preparatórias estaduais (04/12);

Paralelamente aos trabalhos da 6ª CNC e da Conferência Habitat III, o Conselho das Cidades seguiu a determinação do seu regimento interno e realizou suas quatro reuniões ordinárias, em Brasília-DF. Nessas reuniões foram aprovadas as seguintes resoluções:

Tabela 2.6 - Resoluções do ConCidades

<b>Resoluções do ConCidades</b>	<b>CONTEÚDO</b>
<b>Resolução Recomendada nº 173 de 03/12/2014 (43ª Reunião). DOU nº 44 de 06/03/2015 - Seção 1, pg 57.</b>	Recomenda ao Ministério das Cidades e à Caixa Econômica Federal a criação de uma força-tarefa com o objetivo de realizar um diagnóstico detalhado das dificuldades específicas de execução dos ritos processuais no Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades.
<b>Resolução Recomendada nº 175 de 13/03/2015 (44ª Reunião). DOU nº 101 de 29/05/2015 - Seção 1, pg 94.</b>	Recomenda à Secretaria Geral da Presidência da República a realização de seminário nacional no âmbito da Lei 13.019, de 31 de julho de 2014 – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.
<b>Resolução Recomendada nº 177, de 17 de junho de 2015 (45ª Reunião). DOU Nº171 de 08/09/2015 Seção 1, pg 57.</b>	Recomenda aos Estados a adequação do arcabouço legal das Regiões Metropolitanas ao Estatuto da Metrópole e a publicação de orientações pelo Ministério das Cidades.
<b>Resolução Recomendada nº 178, de 17 de junho de 2015 (45ª Reunião). DOU Nº171 de 08/09/2015 Seção 1, pg 57.</b>	Recomenda aos Estados e Municípios a posse dos conselheiros eleitos durante a quinta edição da Conferência Nacional das Cidades.
<b>Resolução Recomendada nº 179, de 17 de junho de 2015 (45ª Reunião). DOU Nº171 de 08/09/2015 Seção 1, pg 57.</b>	Recomenda aos Governos dos Estados do Amazonas e Goiás a adoção das medidas necessárias para o funcionamento dos respectivos Conselhos Estaduais das Cidades.

<b>Resolução Recomendada nº 181, de 17 de setembro de 2015 (46ª Reunião). DOU Nº 171 de 08/09/2015 Seção 1, pg 57.</b>	Aprova e recomenda ao Ministério das Cidades que encaminhe à Presidência da República o Relatório Preliminar do Brasil, para a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III).
<b>Resolução Recomendada nº 183, de 17 de setembro de 2015 (46ª Reunião)</b>	Recomenda ao Governo do Estado do Pará a adoção das medidas necessárias para a retomada do funcionamento do Conselho Estadual das Cidades, ConCidades do Pará.
<b>Resolução Recomendada nº 186, de 17 de setembro de 2015 (46ª Reunião). DOU Nº 171 de 08/09/2015 Seção 1, pg 57.</b>	Recomenda aos Conselhos Municipais e Estaduais das Cidades que acompanhem os investimentos contratados no âmbito do Ministério das Cidades na área de saneamento básico e que remetam relato ao Conselho das Cidades.

Fonte: Seconcid

Para o bom andamento dos trabalhos do ConCidades, está definida, no seu Regimento Interno, a Coordenação Executiva do Conselho das Cidades que tem como algumas de suas atribuições (preparar a pauta das reuniões do ConCidades, definir o calendário de reuniões...). Essa Coordenação se reuniu 7 vezes no ano de 2015:

- 34ª Reunião da Coordenação Executiva do Conselho das Cidades (05/02);
- 35ª Reunião da Coordenação Executiva do Conselho das Cidades (23/04);
- 36ª Reunião da Coordenação Executiva do Conselho das Cidades (01/06);
- 37ª Reunião da Coordenação Executiva do Conselho das Cidades (24/07);
- 38ª Reunião da Coordenação Executiva do Conselho das Cidades (21/08);
- 39ª Reunião da Coordenação Executiva do Conselho das Cidades (23/10);
- 40ª Reunião da Coordenação Executiva do Conselho das Cidades (13/11).

Em 2015 o ConCidades realizou a reunião dos seguintes Grupos de trabalho:

- GT Conflitos Fundiários Urbanos (28/04; 18/06; 15/09; 08/10 e 30/11);
- GTi Plansab (28/04; 18/06; 15/09; 08/10 e 30/11);
- GT Autogestão (02/06);
- GT Assistência Técnica (02/06; 23/07; 02/09; 22/10 e 12/11);
- GT Pacto da Mobilidade Urbana (08/06 e 14/06);
- GT Orçamento (15/06 e 13/11);
- GT Conferência (15/06);
- GT SNDU (29/07; 11/09; 07/10; 11/11; 09/12);
- Fórum Dialoga Brasil no PPA (14, 15 e 16/04; 28 e 29/07);
- Oficina Estatuto da Metrópole (29 e 30/04).

**Quadro 2.5 - Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS**

Identificação da Ação						
Código	<b>1D73</b>		Tipo: PROJETO			
Título	APOIO À POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO					
Iniciativa	FORTALECIMENTO DA GESTÃO MUNICIPAL E INTERFEDERATIVA PARA O PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO E COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL					
Objetivo	FORTALECER A GESTAÇÃO MUNICIPAL E INTERFEDERATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO E COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL Código: 0589					
Programa	PLANEJAMENTO URBANO		Código: <b>2054</b>		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	<b>56101 – MINISTÉRIO DAS CIDADES</b>					
Ação Prioritária	( ) Sim ( <b>X</b> ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.356.308.3866	3.834.880.682	1.478.456.277	7.967.180	7.967.180	0	1.470.489.097
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
PROJETO APOIADO		UNIDADE				2.142
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.222.156.124	924.470.690	(-4.892.096)	PROJETO APOIADO	UNIDADE	2.386	

Fonte: SIOP - SPOA

### **Análise Situacional**

A ação orçamentária é vinculada em sua maior parte a emendas parlamentares que apoiam projetos de infraestrutura urbana. Em 2015, a ação orçamentária sofreu forte contingenciamento pelo Governo, em virtude do cenário fiscal.

Desde o exercício de 2014, vem sendo executado orçamento impositivo, que no exercício de 2015 foi sacramentado na Constituição Federal de 1988, por meio da Emenda Constitucional nº 86/2015.

O orçamento impositivo representou naquele exercício o montante de R\$ 1.714.614.197,00, ou seja, 45% da dotação final, que foi de R\$ 3.834.880.682,00.

Dos valores liquidados no exercício de 2015 relativos ao orçamento do próprio exercício, foram apoiados cinco projetos destinados aos municípios de Agudo/RS, Dionísio Cerqueira/SC, Faxinal do Soturno/RS, Gaspar/SC e Várzea Paulista/SP.



Como a maior parte dos recursos é destinada a investimentos (empreendimentos de construção civil), o que normalmente demanda um tempo maior do que um exercício para o término do serviço, a liquidação e o pagamento da despesa não ocorrem dentro do mesmo exercício. Outro fator relevante é que a liberação de limite de empenho da maioria dos recursos geralmente ocorre no final do ano. Justifica-se assim, o alto volume de restos a pagar não processados inscritos na ação. O valor de R\$ 1.470.489.097,00 foi inscrito em restos a pagar não processados, conforme o disposto no Decreto nº 93.872/96.

## 2.3.2-B - AÇÕES FUNSET/DENATRAN

### Quadro 2.6 - Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	<b>4398</b>					
<b>Descrição</b>	Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento na Área de Trânsito					
<b>Iniciativa</b>	02AV - Desenvolvimento de estudos, pesquisas e soluções técnicas, promovendo a produção e disseminação de conhecimento e a inovação tecnológica nas áreas de mobilidade urbana, trânsito e transporte sobre trilhos.					
<b>Objetivo</b>	Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável. <b>Código: 0584</b>					
<b>Programa</b>	Mobilidade Urbana		<b>Código: 2048</b>		<b>Tipo: Temático</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	56901					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
<b>3.000.000,00</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
<b>Projeto Elaborado</b>		<b>Unidade</b>	Previsto	Reprogramado	Realizado	
			<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores*						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
<b>8.645.966,73</b>	<b>4.251.107,50</b>	<b>4.226.139,23</b>	<b>Projeto Elaborado</b>		<b>Unidade</b>	<b>2</b>

Fonte: SIOP: Execução Física; Tesouro Gerencial: Execução Orçamentária e Financeira; Órgão responsável, em 26 de fevereiro de 2016.

### Análise situacional

As maiores dificuldades das gestões para elaboração de um plano de ampliação das ações de aplicação dos recursos nas finalidades legais do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET são a limitação orçamentária e o contingenciamento efetuado anualmente pelo governo ao processo orçamentário, sendo a arrecadação crescente enquanto que a disponibilidade de recursos para aplicação na sua finalidade específica é decrescente.

A proposta orçamentária elaborada pelo DENATRAN inicialmente previa o valor de R\$ 324,8 milhões para atender as ações a seguir: Educação para a Cidadania no Trânsito, Publicidade de Utilidade Pública, Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento na Área de Trânsito, Fomento a Projetos Destinados à Redução de Acidentes no Trânsito, Apoio ao Fortalecimento Institucional do Sistema Nacional de Trânsito e Administração da Unidade.

Com grandes restrições orçamentárias, agravada pelo processo de retração da economia brasileira em 2015, o DENATRAN empreendeu esforços, considerando o referencial de R\$ 150 milhões determinado pela Lei Orçamentária Anual – LOA. Os valores da proposta Orçamentária de 2015 foram readequados, reduzindo significativamente as ações de Fomento a Projetos de Publicidade e de Utilidade Pública, e realocados valores para manutenção das ações considerada de caráter continuado e de manutenção da Administração.

### **Ação: 4398 – Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento na Área de Trânsito (Objetivo 0584)**

Esta ação destina-se a promover e divulgar estudos e pesquisas visando o aumento da segurança, o aprimoramento das normas, a gestão e a fiscalização de trânsito, além de desenvolver ou apoiar projetos que induzam a inovação tecnológica na área de trânsito.

Esta ação possui a meta física de 2 projetos elaborados para 2015. Todavia, não houve execução do valor de 3 milhões autorizado pela LOA.

No âmbito do DENATRAN, foram tratados projetos relevantes para o fortalecimento institucional, regulação na área de trânsito e segurança veicular, a saber:

**1) Termo de Cooperação nº 1/2014:** a Universidade de Brasília-UNB apresentou último Relatório Parcial de Atividades Desenvolvidas, considerando o período de junho/2014 a setembro/2015. Nesse documento, verifica-se que dos 34 (trinta e quatro) processos encaminhados à UNB pelo DENATRAN para investigação de defeitos que possam resultar em riscos à saúde e segurança dos ocupantes dos veículos ou de terceiros, 22 (vinte e dois) tiveram os devidos encaminhamentos, sendo que 18 (dezoito) processos foram finalizados e 4 (quatro) estão sob análise mais aprofundada de pesquisa pela Universidade. Com base nessa documentação, o DENATRAN tem comunicado ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC do Ministério da Justiça os resultados das investigações, gerando ou não a necessidade de realização de campanhas de chamamento de veículos (recall). Com relação ao outro objeto do TED nº 01/2014, que é o desenvolvimento do projeto do Centro de Teste, a Unb apresentou ao DENATRAN o Plano de Governança do Centro, com o Regimento Interno desta unidade. Apresentou, ainda, um Levantamento Preliminar de Equipamentos e custos e um planejamento preliminar da área administrativa do Centro de Testes, com plantas baixas preliminares de suas instalações físicas. Todos esses documentos estão sendo amplamente debatidos entre as equipes técnicas das duas instituições para melhoramento do projeto. Dessa forma, o desenvolvimento do TED nº 01/2014 vem ocorrendo de maneira satisfatória, conforme previsto no Plano de Trabalho, que se encerra em 2017.

**2) Prêmio Denatran de Inovação Tecnológica em Segurança Veicular:** foi implantada na XIV edição do Prêmio Denatran a categoria intitulada

“Segurança Veicular”, com o objetivo de instigar os alunos dos cursos de graduação de engenharia e/ou os engenheiros recém formados, bem como os seus respectivos orientadores, que desenvolveram o trabalho de conclusão de curso (TCC) na área de segurança do veículo, sobre a importância desse tema na segurança dos usuários da via. Contudo, a categoria não teve procura por parte do público alvo, não tendo sido entregue os prêmios previstos para esta edição.

## Quadro 2.7 - Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	<b>20YZ</b>					
<b>Descrição</b>	Apoio ao Fortalecimento Institucional do Sistema Nacional de Trânsito - SNT					
<b>Iniciativa</b>	02BB – Aprimoramento do Sistema Nacional de Trânsito promovendo a melhoria do desempenho de seus órgãos e entidades, estimulando a educação, a fiscalização, a engenharia e a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito.					
<b>Objetivo</b>	Aprimorar o Sistema Nacional de Trânsito promovendo a melhoria do desempenho de seus órgãos e entidades, estimulando a educação e a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito. <b>Código: 0591</b>					
<b>Programa</b>	Mobilidade Urbana		<b>Código: 2048</b>		<b>Tipo: Temático</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	56901					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
114.000.000,00	114.000.000,00	107.732.804,01	81.213.724,07	72.289.788,83	8.923.935,24	26.519.079,94
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Órgão Apoiado		Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado	
			10	10	10	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores*						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada RAP	
4.627.018,61	4.603.050,56	0	Órgão Apoiado	Unidade	8	

Fonte: SIOP: Execução Física; Tesouro Gerencial: Execução Orçamentária e Financeira; Órgão responsável, em 26 de fevereiro de 2016.

### Análise Situacional

A ação 20YZ originou-se da aglutinação de três ações que compunha o antigo PPA, a saber: 8028 – Fortalecimento Institucional dos Órgãos e Entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), 4410 – Sistema de Informações do SNT e 6622 – Capacitação de Profissionais do Sistema Nacional de Trânsito.

Do montante autorizado no orçamento anual de **R\$ 114 milhões**, foram empenhados **R\$ 107.947.804 milhões** e liquidado o valor de **R\$ 81.419.291 milhões**, representando **71,42%** de execução.

Ressalta-se que a falta de contrato com empresa de eventos no Ministério das Cidades tem dificultado sobremaneira a realização de reuniões, câmaras temáticas, grupos de trabalho, fóruns

consultivos, entre outros que necessitam ser realizados por disposição legal.

Em 2015 o Governo Federal, visando o fortalecimento institucional do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, realizou ações voltadas para a regulação na área de trânsito por meio da edição de 60 Resoluções analisadas e aprovadas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN. Além disso, foram integrados 48 municípios ao SNT, totalizando 1.481 municípios integrados ao Sistema, que comportam 71% da população brasileira.

Concernente à fiscalização de Órgãos e Entidade de Trânsito, em 2015 o DENATRAN realizou 22 fiscalizações em Instituições Técnicas Licenciadas - ITLs. Número abaixo da meta devido ao contingenciamento orçamentário e financeiro e a redução da equipe de servidores do Departamento.

Foram realizadas 10 diligências e visitas técnicas aos órgãos e entidades executivos de trânsito (DETRANs) dos seguintes estados: Bahia, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rondônia. Na ocasião, o DENATRAN verificou a relação entre os DETRANs e os demais órgãos autuadores da UF, municipalização e integração ao Sistema RENAINF, fluxo de pagamentos e solicitações de pagamentos do Sistema RENAINF, Repasses ao FUNSET e ao DENATRAN. Foi realizada em setembro Oficina Técnica RENAINF com cerca de 60 municípios do Estado de São Paulo que enfrentam problemas no Sistema RENAINF, tais como comunicação eletrônica, emissão de boletos e operacionalização.

O DENATRAN manteve sua participação como membro da delegação do governo brasileiro no Fórum Mundial para a Harmonização dos Regulamentos Veiculares (WP.29) das Organizações das Nações Unidas - ONU. Participou também, no Rio de Janeiro, de 1 reunião do Sub-grupo de Trabalho da Indústria Automotiva (SGT-03) do MERCOSUL, discutindo o tema da segurança veicular com os países da região.

Em 2015, não foram realizadas viagens para o acompanhamento de Ensaios de Segurança Veicular Passiva nos laboratórios das empresas fabricantes de veículos, atividade esta que vinha sendo desenvolvida nos anos pretéritos pelo DENATRAN em conjunto com o INMETRO. A razão para a não realização dessa atividade foi a impossibilidade do INMETRO em designar seus servidores para a missão, já que a legislação vigente obriga que as despesas sejam despendidas pela União, não havendo orçamento por parte daquele órgão para compor a equipe governamental em missão. Mesma restrição enfrentada pelo DENATRAN.

Como apoio ao fortalecimento do SNT, em 2015, foram elaboradas o Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito, Volume II – Infrações de competência dos órgãos e entidades executivos estaduais de trânsito e rodoviários e a Cartilha do Ciclista.

O número de agentes de trânsito capacitados foi superior ao estipulado pela meta, sendo utilizado, para tanto, técnicas de ensino à distancia.

O novo Sistema de Certificação de Segurança Veicular – SISCSV foi concluído e já em fase de implantação.

**Quadro 2.8 - Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	<b>8487</b>					
<b>Descrição</b>	Fomento a Projetos Destinados à Redução de Acidentes no Trânsito					
<b>Iniciativa</b>	02BB – Aprimoramento do Sistema Nacional de Trânsito promovendo a melhoria do desempenho de seus órgãos e entidades, estimulando a educação, a fiscalização, a engenharia e a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito.					
<b>Objetivo</b>	Aprimorar o Sistema Nacional de Trânsito promovendo a melhoria do desempenho de seus órgãos e entidades, estimulando a educação e a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito. <b>Código: 0591</b>					
<b>Programa</b>	Mobilidade Urbana			<b>Código: 2048</b>		<b>Tipo: Temático</b>
<b>Unidade Orçamentária</b>	56901					
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
<b>2.500.000,00</b>	<b>2.500.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Projeto Apoiado</b>		<b>Unidade</b>		<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores*						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>Projeto Apoiado</b>		<b>Unidade</b>	<b>0</b>

Fonte: SIOP: Execução Física; Tesouro Gerencial: Execução Orçamentária e Financeira; Órgão responsável, em 26 de fevereiro de 2016.

### Análise Situacional

O objetivo desta ação é reduzir a mortalidade, gravidade e número de acidentes de trânsito no país, apoiando a implementação de projetos de órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e/ou outras ligadas à área de trânsito.

O produto desta Ação são campanhas publicitárias veiculadas sazonalmente na mídia impressa, radiofônica e televisiva. Além disso, outros projetos e programas destinados à reduzir acidentes no trânsito poderiam ser viabilizados, mas o valor autorizado na LOA foi insuficiente para firmar contratos com vistas a atender a necessidade do Departamento em desenvolver as campanhas publicitárias ou mesmo contratos de repasses.

Assim, em 2015 não foi possível desenvolver e implementar programas e projetos e nem desenvolver campanhas publicitárias com vistas à redução de acidentes no trânsito. Desse modo, não a houve execução do valor de 2,5 milhões autorizados pela LOA.

**Quadro 2.9 - Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	4414					
<b>Descrição</b>	Educação para a Cidadania no Trânsito					
<b>Iniciativa</b>	02BC – Promoção de ações de educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito, por meio das diversas mídias e peças, e sensibilização dos profissionais da educação para o tema trânsito.					
<b>Objetivo</b>	Aprimorar o Sistema Nacional de Trânsito promovendo a melhoria do desempenho de seus órgãos e entidades, estimulando a educação e a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito. <b>Código: 0592</b>					
<b>Programa</b>	Mobilidade Urbana	<b>Código:</b> 2048	<b>Tipo:</b> Temático			
<b>Unidade Orçamentária</b>	56901					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
<b>10.000.000,00</b>	<b>10.000.000,00</b>	<b>116.000,00</b>	<b>116.000,00</b>	<b>116.000,00</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
<b>Projeto Elaborado</b>		<b>Unidade</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores*						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>Projeto elaborado</b>	<b>Unidade</b>	<b>1</b>	

Fonte: SIOP: Execução Física; Tesouro Gerencial: Execução Orçamentária e Financeira; Órgão responsável, em 26 de fevereiro de 2016.

### Análise Situacional

O objetivo dessa ação é conscientizar e educar o cidadão nas questões relativas ao tema trânsito, buscando desenvolver no cidadão um comportamento proativo, envolvendo a comunidade, os órgãos públicos e a sociedade civil.

No orçamento anual, esta ação possui meta física de 3 projetos elaborados, dos quais a Unidade realizou 1. Da dotação de 10 milhões autorizada pela LOA, foi empenhado e liquidado 116 mil, representando 1,16% de execução. Este departamento esclarece que o percentual de execução não reflete todo esforço empreendido pelo órgão no alcance de seus objetivos.

No período de 18 a 25 de setembro de 2015, foi comemorada a Semana Nacional do Trânsito, conforme art. 326 do Código de Trânsito Brasileiro, ocasião em que foram desenvolvidas diversas ações educativas pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito. Em 2015, a Semana Nacional de Trânsito foi direcionada à Década Mundial de Segurança no Trânsito 2011-2020 e teve como tema “SEJA VOCÊ A MUDANÇA NO TRÂNSITO”.

Além disso, o Brasil sediou a 2ª Conferência de Alto Nível em Segurança no Trânsito nos dias 18 e 19 de novembro de 2015, em Brasília, o que incentivou a inclusão da segurança no trânsito na agenda de desenvolvimento pós-2015. O Ministério das Cidades, representado pelo Departamento Nacional de Trânsito, fez parte da comissão organizadora do evento. A Conferência teve nível ministerial, com o objetivo de revisar o progresso da implementação do Plano Global para a Década de Ação para a Segurança Viária 2011-2020 e abordou temas como saúde, transporte, educação, infraestrutura, segurança e questões de aplicação

da legislação de trânsito, com vistas a acelerar reformas legislativas; revisão dos objetivos e indicadores globais e nacionais; criação de mecanismos de financiamento inovadores; e discussão da segurança viária no contexto da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.

### 2.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

A ação 8785 (Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC) no exercício de 2015, priorizou as despesas com diárias e passagens das Secretarias Finalísticas, relacionadas ao acompanhamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Também foi priorizado o funcionamento do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre, em função de sua expansão.

Os demais dados referem-se às seguintes ações orçamentárias: 00M1, 0181, 09HB, 1D73, 2000, 2004, 2010, 2011, 2012, 20NP, 20TP, 4055, 4420, 4572, 4641, 8872, 20NQ, todas essas vinculadas à Unidade Orçamentária 56101 (Ministério das Cidades) e de responsabilidade da Secretaria Executiva.

No geral, não houve grandes alterações em relação ao exercício 2014. Destaque-se, no entanto, o alto valor empenhado no grupo de despesa 4 (investimento), da ordem de R\$1,4 bilhão. A maior parte desses empenhos está relacionada às emendas impositivas da ação 1D73.

### 2.3.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Quadro 2.10 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
2.1.2.1.1.11.00		Fornecedores por insuficiência de créditos/recurso			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2014	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2015
806030	33.683.111/0001-07	R\$56.915.176,15		R\$ 24.328.045,60	R\$81.243.221,75

Fonte: DENATRAN/Mcidades, em fevereiro de 2016.

O reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos do DENATRAN é decorrente da execução dos Contratos Administrativos n°. 01/2009 e 01/2014 celebrados com o Serviço Federal de Processamento de Dados-SERPRO, que tem como objeto a prestação de serviços especializados e contínuos em Tecnologia da Informação – TI para atender o desenvolvimento e manutenção de todos os Sistemas do DENATRAN. Tais sistemas são imprescindíveis, complexos e aglutinadores de informações de veículos e condutores, e também de infrações de trânsito, que são utilizadas pelos órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, instituições financeiras e seguradoras. Tais informações são essenciais à atividade principal do DENATRAN. Por estes motivos, os serviços são considerados de caráter continuado e não podem sofrer solução de continuidade, seja por inoperância administrativa ou por falhas técnicas em seu processamento.

Os débitos do DENATRAN junto ao SERPRO, no exercício financeiro de 2015, por insuficiência de saldos de limites orçamentários e financeiros para pagamento das despesas dos Contratos Administrativos celebrados com aquela empresa pública, somam o total de R\$ 24.328.045,60 (vinte

e quatro milhões trezentos e vinte e oito mil quarenta e cinco reais e sessenta centavos), referentes ao período de março a dezembro de 2015, conforme quadro a seguir:

Quadro 2.11 - Faturas do SERPRO pendentes de empenho em 2015

<b>Faturas do SERPRO pendentes de empenho em 2015</b>	
<b>Mês</b>	<b>Valor</b>
Março	R\$ 2.709.507,60
Abril	R\$ 3.465.500,25
Mai	R\$ 3.463.610,65
Junho	R\$ 3.188.821,25
Julho	R\$ 2.332.303,70
Agosto	R\$ 2.682.606,65
Setembro	R\$ 2.346.598,11
Outubro	R\$ 1.029.987,72
Novembro	R\$ 1.601.663,25
Dezembro	R\$ 1.507.446,42
<b>Total</b>	<b>R\$ 24.328.045,60</b>

Fonte: DENATRAN/Mcidades, em fevereiro de 2016.

Existem ainda faturas do SERPRO referentes ao período de agosto a dezembro de 2015, que embora tenham sido empenhadas, não foram pagas por insuficiência de recursos financeiros, conforme demonstrado a seguir:

Quadro 2.12 - Faturas do SERPRO empenhadas e não pagas em 2015

<b>Faturas do SERPRO empenhadas e não pagas em 2015</b>	
<b>Mês</b>	<b>Valor</b>
Agosto	R\$ 8.923.935,24
Setembro	R\$ 7.226.992,79
Outubro	R\$ 8.555.741,33
Novembro	R\$ 8.024.276,48
Dezembro	R\$ 8.684.176,96
<b>Total</b>	<b>R\$ 41.415.122,80</b>

Fonte: DENATRAN/Mcidades, em fevereiro de 2016.

Assim, o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos financeiros no ano de 2015 pelo DENATRAN junto ao SERPRO soma o montante de R\$ 65.743.168,40 (sessenta e cinco milhões setecentos e quarenta e três mil cento e sessenta e oito reais e quarenta centavos).

Os recursos necessários para dar cobertura aos Contratos junto ao SERPRO foram legalmente previstos na Lei Orçamentária Anual de 2015, em compatibilidade com o Plano Plurianual 2012/2015 e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, consignados ao Ministério das Cidades/Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET.

Ademais, informamos que é o DENATRAN quem suporta as despesas decorrentes dos acessos, transações e consultas ao sistema RENAVAL realizadas pelos órgãos e entidades integrantes do SNT, tais como: Órgãos Executivos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal (DETRANs), Órgão Rodoviários dos Estados e do Distrito Federal (DERs), Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), além de outros órgãos públicos federais, a saber: BACEN, MRE, SRFB/MF, Infoseg/MJ, AGU, TCU e CGU.



Diante dos fatos mencionados, o DENATRAN reconhece a legitimidade do passivo junto ao SERPRO, pois, trata-se da existência de um benefício palpável, claramente auferido pela Administração Pública Federal, que não pode, de maneira alguma, se beneficiar da realização de uma atividade particular específica, sem a contrapartida do correspondente e necessário pagamento por um trabalho legítimo e perfeito. Além disso, o Departamento envidou esforços no sentido de sanear a dívida e levar ao conhecimento das instâncias superiores deste Ministério.

Tenha-se presente que os fatos aqui mencionados não causaram danos ao erário, visto que os serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas, processamento e armazenamento de dados por intermédio de computação eletrônica e outros serviços na área de tecnologia da informação foram prestados ao DENATRAN.

### 2.3.5 Restos a pagar de exercícios anteriores

#### Quadro 2.13 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante em 01/01/2015</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2015</b>
2014	771.963	771.963	0	0
2013	3.454.625	3.324.637	0	129.988
2012 e Anteriores	54.046.030	9.184.371	121.829	44.739.829
<b>Restos a Pagar Não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante em 01/01/2015</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2015</b>
2014	1.232.248.779	193.742.348	2.643.839	1.035.862.592
2013	1.488.057.336	523.692.786	2.311.644	962.052.906
2012 e Anteriores	1.229.861.227	370.086.196	3.340.218	856.434.813

Fonte: CGORF

#### Análise crítica

O montante inscrito em restos a pagar processados em exercícios anteriores foi de R\$ 58,3 milhões, sendo efetuados pagamentos da ordem de R\$13,3 milhões, correspondendo a 22,8% do valor inscrito.

Com relação aos restos a pagar não processados de exercícios anteriores, o montante inscrito foi de R\$3,9 bilhões, tendo sido pagos R\$1,1 bilhão, equivalente a 28,2% do valor inicialmente inscrito.

A maior parte destes restos a pagar refere-se à Ação 1D73.

**Quadro 2.14 - Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores  
DENATRAN/FUNSET**

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	4.627.018,61	4.603.050,56	0	23.968,05
2013	0	0	0	0
2012	0	0	0	0
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	0	0	0	0
2013	0	0	0	0
2012	0	0	0	0

Fonte: Siafi Gerencial - DENATRAN.

**Análise crítica**

Depreende-se do quadro acima, que em 2015, o DENATRAN liquidou aproximadamente 99,5% de restos a pagar de exercícios anteriores.

**Quadro 2.15 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores  
UG 175004**

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante	Cancelamento	Pagamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	3.238.401.858,25	28.879.092,25	800.225.648,42	2.409.297.117,58
2013	4.079.233.771,48	18.133.937,37	962.393.700,64	3.098.706.133,47
2012	2.129.348.261,85	4.809.011,47	465.992.238,10	1.658.547.012,28
2011	1.495.856.320,65	1.746.675,83	232.582.459,91	1.261.527.184,91
2010	796.801.923,47	14.220.641,16	91.569.293,76	691.011.988,55
2009	848.698.242,71	10.962.670,30	87.063.976,25	750.671.596,16
2008	336.711.024,14	15.387.593,17	30.455.486,43	290.867.944,54
2007	149.894.804,25	8.885.487,23	11.316.368,77	129.692.948,25
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante	Cancelamento	Pagamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	40.269,26	0,00	0,00	40.269,26
2013	2.357.590,93	0,00	1.762.431,61	595.159,32
2012	8.051.568,45	0,00	1.373.629,56	6.677.938,89
2011	4.538.916,80	0,00	2.189.689,67	2.349.227,13
2010	3.991.689,58	0,00	569.598,10	3.422.091,48
2009	9.275.428,47	83.845,13	1.428.588,00	7.762.995,34
2008	30.361.380,38	0,00	4.433.449,28	25.927.931,10
2007	30.842.291,00	0,00	3.431.589,32	27.410.701,68

Fonte: CEF

## 2.3.6 Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

**Quadro 2.16 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios - UG 560003**

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Secretaria Executiva					
CNPJ	05.465.986/0001-99					
UG/GESTÃO:	560003					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio						
Contrato de repasse						
Termo de Execução Descentralizada	4	5	3	1.298.158,80	493.697,10	447.750,00
Totais	4	5	3	1.298.158,80	493.697,10	447.750,00

Fonte: DDI/SECONCID/SPOA

### Análise situacional

Em 2013:

Ocorreram três descentralizações de crédito, sendo uma para a Universidade Federal da Paraíba - UFPB para viabilizar a realização de Oficinas para formação sobre os programas do Ministério das Cidades, o mesmo foi reprogramado para 2014, tendo em conta a elaboração do conteúdo; outra para a Universidade Federal do Paraná (curso de gestão do solo em grandes projetos urbanos) e outra para o 4º Batalhão de Engenharia e Construção para a construção de passarela sobre o Rio Corrente.

No ano de 2014:

- Descentralização de créditos à favor da UFPA para apoiar a realização do 13º Encontro Nacional de Moradia Popular, 22 a 25 de maio de 2014, em Belém/PA, 600 participantes;

- Descentralização de Crédito a favor da UNB para apoiar a realização do XIII Seminário de História das Cidades e do Urbanismo, 250 participantes;

- Descentralização de Crédito a favor da UFSC para apoiar a realização do - XI Congresso de Cadastro Técnico Multifinalitário e Gestão Territorial (Florianópolis/SC) – 250 pessoas;

- Descentralização de Crédito a favor do Ministério das Relações Exteriores referente a serviço de tradução para o Fórum Mundial Urbano realizado na cidade de Medellín - Colômbia;

- Descentralização de Crédito a favor do IPEA referente a projeto de apoio à elaboração do relatório nacional, para a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), com vigência até 12/2015.

No ano de 2015:

- Houve uma Descentralização de Crédito a favor da UFMG para apoiar a realização do XVI ENAMPUR - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional 2015, 1151 participantes:

- Descentralização de Crédito a favor do IPEA referente a projeto de apoio à elaboração do relatório do Conselho das Cidades, para a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), com vigência até 09/2016.

- Descentralização de Crédito a favor da Secretaria de Comunicação Social da PR, referente a campanha publicitária para divulgação da 6ª Conferência das cidades.

**Quadro 2.17 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e contratos de repasse UG 560003**

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria Executiva					
UG/GESTÃO: 560003					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	Execução Descentralizada
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade			5
		Montante Repassado			387.128,10
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			0
		Montante Repassado			
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			0
		Montante Repassado			
Fonte: SE/DDI					

## Análise

Prestação de contas realizadas

2013

- Descentralização de crédito para Universidade Federal da Paraíba - UFPB para viabilizar a realização de Oficinas para formação sobre os programas do Ministério das Cidades, 91 pessoas capacitadas.

2014

- Descentralização de créditos à favor da UFPA para apoiar a realização do 13º Encontro Nacional de Moradia Popular, 22 a 25 de maio de 2014, em Belém/PA, 600 participantes

- Descentralização de Crédito a favor da UNB para apoiar a realização do XIII Seminário de História das Cidades e do Urbanismo, 250 participantes.

- Descentralização de Crédito a favor da UFSC para apoiar a realização do - XI Congresso de Cadastro Técnico Multifinalitário e Gestão Territorial (Florianópolis/SC) – 250 pessoas.

2015

- Descentralização de Crédito a favor da UFMG para apoiar a realização do XVI ENAMPUR - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional 2015, 1151 participantes.

**Quadro 2.18 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão - UG 560003**

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Secretaria Executiva				
UG/GESTÃO: 560003				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	Execução Descentralizada
Contas analisadas	Quantidade aprovada			1
	Quantidade reprovada			0
	Quantidade de TCE instauradas			0
	Montante repassado (R\$)			29.862,80
Contas NÃO analisadas	Quantidade			0
	Montante repassado (R\$)			0
Fonte: DDI/SE				

**Análise**

**Prestação de contas realizada**

No ano de 2015, houve uma Descentralização de Crédito a favor da UFMG para apoiar a realização do XVI ENAMPUR - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional 2015, contou com a participação de 1151 pessoas.

**Quadro 2.19 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios - DENATRAN**

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN					
CNPJ:	05.465.986/0001-99					
UG/GESTÃO:	200320/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio						
Contrato de repasse						
Termo de Cooperação	0	1	1	8.663.571,10	787.176,72	9.634.770,00
Totais	0	1	1	8.663.571,10	787.176,72	9.634.770,00

Fonte: DENATRAN

**Análise Crítica**

A alternativa de celebrar termos de cooperação para descentralização de créditos tem apresentado bons resultados para atendimento das demandas que requerem conhecimentos técnicos, não contemplados na estrutura organizacional e no perfil dos servidores do DENATRAN. Observa-se ainda que essa estratégia tem permitido a internalização de novos conhecimentos para o Órgão, uma vez que a atividade de gerenciamento dos projetos fica a cargo de servidores deste Departamento.

Os Termos de Cooperação 2/2013 e 1/2014, celebrados juntos à UNB – Universidade de Brasília preveem que a prestação de contas ocorra no prazo de até 30 dias após o término da vigência do contrato. Uma vez que os Termos ainda estão vigentes, não há prestação de contas para o exercício de 2015.

**Quadro 2.20 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios - UG 175004**

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	MCidades					
CNPJ:						
UG/GESTÃO:	175004					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	2378	2388	3246	1.152.867.284,88	462.881.810,23	719.932.534,40
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	70	141	128	1.658.884.207,80	317.017.710,56	1.174.139.760,18
Totais	2448	2529	3374	2.811.751.492,68	779.899.520,79	1.894.072.294,58

Fonte: Sistemas Corporativos SIAPF e SIIGF/CEF

**Quadro 2.21 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de contratos de repasse - UG 175004**

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome: MCidades				
CNPJ: 05.465.968/0003-50		UG/GESTÃO: 175004		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de Repasse
2015	Contas Prestadas	Quantidade		1.315
		Montante Repassado		519.915.125,26
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		401
		Montante Repassado		131.191.173,80
2014	Contas Prestadas	Quantidade		2.180
		Montante Repassado		843.716.229,36
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		127
		Montante Repassado		55.768.599,54
2013	Contas Prestadas	Quantidade		2.581
		Montante Repassado		830.990.132,26
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		71
		Montante Repassado		18.144.804,16
Anteriores a 2013	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		133
		Montante Repassado		35.561.881,72
Fonte: Sistemas Corporativos SIAPF e SIIGF/CEF				

**Quadro 2.22 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse - UG 175004**

Posição 31/12/15  
em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: MCidades						
CNPJ: 05.465.968/0003-50		UG/GESTÃO: 175004				
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2015	<b>Quantidade de Contas Prestadas</b>					
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		891	
			Quantidade Reprovada		0	
			Quantidade de TCE		0	
			Montante Repassado (R\$)		413.222.499,08	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		651	
			Montante Repassado (R\$)		270.002.210,96	
			Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		18
				Quantidade Reprovada		0
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade de TCE		1		
		Montante Repassado (R\$)		16.144.810,24		
	2014	<b>Quantidade de contas prestadas</b>				
Contas Analisadas		Quantidade Aprovada		1949		
		Quantidade Reprovada		0		
		Quantidade de TCE		1		
		Montante repassado		754.753.460,50		
Contas NÃO Analisadas		Quantidade		269		
	Montante repassado (R\$)		88.055.506,35			
2013	<b>Quantidade de Contas Prestadas</b>					
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		2717		
		Quantidade Reprovada		0		
		Quantidade de TCE		2		
		Montante Repassado		902.961.221,27		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		68		
Montante Repassado			19.679.505,86			
Exercício Anterior a 2013	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		55		
		Montante Repassado		18.142.076,99		

Fonte: Sistemas Corporativos SIAPF e SIIGF/CEF



### **2.3.6.1 Situação das obras realizadas em parceria com a Caixa Econômica Federal - CEF**

A relação das obras realizadas em parceria com a Caixa Econômica Federal (obras paralisadas) encontra-se na seção “**Anexos e Apêndices - Anexo I**” do presente relatório.

#### **Gestão dos Contratos de Repasse oriundos de Transferências Voluntárias Ação 1D73**

##### **Introdução**

Preliminarmente, cumpre ressaltar que as informações recebidas da CAIXA, Mandatária da União, carecem de exatidão e confiabilidade, restando aos técnicos desta Pasta que participam da elaboração do presente relatório uma exaustiva conferência com o SACI, sistema adotado pelo Ministério, que então se deparam diversas inconsistências, haja vista que estamos nos referindo a um universo de mais de 60 mil contratos – entre ativos e inativos.

Assim, deve-se destacar a possibilidade de inconsistências nos dados considerados, especialmente a partir de um olhar mais particularizado, aliado à fragilidade da base de dados da mandatária, bem como a absoluta falta de agilidade no envio de resposta aos questionamentos apresentados a ela, Mandatária, a esse respeito.

##### **Considerações**

A SNSA atua na gestão da execução dos contratos de repasse oriundos de transferências voluntárias com recursos alocados na ação orçamentária 1D73 nas modalidades de abastecimento de água, drenagem urbana, esgotamento sanitário, pavimentação (infraestrutura urbana), manejo de águas pluviais, resíduos sólidos urbanos e saneamento integrado.

Para o acompanhamento destes contratos é desenvolvido o monitoramento regular que inclui as análises das Sínteses dos Projetos Aprovados (SPA), o atendimento e respostas aos apontamentos de órgãos de controle e Ministério Público, interface rotineira com os tomadores de recursos para atendimento às solicitações de prorrogações de prazos de vigência, liberações de recursos, dentre outros.

Além do monitoramento regular, destacam-se as ações de monitoramento específico realizado pela SNSA, conforme os procedimentos de rotina e a metodologia de controle das obras apoiadas com recursos de transferências voluntárias, que não tenham sido iniciadas, bem como daquelas paralisadas ou atrasadas estabelecido para o MCidades a partir de 2011.

Em suma, a rotina prevista inclui a realização periódica de consultas ao banco de dados disponibilizado pela CAIXA, com o auxílio de sistema informatizado, para identificar a situação das operações e posterior atuação junto à Mandatária da União (CAIXA), e junto aos tomadores, a fim de iniciar, retomar ou acelerar a execução das obras, identificando e agindo nos pontos onde ocorra maior dificuldade na execução do objeto pelos participantes do processo. Nos casos em que já houver a atuação da SNSA, são realizados novos encaminhamentos com o objetivo de normalizar o ritmo das obras.

Dentre as providências solicitadas à CAIXA e aos proponentes podemos citar:

- Estabelecimento de prazos limite para solução de pendências: retomada de obras, apresentação de medição, conclusão de obras, etc.;
- Encerramento de etapas de contratos com funcionalidade imediata;
- Negociação de alternativas: a) tomador assumir a parcela do repasse que não poderá ser aportada pelo Ministério; b) pactuar redução de meta física; c) distrato;
- Cancelamento de etapas sem perspectivas de execução e solicitação de abertura de Tomadas de Conta Especial (TCE).

Esses procedimentos vem sendo adotados sistematicamente, observando a necessidade, ao longo do tempo, da adoção de ajustes nas rotinas, seja em função de alteração de normativos, ou para possibilitar maior entendimento e a efetiva realização das providências solicitadas.

Considerando o universo de 16.440 contratos de repasse ativos sob gestão operacional da SNSA e da pouca quantidade de pessoal para a gestão desses contratos, esse monitoramento é realizado *a priori*, de forma amostral.

**Quadro 2.23 - Demonstrativo de Contratos de Repasse da Ação 1D73, por modalidade de investimento**

<b>MODALIDADE</b>	<b>QTDE.</b>	<b>VALOR DE INVESTIMENTO (R\$)</b>
Abastecimento de água	20	24.921.415
Drenagem Urbana	48	29.840.884
Esgotamento Sanitário	14	40.764.728
Infraestrutura urbana	16.294	8.252.489.670
Manejo de águas pluviais	54	35.445.476
Manejo de resíduos sólidos	2	1.534.761
Saneamento Integrado	8	11.632.402
<b>TOTAL</b>	<b>16.440</b>	<b>8.396.629.336,56</b>

Fonte: Banco de Dados da CEF disponibilizado ao MCidades.

Constatada a grande quantidade de contratos em situações adversas e dada a capacidade operacional da SNSA, em 2015, para fins de priorização dos contratos a serem incluídos no monitoramento específico, foram consideradas as transferências com valor de repasse liberado integralmente na conta corrente do empreendimento, com obras sem informações de medição há mais de 90 dias e execução igual ou superior a 90%.

Para tais contratos, diligenciou-se junto à CAIXA, por meio do Ofício nº 2213/2015/SNSA/MCIDADES, de 30/12/2015 (Anexo I), solicitando que a entidade notificasse o proponente acerca do prazo-limite para o último desembolso, bem como promovesse o encerramento do contrato em caso de não conclusão, com devolução dos recursos federais empregados em parcelas de obra sem funcionalidade. Levando-se em conta o prazo concedido para as ações solicitadas, tanto da mandatária quanto dos tomadores, espera-se que os 27 contratos monitorados estejam concluídos até junho de 2016.

Outrossim, considerando o Ofício nº 1747/2014/SNSA/MCIDADES, de 18/12/2014 (Anexo I), no qual foram demandados 111 contratos, em julho reiteramos à Mandatária a solicitação de providências, uma vez que nem todos os contratos foram concluídos/encerrados no prazo inicialmente informado, nos termos do Ofício nº 0843/2014/SNSA/MCIDADES, de 03/07/2015 (Anexo I).

Há que se ressaltar que, em virtude das inconsistências no banco de dados disponibilizado pela CAIXA para o controle desta UPC, impedindo o monitoramento da Secretaria, houve acréscimo considerável na quantidade de contratos sob a responsabilidade da SNSA, com aumento da carga de trabalho do setor que atua no monitoramento dos contratos vinculados à Ação 1D73.

Além disso, informamos que diversos contratos de outras ações foram abarcados pela 1D73, acarretando no aumento do total de contratos ativos desta Ação Orçamentária, embora em sua maioria estejam com obras concluídas e situação do contrato "encerrada".

Feitas tais observações, cabe destacar que se considerou a posição do banco de dados de 03/03/2016 para apresentação das informações relativas às operações vigentes, que seguem abaixo.

**Quadro 2.24 - Demonstrativo de Contratos de Repasse da Ação 1D73, por modalidade de investimento e ano de contratação**

MODALIDADE	Anteriores a 2011	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
Abastecimento de água	13	2	1	3	1	0	20
Drenagem Urbana	-	-	-	16	32	0	48
Esgotamento Sanitário	13	-	-	1	-	0	14
Infraestrutura urbana	7.628	1.361	1.137	2.660	1.905	1603	16.294
Manejo de águas pluviais	36	3	-	12	3	0	54
Manejo de resíduos sólidos	-	-	-	1	1	0	2
Saneamento Integrado	-	-	-	1	7	0	8
<b>TOTAL</b>	<b>7.690</b>	<b>1.366</b>	<b>1.138</b>	<b>2.694</b>	<b>1.949</b>	<b>1.603</b>	<b>16.440</b>

Fonte: Banco de Dados da CEF disponibilizado ao MCidades.

**Quadro 2.25 - Demonstrativo de Contratos de Repasse da Ação 1D73, por modalidade de investimento e situação do contrato**

MODALIDADE	Normal	Prestação de Contas Final	Cláusula suspensiva	Sob liminar	TCE	Sob liminar com suspensiva	Encerrada	TOTAL
Abastecimento de água	9	-	1	1	1	-	8	20
Drenagem Urbana	33	-	11	2	-	2	-	48
Esgotamento Sanitário	1	-	-	1	4	-	8	14
Infraestrutura urbana	7.586	271	1.704	211	79	47	6.396	16.294
Manejo de águas pluviais	27	-	1	-	2	-	24	54
Manejo de resíduos sólidos	2	-	-	-	-	-	-	2
Saneamento Integrado	7	-	1	-	-	-	-	8
<b>TOTAL</b>	<b>7.665</b>	<b>271</b>	<b>1.718</b>	<b>215</b>	<b>86</b>	<b>49</b>	<b>6.436</b>	<b>16.440</b>

Fonte: Banco de Dados da CEF disponibilizado ao MCidades.

**Quadro 2.26 - Demonstrativo de Contratos de Repasse da Ação 1D73, por modalidade de investimento e situação da obra**

MODALIDADE	Adiantada	Atrasada	Concluída	Não iniciada	Normal/ Iniciada sem medição	Obra física concluída	Paralisada	Outra	TOTAL
Abastecimento de água	1	5	12	-	-	-	1	1	20
Drenagem Urbana	1	1	-	1	1	-	14	30	48
Esgotamento Sanitário	-	-	8	-	4	-	2	-	14
Infraestrutura urbana	187	1.067	8.085	465	908	8	2.558	3.016	16.294
Manejo de águas pluviais	-	6	32	1	5	-	7	3	54
Manejo de resíduos sólidos	-	-	-	-	-	-	1	1	2
Saneamento Integrado	-	-	-	-	-	-	1	7	8
<b>TOTAL</b>	<b>189</b>	<b>1.079</b>	<b>8.137</b>	<b>467</b>	<b>918</b>	<b>8</b>	<b>2.584</b>	<b>3.058</b>	<b>16.440</b>

Fonte: Banco de Dados da CEF disponibilizado ao MCidades.

Já com relação à SNH, de início, cumpre observar que em 2015 não foram firmados novos contratos de repasse no âmbito da citada ação, no âmbito da Secretaria Nacional de Habitação.

Segue quadro resumo das operações:

**Quadro 2.27 - Resumo das operações de repasse - SNH**

Situação da obra	Dezembro de 2014		Dezembro de 2015	
	Quantidade	Valor de Investimento*	Quantidade	Valor de Investimento*
Atrasada	21	20.294.008,32	15	15.367.439,41
Cancelada	68	63.885.058,66	70	65.760.520,76
Concluída	10	9.510.302,41	15	14.140.545,19
Não iniciada	1	810.000,00	-	-
Normal	15	12.374.934,97	16	13.519.249,29
Obra Fís. Concluída	1	666.536,24	1	666.536,24
Paralisada	4	4.027.942,28	3	2.114.491,99
<b>Total Geral</b>	<b>120</b>	<b>111.568.782,88</b>	<b>120</b>	<b>111.568.782,88</b>

\* Valores em Reais (R\$)

Fonte: SNH

Aliás, no tocante à execução global deste grupo de contratos, verificou-se, em dezembro de 2014, o percentual consolidado de aproximadamente 61% (sessenta e um por cento). Já em dezembro de 2015, ou seja, um ano depois, constata-se que tal índice de execução global é de 67% (sessenta e sete por cento). Conclui-se, portanto, que as obras, de modo geral, evoluíram 6% na execução global das operações durante o exercício 2015.

Por sua vez, relativamente aos contratos de repasse cuja obra encontra-se atrasada ou paralisada, há, da mesma forma, sensível melhoria do cenário. Isso porque em dezembro de 2014 havia 25 (vinte e cinco) contratos atrasados ou paralisados. Em contrapartida, em dezembro 2015, este número foi reduzido para 18 (dezoito).

Ressalte-se que este último quantitativo está integralmente inserido no rol das 25 operações identificadas ao final do ano de 2014. Ou seja, durante o exercício de 2015 não ocorreu o ingresso

de novas operações no grupo das atrasadas ou paralisadas. Das 07 (sete) operações que modificaram seu status, 04 (quatro) foram concluídas, 02 (duas) estão em situação normal e 01 (uma) foi extinta.

De modo geral, numa avaliação das causas de atraso, ou paralisação, das obras que permaneceram em tais situações, tem-se que as mais comuns são: a) existência de pendências técnicas; b) alegação do tomador de atraso de repasse de recursos pela União; e, c) rescisão contratual entre empresa executora e poder público local.

Com relação ao acompanhamento de tais operações, ele se dá de forma mais estreita por intermédio da Caixa Econômica Federal (CAIXA) que, de modo cotidiano, insta os Contratados no sentido de compeli-los à retomada das obras e aumento da velocidade de execução, conforme o caso.

Quando necessário, a Mandatária submete eventuais situações problema que fujam à sua competência e que, por isso, ensejem a deliberação do órgão gestor, no caso, o Ministério das Cidades. A atuação deste órgão, portanto, se dá de forma subsidiária, ante a necessidade de decisão sobre aspecto de sua competência exclusiva.

Não obstante, a SNH realiza com regularidade reuniões de ponto de controle nas quais são tratadas todas as operações firmadas com determinado ente federado, independentemente do programa em que se insere o convênio firmado.

Cumpra ainda destacar, manifestação **da Mandatária** com relação às obras atrasadas e/ou paralisadas:

Historicamente, observamos que essas situações se devem a uma série de fatores, como, por exemplo:

- Dificuldades/imprevistos na implantação dos projetos;
- Demora dos tomadores na obtenção e encaminhamento de documentos – projetos, licenças, registros, boletins de medição;
- Baixa capacidade de gestão / equipes técnicas insuficientes / descontinuidade administrativa dos Tomadores;
- Dificuldades para realizar a contrapartida;
- Adversidades climáticas;
- Atraso / ausência de repasse.

A CAIXA por meio de suas regionais está sempre oficiando e contatando os Tomadores no intuito de resolver impasses para que a execução das operações seja normalizada.

### **2.3.6.2 Acompanhamento das ações da Caixa Econômica Federal previstas nos contratos de obras**

Em 2013, por meio da Portaria nº 273, de 17 de junho de 2013, foi constituído Grupo de Trabalho para realizar levantamento com diagnóstico e propor mecanismos de controle e acompanhamento da execução dos contratos de repasse celebrados pela Caixa Econômica Federal, Mandatária da União, no âmbito do Ministério das Cidades. O prazo para conclusão dos trabalhos do GT findou em 19/11/2013, entretanto, o respectivo processo foi encaminhado ao Ministro das Cidades para definição de novo prazo para finalização das atividades.

Em 20 de julho de 2014, foi publicada nova Portaria MCidades nº 328, estendendo o prazo para a conclusão dos trabalhos.

Os trabalhos foram concluídos em janeiro de 2015 e o resultado foi comunicado à Controladoria-Geral da União – CGU-PR, por meio do Ofício nº 856/2015/AECI/GM/MCIDADES.

Posteriormente, aquela CGU-PR solicitou informações adicionais, as quais foram atendidas por meio do Ofício nº 1802/2015/AECI/GM/MCIDADES

Com relação às sanções impostas à Caixa Econômica nos termos dos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93, no exercício de 2015 não foi aplicada nenhuma sanção.

### **2.3.6.3 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas**

Esta Pasta não possui uma unidade específica para análise das prestações de contas, cabendo atualmente às unidades responsáveis pelos processos de descentralização de recursos o acompanhamento das respectivas prestações de contas por parte receptor/conveniente.

Já com relação aos repasses efetuados à Caixa Econômica Federal, segundo contrato de prestação de serviços entre o Ministério das Cidades e esta, cabe à mandatária receber, analisar e adotar as providências necessárias à respectiva baixa das prestações de contas, relativas aos contratos de repasse. Também cabe à Caixa Econômica Federal instaurar Tomada de Contas Especial nos casos de não cumprimento do objeto, parcial ou total, ou na hipótese de não apresentação, no prazo contratualmente estipulado, da prestação de contas ou da documentação necessária à sua análise, ou nos casos de determinação dos órgãos de fiscalização e de controle.

## 2.3.7 Informações sobre a execução das despesas

**Quadro 2.28 - Despesas por modalidade de contratação**

Unidade orçamentária: Ministério das Cidades		Código UO: 56101		UGO: 560003	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	15.904.454	63.644.205	11.341.375	61.193.625	
a) Convite	415				
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência	1.482.045	60.295.164		57.844.584	
d) Pregão	13.078.969	3.349.041	11.341.375	3.349.041	
e) Concurso	1.343.025				
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	32.817.097	493.009	25.559.338	493.009	
h) Dispensa	24.743.836		24.741.194		
i) Inexigibilidade	8.073.261	493.009	818.144	493.009	
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	1.724		1.724		
j) Suprimento de Fundos	1.724		1.724		
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>					
k) Pagamento em Folha					
l) Diárias					
<b>5. Outros</b>	62.829.737	22.942	62.812.681	22.942	
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	111.553.012	64.160.156	99.715.118	61.709.576	

Fonte: CGORF

## Informações sobre a Execução das Despesas - FUNSET

**Quadro 2.29 - Despesas por modalidade de contratação**

Unidade orçamentária: FUNSET		Código UO: 56901		UGO: 200320	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)					
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão					
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)	<b>81.022.942,94</b>	<b>60.525.323</b>	<b>72.099.007,70</b>	<b>60.525.323</b>	
h) Dispensa	81.022.828,94	60.525.323	72.098.893,70	60.525.323	
i) Inexigibilidade	114		114		
3. Regime de Execução Especial					
j) Suprimento de Fundos					
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	<b>192.804,01</b>	<b>149.470</b>	<b>192.804,01</b>	<b>149.470</b>	
k) Pagamento em Folha					
l) Diárias	192.804,01	149.470	192.804,01	149.470	
5. Outros	<b>116.000</b>		<b>116.000</b>		
6. Total (1+2+3+4+5)	<b>81.331.746,95</b>	<b>60.674.793</b>	<b>72.407.811,71</b>	<b>60.674.793</b>	

Fonte: Tesouro Gerencial - DENATRAN



**Quadro 2.30 - Despesas por grupo e elemento de despesa**

Unidade Orçamentária: Ministério das Cidades			Código UO: 56101		UGO: 560003			
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	35.548.389	31.998.832	35.548.389	31.998.832			35.548.389	31.994.269
Obrigações Patronais	6.402.698	5.659.027	6.402.698	5.659.027			6.402.698	5.659.027
Ressarcimento Despesas Pessoal Requisitado	5.565.466	6.118.173	4.120.165	5.759.647	1.445.302	358.525	4.120.165	5.759.647
Demais elementos do grupo	1.392.266	690.416	1.392.266	690.416			1.392.266	690.416
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
Outros Serviços de Terceiros PJ – Op. Int. Orc.	31.597.527	21.037.882	24.829.356	15.835.373	6.768.171	5.202.509	13.482.958	15.067.973
Locação de Mão-de-obra	22.306.333	18.995.461	19.960.857	16.141.590	2.345.476	2.853.871	19.952.637	16.141.590
Indenizações e Restituições	5.519.918	4.479.425	2.006.718	4.479.425	3.513.200		2.006.718	4.479.425
Demais elementos do grupo	15.177.907	12.635.588	9.259.830	10.989.822	5.918.077	1.645.765	8.776.553	10.989.822
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>4. Investimentos</b>								
Auxílios	1.449.724.142	1.205.725.998	7.772.180	122.925	1.441.951.962	1.205.603.073	7.772.180	122.925
Outros Serviços de Terceiros PJ – Op. Int. Orc.	19.749.205	15.902.649		419.898	19.749.205	15.482.751		419.898
Despesas de Exercícios Anteriores	3.042.397		195.000		2.847.397		195.000	
Demais elementos do grupo	758.384	680.508	65.554	292.393	692.831	388.114	65.554	292.394

Fonte: CGORF

## **Análise crítica da realização de despesa**

Não houve grandes variações na execução da despesa por grupo e elemento. No grupo 1 (Despesas de Pessoal), a variação de cerca de R\$3,4 milhões nos valores pagos ocorreu em função de reajuste de salários dos servidores. No grupo 3, notadamente nos elementos 37 (Locação de Mão-de-obra) e 39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica) houve crescimento em função dos reajustes anuais dos contratos administrativos.

Com relação às despesas de capital, os valores empenhados em 2015 foram maiores que os empenhados em 2014 em cerca de R\$ 200 milhões. Tratam-se das emendas impositivas da Ação 1D73.

**Quadro 2.31 - Despesas por grupo e elemento de despesa**

Unidade Orçamentária: FUNSET			Código UO: 56901			UGO: 200320		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
1º elemento de despesa								
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>65.301.811</b>	<b>113.607.639,11</b>	<b>60.674.793</b>	<b>81.331.662,95</b>	<b>4.627.018</b>	<b>32.275.976,16</b>	<b>60.674.793</b>	<b>72.407.727,71</b>
3390.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	65.152.341	113.296.926,22	60.525.323	81.020.950,06	4.627.018	32.275.976,16	60.525.323	72.097.014,82
3390.36 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	6.437	7.228,80	6.437	7.228,80			6.437	7.228,80
3390.14 – Diárias Pessoa Civil	143.033	185.575,21	143.033	185.575,21			143.033	185.575,21
3390.31 – Premiações Culturais e Artísticas	0	116.000	0	116.000				116.000
Demais elementos do grupo	0	1.908,88	0	1.908,88				1.908,88
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
<b>4. Investimentos</b>								
4490.52 – Equipamento e Material Permanente	0	84,00	0	84	0	0	0	84
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6. Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								

Fonte: DENATRAN/FUNSET

## **Análise crítica da realização de despesa - FUNSET**

Concernente à contratação realizada via dispensa de licitação, em novembro de 2014 foi celebrado o Contrato Administrativo nº 1/2014, com valor estimado de R\$ 115.350.694,28, renovado em novembro de 2015 pelo valor anual estimado em R\$ 142.755.058,44. O objeto do referido contrato é a prestação de serviços especializados e contínuos em Tecnologia da Informação – TI para atender os sistemas: Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAL, Registro Nacional de Carteiras de Habilitação – RENACH, Registro Nacional de Infrações de Trânsito – RENAINF, Sistema de Certificação de Segurança Veicular – SISCSV, Restrições Judiciais de Veículos Automotores – RENAVAL e Sistema de Vistoria de Veículos – ECV, estimado o valor de R\$ 115,3 milhões.

No ano de 2015 houve fatores negativos que retardaram ou até mesmo paralisaram temporariamente a execução de determinadas atividades. Como exemplo, citamos o contingenciamento orçamentário e a ausência de contratos administrativos.

Vale mencionar que a Unidade Gestora - UG 200320 - FUNSET provisionou créditos para a UG 560010- Coordenação-Geral de Logística - CGLOG. Os recursos visaram o atendimento de despesas com apoio administrativo (prestação de serviço), correios (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) e despesas com publicidade de utilidade pública (campanhas educativas) e publicações oficiais (Diário Oficial da União).

---

## **2.4 Desempenho Operacional**

---

Para cumprir sua missão institucional e o Princípio da Eficiência na Administração Pública, o Ministério das Cidades iniciou, em 2012, projeto para elaboração do seu Planejamento Estratégico.

O Planejamento Estratégico permite extrair decisões relacionadas ao rumo do negócio, por meio de uma análise sistêmica e participativa da realidade organizacional. As mudanças processadas a partir do Planejamento Estratégico resultam em ganhos de efetividade, credibilidade, integração e sinergia na execução dos objetivos do Ministério das Cidades.

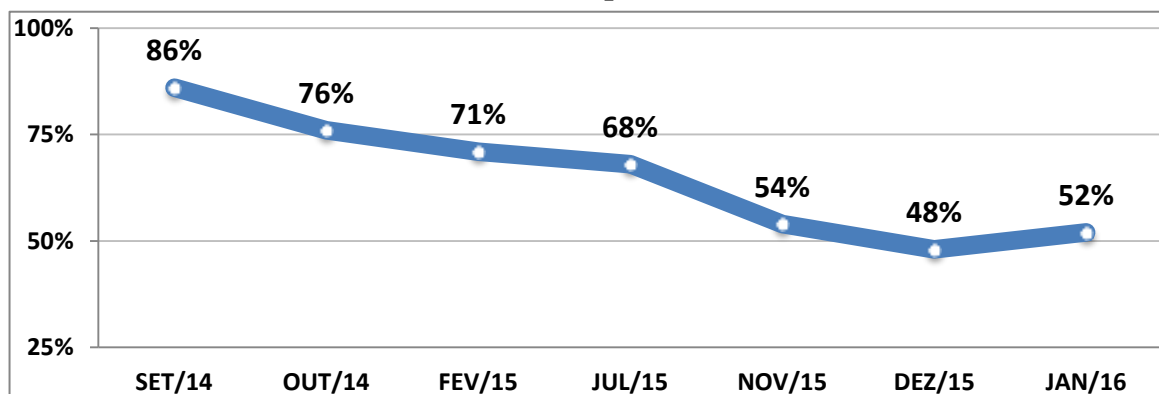
Os indicadores têm o propósito de testar o progresso da organização em direção aos objetivos estratégicos. O princípio é simples: se não há medição, não há controle e se não há controle, não há gerenciamento. Ou seja, os indicadores estratégicos mostram a relação entre os objetivos estratégicos e representam um teste permanente da validade da estratégia ministerial.

Nesse sentido, a abordagem do desempenho operacional poderá ser mais bem evidenciada a partir dos dados apresentados a seguir, extraídos do Relatório de Monitoramento e Avaliação da Estratégia – RME de novembro/2015.

## 2.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

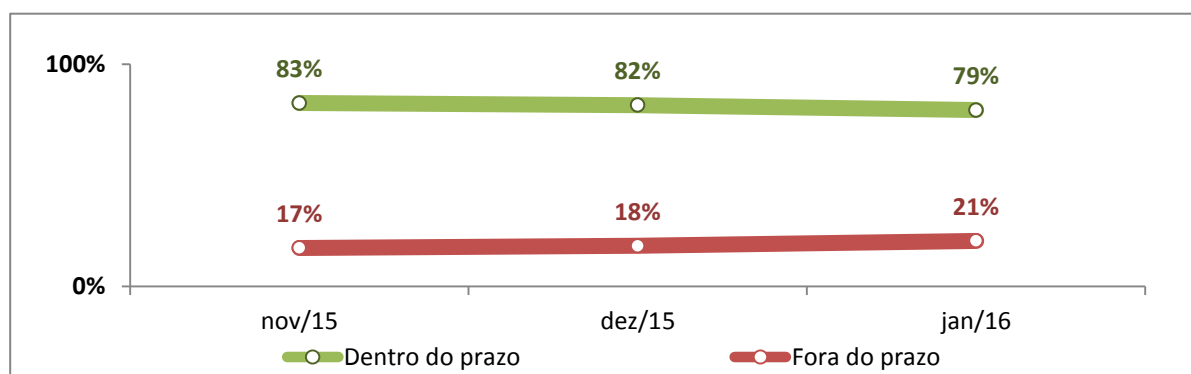
### PORTFÓLIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

#### PERCENTUAL DE DESEMPENHO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS (realizado/previsto)



Fonte: GEPnet

#### DETALHAMENTO DA SITUAÇÃO DAS ENTREGAS CONCLUÍDAS



Fonte: GEPnet

Segue abaixo transcrição constante do Relatório de Monitoramento e Avaliação da Estratégia – RME de novembro/2015. O próximo relatório RME está previsto para março/2016, conforme exposto no item 4.2 formas e instrumentos de monitoramento.

*O dado apurado em novembro/2015 aponta para uma piora no desempenho dos projetos estratégicos do Ministério das Cidades (realizado/previsto). Na média, os projetos apresentaram desempenho de 54% (cinquenta e quatro por cento).*

*Conforme relatos colhidos nas reuniões de monitoramento da estratégia com os Gerentes dos Projetos Estratégicos, verifica-se que o Ministério das Cidades não tem tido êxito na concretização da estratégia. Dentre as dificuldades para transformar o seu planejamento em realidade cita-se:*

- 1. Não alinhamento e consenso entre as diversas unidades envolvidas em um mesmo projeto;*
- 2. Dificuldade na priorização da execução dos projetos;*

3. Dificuldades na elaboração de alguns artefatos técnicos previstos e necessários em determinados projetos, em especial os artefatos da IN 04; e

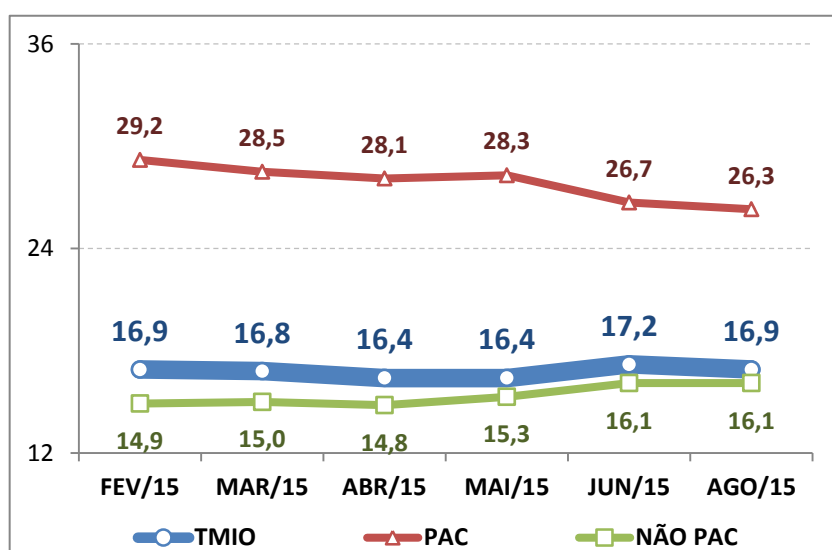
4. Falta de recursos, nos casos dos projetos que envolvam a contratação de serviços de terceiros.

### INDICADORES ESTRATÉGICOS

#### **OBJETIVO: PROMOVER A QUALIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DOS RECURSOS PÚBLICOS NOS PROGRAMAS ADMINISTRADOS PELO MCIDADES**

Faz-se necessário alertar que os indicadores deste objetivo demonstram o ritmo de execução das obras apoiadas pelo MCidades, porém a responsabilidade pela execução destas obras é do ente convenente.

#### **INDICADOR TMIO: TEMPO MÉDIO PARA INÍCIO DAS OBRAS**



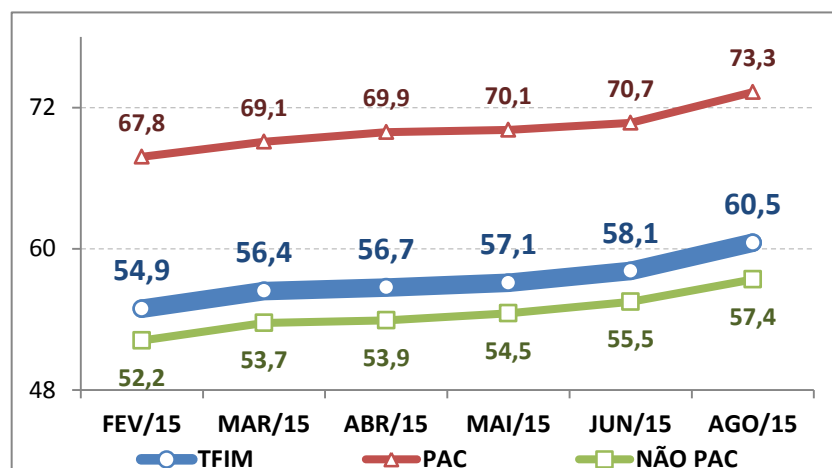
O tempo médio para início das obras do universo do PAC está em 26,3 meses (agosto/2015), o que significa uma melhora de quase 10% (mais precisamente 9,9%) em relação ao início do ano (fevereiro/15). Em valores absolutos, houve uma redução de quase 3 (três) meses no tempo para início de obra. O indicador vem apresentando tendência de melhora em toda a série analisada, com exceção de maio em que houve uma leve piora. Nos demais meses, o tempo médio para início de obra

do PAC vem apresentando uma melhora constante.

Já o tempo médio para início das obras do universo NÃO PAC apresentou um movimento – predominantemente – de piora. Quando comparados os meses de agosto e fevereiro, verifica-se um aumento de 8,0%. Em valores absolutos, o tempo aumentou 1,2 mês.

O tempo geral (TMIO), considerada a média das duas carteiras ponderada pelo volume de contratos, oscilou durante o ano, mas manteve-se em valor igual ao apurado em fevereiro/2015.

#### **INDICADOR TFIM: TEMPO MÉDIO PARA CONCLUSÃO DAS OBRAS**



O tempo médio para conclusão das obras vem apresentando aumentos constantes, desde o início da série histórica, tanto no universo dos contratos do PAC quanto do NÃO PAC.

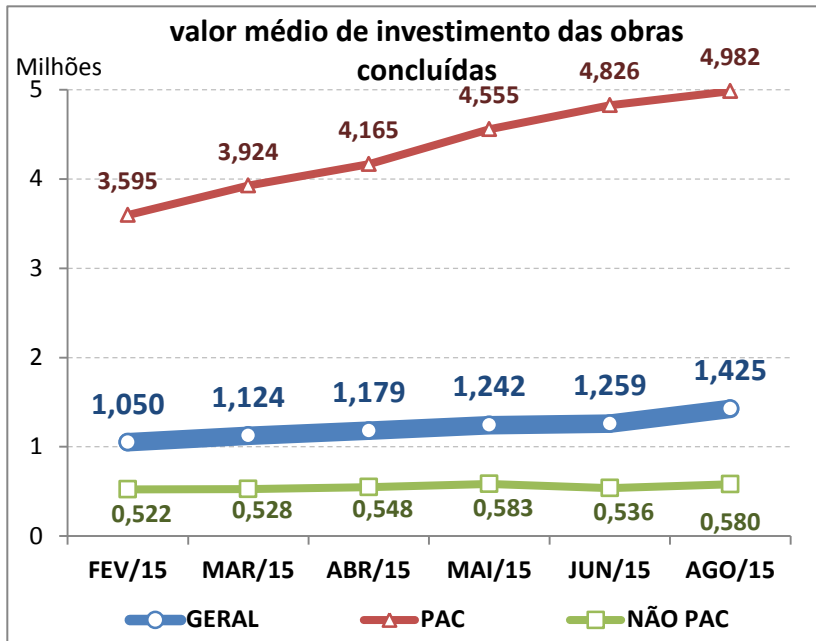
No PAC, o aumento é de 8,1% se comparado a fevereiro/2015. Em termos absolutos, 5,5 meses a mais.

Nos contratos do NÃO PAC, o

aumento foi de 9,9% em relação a fevereiro/2015. Ou 5,2 meses.

Os valores médios da carteira (TFIM) também apresentou aumento. Vale destacar que os valores do TFIM ficam próximos do comportamento dos contratos do NÃO PAC em razão do grande volume de contratos neste grupo. Por esta razão, optou-se por apurar e apresentar o TFIM e sua segmentação em: PAC e NÃO PAC.

Uma das explicações para o aumento no tempo de conclusão é o aumento do tamanho das obras que estão sendo concluídas. Ver gráfico abaixo.



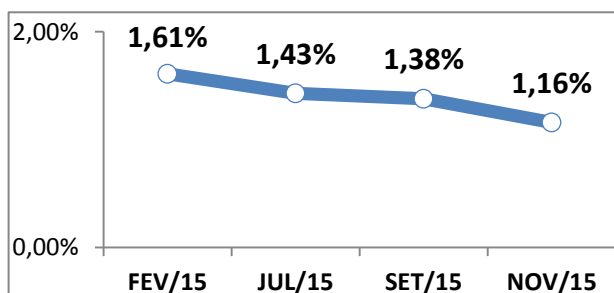
No PAC, o valor médio dos contratos finalizados em fevereiro/2015 foi de 3,5 milhões. Já os concluídos em agosto/2015 tem valor médio de 4,9 milhões. Deste modo, enquanto o tamanho das obras concluídas aumentou 38,5% no período, o tempo de conclusão aumentou 8,1%, conforme exposto acima.

Já no caso dos contratos do NÃO PAC, o aumento no valor médio das obras finalizadas saiu de R\$ 522 mil para R\$ 580 mil, ou seja, um aumento de 11,1%. Percebe-se que neste grupo o aumento proporcional no porte das obras está muito próximo da piora no

tempo de conclusão das obras (9,9%). Sendo assim, há necessidade de análises mais detalhadas para compreensão deste comportamento, uma vez que a estimativa é de que um aumento no porte de obras impacte no tempo de conclusão, porém não na mesma proporcionalidade. Uma hipótese possível a ser analisada é o impacto de restrições financeiras na execução das obras.

## OBJETIVO: MONITORAR E AVALIAR, CONTINUAMENTE, A EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

### INDICADOR TINC: TAXA DE INCONSISTÊNCIA NA BASE DE DADOS DE MONITORAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS (PAC)



Este indicador visa apurar a qualidade da base de dados constante do sistema SACI/MCIDADES (Sistema de Acompanhamento e Controle de Investimentos), sendo que quanto mais inconsistências detectadas pior é a qualidade da base de dados utilizada para o monitoramento e avaliação das políticas públicas sob responsabilidade do MCidades, e vice-versa.

Os dados apontam para uma melhora de 27,9% na qualidade dos dados do SACI.

Atualmente, são utilizados 42 critérios de inconsistências que são verificados automaticamente no SACI, no módulo de monitoramento, à título de exemplo há verificadores de inconsistência como: (a) obras não iniciadas com percentual de execução maior que 0 no SACI; (b) operações concluídas com percentual de execução diferente de 100 por cento no SACI; (c) operações contratadas sem previsão de início ou término no SACI; entre outros.

## **OBJETIVO: TER POLÍTICA INTERNA EFETIVA DE RECURSOS HUMANOS**

### **INDICADOR TO: TURN OVER / TAXA DE ROTATIVIDADE DE PESSOAL**

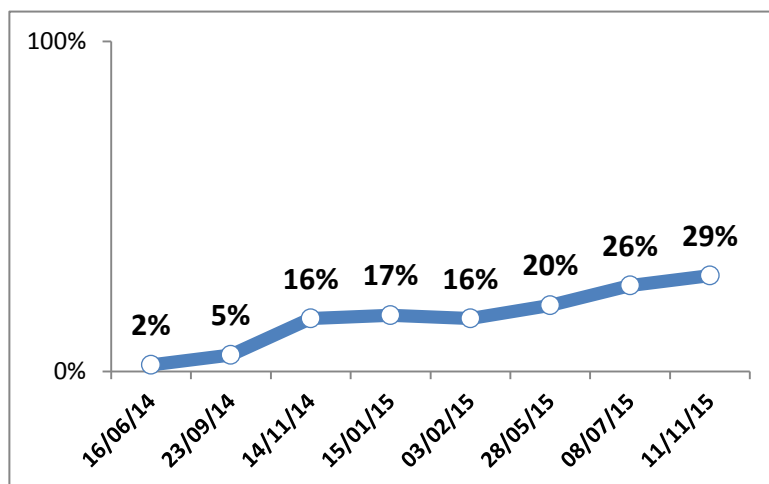
O *turn over* do Ministério, em 2014, foi de **9,4% (nove vírgula quatro por cento)**, tendo sido desligados 53 servidores e admitidos 55, dentro de uma força ativa de 577 servidores. Este indicador é impactado, em grande parte, pela rotatividade dos servidores permanentes dos quadros do Ministério, formado pelos servidores do Plano Geral de cargos do Poder Executivo (PGPE).

Estudo produzido pelo Dieese para o Min. do Trabalho e Emprego, em 2011, apurou a taxa de rotatividade em diversos segmentos da economia e mercados de trabalho, com base em dados da RAIS 2009. Na administração pública a taxa de rotatividade ficou em 14,6% (quatorze vírgula seis por cento). Em setores como a construção civil e agrícola, as taxas de rotatividade chegam a 108% e 98%, respectivamente, em razão de sazonalidades. Já no comércio, o *turn over* apurado foi de 42%.

Embora exista um sentimento de alta rotatividade no MCidades, o estudo do DIEESE para o MTE indica que – a princípio – o valor de 9,4% está abaixo da média da administração pública (14,6%) e bem abaixo dos outros setores da economia. Assim sendo, na próxima apuração, o EGP/SE, em conjunto com a CGRH, buscará trazer novos números que permitam complementar a avaliação do *turn over* no MCidades.

### **INDICADOR IPRH: ÍNDICE DE IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA INTERNA DE RECURSOS HUMANOS**

Para implantar inovações na política interna de recursos humanos foi elaborado um projeto estratégico denominado Gestão de Pessoas (projeto nº 35/2014) que busca atacar três aspectos:



- 1) Clima Organizacional;
- 2) Proposição de portaria de destinação de DAS por mérito aos servidores do MCidades;
- 3) Fomentar atitude integradora nos servidores.

Desta forma, o monitoramento deste projeto permite avaliar a implantação de melhorias na política interna de recursos humanos. O projeto atualmente prevê uma série de análises e estudos que culminarão na

elaboração de planos de ação para melhoria dos aspectos acima citados. Neste momento, os 3 (três) temas estão na fase de análises e estudos. O plano de ação para melhoria do clima organizacional é a entrega mais próxima, com previsão para janeiro de 2016. De forma geral, já foi executado 29% do previsto.

## **OBJETIVO: ADOPTAR A GESTÃO POR COMPETÊNCIA E MERITOCRACIA**

### **INDICADOR IDCO: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS**

#### **ÍNDICE DE CAPACITAÇÕES REALIZADAS (2014)**

**Total de capacitações: 711 capacitações.**

Índice de capacitações em cursos e eventos solicitados: 457 capacitações



Índice de capacitações ofertadas pela CGRH: 254 capacitações

**Total de força de trabalho: 575 servidores.**

**ÍNDICE: 1,23 CAPACITAÇÃO/SERVIDOR**

Conforme apurado acima, o MCidades realizou 711 capacitações, em 2014, o que dá uma média de mais de 1 capacitação por servidor, mais precisamente: 1,23. Vale destacar que o indicador visa identificar o volume de capacitações realizadas. Para dimensionar se o volume é alto ou baixo, utilizou-se a força de trabalho como referência.

Ressalta-se ainda que o indicador não visa apurar a quantidade de servidores capacitados, uma vez que um mesmo servidor pode ter sido capacitado 3 vezes e outro servidor nenhuma vez. Cabe às unidades distribuir os cursos solicitados ou ofertados junto aos seus servidores, conforme as necessidades específicas de cada unidade.

### ÍNDICE DE GASTOS EM CAPACITAÇÃO (2014)

Total de recursos alocados na LOA: R\$ 463.790,00

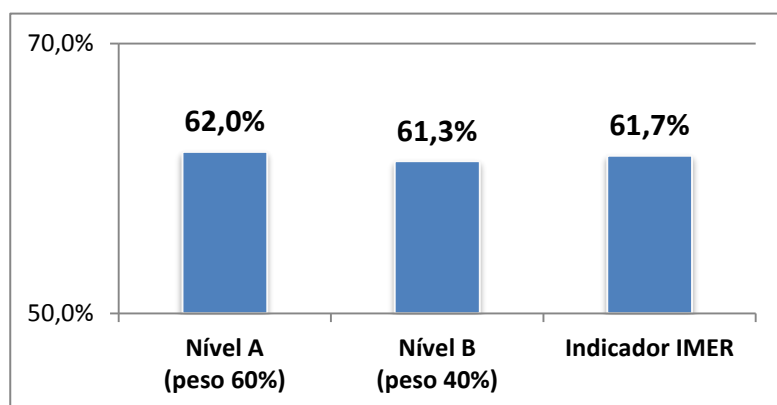
**90% dos recursos empenhados**

Total de recursos empenhados: R\$ 415.378,09

Em 2014, o MCidades empenhou 90% dos recursos previstos inicialmente na LOA para capacitação.

### INDICADOR IMER: ÍNDICE DE MERITOCRACIA

O indicador busca apurar uma das formas de realizar a meritocracia, qual seja a sucessão de servidores de carreira para cargos gerenciais. Vale destacar que há outras formas de implantar uma política de meritocracia via reconhecimento profissional, status, entre outras. Para este plano estratégico se avançou apenas neste indicador objetivo de sucessão meritocrática em posições gerenciais.

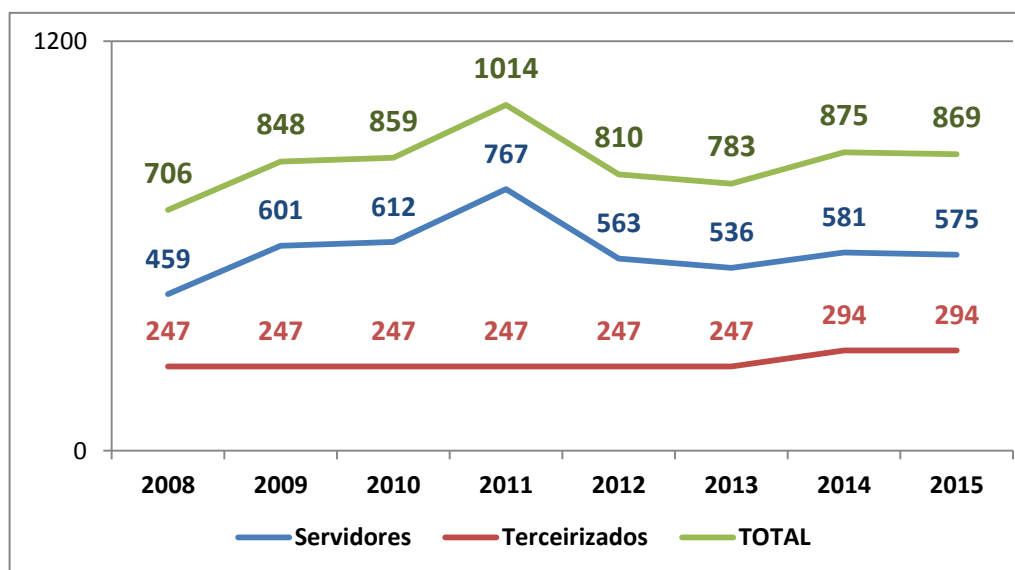


O indicador visa identificar o percentual de ocupação de cargos gerenciais por servidores em 2 grupos de cargos: (1) os cargos mais altos na posição gerencial, denominado nível A, que são os cargos de Direção, Assessoramento e Chefia (DAS) de 4 até Natureza Especial e (2) os cargos mais baixos na posição gerencial – DAS 1 a 3.

O indicador apurado pela Coordenação Geral de Recursos Humanos, em setembro, foi de 61,7% dos cargos ocupados por servidores, sendo que no nível A o índice foi de 62,0% e no nível B de 61,3%.

## OBJETIVO: FORTALECER A GOVERNANÇA E ALINHAR A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MCIDADES

### INDICADOR FT: FORÇA DE TRABALHO



Em outubro de 2015, o MCidades conta com 575 servidores e 294 terceirizados, perfazendo um total de 869 colaboradores. Se comparada a força de trabalho de outubro de 2015 com a média de 2014, a força de trabalho apresenta decréscimo de 1% (um por cento).

*Fonte: servidores 2008 a 2014 – média anual, com base nas forças de trabalho mensais. Em 2015, o dado apurado é a força de trabalho de outubro/15.*

Conforme série histórica ao lado, houve um incremento na força de trabalho no período de 2008 a 2011. Em 2012 e 2013, o MCidades perdeu 231 postos (ou -22,7%). Em 2014, o ministério consegue recuperar, em parte, a força de trabalho, principalmente em razão da posse dos aprovados no concurso para o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE. Todavia, em 2015, com dados de outubro, o MCidades torna a sofrer um decréscimo na força de trabalho.

Analisando a força de trabalho por segmentos de situação funcional, verifica-se que os servidores permanentes (PGPE) apresentaram quedas bruscas no período de 2009 a 2013, com recuperação parcial em 2014 em decorrência do concurso. Em 2014, os servidores do PGPE representavam 32% (quase 1/3) da força de trabalho do MCidades.

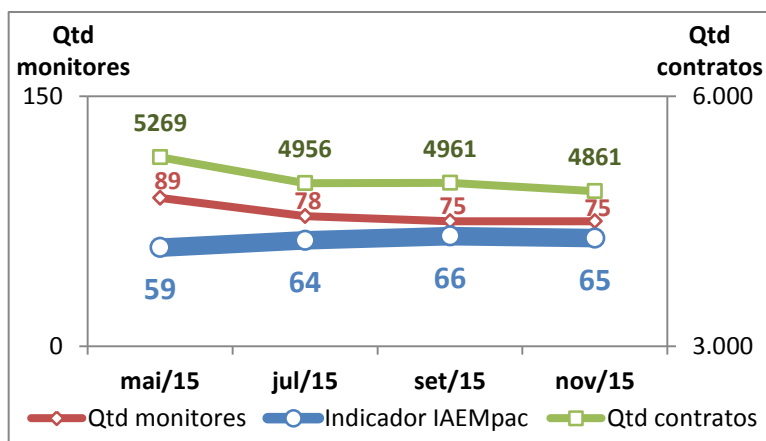
Já o quadro de servidores com exercício descentralizado vem apresentando um crescimento constante desde 2009, sendo responsável por 31% (quase 1/3) da força de trabalho do MCidades, em 2014.

As outras situações funcionais diversas também apresentam perdas significativas. Tal fato é explicado pela redução de postos de contrato temporário e requisitado. À título de exemplo, no pico em 2011, os temporários eram 83 colaboradores e os requisitados 109 colaboradores. Já em 2014, os temporários eram 17 colaboradores e os requisitados 57 colaboradores. Os anistiados também apresentaram queda no período 2011/2014, porém em ritmo menor. Ao todo, os servidores enquadrados em situações funcionais diversas representam 25% da força de trabalho (1/4).

Por fim, o número de ocupantes de cargos comissionados (não servidores ou sem vínculo) apresentou uma alta entre 2010 e 2011, com queda subsequente entre 2011 e 2012. Desde então, o número de ocupantes de cargos comissionados sem vínculo vem reduzindo. A média, em 2014, foi de 70 cargos comissionados ocupados por servidores sem vínculo, ou 12% da força de trabalho.

## INDICADOR IAEM-PAC: ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA DE MONITORAMENTO DO PAC

Este indicador apura a quantidade de operações monitoradas do PAC por servidor, logo, quanto mais operações (empreendimentos) por servidor maior é a sobrecarga no monitoramento destes contratos, e vice versa. Para fins de apuração, são excluídos da base do SACI os contratos: cancelados ou distratados, em contratação ou em estudo, e por fim os contratos concluídos. Estes contratos foram excluídos do cálculo para apurar o esforço de monitoramento apenas dos contratos com situação da obra ativa (vigente).

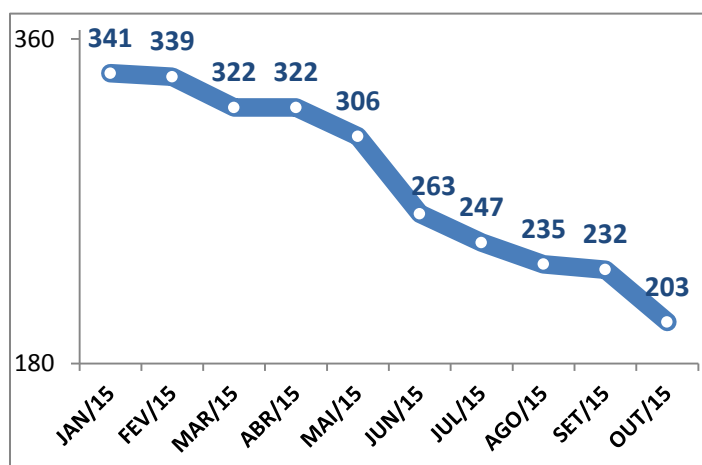


Em maio de 2015, o PAC/MCidades possuía 5.269 contratos com obras ativas, sendo monitorados por 89 servidores, o que dá uma média de 59 contratos por servidor.

Ao longo do tempo, tanto a quantidade de contratos quanto a quantidade de monitores foram reduzindo. Todavia, a redução na quantidade de contratos foi, proporcionalmente, maior que a redução na quantidade de monitores.

Assim, a relação de contratos por monitor, aumentou de 59 contratos/servidor para 65 contratos/servidor ao longo do período analisado. Faz-se necessárias análises futuras mais detalhadas para melhor compreender o comportamento. Inicialmente, há hipóteses como: as Secretarias Nacionais podem estar migrando servidores para outras funções distintas do monitoramento dos contratos para se adequar a redução nos números de contratos; ou possível impacto na redução da força de trabalho no MCidades. Porém, analisando apenas os servidores que permaneceram na função de monitorar os contratos, houve um aumento médio na carga de trabalho de 10,1%.

## OBJETIVO: POSSUIR GESTÃO OPERACIONAL, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA EFETIVA



Fonte: Boletim Interno e CPDOD.

Elaborado pelo EGP/SE

## INDICADOR TLIC: TEMPO MÉDIO PARA CONCLUSÃO DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS

O tempo para conclusão das licitações vem apresentando melhora significativa no período analisado. O tempo médio saiu de 341 dias em janeiro/2015 para 203 dias em outubro/2015. A redução foi de 40,4% ou 138 dias (4,6 meses).

O indicador é apurado com informações extraídas do Boletim Interno do MCidades e considera a diferença temporal entre a data da assinatura do contrato e a data de abertura do processo administrativo.

Salienta-se ainda que o indicador TLIC considera os contratos assinados nos últimos 12 meses. Assim, o TLIC de outubro considera os contratos assinados entre outubro de 2015 e novembro de 2014.

## **3. GOVERNANÇA**

---

### **3.1 Descrição das estruturas de governança**

---

#### **Conselho das Cidades**

O Conselho das Cidades, conforme dispõe o art. 2º do Decreto Presidencial Nº 5.790/2006, é órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva, integrante da estrutura do Ministério das Cidades, e o responsável pela proposição de diretrizes para a formulação e implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, em consonância com as resoluções aprovadas pela Conferência Nacional das Cidades.

Ao longo de mais de dez anos, o Conselho das Cidades tornou-se um espaço dinâmico de debates, recomendações e resoluções, que tem contribuído para criação de leis e programas no âmbito do Ministério das Cidades, como por exemplo, a Resolução nº 141, de 10 de junho de 2009, que cria o Programa Habitacional Popular – Entidades (PHP-E), que em 2011, através da Resolução nº 182, passou a se chamar Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades (PMCMV-E).

O ConCidades é, portanto, uma verdadeira instância de negociação em que os atores sociais participam do processo de tomada de decisão sobre as políticas executadas pelo Ministério das Cidades, nas áreas de habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana e planejamento territorial.

A origem plural do Conselho permite aos segmentos uma atuação caracterizada pela articulação e negociação, possibilitando, dentre outras coisas, a construção de políticas públicas que favoreçam o acesso a todos os cidadãos, tendo sempre como referência as deliberações advindas das Conferências Nacionais das Cidades. Atualmente, o ConCidades é constituído por 86 titulares – 49 representantes de segmentos da sociedade civil e 37 dos poderes públicos federal, estadual e municipal – além de 86 suplentes, com mandato de dois anos. A composição do ConCidades inclui, ainda, 09 observadores representantes dos governos estaduais, que possuem Conselho das Cidades, em sua respectiva unidade da Federação.

#### **Comitê de Segurança da Informação e Comunicações**

A Portaria nº 495, de 16/10/2013, institui o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações no âmbito do Ministério das Cidades.

O Comitê de Segurança da Informação e Comunicações encontra-se em funcionamento, sendo que em 2015 ocorreu uma reunião ordinária, na qual discutiu-se a respeito a política da rede sem fio, com vistas a segurança das informações do ministério, e a substituição da presidência do referido Comitê. Dessa forma, em 8 de setembro de 2015, por meio da Portaria nº 474, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Cidades designou o Coordenador de Modernização e Informática para exercer a função de Gestor de Segurança da Informação e Comunicação.

#### **Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do Ministério das Cidades**

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, instituído pela Portaria nº 480, de 25 de setembro de 2012, órgão deliberativo, vinculado à Secretaria Executiva do Ministério das Cidades, tem como

finalidade o estabelecimento da política institucional de Tecnologia da Informação no âmbito desta Pasta.

A Tecnologia da Informação é um ativo estratégico para o atendimento dos objetivos institucionais do Ministério das Cidades e deve ser entendida como um conjunto de recursos tecnológicos e computacionais para geração, armazenamento, processamento, gerenciamento e transmissão da informação e o modo como esses recursos estão organizados em um sistema capaz de executar um conjunto de tarefas, incluindo o planejamento de informática, a contratação e o desenvolvimento de sistemas, o suporte de software e hardware, respectivamente e os processos de produção e operação, dentre outros.

Conforme estabelecido da supramencionada Portaria, são competências do CGTI-MCIDADES:

- I- propor políticas de articulação e implantação de projetos para racionalização da aquisição e da utilização da infraestrutura, dos serviços e das aplicações de tecnologia da informação;*
- II- estabelecer diretrizes para formulação do Plano Estratégico da Tecnologia da Informação - PETI;*
- III- definir mecanismos de racionalização de gastos e de apropriação de custos na aplicação de recursos em tecnologia da informação;*
- IV- definir diretrizes e orientações, para fins de proposição e revisão dos projetos do Plano Plurianual, sobre as propostas orçamentárias dos órgãos e Entidades do Ministério, relacionados com aplicação de recursos, investimentos e custeio na área de tecnologia de informação;*
- V- coordenar e articular ações visando prospecção e adoção de novas tecnologias;*
- VI- coordenar, articular e aprovar as diretrizes referentes à adoção de melhores práticas de Governança de TI e Segurança da Informação.”*

### **Comissão de Ética**

A Comissão de Ética, que tem como objetivo principal a promoção da conduta ética nas ações do Ministério das Cidades foi instituída por meio da Portaria nº 512, de 01 de outubro de 2015, a qual designou os membros titulares e suplentes com mandato definido, e, dessa forma, supriu o vício formal contido na Portaria nº 143, publicada em 19 de março de 2015.

Após a designação dos membros, foi atualizado cadastro junto à Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP), bem como criou-se o correio eletrônico [etica@idades.gov.br](mailto:etica@idades.gov.br) para contato com os demais servidores do órgão. Além disso, a Comissão está em diálogo com a Assessoria de Comunicação para desenvolver instrumentos de sensibilização quanto à importância da conduta ética no serviço público. A Comissão se reúne quinzenalmente para discutir assuntos relacionados à ética e desenvolver suas ações administrativas.

### **Sistema de Correição**

Destaca-se que está sendo formulado no âmbito do Planejamento Estratégico, o mapeamento dos fluxos dos procedimentos realizados nos Processos Administrativos Disciplinares, para consubstanciar a edição de norma, o que possibilitará à Secretaria Executiva, área responsável pelo gerenciamento dos processos, uma melhor gestão sobre a condução dos trabalhos das comissões.

A referida norma visa dar eficiência, desburocratizar, bem como racionalizar os procedimentos com custos menos onerosos para o órgão em relação aos benefícios advindos, inclusive com economia

para a Administração Pública, tendo em vista a melhoria da qualidade dos trabalhos de apuração, além de constituir em instrumento de prevenção de irregularidades.

No que tange ao Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD, a política de uso foi instituída no âmbito do Ministério das Cidades por meio da Portaria nº 212, de 11 de abril de 2008, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço nº 7, de 17 de abril de 2008, para atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007. A inserção das informações no referido Sistema é de responsabilidade da Coordenação Geral de Recursos Humanos – CGRH, e realizada por 02 (dois) servidores.

Os procedimentos disciplinares são atualizados no sistema CGU-PAD quando da instauração do processo, após publicações de Portarias de recondução/prorrogação/alteração de membro no Boletim de Pessoal e Serviço e, na fase final de julgamento. A fase de indiciamento/citação/relatório final é lançada no sistema concomitante com a do julgamento, já que depois da instauração das comissões os processos só retornam para CGRH após o julgamento.

Atualmente, encontravam-se, em andamento, neste órgão 18 (dezoito), sendo 15 (quinze) processos administrativos disciplinares e 3 (três) comissões de sindicâncias investigativas. Por oportuno, cabe destacar, que se encontram pendentes de instauração, 03 (três) procedimentos, pela falta de membros capacitados para comporem as comissões. Ademais, a experiência em se designar servidores sem capacitação, tem gerado um retrabalho e a possível prescrição da pretensão punitiva estatal.

---

### **3.2 Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos**

---

O MCidades não possui unidade específica responsável pelas atividades de correição, nem comissão permanente disciplinar.

A política de uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD no âmbito do órgão foi instituída pela Portaria nº 212/2008, consoante com o disposto na Portaria da Controladoria-Geral da União – CGU nº 1.043/2007. A inserção de informações no referido sistema é de responsabilidade da Coordenação Geral de Recursos Humanos – CGRH, atualmente realizada por 1 (um) servidor. Os procedimentos disciplinares são atualizados no sistema CGU-PAD quando da instauração do processo, após publicações de Portarias de recondução/prorrogação/alteração de membro e na fase final de julgamento.

Constam no CGU-PAD 15 (quinze) procedimentos disciplinares instaurados no exercício de 2015, sendo 5 (cinco) sindicâncias e 10 (dez) processos administrativos disciplinares. Uma dessas sindicâncias foi apenas julgada no Ministério das Cidades, haja vista que o servidor investigado estava cedido para outro órgão. Dos 14 (quatorze) procedimentos remanescentes, 3 (três) são fatos que ocorreram na Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão; 2 (dois) no Departamento Nacional de Trânsito; 5 (cinco) na Coordenação Geral de Recursos Logísticos; 2 (dois) na Coordenação Geral de Modernização e Informática; 1 (um) na Secretaria Executiva; e 1 (um) na Assessoria de Comunicação Social. Ainda foram reinstauradas 2 (duas) comissões de processo administrativo disciplinar e 1 (uma) comissão de sindicância.

Ao final do exercício de 2015, 18 (dezoito) procedimentos estavam em andamento e 1 (uma) penalidade de advertência foi aplicada.

Como novidade, a Portaria nº 132/2015, delegou competência ao Secretário-Executivo para determinar a instauração e realizar o julgamento de sindicâncias e processos disciplinares, inclusive aplicação de advertência e suspensão até trinta dias. O normativo revogou a Portaria nº 545/2014.

Além disso, em abril foi promovido o Curso de Processo Administrativo Disciplinar – PAD, instruído por profissional da CGU. No evento foram capacitados 47 (quarenta e sete) servidores.

O órgão também contou com a colaboração de 5 (cinco) servidores da Advocacia-Geral da União, 3 (três) lotados na Consultoria Jurídica do MCidades e 2 (dois) lotados em outros órgãos. Estes servidores participaram ou continuam participando como membro/ presidente em 7 (sete) comissões de processos administrativos disciplinares.

---

### **3.3 Gestão de riscos e controles internos**

---

Registre-se que a alta Administração da Secretaria Executiva acompanha todos os processos instaurados no âmbito desta Pasta, de modo que para ter seguimento, qualquer processo deve conter manifestação favorável do Secretário-Executivo, que, para tomar decisões, se baseia nos argumentos apresentados pela área técnica respectiva, bem como pela Consultoria Jurídica, e quando for o caso, pelo Assessor Especial de Controle Interno.

Acrescente-se que o Escritório de Gerenciamento de Projetos, criado por intermédio da Portaria nº 450, de 3 de setembro de 2012, unidade diretamente vinculada à Secretaria Executiva, com as atribuições de coordenar as atividades de gestão estratégica, propor e orientar a sua implantação, gerir projetos e executar suas ações, promovendo a utilização das ferramentas corporativas de gerenciamento de projetos, concluiu a elaboração do planejamento estratégico institucional do Ministério das Cidades, tendo sido aprovado pela Portaria nº 726, de 21 de novembro de 2014.

Ressalte-se que o Escritório de Gerenciamento de Projetos desenvolveu o sistema informatizado GEPNET, atualmente utilizado em toda a Secretaria Executiva, ferramenta que proporciona o controle de todos os projetos e ações desenvolvidas, sua relevância, seus riscos, o tempo utilizado, possibilitando a qualquer servidor visualizar o status dos projetos e ações levadas a cabo pela Secretaria Executiva, bem como seus detalhamentos.

Em 2015, foi realizado um levantamento da situação dos projetos em fevereiro, bem como análise e definição de um novo modelo de monitoramento da estratégia. Ao fim, ficou definido um modelo que inclui a elaboração de Relatórios de Monitoramento e Avaliação da Estratégia (RME) trimestrais combinados com reuniões com a Alta Direção. Foram elaborados RME em julho/2015 e novembro/2015.

Estabeleceu-se novos procedimentos e fluxo para as licitações, prorrogações de contratos e contratações feitas por dispensa ou declaração de inexigibilidade de licitação, por intermédio da Ordem de Serviço nº 01, de 16 de junho de 2014, determinando prazos mais exíguos e exigência de manifestação não só das áreas já envolvidas, mas de autorização da Secretária Executiva em etapas cruciais desse tipo de procedimento.

Destaca-se que o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Cidades delegou, por meio da Portaria nº 545, de 08 de setembro de 2014, posteriormente revogada pela Portaria nº 132, de 17 de março de 2015, a Secretaria Executiva tem envidado esforços para dar celeridade aos processos

administrativos disciplinares, o que pode ser observado com a gradativa diminuição do número de processos aguardando instauração.

Acrescente-se que está sendo formulado no âmbito do Planejamento Estratégico, o mapeamento dos fluxos dos procedimentos realizados nos Processos Administrativos Disciplinares, para consubstanciar a edição de norma, o que possibilitará à Secretaria Executiva, área responsável pelo gerenciamento dos processos, uma melhor gestão sobre a condução dos trabalhos das comissões.



## 4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

---

### 4.1 Canais de acesso do cidadão

---

#### I - SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC

O Serviço de Informações ao Cidadão previsto no Art. 9º do Decreto nº 7724/12, tem como objetivos atender e orientar o público quanto ao acesso às informações públicas que estão sob a guarda do Estado; informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; e receber e registrar pedidos de acesso à informação. Para isso, o SIC está instalado em unidade física identificada, de fácil acesso e aberta ao público.

Entre as suas competências estão o recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação; o registro do pedido de acesso em sistema eletrônico específico (e-SIC) e a entrega de número do protocolo, com a data de apresentação do pedido; e o encaminhamento do pedido recebido e registrado na unidade responsável pelo fornecimento da informação, quando couber.

Com a implantação no Ministério das Cidades, em dezembro de 2014, do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal – e-OUV, as denúncias, reclamações, solicitações, elogios e sugestões poderão ser realizadas a partir desse sistema.

#### II - SISTEMA DE OUVIDORIAS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL – E-OUV

O Ministério das Cidades aderiu no final de 2014 ao Sistema de Ouvidoria da Controladoria Geral da União – e-OUV. Por esse sistema o cidadão pode registrar denúncias, reclamações, solicitações, elogios e sugestões referentes aos Programas e às Ações do Ministério.

Através desse canal, é possível registrar uma manifestação, consultar o andamento e verificar a resposta.

##### **Diferença entre denúncia, reclamação e solicitação:**

**Denúncia:** Quando se quer comunicar a prática de ato ilícito ou indício de irregularidade.

**Reclamação:** Quando se quer relatar insatisfação em relação ao serviço público, sem conteúdo de requerimento.

**Solicitação:** Quando se requer adoção de providência ou se busca uma instrução, orientação, ou esclarecimento relacionado ao Programa.

#### III - PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DAS CIDADES - PNCC

A Diretoria de Desenvolvimento Institucional – DDI, que tem sob sua responsabilidade a Gerência de Capacitação – GC, destaca-se no relacionamento com a sociedade no âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades – PNCC, por meio do Portal Capacidades ([www.capacidades.gov.br](http://www.capacidades.gov.br)), ambiente virtual que mantém uma agenda integrada de informações e atividades do PNCC, tais como biblioteca e videoteca virtuais, bate-papos com especialistas, blogs

e fóruns temáticos, e uma plataforma virtual de cursos a distância em que foram realizadas diversas atividades de educação a distância – EAD e presenciais. Dentre os resultados alcançados no exercício de 2015, foram capacitadas 24.966 pessoas por meio do PNCC, no âmbito da Secretaria Executiva/Ministério das Cidades.

A Gerência de Capacitação – GC, destaca-se, ainda, no relacionamento com a sociedade por meio do Programa de Apoio à Extensão Universitária – Proext, com a implementação de 16 projetos e 11 programas em parceria com instituições federais e estaduais para a capacitação de técnicos e gestores municipais. Ainda em 2015, foi dada continuidade ao Programa de Formação em Gestão de Projetos Urbanos, com a implantação das etapas subsequentes com a promoção de cursos e oficinas sobre projetos urbanos nas áreas de Habitação; Saneamento; Transporte e Mobilidade Urbana; Acessibilidade e Regularização Fundiária nas 05 regiões brasileiras.

Dentre as atividades disponibilizadas, nas atividades EAD e presenciais no ano de 2015 teve-se os seguintes canais de comunicação, por meio dos E-mails institucionais abaixo:

<b>E-mail</b>	<b>Atendimentos</b>
1 - <a href="mailto:capacidades@idades.gov.br">capacidades@idades.gov.br</a>	8.282
2 - <a href="mailto:ead.capacidades@idades.gov.br">ead.capacidades@idades.gov.br</a>	<u>7.263</u>
<b>Total</b>	<b>15.545</b>

Fonte: Diretoria de Desenvolvimento Institucional – DDI.

Com relação ao registro de dados gerenciais e estatísticos sobre a quantidade de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões recebidas e sobre o atendimento/encaminhamento das demandas apresentadas, analisando os resultados observados, inclusive frente a dados registrados em exercícios anteriores, seguem os dados;

## **A) DO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC**

**A.1) Relatório de pedidos de acesso à informação - e-SIC :** dados extraídos do sistema e-SIC. (<http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/relatorios-dados/relatorios-estatisticos/relatorios-estatisticos>)

OBS: são contabilizados os pedidos realizados exclusivamente via sistema e-SIC.

### **De maio a dezembro de 2012**

Quantidade de pedidos recebidos exclusivamente via sistema e-SIC: 411

Média mensal: 51,38 pedidos.

Quantidade de pedidos registrados por mês: maio, 56; junho, 49; julho, 50; agosto, 71; setembro, 39; outubro, 71; novembro, 40; dezembro, 35.

Quantidade e pedidos respondidos: 411

Principais temas das solicitações: “Habitação, Saneamento e Urbanismo”, 67,16%; “Transporte e Trânsito”, 16,79%; “Trabalho”, 4,87%; “Governo e Política”, 3,16%; “Ciência, Informação e Comunicação”, 2,92%, “Outros temas”, 5,10%.

Tempo médio de resposta ao solicitante: 9,82 dias

Pedidos Prorrogados: 49

Pedidos por tipo de resposta: “Acesso Concedido”, 392; “Acesso Negado”, 13; “Acesso Parcialmente Concedido”, 1; “Informação Inexistente”, 4; “Competência de Outro Órgão”, 1.

Razões da negativa de acesso: “Pedido Genérico”, 6; “Pedido Incompreensível”, 5; “Informação sigilosa de acordo com legislação específica”, 1; “Informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011”, 1.

Localização das solicitações por Estado: AC, 1; AL, 6; AM, 4; BA, 24; CE, 8; DF, 81; ES, 4; GO, 18; MA, 9; MG, 36; MS, 1; MT, 5; PA, 12; PB, 3; PE, 15; PI, 7; PR, 27; RJ, 32; RN, 6; RO, 1; RR, 4; RS, 14; SC, 10; SE, 2; SP, 75; TO, 5; Outros Países, 1.

Perfil dos solicitantes por gênero – pessoa física: “Masculino”, 63,99%; “Feminino”, 26,92%; “Não Informado”, 9,09%.

Perfil dos solicitantes por escolaridade – pessoa física: “Ensino Superior”, 38,46%; “Ensino Médio”, 19,23%; “Pós-graduação”, 15,73%; “Não Informado”, 14,69%; “Mestrado/Doutorado”, 10,84%; “Ensino Fundamental”, 1,05%.

Recursos e Reclamações: Dos 411 pedidos recebidos, 31 viraram recurso em 1º instância. Dos 31 recursos em 1º instância, 9 viraram recurso em 2º instância. Dos 9 recursos em 2º instância, 2 viraram recurso em 3º instância (CGU). Dos 2 recursos em 3º instância, 1 recorreu à Comissão Mista de Reavaliação de Informação – CRMI.

Todos os 31 recursos foram respondidos. Destes, 17 tiveram deferimento; 11 foram indeferidos e 3 foram parcialmente deferidos.

Não houve reclamação em 2012, realizada pelo sistema e-SIC, referente a pedido não respondido dentro do prazo estipulado na Lei de Acesso à Informação.

### **De janeiro a dezembro de 2013**

Quantidade de pedidos recebidos exclusivamente via sistema e-SIC: 797.

Média mensal: 66,42 pedidos.

Quantidade de pedidos registrados por mês: janeiro, 76; fevereiro, 73; março, 49; abril, 55; maio, 70; junho, 60; julho, 80; agosto, 56; setembro, 110; outubro, 68; novembro, 59; dezembro, 41.

Quantidade e pedidos respondidos: 797.

Principais temas das solicitações: “Habitação, Saneamento e Urbanismo”, 58,98%; “Transporte e Trânsito”, 16,69%; “Trabalho”, 2,13%; “Governo e Política”, 16,94%; “Outros temas”, 5,26%.

Tempo médio de resposta ao solicitante: 16,17 dias

Pedidos Prorrogados: 240

Pedidos por tipo de resposta: “Acesso Concedido”, 669; “Acesso Negado”, 29; “Acesso Parcialmente Concedido”, 23; “Informação Inexistente”, 16; “Não se Trata de Solicitação de Informação”, 13; “Competência de Outro Órgão”, 41, “Pergunta Duplicada/Repetida”, 6.

Razões da negativa de acesso: “Pedido Genérico”, 6; “Pedido Incompreensível”, 8; “Processo Decisório em Curso”, 5; “Dados Pessoais”, 4; “Pedido Desproporcional ou Desarrazoado”, 4; “Pedido Exige Tratamento Adicional de Dados”, 2.

Localização das solicitações por Estado: AC, 1; AL, 12; AM, 2; BA, 28; CE, 14; DF, 174 ES, 13; GO, 16; MA, 15; MG, 65; MS, 10; MT, 4; PA, 22; PB, 13, PE, 21; PI, 3; PR, 21; RJ, 54; RN, 17; RO, 1; RR, 2; RS, 41; SC, 20; SE, 7; SP, 148; TO, 11; Outros Países, 16; Não Informado, 42.

Perfil dos solicitantes por gênero – pessoa física: “Masculino”, 68,02%; “Feminino”, 26,40%; “Não Informado”, 5,59%.

Perfil dos solicitantes por escolaridade – pessoa física: “Ensino Superior”, 43,93%; “Ensino Médio”, 18,11%; “Pós-graduação”, 17,53%; “Não Informado”, 8,29%; “Mestrado/Doutorado”, 10,79%; “Ensino Fundamental” 1,35%.

Recursos e Reclamações: Dos 797 pedidos recebidos, 63 viraram recurso em 1º instância. Dos 63 recursos em 1º instância, 12 viraram recurso em 2º instância. Dos 12 recurso em 2º instância, 4 viraram recurso em 3º instância (CGU). Dos 4 recursos em 3º instância, 1 recorreu à Comissão Mista de Reavaliação de Informação – CRMI.

Todos os 63 recursos foram respondidos. Destes, 28 tiveram deferimento; 25 foram indeferidos e 10 foram parcialmente deferidos.

Houve 1 reclamação em 2013, realizada pelo sistema e-SIC, referente a pedido não respondido dentro do prazo estipulado na Lei de Acesso à Informação.

#### **De janeiro a dezembro de 2014**

Quantidade de pedidos recebidos exclusivamente via sistema e-SIC: 986.

Média mensal: 82,17 pedidos.

Quantidade de pedidos registrados por mês: janeiro, 72; fevereiro, 84; março, 75; abril, 73; maio, 63; junho, 82; julho, 66; agosto, 93; setembro, 104; outubro, 93; novembro, 127; dezembro, 54.

Quantidade e pedidos respondidos: 986.

Principais temas das solicitações: “Habitação, Saneamento e Urbanismo”, 58,82%; “Transporte e Trânsito”, 23,53%; “Governo e Política”, 13,70%; “Outros temas”, 3,95%.

Tempo médio de resposta ao solicitante: 11,57 dias

Pedidos Prorrogados: 201

Pedidos por tipo de resposta: “Acesso Concedido”, 765; “Acesso Negado”, 33; “Acesso Parcialmente Concedido”, 33; “Informação Inexistente”, 19; “Não se Trata de Solicitação de Informação”, 41; “Competência de Outro Órgão”, 80, “Pergunta Duplicada/Repetida”, 15.

Razões da negativa de acesso: “Pedido Genérico”, 9; “Pedido Incompreensível”, 13; “Processo Decisório em Curso”, 2; “Dados Pessoais” 4, “Informação Sigilosa de Acordo com Legislação Específica”, 2; “Pedido Desproporcional ou Desarrazoado”, 1; “Pedido Exige Tratamento Adicional de Dados”, 2.

Localização das solicitações por Estado: AC, 0; AL, 14; AM, 8; BA, 51; CE, 40; DF, 119 ES, 29; GO, 33; MA, 12; MG, 118; MS, 7; MT, 10; PA, 9; PB, 12, PE, 28; PI, 4; PR, 46; RJ, 55; RN, 13; RO, 3; RR, 3; RS, 57; SC, 20; SE, 17; SP, 204; TO, 3; Outros Países, 4; Não Informado, 67.

Perfil dos solicitantes por gênero – pessoa física: “Masculino”, 66,25%; “Feminino”, 28,23%; “Não Informado”, 5,52%.

Perfil dos solicitantes por escolaridade – pessoa física: “Ensino Superior”, 40,85%; “Ensino Médio”, 19,24%; “Pós-graduação”, 19,40%; “Não Informado”, 7,89%; “Mestrado/Doutorado”, 10,41%; “Ensino Fundamental” 2,05%; “Sem Instrução Forma”, 0,16%.

Recursos e Reclamações: Dos 986 pedidos recebidos, 71 viraram recurso em 1º instância. Dos 71 recursos em 1º instância, 18 viraram recurso em 2º instância. Dos 18 recurso em 2º instância, 7 viraram recurso em 3º instância (CGU). Dos 7 recursos em 3º instância, 1 recorreu à Comissão Mista de Reavaliação de Informação – CRMI.

Todos os 71 recursos foram respondidos. Destes, 34 tiveram deferimento; 32 foram indeferidos e 5 foram parcialmente deferidos.

Houve 5 reclamações em 2014, realizadas pelo sistema e-SIC, referentes a pedidos não respondidos dentro do prazo estipulado na Lei de Acesso à Informação.

### **De janeiro a dezembro de 2015**

Quantidade de pedidos recebidos exclusivamente via sistema e-SIC: 1045.

Média mensal: 87,08 pedidos.

Quantidade de pedidos registrados por mês: janeiro, 116; fevereiro, 61; março, 74; abril, 74; maio, 84; junho, 87; julho, 82; agosto, 98; setembro, 98; outubro, 112; novembro, 84; dezembro, 75.

Quantidade e pedidos respondidos: 1043. Dois pedidos ainda estão em análise junto a Secretaria Nacional de Habitação.

Principais temas das solicitações: “Habitação, Saneamento e Urbanismo”, 52,91%; “Transporte e Trânsito”, 28,13%; “Governo e Política”, 13,21%; “Outros temas”, 5,75%.

Tempo médio de resposta ao solicitante: 10,13 dias

Pedidos Prorrogados: 166

Pedidos por tipo de resposta: “Acesso Concedido”, 766; “Acesso Negado”, 29; “Acesso Parcialmente Concedido”, 50; “Informação Inexistente”, 34; “Não se Trata de Solicitação de Informação”, 35; “Competência de Outro Órgão”, 101, “Pergunta Duplicada/Repetida”, 28.

Razões da negativa de acesso: “Pedido Genérico”, 5; “Pedido Incompreensível”, 9; “Processo Decisório em Curso”, 2; “Dados Pessoais” 6, “Informação Sigilosa de Acordo com Legislação

Específica”, 2; “Pedido Desproporcional ou Desarrazoado”, 1; “Pedido Exige Tratamento Adicional de Dados”, 4.

Localização das solicitações por Estado: AC, 2; AL, 10; AM, 3; AP, 1; BA, 66; CE, 13; DF, 128; ES, 12; GO, 28; MA, 14; MG, 93; MS, 6; MT, 10; PA, 14; PB, 14; PE, 23; PI, 9; PR, 72; RJ, 74; RN, 4; RO, 1; RR, 2; RS, 46.; SC, 26; SE, 15; SP, 279; TO, 4; Outros Países, 2; Não Informado, 74.

Perfil dos solicitantes por gênero – pessoa física: “Masculino”, 64,88%; “Feminino”, 28,16%; “Não Informado”, 6,97%.

Perfil dos solicitantes por escolaridade – pessoa física: “Ensino Superior”, 39,91%; “Ensino Médio”, 16,55%; “Pós-graduação”, 20,75%; “Não Informado”, 8,71%; “Mestrado/Doutorado”, 12,05%; “Ensino Fundamental” 2,03%.

Recursos e Reclamações: Dos 1045 pedidos recebidos, 96 viraram recurso em 1º instância. Dos 96 recursos em 1º instância, 22 viraram recurso em 2º instância. Dos 22 recursos em 2º instância, 12 viraram recurso em 3º instância (CGU). Dos 12 recursos em 3º instância, 10 recorreram à Comissão Mista de Reavaliação de Informação – CRMI.

Dos 96 recursos, 95 foram respondidos e 1 está em andamento. Dos respondidos, 35 tiveram deferimento; 38 foram indeferidos, 7 foram parcialmente deferido, 14 tiveram perda de objeto e 1 não teve conhecimento.

Houve 6 reclamações em 2015, realizadas pelo sistema e-SIC, referentes a pedidos não respondidos dentro do prazo estipulado na Lei de Acesso à Informação.

Todos os relatórios estão disponíveis para consulta no site de acesso à informação do Governo Federal - <http://www.acessoainformacao.gov.br/>.

**A.2) Relatório de pedidos de acesso à informação – SIC Cidades:** dados extraídos do banco de dados do SIC do Ministério das Cidades.

OBS: são contabilizados, no banco de dados do SIC do Ministério das Cidades, os pedidos realizados pelo sistema e-SIC e pelas demais formas de acesso à informação previstas no Regimento Interno do SIC/Cidades (e-mail institucional [sic@cidades.gov.br](mailto:sic@cidades.gov.br); telefone, presencial ou carta)

### **De janeiro a dezembro de 2015**

No ano de 2015 foram realizados 1077 pedidos de acesso à informação ao SIC do Ministério das Cidades. Destes, 1045 foram feitos diretamente pelo sistema e-SIC e 32 por outras formas de entrada de solicitação de informação (e-mail institucional, telefone, presencial ou carta).

Quantidade de pedidos recebidos pelo SIC: 1077 (Banco de dados SIC/Cidades: e-SIC + outras formas de acesso)

Média mensal: 89,75 pedidos

Quantidade de pedidos respondidos: 1075. Dois pedidos ainda estão em análise junto a Secretaria Nacional de Habitação.

Distribuição mensal dos pedidos recebidos: janeiro, 120; fevereiro, 62; março, 81; abril, 76; maio, 85; junho, 93; julho, 84; agosto, 98; setembro, 100; outubro, 116; novembro, 84 e dezembro, 78.

*Ranking dos pedidos por setor de competência:*

1º Secretaria Nacional de Habitação - SNH: 350 pedidos recebidos (32,4% das solicitações de informação).

2º Serviço de Informações ao Cidadão - SIC: 286 pedidos recebidos (26,5% das solicitações de informação).

3º Departamento Nacional de Trânsito – DENANTRAN: 253 pedidos recebidos (23,4% das solicitações de informação).

4º Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA: 54 pedidos recebidos (5,1% das solicitações de informação).

5º Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana – SeMOB: 51 pedidos recebidos (4,8% das solicitações de informação).

6º Coordenação-Geral de Logística – CGLOG: 23 pedidos recebidos (2,2% das solicitações de informação)

7º Secretaria Executiva- SE: 15 pedidos recebidos (1,4% das solicitações de informação).

8º Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH: 13 pedidos recebidos (1,2% das solicitações de informação).

9º Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos – SNAPU: 11 pedidos recebidos (1% das solicitações de informação).

10º Sub-Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA: 9 pedidos recebidos (0,8% das solicitações de informação).

11º Consultoria Jurídica – CONJUR: 5 pedidos recebidos (0,5% das solicitações de informação).

12º Gabinete do Ministro – GABIN: 4 pedidos recebidos (0,4% das solicitações de informação).

13º Assessoria Parlamentar – ASPAR: 2 pedidos recebidos (0,2% das solicitações de informação).

14º Assessoria de Comunicação Social – ASCOM: 1 pedido recebido (0,1% das solicitações de informação).

**B) DO SISTEMA DE OUVIDORIAS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL – E-OUV**

**Dezembro de 2014**

Quantidade de pedidos recebidos exclusivamente via sistema e-OUV: 1

Quantidade de manifestações por tipo: Denúncia - 1

Média mensal: 1 pedido

Quantidade de manifestações registradas por mês: dezembro - 1

Quantidade de manifestações respondidas: 1

Principais temas das solicitações: “Habitação” - 100%

Situação atual da manifestação: “Encerrado” - 1

*Ranking dos pedidos por setor de competência:*

1º Secretaria Nacional de Habitação - SNH: 1 pedido recebido (100% das solicitações de informação).

### **De janeiro a dezembro de 2015**

Quantidade de pedidos recebidos exclusivamente via sistema e-OUV: 457

Quantidade de manifestações por tipo: Denúncia, 183; Reclamação, 120; Solicitação, 140; Elogio, 3; Sugestão, 11.

Média mensal: 38,09 manifestações.

Quantidade de manifestações registradas por mês: janeiro, 17; fevereiro, 55; março, 49; abril, 41; maio, 35; junho, 27; julho, 18; agosto, 35; setembro, 61; outubro, 41; novembro, 47; dezembro, 31.

Quantidade de manifestações respondidas: Das 457 manifestações, 454 foram respondidas, 3 estão em análise.

Situação atual das Manifestações: “Encerrado”, 442; “Em Análise”, 3; “Encaminhado a outra Ouvidoria”, 12.

*Ranking dos pedidos por setor de competência:*

1º Secretaria Nacional de Habitação - SNH: 350 pedidos recebidos (76,7% das solicitações de informação).

2º Serviço de Informações ao Cidadão - SIC: 33 pedidos recebidos (7,3% das solicitações de informação).

3º Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA: 28 pedidos recebidos 6,2% das solicitações de informação).

4º Departamento Nacional de Trânsito – DENANTRAN: 21 pedidos recebidos (4,6% das solicitações de informação).

5º Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana – SeMOB: 11 pedidos recebidos (2,5% das solicitações de informação).

6º Sub-Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA: 4 pedidos recebidos (0,7% das solicitações de informação).

7º Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos – SNAPU: 3 pedidos recebidos (0,6% das solicitações de informação).



7º Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH: 3 pedidos recebidos (0,6% das solicitações de informação).

8º Secretaria Executiva- SE: 2 pedidos recebidos (0,4% das solicitações de informação).

9º Gabinete do Ministro – GABIN: 1 pedido recebido (0,2% das solicitações de informação).

10º Assessoria de Controle Interno – AECI: 1 pedido recebido (0,2% das solicitações de informação).

---

## **4.2 Carta de Serviços ao Cidadão**

---

Informamos que no item 2.13 da página 22 do Relatório de Auditoria Anual de Contas, do exercício de 2012, no que compete a Secretaria Executiva, Unidade Auditada, é informado que: *“2.13 Avaliação da Carta de Serviços ao Cidadão De acordo com o Art. 11. do Decreto n.º 6932/2009, os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que prestam serviços diretamente ao cidadão deverão elaborar e divulgar “Carta de Serviços ao Cidadão”, no âmbito de sua esfera de competência. Em relação ao assunto, a Unidade, informou, no Relatório de Gestão (quadro 52), que não é prestadora de serviços ao cidadão, razão pela qual está dispensada quanto ao atendimento do Decreto n.º 6932/2009. A despeito da informação da Unidade, esta equipe de auditoria, questionou, no Relatório Preliminar de Auditoria, se os serviços prestados pelo Ministério das Cidades, tais como: Portal CAPACIDADES (capacitações e cursos EAD); Brasil em CIDADES (informações sobre os municípios); E-SIC (atendimento on line e presencial para solicitação de informações); SNIS (sistema nacional de informações sobre saneamento); Consulta Pública PLANSAB (Consulta Pública sobre o Plano Nacional de Saneamento); e Consulta Pública Trabalho Técnico Social (Instrução Normativa para Saneamento e Habitação); não seriam exemplos de serviços ao Cidadão que demandariam a implementação da Carta de Serviços ao Cidadão. Dinheiro público é da sua conta [www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br) 23 Em resposta a Unidade apresentou esclarecimentos sobre os serviços prestados pela Pasta e concluiu que não presta serviços de forma direta ao cidadão e que, portanto, não se aplica às atividades do órgão o Decreto n.º 6932/2009.”*

Essa informação está disponível na página do Ministério das Cidades acessando o link *“<http://www.cgu.gov.br/relatorios/RA201305708/>”* localizado na aba “Auditoria de Contas do Exercício 2012 (<http://www.cidades.gov.br/>).

O Ministério está avaliando a necessidade de elaborar a sua “Carta de Serviços ao Cidadão”. Assim, a fim de prestar algumas informações básicas sobre o tema, o Ministério das Cidades criou em seu site a aba “Carta de Serviços ao Cidadão”.

---

## **4.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários**

---

O próprio sistema criado pela CGU, o e-SIC (permite análise das respostas e controle dos prazos, além de também possibilitar o “feedback” do cidadão através de questionário de satisfação e do acesso à ferramenta de reclamação.

(<http://www.acessoinformacao.gov.br/sistema>),

### **a) Relatório de reclamação**

De maio de 2012 a dezembro de 2015 o e-SIC recebeu 12 reclamações referentes a pedidos não respondidos dentro do prazo estipulado na Lei de Acesso à Informação.

- Total de pedidos realizados no período pelo sistema e-SIC: 3239
  - Reclamações no período: 12
  - % de pedidos que geraram reclamações: 0,37%
  - % de reclamações respondidas: 100%
  - % de reclamações não respondidas ou em tramitação: 0%
  - % de reclamações que geraram recursos: 8,33%

### **Distribuição das reclamações por mês**

- Setembro de 2013: 1
- Janeiro de 2014: 1
- Março de 2014: 3
- Agosto de 2014: 1
- Janeiro de 2015: 2
- Fevereiro de 2015: 1
- Maio de 2015: 1
- Junho de 2015: 1
- Novembro de 2015: 1

### **b) Relatório de Pesquisa de Satisfação**

O e-SIC disponibiliza, desde sua criação em maio de 2012, questionários eletrônicos para avaliação da satisfação do cidadão. Cada questionário pode ser preenchido pelo cidadão após o recebimento da resposta ao seu pedido de informação. Os questionários variam de acordo com a classificação do tipo de resposta<sup>1</sup>. Se a resposta para o cidadão for classificada como “Acesso Concedido” ele receberá um tipo de questionário; se a resposta for classificada como “Acesso Negado”, ou as demais classificações - “Acesso Parcialmente Concedido” - “Informação Inexistente” - “Não se trata de um pedido de informações” - etc, os respectivos questionários apresentados ao cidadão serão automaticamente adequados.

### **Análise da Pesquisa de Satisfação – ano 2015**

De janeiro de 2015 a dezembro de 2015 foram realizados pelo cidadão, pelo sistema e-SIC, 1047 pedidos. Destes, 298 cidadãos responderam os questionários de avaliação de resposta.

#### **Total de pedidos no período: 1047 -100%**

Não responderam os questionários: 749 – 71,5%

Responderam o questionário: 298 – 28,5%

Dos 298 solicitantes que responderam a pesquisa de satisfação, 235 tiveram as respostas classificadas como “Acesso Concedido”; 27 como “Órgão não tem competência para responder sobre o assunto”; 14 como “Acesso Parcialmente Concedidos”, 8 como “Informação Inexistente”, 7

---

<sup>1</sup> No sistema e-SIC, ao inserir a resposta para cidadão, é necessário preencher o item “Tipo de Resposta”. Este item disponibiliza algumas opções em acordo com a resposta encaminhada. Ex: Se o que foi solicitado pelo cidadão foi plenamente respondido, no item “Tipo de Resposta” será preenchido “Acesso Concedido”; se o pedido foi parcialmente respondido será preenchido “Acesso Parcialmente Concedido”; se o acesso ao conteúdo foi negado será preenchido “Acesso Negado” entre outros.

como “Não se trata de Solicitação de Informação”, 4 como “Acesso Negado” e 3 como “Pergunta Duplicada”

- **Análise do Relatório de Pesquisa de Satisfação - por tipo de resposta**

- 1. Tipo de resposta: “Acesso Concedido”**

Quantidade: 235 questionários de 298 preenchidos

Porcentagem: 78,86% dos questionários preenchidos

Cada questionário era composto pelas seguintes questões:

- Questão 1: A resposta fornecida atendeu plenamente ao seu pedido?
- Questão 2: A resposta fornecida foi de fácil compreensão?
- Questão 3: Comentários.

Análise da questão 1: A resposta fornecida atendeu plenamente ao seu pedido:?

Neste item o cidadão atribuía uma pontuação de 1 a 5 para o seu grau de satisfação quanto ao atendimento de sua solicitação, sendo 1 para “não atendeu” e 5 “atendeu plenamente”.

Em análise, pode se observar que 57,9% concluíram que a resposta atendia plenamente a solicitação e que 16,17% concluíram que a resposta não atendia a sua solicitação. Ainda, verificou-se que 3,82% atribuíram a pontuação 2; 7,65% a pontuação 3 e 14,46% a pontuação 4.

Conclusão: Cerca de 73% das pessoas ficaram satisfeitas com a resposta disponibilizada.

Análise da questão 2: A resposta fornecida foi de fácil compreensão?

Neste item o cidadão atribuía uma pontuação de 1 a 5 para a facilidade de compreensão da resposta apresentada, sendo 1 para “difícil compreensão” e 5 “fácil compreensão”.

Em análise, pode se observar que 76,18% concluíram que a resposta foi de fácil compreensão e que 4,25% concluíram que a resposta foi de difícil compreensão. Ainda, verificou-se que 4,68 % atribuíram a pontuação 2; 3,4% a pontuação 3 e 11,49% a pontuação 4.

Conclusão: Cerca de 88 % das pessoas concordaram que as respostas encaminhadas foram de fácil compreensão.

Questão 3: Comentários: Dos 235 questionários classificados como “Acesso Concedido”, 89 tiveram a questão 3 respondidas.

- 2. Tipo de resposta: “Acesso Parcialmente Concedido”**

Quantidade: 14 questionários de 298 preenchidos

Porcentagem: 4,70% dos questionários preenchidos

Cada questionário era composto pelas seguintes questões:

- Questão 1: A justificativa para a entrega parcial da informação foi satisfatória?
- Questão 2: A informação fornecida foi de fácil compreensão?
- Questão 3: Comentários.

Análise da questão 1: A justificativa para a entrega parcial da informação foi satisfatória?

Neste item o cidadão atribuía uma pontuação de 1 a 5 para o seu grau de satisfação quanto a justificativa para a entrega parcial da informação, sendo 1 para “não atendeu” e 5 “atendeu plenamente”.

Em análise, pode se observar que 14,29% concluíram que a resposta atendia plenamente a

solicitação e que 28,56% concluíram que a resposta não atendia a sua solicitação. Ainda, verificou-se que 14,29 % atribuíram a pontuação 2; 7,14% a pontuação 3 e 35,72% a pontuação 4.  
Conclusão: Cerca de 50% das pessoas ficaram satisfeitas com a resposta disponibilizada.

Análise da questão 2: A resposta fornecida foi de fácil compreensão?

Neste item o cidadão atribuía uma pontuação de 1 a 5 para a facilidade de compreensão da resposta apresentada, sendo 1 para “difícil compreensão” e 5 “fácil compreensão”.

Em análise, pode se observar que 28,7% concluíram que a resposta foi de fácil compreensão e que 21,4% concluíram que a resposta foi de difícil compreensão. Ainda, verificou-se que 7,1 % atribuíram a pontuação 2; 14,1% a pontuação 3 e 28,7% a pontuação 4.

Conclusão: Cerca de 56 % das pessoas concordaram que as respostas encaminhadas foram de fácil compreensão.

Questão 3: Comentários: Dos 14 questionários classificados como “Acesso Parcialmente Concedido”, 7 tiveram a questão 3 respondidas.

### **3. Tipo de resposta: “Não se trata de solicitação de informação”**

Quantidade: 7 questionários de 298 preenchidos

Porcentagem: 2,35 % dos questionários preenchidos

Cada questionário possuía 3 questões assim divididas:

- Questão 1: A justificativa para o não fornecimento da informação foi satisfatória?
- Questão 2: A justificativa fornecida foi de fácil compreensão?
- Questão 3: Comentários.

Análise da questão 1: A justificativa para o não fornecimento da informação foi satisfatória?

Neste item o cidadão atribuía uma pontuação de 1 a 5 para o seu grau de satisfação quanto a justificativa para o não fornecimento da informação, sendo 1 para “não atendeu” e 5 “atendeu plenamente”.

Em análise, pode se observar que 14,29% concluíram que a resposta atendia plenamente a solicitação e que 42,86% concluíram que a resposta não atendia a sua solicitação. Ainda, verificou-se que 14,28 % atribuíram a pontuação 2; 14,28% a pontuação 3 e 14,29% a pontuação 4.

Conclusão: Cerca de 29% das pessoas ficaram satisfeitas com a resposta disponibilizada.

Análise da questão 2: A resposta fornecida foi de fácil compreensão?

Neste item o cidadão atribuía uma pontuação de 1 a 5 para a facilidade de compreensão da resposta apresentada, sendo 1 para “difícil compreensão” e 5 “fácil compreensão”.

Em análise, pode se observar que 71,43% concluíram que a resposta foi de fácil compreensão e que 14,29% concluíram que a resposta foi de difícil compreensão. Ainda, verificou-se que 14,28% atribuíram a pontuação 2; 0% a pontuação 3 e 0% a pontuação 4.

Conclusão: Cerca de 72% das pessoas concordaram que as respostas encaminhadas foram de fácil compreensão.

Questão 3: Comentários: Dos 7 questionários classificados como “Não se trata de solicitação de informação”, 5 tiveram a questão 3 respondidas.

### **4. Tipo de resposta: “Acesso Negado”**

Quantidade: 4 questionários de 298 preenchidos

Porcentagem: 1,34 % dos questionários preenchidos

Cada questionário possuía 3 questões assim divididas:

- Questão 1: A justificativa para o não fornecimento da informação foi satisfatória?
- Questão 2: A justificativa fornecida foi de fácil compreensão?
- Questão 3: Comentários.

Análise da questão 1: A justificativa para o não fornecimento da informação foi satisfatória?

Neste item o cidadão atribuía uma pontuação de 1 a 5 para o seu grau de satisfação quanto a justificativa para o não fornecimento da informação, sendo 1 para “não atendeu” e 5 “atendeu plenamente”.

Em análise, pode se observar que 25% concluíram que a resposta atendia plenamente a solicitação e que 25% concluíram que a resposta não atendia a sua solicitação. Ainda, verificou-se que 0% atribuíram a pontuação 2; 50% a pontuação 3 e 0% a pontuação 4.

Conclusão: Cerca de 25% das pessoas ficaram satisfeitas com a resposta disponibilizada.

Análise da questão 2: A resposta fornecida foi de fácil compreensão?

Neste item o cidadão atribuía uma pontuação de 1 a 5 para a facilidade de compreensão da resposta apresentada, sendo 1 para “difícil compreensão” e 5 “fácil compreensão”.

Em análise, pode se observar que 50% concluíram que a resposta foi de fácil compreensão e que 0% concluíram que a resposta foi de difícil compreensão. Ainda, verificou-se que 0% atribuíram a pontuação 2; 50% a pontuação 3 e 0% a pontuação 4.

Conclusão: Cerca de 50% das pessoas concordaram que as respostas encaminhadas foram de fácil compreensão.

Questão 3: Comentários: Dos 4 questionários classificados como “Acesso Negado”, ninguém respondeu a questão 3.

## **5. Tipo de resposta: “Informação Inexistente”**

Quantidade: 8 questionários de 298 preenchidos

Porcentagem: 2,68 % dos questionários preenchidos

Cada questionário possuía 3 questões assim divididas:

- Questão 1: A justificativa para o não fornecimento da informação foi satisfatória?
- Questão 2: A justificativa fornecida foi de fácil compreensão?
- Questão 3: Comentários.

Análise da questão 1: A justificativa para o não fornecimento da informação foi satisfatória?

Neste item o cidadão atribuía uma pontuação de 1 a 5 para o seu grau de satisfação quanto a justificativa para o não fornecimento da informação, sendo 1 para “não atendeu” e 5 “atendeu plenamente”.

Em análise, pode se observar que 50% concluíram que a resposta atendia plenamente a solicitação e que 37,5% concluíram que a resposta não atendia a sua solicitação. Ainda, verificou-se que 1,2,5 % atribuíram a pontuação 2; 0% a pontuação 3 e 0% a pontuação 4.

Conclusão: Cerca de 50% das pessoas ficaram satisfeitas com a resposta disponibilizada.

Análise da questão 2: A resposta fornecida foi de fácil compreensão?

Neste item o cidadão atribuía uma pontuação de 1 a 5 para a facilidade de compreensão da resposta apresentada, sendo 1 para “difícil compreensão” e 5 “fácil compreensão”.

Em análise, pode se observar que 75% concluíram que a resposta foi de fácil compreensão e que 12,5% concluíram que a resposta foi de difícil compreensão. Ainda, verificou-se que 1,5% atribuíram a pontuação 2; 0% a pontuação 3 e 0% a pontuação 4.

Conclusão: Cerca de 75% das pessoas concordaram que as respostas encaminhadas foram de fácil compreensão.

Questão 3: Comentários: Dos 4 questionários classificados como “Informação Inexistente”, 4 tiveram questão 3 respondidas.

## **6. Tipo de resposta: “Órgão não tem competência para responder sobre o assunto”**

Quantidade: 27 questionários de 298 preenchidos

Porcentagem: 9,07 % dos questionários preenchidos

Cada questionário possuía 3 questões assim divididas:

- Questão 1: A justificativa para o não fornecimento da informação foi satisfatória?
- Questão 2: A justificativa fornecida foi de fácil compreensão?
- Questão 3: Comentários.

Análise da questão 1: A justificativa para o não fornecimento da informação foi satisfatória?

Neste item o cidadão atribuía uma pontuação de 1 a 5 para o seu grau de satisfação quanto a justificativa para o não fornecimento da informação, sendo 1 para “não atendeu” e 5 “atendeu plenamente”.

Em análise, pode se observar que 55,56% concluíram que a resposta atendia plenamente a solicitação e que 25,9% concluíram que a resposta não atendia a sua solicitação. Ainda, verificou-se que 11,1 % atribuíram a pontuação 2; 0% a pontuação 3 e 7,4% a pontuação 4.

Conclusão: Cerca de 63% das pessoas ficaram satisfeitas com a resposta disponibilizada.

Análise da questão 2: A resposta fornecida foi de fácil compreensão?

Neste item o cidadão atribuía uma pontuação de 1 a 5 para a facilidade de compreensão da resposta apresentada, sendo 1 para “difícil compreensão” e 5 “fácil compreensão”.

Em análise, pode se observar que 74% concluíram que a resposta foi de fácil compreensão e que 22,5% concluíram que a resposta foi de difícil compreensão. Ainda, verificou-se que 3,7% atribuíram a pontuação 2; 0% a pontuação 3 e 0% a pontuação 4.

Conclusão: Cerca de 75% das pessoas concordaram que as respostas encaminhadas foram de fácil compreensão.

Questão 3: Comentários: Dos 27 questionários classificados como “Órgão não tem competência de responder sobre o assunto”, 9 tiveram a questão 3 respondida.

## **7. Tipo de resposta: “Pergunta Duplicada/Repetida”**

Quantidade: 3 questionários de 298 preenchidos

Porcentagem: 1% dos questionários preenchidos

Cada questionário possuía 3 questões assim divididas:

- Questão 1: A justificativa para o não fornecimento da informação foi satisfatória?
- Questão 2: A justificativa fornecida foi de fácil compreensão?

○ Questão 3: Comentários.

Análise de questão 1: A justificativa para o não fornecimento da informação foi satisfatória?

Neste item o cidadão atribuía uma pontuação de 1 a 5 para o seu grau de satisfação quanto a justificativa para o não fornecimento da informação, sendo 1 para “não atendeu” e 5 “atendeu plenamente”.

Em análise, pode se observar que 0% concluiu que a resposta atendia plenamente a solicitação e que 33,4% concluíram que a resposta não atendia a sua solicitação. Ainda, verificou-se que 0% atribuíram a pontuação 2; 0% a pontuação 3 e 66,6% a pontuação 4.

Conclusão: Cerca de 67% das pessoas ficaram satisfeitas com a resposta disponibilizada.

Análise da questão 2: A resposta fornecida foi de fácil compreensão?

Neste item o cidadão atribuía uma pontuação de 1 a 5 para a facilidade de compreensão da resposta apresentada, sendo 1 para “difícil compreensão” e 5 “fácil compreensão”.

Em análise, pode se observar que 33,3% concluíram que a resposta foi de fácil compreensão e que 33,4% concluíram que a resposta foi de difícil compreensão. Ainda, verificou-se que 0% atribuiu a pontuação 2; 0% a pontuação 3 e 33,3% a pontuação 4.

Conclusão: Cerca de 67% das pessoas concordaram que as respostas encaminhadas foram de fácil compreensão.

Questão 3: Comentários: Dos 3 questionários classificados como “Pergunta Duplicada/Repetida”, 1 teve a questão 3 respondida.

### **Pesquisa de Satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida**

O Ministério das Cidades disponibiliza em seu site a publicação “Pesquisa de Satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida”. Esta publicação traz o resultado de uma conjugação de esforços do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades (SNH/MCidades) para a realização de uma pesquisa, de abrangência nacional, junto a moradores de empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). A pesquisa desenvolveu uma metodologia para avaliar a percepção de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e foi a campo coletar as informações junto a uma amostra de mais de 7 mil beneficiários.

A pesquisa está disponível na íntegra no site do Ministério das Cidades e pelo link:

[http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/capacitacao/publicacoes/Pesquisa\\_de\\_satisfacao\\_dos\\_beneficiarios\\_do\\_PMCMV.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/capacitacao/publicacoes/Pesquisa_de_satisfacao_dos_beneficiarios_do_PMCMV.pdf)

---

## **4.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade**

---

### **SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC**

O SIC está localizado no térreo do Ministério das Cidades, em sala apropriada para o atendimento presencial, bem como para as outras formas de atendimento previstas no inciso 5º, art. 1º do seu regimento interno.

Endereço eletrônico do Regimento Interno do SIC:

[http://www.cidades.gov.br/images/stories/Legislacao/RegimentoInterno/Portaria\\_n\\_327\\_de\\_22\\_de\\_julho\\_de\\_2013.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/Legislacao/RegimentoInterno/Portaria_n_327_de_22_de_julho_de_2013.pdf)).

“§ 5º São considerados formas de acesso à informação: a) sistema e-SIC (<http://www.acessoinformacao.gov.br/>) ; b) e-mail [sic@ciudades.gov.br](mailto:sic@ciudades.gov.br); c) atendimento presencial; d) atendimento telefônico; e e) carta.”

No site do Ministério das Cidades há uma área específica para as informações gerais do SIC no link: <http://www.cidades.gov.br/acessoinformacao/index.php/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic.html>

Os pedidos realizados pelo cidadão devem, preferencialmente, ser realizados e cadastrados no Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC). Dessa forma é solicitado que o cidadão acesse o sistema e-SIC, faça seu cadastro e sua solicitação

Esse sistema gerado pela Controladoria Geral da União, órgão responsável por acompanhar as solicitações de informações encaminhadas para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe seus pedidos de acesso à informação. Por meio do e-SIC, além de fazer o pedido, será possível acompanhar o prazo pelo número de protocolo gerado e receber a resposta da solicitação por e-mail; entrar com recursos, apresentar reclamações e consultar as respostas recebidas.

Acesso ao sistema e-SIC: <http://www.acessoinformacao.gov.br/>

## **SISTEMA DE OUVIDORIAS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL e-OUV**

O Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal, e-OUV, foi criado para facilitar o contato do cidadão com as ouvidorias do Poder Executivo Federal. Através deste canal, é possível registrar uma manifestação, consultar o andamento e verificar a resposta. O Sistema é eletrônico e pode ser acessado na página do e-OUV:

<https://sistema.ouvidorias.gov.br/publico/Manifestacao/RegistrarManifestacao.aspx>

As informações referentes ao e-OUV no Ministério das Cidades são fornecidas pelo Serviço de Informação ao Cidadão do Órgão. No SIC o cidadão será orientado quanto à realização e acompanhamento de sua manifestação.

## **TRANSPARÊNCIA ATIVA**

De acordo com o artigo 7º do Decreto 7.724/16 que explana sobre o dever dos órgãos e entidades de promover, independente de requerimento, a divulgação em seus sítios na internet de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, observando o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei de Acesso à Informação; o Ministério das Cidades divulga em seu site os seguintes dados:

- Relatórios de Execução Contratual: <http://www.cidades.gov.br/auditoria/211-lei-de-acesso-a-informacao/relatorio-de-gestao/3684-relatorio-de-execucao-contratual>
- Relatórios de Gestão: <http://www.cidades.gov.br/auditoria/211-lei-de-acesso-a-informacao/relatorio-de-gestao/3685-relatorio-de-gestao>
- Relatórios de Avaliação do PPA: <http://www.cidades.gov.br/auditoria/211-lei-de-acesso-a-informacao/relatorio-de-gestao/3686-relatorio-de-avaliacao-do-ppa>



- Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI Biênio 2013-2014: <http://www.cidades.gov.br/auditoria/211-lei-de-acesso-a-informacao/relatorio-de-gestao/3687-plano-diretor-de-tecnologia-da-informacao-pdti-bienio-2013-2014>
- Auditorias de Contas: <http://www.cidades.gov.br/auditoria/40-lei-de-acesso-a-informacao/1424-relatorios-de-auditoria-anual-de-contas>
- Solicitações e Relatórios de Viagens: <http://www.cidades.gov.br/auditoria/40-lei-de-acesso-a-informacao/3688-solicitacoes-e-relatorios-de-viagens>
- Consulta Pública: <http://www.cidades.gov.br/consulta-publica>
- Relatórios Estatísticos: [http://www.acessoinformacao.gov.br/sistema/site/relatorios\\_estatisticos.html](http://www.acessoinformacao.gov.br/sistema/site/relatorios_estatisticos.html)
- Pesquisa de Satisfação do MCMV: [http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/capacitacao/publicacoes/Pesquisa\\_de\\_satisfacao\\_dos\\_beneficiarios\\_do\\_PMCMV.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/capacitacao/publicacoes/Pesquisa_de_satisfacao_dos_beneficiarios_do_PMCMV.pdf)
- Concursos Públicos: <http://www.cidades.gov.br/concursos-publicos>
- Participação Social: <http://www.cidades.gov.br/participacao-social>
- Receitas: <http://www.cidades.gov.br/receitas-e-despesas/40-lei-de-acesso-a-informacao/3673-receitas-lei-de-acesso>
- Despesas: <http://www.cidades.gov.br/receitas-e-despesas/40-lei-de-acesso-a-informacao/3674-despesas-lei-de-acesso>
- Execução Orçamentária: <http://www.cidades.gov.br/receitas-e-despesas/40-lei-de-acesso-a-informacao/3680-execucao-orcamentaria>
- Convênios: <http://www.cidades.gov.br/convenios/40-lei-de-acesso-a-informacao/3671-convenio-2>
- Transferência: <http://www.cidades.gov.br/convenios/40-lei-de-acesso-a-informacao/3672-transferencias>
- Licitações e Contratos: <http://www.cidades.gov.br/2015-06-17-12-57-19/40-lei-de-acesso-a-informacao/3682-licitacoes>
- Perguntas Frequentes: <http://www.cidades.gov.br/perguntas-frequentes-acesso-a-informacao>

---

#### **4.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações**

---

Além das formas e canais de acesso aos produtos e serviços disponibilizados à sociedade apresentados ao longo desta seção, destacaremos a seguir as medidas adotadas para garantir o acesso às instalações do Ministério das Cidades.

No que diz respeito à acessibilidade às instalações, o Ministério das Cidades está situado no SAUS Quadra 01, lotes 1/6, Bloco H. O prédio é alugado e atende em muitos aspectos o que dispõe a legislação referente à acessibilidade (PNE). Todas as entradas da edificação possuem rampas de acesso, os 14 (quatorze) andares dispõem de banheiros individuais para Portadores de Necessidades Especiais - PNE, os elevadores tem painel com indicação dos andares em Braile, o auditório contempla espaço para cadeirante, a garagem está contemplada com vagas para PNE.

Até o final do primeiro semestre de 2016 está prevista a instalação do piso podotátil na rampa de acesso a portaria principal do Ministério, em atendimento a NBR 9050/2004.

Ademais, a partir dos resultados de debates promovidos no âmbito do GT Acessibilidade [1] do Ministério das Cidades, encontram-se em implementação, desde 2014, as seguintes atividades:

- Elaboração de Curso de Capacitação (modalidade EAD) sobre acessibilidade urbana e em edificações, destinado a corpos técnicos - de prefeituras, governos estaduais e da instituição mandatária (CAIXA) - envolvidos com execução de projetos e obras de engenharia e arquitetura, sendo que a previsão de lançamento do curso é para o segundo semestre de 2016. O curso passou a contemplar a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015), que entrou em vigor em 02 de janeiro de 2016, e a revisão da ABNT 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, que entrou em vigor em 11 de outubro de 2015.
- Foram feitas propostas pela SNAPU de cláusulas a serem incluídas em novo contrato de prestação de serviços a ser assinado com a mandatária (CAIXA) para que seja feita a conferência de: a) itens de acessibilidade (*check-list*) em projetos de engenharia e arquitetura como condicionante para assinatura de contratos de repasse e convênios com recursos do Ministério das Cidades; e b) Laudo de Conformidade em Acessibilidade, a ser apresentado na Prestação de Contas;
- Houve participação do Ministério em um grupo coordenado pela Presidência da República para alterar a Portaria n.º 507/2011 que regulamenta Contratos de Repasse, Termos de Compromisso ou de Convênios. Nesse sentido foi feita proposta para que este instrumento passe a exigir Declaração de Conformidade em Acessibilidade, a ser apresentada junto com o Termo de Referência ou Projeto Básico (art. 37) como documento obrigatório para a análise de propostas pelo Concedente, e Laudo de Conformidade em Acessibilidade, a ser apresentado na Prestação de Contas (art. 75).

Além disso, constam nos manuais para contratação de propostas no âmbito do Ministério das Cidades exigências de cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei n.º 10.098/2000, o Decreto n.º 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis.

A Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos (SNAPU) faz, ainda, a representação do Ministério das Cidades no Conselho Nacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), no Conselho Nacional sobre os Direitos do Idoso (CNDI) e na Comissão Interministerial do Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo. Para atividades desenvolvidas no âmbito desses conselhos, comissão e em outros fóruns de discussão, a SNAPU atua como interlocutora das demais Secretarias do Ministério, nos assuntos relacionados à acessibilidade.

---

[1] Grupo de Trabalho criado pela Portaria n.º 450 do Ministério das Cidades, de 02 de outubro de 2013, em consequência de demanda proveniente da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, com o intuito de propor medidas para ampliar o cumprimento da normatização da acessibilidade em obras financiadas pela União.

## **5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

---

### **5.1 Tratamento contábil da depreciação**

---

A NBCT 16.9 E NBCT 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, estão também inseridas na Macrofunção SIAFI/STN 02.03.30, que trata da Reavaliação, redução a Valor recuperável Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Na estrutura do Ministério das Cidades, o controle patrimonial dos bens móveis é exercido pela Unidade Gestora 560010 – Coordenação Geral de Recursos Logísticos, a qual faz a gestão e o controle (inclusão, movimentação e baixa ) dos bens adquiridos pela UG 560010 (Órgão 56000) e UG 200320 (Órgão 56901).

De acordo com a Macrofunção 02.03.30, os bens adquiridos a partir de 2010 deveriam iniciar o processo de Depreciação com o valor de aquisição e os bens anteriores a 2010, se necessário, deveriam ter seus valores ajustados para, a partir daí, iniciar o processo de Depreciação, conforme o cronograma anual pré-estabelecido (conforme tabela macrofunção).

O sistema de controle patrimonial utilizado (2010) não possuía módulo específico para cálculo da depreciação/amortização dos bens. Após análise de opções, os gestores optaram por desenvolver um sistema próprio, que posteriormente foi interrompido, em 2012, antes de sua conclusão. Desde então, esse sistema está ativo, porém não possui módulo para cálculo da depreciação, motivo pelo qual a Setorial Contábil passou a registrar a Conformidade Contábil com a restrição nº 642 (FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP.AT.IMOBILIZADO), a partir do mês de fevereiro de 2013. A restrição abrange a UG e o respectivo Órgão, ou seja, UG 560010 – Órgão 56000 (Ministério das Cidades) e UG 200320.

#### **Órgão 56901 (FUNSET)**

Em outubro de 2014, em conformidade com a Macrofunção 02.03.30, foi criada uma Comissão Especial, composta de 03 servidores, para realizar a avaliação e mensuração dos bens patrimoniais registrados com valores históricos e irrisórios. O Laudo final foi apresentado no início de dezembro de 2014 e as atualizações no sistema de patrimônio foram concluídas em 26 de dezembro de 2014.

As restrições (ressalvas) continuarão a serem registradas nas Conformidades Contábeis (UG/Órgão Superior) enquanto os registros da depreciação ainda não forem devidamente lançados no SIAFI.

---

### **5.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade**

---

O Órgão Setorial de Sistema de Custos do Governo Federal no âmbito do Ministério das Cidades (MCidades) foi instituído pela Portaria nº 100, de 22 de fevereiro de 2013. O referido normativo estabelece que as competências da sistemática de apuração de custos no âmbito do órgão serão exercidas pela Secretaria Executiva, por intermédio do Escritório de Gerenciamento de Projetos que coordenará as atividades relacionadas ao Sistema de Custos.

A apuração de custos é realizada por intermédio do Sistema Tesouro Gerencial, função TESCUSTOS.

O órgão setorial de custos do MCidades já elaborou uma minuta de modelo de apuração de custos, a qual está sendo analisada e discutida em conjunto com o Órgão Central do Ministério da Fazenda. Concluída esta etapa, o modelo será apresentado aos gestores e, sendo aprovado, será implantado. Nesse sentido, a realização de divulgação periódica de informações de custos e a sua respectiva utilização para a tomada de decisão ocorrerá tão logo haja a formalização dos procedimentos de apuração de custos.

---

### **5.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64**

---

As demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, elaboradas conforme as normas contábeis a que esta Pasta se submete para fins de comunicação de sua situação financeira, patrimonial e orçamentária estão inseridas na Seção “**Anexos e Apêndices - Anexo II**” do presente Relatório de Gestão, onde são apresentados:

1. Balanço Patrimonial;
2. Balanço Orçamentário;
3. Balanço Financeiro;
4. Demonstrações das variações patrimoniais;
5. Demonstrações dos fluxos de caixa.

## 6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

---

### 6.1 Gestão de Pessoas

---

A Coordenação Geral de Recursos Humanos-CGRH, unidade integrante da Secretaria Executiva, por ser responsável pelo acompanhamento sistêmico da força de trabalho do Ministério das Cidades, os itens 6.1 e 6.1.3 fazem referência ao MCidades como todo. Já os itens 6.1.1, 6.1.2 e 6.1.4 fazem referência à UPC da Secretaria Executiva, de modo a prestar informações da unidade de forma isolada.

#### **Política de Capacitação e Treinamento de Pessoal**

No que tange a Política de Capacitação e Treinamento de Pessoal, a Coordenação Geral de Recursos Humanos é responsável pela execução da ação orçamentária 4572 - *Capacitação de servidores públicos federais em processo de Qualificação e Requalificação*, que tem por finalidade promover a qualificação e a requalificação do pessoal do MCidades.

O Plano Anual de Capacitação – PAC é o principal instrumento de planejamento das ações de capacitação desta Pasta e tem como objetivo nortear a formação e o desenvolvimento profissional dos servidores, com vistas a torná-los cada vez mais qualificados. Assim, a Coordenação Geral de Recursos Humanos, alinhada com o que preceitua o Decreto nº 5.707/2006, vem utilizando, desde 2013, o modelo de Gestão por Competências, quando da elaboração do Plano Anual de Capacitação, de modo promover o desenvolvimento das competências dos servidores, com vistas ao atendimento das demandas institucionais.

A concepção do Plano Anual de Capacitação está em sintonia com a Norma Interna de Capacitação nº 003/CGRH e traduz os propósitos gerenciais e individuais para a capacitação, permitindo que dirigentes e servidores sejam orientados nas competências necessárias à sua qualificação profissional.

No exercício de 2015 foram destacadas 46 (quarenta e seis) competências técnicas e 1 (uma) competência gerencial, tendo sido 18 (dezoito) destas trabalhadas em pelo menos 1 (uma) ação de capacitação. Isto demonstra que foram atingidas, aproximadamente, 40% das competências presentes no PAC.

- Quantidade de ações de capacitação: foram realizadas 85 (oitenta e cinco) ações de capacitação, sendo 26 (vinte e seis) ações com ônus e 59 (cinquenta e nove) ações sem ônus.
- Número de servidores capacitados: foram capacitados 358 (trezentos e cinquenta e oito) servidores, sendo 252 (duzentos e cinquenta e dois) em ações de capacitação com ônus e, 106 (cento e seis) em ações de capacitação sem ônus.

Dentre as diversas ações realizadas **com ônus** destacam-se:

### **Cursos voltados para a o Desenvolvimento Pessoal e de Equipes:**

- Palestra Tema: “Profissão ou Profissional do Futuro. Você está no jogo. Liderança pela emoção”.

Capacitação de curta duração, com o intuito de incentivar os líderes visando integrar sua equipe em torno de um objetivo comum. Foram capacitados 14 (quatorze) servidores.

- A Viagem

Proporcionou aos participantes a oportunidade de perceber como reagem às situações do cotidiano e quais são as crenças limitantes que tem impedido cada um de ser um vencedor, procurando quebrar os paradigmas e abrir a visão para um mundo de possibilidades. É alicerçado nas ferramentas do Eneagrama, Programação Neurolingística, Coaching e Dinâmica dos Grupos. Foram capacitados 18 (dezoito) servidores.

- Curso “Construindo Equipes de Alta Performance da Administração Pública”

Voltado para gerentes e diretores do MCidades, com o objetivo de obter insumos para montar equipes altamente qualificadas no âmbito da Administração Pública, vencendo a reatividade e obtendo bons indicadores. Foram capacitados 8 (oito) servidores.

- Workshops “Gerenciamento do Tempo e Produtividade” e “Feedback construtivo”

Eventos realizados com o objetivo de fornecer conhecimentos aos participantes de modo a otimizar a gestão do tempo, para que aumentem sua produtividade e conseqüentemente melhorem os resultados apresentados pelas respectivas unidades de trabalho, bem como para apresentar *feedbacks* úteis para a melhoria dos processos de trabalho. Foram capacitados 26 (vinte e seis) servidores.

### **Cursos direcionados para a área meio:**

- Planejamento da Contratação Pública e Fiscalização de Contratos de Terceirização

Teve como objetivo preparar os servidores para elaborarem especificações técnicas, planos de trabalho e termos de referência que assegurem contratações e processos de licitações econômicos e juridicamente eficientes, referentes à prestação de serviços continuados com fornecimento de mão de obra (terceirização), bem como para fiscalizar, com eficiência, contratos de serviços continuados. Foram capacitados 26 (vinte e seis) servidores.

- 12ª Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas

Voltado para os servidores da área de orçamento e finanças e teve por objetivo atualizar, aperfeiçoar e gerar conhecimentos relativos aos instrumentos de planejamento, orçamento, administração financeira e compras no âmbito da Administração Pública Federal, por meio de discussão e disseminação dos aspectos mais relevantes aos temas expostos. Foram capacitados 7 (sete) servidores.

- Curso de Elaboração de Normas

Voltado para os servidores que lidam com a constante criação de documentos normativos, tais como resoluções, portarias, instruções normativas, entre outros. O curso objetivou ensinar técnicas de redação para esse tipo específico de documento, visando a ter concisão e coerência. Foram capacitados 27 (vinte e sete) servidores.

### **Eventos para a área finalística:**

- XXIX Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes.

Focado em servidores que trabalham nas unidades finalísticas, visando a capacitação de técnicos em infraestrutura e serviços de transportes, e que lidam com as necessidades de melhoria e adaptação do transporte público das cidades à população, com apresentação de artigos e palestras na área, bem como discussões sobre temas relevantes. Foi capacitado 1 (um) servidor.

### **Cursos para as áreas meio e finalística:**

- Curso SIAFI – Tesouro Gerencial

Voltado para os servidores que lidam com o Sistema Integrado de Administração Financeira e necessitam gerenciar valores e bens públicos de diversas unidades do Ministério das Cidades. Foram capacitados 15 (quinze) servidores.

- Curso de Processo Administrativo Disciplinar – PAD

Curso realizado com o objetivo de capacitar servidores efetivos e estáveis para atuar em sindicâncias e processos administrativos disciplinares, bem como para ensinar os meandros da legislação aplicável. Foram capacitados 47 (quarenta) e sete servidores.

### **Capacitação Gerencial**

- Destaca-se a realização do Programa Internacional de Desenvolvimento de Executivos da Administração Pública Federal, realizado pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP em conjunto com a Universidade de Harvard/EUA. O evento teve por objetivo conectar servidores da alta administração federal com novas práticas e técnicas de administração pública, levando-os diretamente ao contato com líderes nessa área de conhecimento. Foi capacitado 1 (um) servidor.

Dentre as diversas ações realizadas **sem ônus**, cabe destacar, pela relevância, as que seguem:

Oferecidas pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP):

- Avaliação de Políticas e Programas Públicos
- Curso “Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico”
- Curso “Gerenciamento do Desempenho de Projetos no Setor Público”
- RDC – Regime Diferenciado de Contratação
- Sistemas de Monitoramento de Políticas e Programas Sociais: Conceitos, Indicadores e Painéis
- Gestão de Convênios e Termos de Parceria

Oferecidas pelo Instituto Legislativo Brasileiro/Senado Federal:

- Curso de Introdução ao Orçamento Público;
- Curso “Modalidades, Tipos e Fases de Licitação”.

## **Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos**

Com a publicação do Planejamento Estratégico, por meio da Portaria n.º 726, de 21 de novembro de 2014, foram definidos os seguintes indicadores de Recursos Humanos:

### **Força de trabalho do MCidades:**

**Tabela 6.1 - Número de servidores e empregados públicos por área**

Gabinete do Ministro	10
Assessoria de Controle Interno	4
Assessoria de Comunicação Social	15
Assessoria Parlamentar	7
Consultoria Jurídica	12
Secretaria Executiva	43
Assessoria de Relações Internacionais	1
Departamento Nacional de Trânsito	48
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	8
Coordenação Geral de Planejamento	7
Coordenação Geral de Modernização e Informática	21
Coordenação Geral de Orçamento e Finanças	17
Coordenação Geral de Recursos Humanos	26
Coordenação Geral de Recursos Logísticos	49
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	8
Secretaria Nacional de Habitação	92
Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos	41
Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental	101
Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana	64

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Humanos.

**Índice de ocupação dos cargos de chefia por servidores de carreira:** De um total de 203 (duzentos e três) cargos de Direção e Assessoramento Superior, 126 (cento e vinte e seis) são ocupados por servidores efetivos ou empregados públicos, correspondendo ao percentual de 62,07% de ocupação de cargos por servidores de carreira.

**Índice de desenvolvimento de competências:** Para análise do alcance das metas foi utilizado como critério o número de servidores capacitados em, ao menos, um evento de capacitação durante o período de vigência do Plano Anual de Capacitação 2015. Pode-se observar que houve uma redução no quantitativo de servidores capacitados, embora tenha havido um aumento no número de capacitações, isso indica que cada servidor participou de mais de um evento de capacitação em comparação ao exercício de 2014.



**Tabela 6.2 - Número de servidores capacitados em 2015**

Unidades	Nº de servidores na Unidade	Nº de servidores capacitados na unidade	Nº de participações de servidores em ações de capacitação na unidade	% ([servidores capacitados/total de servidores]*100)
AECI	4	2	2	50,00%
ASCOM	12	4	14	33,33%
ASPAR	8	4	16	50,00%
ARI	2	1	1	50,00%
CONJUR	13	4	16	30,77%
SE	39	21	81	53,85%
SPOA/GAB	8	6	9	75,00%
CGLOG	52	31	110	59,62%
CGMI	20	11	17	55,00%
CGOF	16	8	25	50,00%
CGPLAN	7	3	10	42,86%
CGRH	32	29	122	90,63%
DENATRAN	50	16	24	32,00%
SNH	90	32	145	35,56%
SNSA	99	33	91	33,33%
SNAPU	40	21	58	52,50%
SNMTU	60	22	72	36,67%
GAB.MINISTRO	14	4	8	28,57%
<b>TOTAL</b>	<b>566</b>	<b>252</b>	<b>821</b>	<b>44,52%</b>

Fonte: Coordenação-Geral de Recursos Humanos.

Cabe destacar que somente os servidores e empregados públicos são alvo das ações de capacitação que envolvem recursos financeiros.

**Tabela 6.3 - Comparativo Triênio 2013 a 2015: Número de servidores capacitados/Nº de participações de servidores por unidade**

Unidades	Servidores capacitados em 2013		Servidores capacitados em 2014		Servidores capacitados em 2015	
	Nº de servidores capacitados na unidade (*)	Nº de participações de servidores na unidade	Nº de servidores capacitados na unidade (*)	Nº de participações de servidores na unidade	Nº de servidores capacitados na unidade (*)	Nº de participações de servidores na unidade
AECI	2	2	4	8	2	2
ASCOM	0	0	5	7	4	14
CONJUR	2	2	2	2	4	16
SE	16	36	1	4	1	1
SPOA/GAB	2	3	4	9	4	16
CGLOG	22	55	25	50	21	81
CGMI	10	16	7	8	6	9
CGOF	5	8	32	56	31	110
CGPLAN	1	1	26	71	11	17
CGRH	20	64	3	6	8	25
DENATRAN	10	12	4	13	3	10
SNH	40	70	26	59	29	122
SNSA	50	68	15	19	16	24
SNAPU	16	28	43	56	32	145
SNTMU	34	58	53	63	33	91
ASPAR	3	3	27	39	21	58
ARI	0	0	27	34	22	72
GAB. MINISTRO	3	3	8	14	4	8
<b>TOTAL</b>	<b>236</b>	<b>429</b>	<b>312</b>	<b>518</b>	<b>252</b>	<b>821</b>
<b>Observação:</b>	(*) Nº de servidores excluindo os contratos temporários, além de ouvintes, contando apenas servidores efetivos, comissionados e requisitados de outros órgãos para o Ministério das Cidades.					

Fonte: Coordenação de Legislação, Capacitação e Desenvolvimento.

Como se pode observar, desde 2013, o histórico das capacitações encontra-se dentro da média. A respeito da diminuição de servidores capacitados em comparação ao exercício de 2014, o principal aspecto motivador que levou a esta diminuição foi a restrição orçamentária para a execução das ações previstas no PAC, acentuada em relação aos anos anteriores, com o agravante de o orçamento para o ano de 2015 ter sido liberado somente no mês de junho.

O Plano Anual de Capacitação 2015, baseado no modelo de Gestão por Competências, permitiu que as ações de capacitações fossem direcionadas ao desenvolvimento das competências essenciais dos servidores, visando o atingimento dos objetivos organizacionais do MCidades, o crescimento e qualificação do seu quadro de pessoal como condição para a efetivação dos serviços esperados e metas previstas. Desta forma, foram atingidas, aproximadamente, 40% das competências presentes no PAC, estando, assim, próximo a meta proposta de 50%, para o exercício de 2015.

**Taxa de rotatividade de pessoal (turn over):** Com relação a rotatividade está é considerada alta, tendo ocorrido no exercício de 2015, 28 (vinte e oito ingressos) e 21 (vinte e um) egressos de servidores.

Além dos indicadores previstos no Planejamento Estratégico do Órgão, outros indicativos também podem ser considerados em termos de Gestão de Pessoal.

O quadro comparativo de atestados médicos demonstra que no exercício de 2015 houve uma discreta redução no número total de faltas justificadas por atestados médicos, de 7,57 % com relação a 2014. O mês que apresentou maior percentual de aumento nos atestados em 2015 foi em janeiro, de 38,4%. Importa dizer que um fator que contribui no quantitativo de atestados, são as gestantes que no ano somaram nove. Também é oportuno ressaltar que a força de trabalho do órgão aumentou em 14,5% em relação a 2014.

**Tabela 6.4 - Demonstrativo de Atestados Médicos**

<b>Exercício</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
<b>JANEIRO</b>	28	26	26	36
<b>FEVEREIRO</b>	31	16	35	33
<b>MARÇO</b>	40	25	36	37
<b>ABRIL</b>	37	24	50	32
<b>MAIO</b>	22	29	53	50
<b>JUNHO</b>	25	28	43	38
<b>JULHO</b>	35	39	41	46
<b>AGOSTO</b>	30	28	51	47
<b>SETEMBRO</b>	21	32	42	28
<b>OUTUBRO</b>	27	41	33	27
<b>NOVEMBRO</b>	22	29	30	29
<b>DEZEMBRO</b>	18	26	22	24
<b>TOTAL</b>	<b>336</b>	<b>343</b>	<b>462</b>	<b>427</b>

Fonte: SIAPE – Módulo SIAPESAÚDE.

Assim, o grande desafio desse órgão é entender melhor os fatores que contribuem para o adoecimento dos servidores, tais como: repensar as ações executadas, fazer uma avaliação criteriosa das ações para verificar o que efetivamente pode contribuir ou não para a melhor qualidade de vida no trabalho e diminuir as ausências justificadas medicamente.

Nesse sentido, a pesquisa do perfil epidemiológico da força de trabalho do MCidades, que é realizada bianualmente, contribui para melhor compreender esse quadro. No exercício de 2015 foi realizada a pesquisa abrangendo servidores (com e sem vínculo), empregados públicos, estagiários e terceirizados. O que se pode afirmar baseado nas informações coletadas em 2015, é que o quadro laborativo é na sua maioria jovem, com média de idade de 39 (trinta e nove) anos. Com relação a doenças e agravos de saúde da pesquisa, segue a tabela a seguir:

**Tabela 6.5 - Pesquisa do perfil epidemiológico – Percentual de Doenças/Agravo**

<b>Doença/Agravo</b>	<b>Percentual</b>
Alcoolismo	0.52%
Alergias	18.80%
Asma Brônquica	3.13%
Colesterol ou triglicérides alterados	10.97%
Depressão	4.70%
Diabetes	0.78%
DORT/LER	2.61%
Estresse/Ansiedade	16.71%
Hipertensão	10.97%
Insônia	4.96%
Obesidade ou sobrepeso	14.62%
Outras doenças cardíacas	1.31%
Outras doenças ou agravos	6.01%
Tabagismo	3.92%

Fonte: Serviço de Atenção à Saúde do Servidor – SASS/COBEN/CGRH.

No que concerne as ações continuadas, no exercício de 2015, ressalte-se que a parceria com Geap Autogestão em Saúde, iniciada em 2014, com os Programas “Viva Melhor” e o “Movimente-se com Saúde” promoveram maior amplitude nas atividades de promoção e prevenção à saúde. A ginástica funcional, desde a sua implantação, teve como adesão média de 974 (novecentos e setenta e quatro) dos servidores e colaboradores por mês.

O Município, também, contou com o apoio da Aliança Administradora de Benefícios de Saúde, que oferece planos de saúde aos servidores e empregados públicos do órgão, na realização nas ações do Serviço de Atenção à Saúde do Servidor – SASS/COBEN/CGRH.

No exercício 2015, foram acrescentadas 03 (três) ações as atividades do SASS/COBEN/CGRH- “Outubro Rosa”, “Novembro Azul” e “Dia Internacional de Combate a AIDS”.

**Tabela 6.6 - Atividades do Serviço de Atenção à Saúde do Servidor**

<b>ATIVIDADE PROGRAMADA</b>	<b>NATUREZA DA AÇÃO</b>	<b>PERÍODO</b>
Servidor em foco – revista eletrônica	Prevenção e Promoção	Mensal
Atualização do Perfil Epidemiológico dos Servidores ( diagnóstico de saúde)	Promoção	02/03 a 31/05/15
Dia Mulher	Promoção	05/03/2015
Brigada da Pressão	Prevenção e Promoção	Bimensal – fevereiro, abril, junho, agosto, outubro dezembro.
Divulgação das campanhas de vacinação nacionais	Prevenção e Promoção	Abril e maio
Campanha Interna de Doação de Sangue	Promoção	23/03 a 09/04/2015
Exames Periódicos	Prevenção e Promoção	06.04 a 31.07.2015 21.08. a 11/12/2015

Subindo Escadas, perdendo calorias ganhando vida.	Prevenção e Promoção	18/08/15
VI Circuito Saúde	Prevenção e Promoção	18 e 19/08/15
Espaço de Escuta Palestra: “O quanto é tóxico reclamar sempre”	Prevenção e Promoção	27/10/2015
Programa Ambiente Livre de Tabaco	Prevenção e Promoção	28/08/15
Dia do Coração	Prevenção e Promoção	29/09/15
Outubro Rosa	Promoção	02 <sup>a</sup> 30/10/15
Passaporte Saúde	Promoção	19/10 a 30/10/2015 com retorno previsto, para verificação, para 2016.
Novembro azul	Prevenção e Promoção	17 e 24/11/15
Dia Internacional de Combate a AIDS	Promoção	01/12/15
Programa “Viva Melhor”, em parceria com a GEAP; atendimento com: médico clínico, nutricionista e psicóloga	Prevenção e Promoção	Mensal
Programa Movimente-se com Saúde, em parceria com a GEAP para ginástica funcional nos andares.	Prevenção e Promoção	Segundas quartas e sextas - feiras

Fonte: Serviço de Atenção à Saúde do Servidor – SASS/COBEN/CGRH.

Por fim, observou-se que as ações atingiram as expectativas, mobilizando as pessoas e avocando para si a atenção para sua saúde, pontuando ainda que se faz necessária a apropriação, pelos gestores das unidades do MCidades, das ações do SASS.

### **Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos**

Não foi identificada no exercício de 2015, nenhuma ocorrência de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos. Acrescenta-se, que o servidor/empregado público quando do seu ingresso declara, sob as penalidades da lei, (art.37 – CF/88 e Decreto nº 2.027, de 1996), que não acumula cargo ou emprego público.

### **Qualificação da força de trabalho**

Com vistas a realizar um certame público para seleção de pessoas, em 2012, foi realizado junto as unidades administrativas do órgão um levantamento de necessidades que resultou no total de 353 (trezentos e cinquenta e três) novos cargos a serem providos. Assim, por meio da Portaria n.º 522, de 2012, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizou o concurso público para apenas 130 (cento e trinta) cargos pertencentes ao quadro de pessoal do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, restando insuficiente.

## 6.1.1- Estrutura de Pessoal da Unidade - Secretaria Executiva

**Quadro 6.1 - Força de Trabalho da UPC**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>345*</b>	<b>156</b>	<b>19</b>	<b>28</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos		1	1	1
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		155	18	27
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		105	14	15
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		22	0	5
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		28	4	7
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>		<b>41</b>	<b>8</b>	<b>7</b>
<b>4. Empregados Públicos</b>		<b>24</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
4.1 Empregados Públicos Vinculados ao Órgão		23	0	2
4.2 Empregados Públicos em exercício externo no Órgão		0	0	0
<b>5. Total de Servidores (1+2+3+4)</b>		<b>220</b>	<b>27</b>	<b>38</b>

Fonte: Data Warehouse, base de dados de fev/2016.

\* A quantidade de 345 refere-se à lotação autorizada para o Órgão. \*\* Foi incluída a tipologia 4. - Empregados Públicos (para se referir aos empregados oriundos da Ex-EBTU, cujo retorno ao serviço se deu pela Lei nº 8.878/1994 c/c o Decreto nº 6.077/2007). Foram incluídas informações do Departamento Nacional de Trânsito – Denatran.

**Quadro 6.2 - Distribuição da Lotação Efetiva**

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	<b>0</b>	<b>155</b>
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)	0	155
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	105
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	22
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	28
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>0</b>	<b>41</b>
<b>4. Empregados Públicos *</b>	<b>0</b>	<b>24</b>
4.1 Empregados Públicos Vinculados ao Órgão	0	23
4.2 Empregados Públicos em exercício externo no Órgão	0	1
<b>5. Total de Servidores (1+2+3+4)</b>	<b>0</b>	<b>220</b>

Fonte: Date Warehouse, base de dados de fev/2016.

\* Foi incluída a tipologia 4. - Empregados Públicos (para se referir aos empregados oriundos da Ex-EBTU, cujo retorno ao serviço se deu pela Lei nº 8.878/1994 c/c o Decreto nº 6.077/2007). Foram incluídas informações do Departamento Nacional de Trânsito – Denatran.

**Quadro 6.3 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>		<b>81</b>	<b>22</b>	<b>18</b>
1.1. Cargos Natureza Especial		1	1	1
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		80	21	17
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		16	7	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		8	2	2
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		17	5	7
1.2.4. Sem Vínculo		38	7	8
1.2.5. Aposentados		0	0	0
1.2.6. Empregados Públicos *		1	0	0
<b>2. Funções Comissionadas Técnicas **</b>		<b>18</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		14	3	3
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		4	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>		<b>99</b>	<b>25</b>	<b>21</b>

Fonte: Date Warehouse, base de dados de fev/2016

\* Foram incluídas as tipologias 1.2.6 - Empregados Públicos (para se referir aos empregados oriundos da Ex-EBTU, cujo retorno ao serviço se deu pela Lei nº 8.878/1994 c/c o Decreto nº 6.077/2007).\*\* A tipologia 2 - Funções Comissionadas Técnicas no lugar de Função Gratificada. Foram incluídas informações do Departamento Nacional de Trânsito – Denatran.

## **Análise Crítica**

A força de trabalho da Secretaria Executiva é composta de servidores de cargos efetivos, sem vínculo com a Administração Pública, de carreiras descentralizadas, empregados públicos anistiados pela Lei nº 8.878/94 e, requisitados de outros órgãos e esferas.

Assim, com base nas demandas recebidas das unidades integrantes da estrutura da Secretaria Executiva, esta possui, atualmente, 220 (duzentos e vinte) servidores.

Quanto à estrutura de cargos e funções, a Secretaria Executiva possui: 99 (noventa e nove) cargos em comissão, sendo 43 (quarenta e três) ocupados por servidores de carreira e 38 (trinta e oito) sem vínculo com a administração e; 18 (dezoito) funções comissionadas técnicas – FCT. A Secretaria Executiva não possui servidores temporários.

A qualificação da força de trabalho da Secretaria Executiva quanto ao grau de escolaridade e especialização é composta de 152 (cento e cinquenta e dois) graduados, 21 (vinte e um) pós-graduados e 06 (seis) mestres.

Com relação aos possíveis impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível, a curto e médio prazo, o número de servidores propensos a requerer a aposentadoria é considerada irrelevante por não atenderem os requisitos mínimos, tendo em vista ser um quadro de pessoal relativamente jovem.

Atualmente a Secretaria Executiva possui três servidores licenciados para tratar de interesses particulares o que não impacta nas atividades desenvolvidas na unidade.



## 6.1.2 – Demonstrativo das despesas com pessoal da Secretaria Executiva

### Quadro 6.4 - Demonstrativo das despesas com pessoal da Secretaria Executiva

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2015	163.666,40	0	13.099,03	2.381,64	41.306,43	0,00	11.431,89	0	0	231.885,39
	2014	83.000,51	0	1.579,56	0	0	0	0	0	0	84.580,07
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade</b>											
Exercícios	2015	5.874.237,15	497.710,42	991.707,88	232.524,33	650.664,05	154.005,94	1.241.469,38	7.238,99	0	9.649.558,14
	2014	4.193.186,30	287.650,62	467.916,51	126.859,24	499.949,18	114.977,11	1.110.643,16	0	0	4.480.836,92
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade</b>											
Exercícios	2015	0	1053116,12	152787,86	39395,62	49574,2	14885,66	178213,33	0	0	1487972,79
	2014	0	792.754,28	92.087,15	25.375,27	5.301,99	17.093,59	132.473,04	0	0	942.320,91
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2015	2.021.193,67	0	259.802,29	63.134,29	305.784,08	24.626,98	81.968,66	0	0	2.756.509,97
	2014	1.155.546,45	0	106.320,06	26.910,16	140.393,36	21.409,82	46.297,70	0	0	1.342.237,51
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2015	1.515.279,68	0	218.226,65	52.661,97	97.651,28	32.503,29	8.371,55	451,60	0	1.925.146,02
	2014	3.028.717,90	0	256.375,42	88.521,21	240.400,50	79.844,33	23.551,66	0	0	3.525.493,82
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
Exercícios	2015	44.820,00	0	2.766,67	0	1.983,68	0	3.596,67	0	0	53.167,02
	2014	238.703,33	0	16.482,5	13.044,40	17.446,22	0	12.463,33	0	0	281.657,28
<b>Empregados Públicos *</b>											
Exercícios	2015	3.786.326,70	3.786.326,70	469.109,47	111.501,87	288.824,18	92.255,78	65.182,97	0	0	8.599.527,67
	2014	1.019.975,56	32.129,64	98.674,46	25.650,06	83.228,94	24.694,81	12.365,61	107.343,40	0	1.404.062,63

Fonte: Date Warehouse, base de dados de fev/2016

\* Foi incluído a tipologia Empregados Públicos para se referir aos empregados oriundos da Ex-EBTU, cujo retorno ao serviço se deu pela Lei nº 8.878/1994 c/c o Decreto nº 6.077/2007. \*\* Os Empregados Públicos cedidos para outros Órgãos foram incluídos junto com os Servidores Ativos Permanentes cedidos. Foram incluídas informações do Departamento Nacional de Trânsito – Denatran.

### 6.1.3 – Gestão de Riscos relacionados ao Pessoal

O índice elevado de rotatividade de servidores do Plano Geral do Poder Executivo - PGPE nesta Pasta pode ser notado no último concurso público realizado em 2014, cuja a primeira Portaria de nomeação ocorreu no início de 2014. Pode-se observar que o principal motivo de vacância do servidor ocorre em razão de posse em outro cargo inacumulável e, geralmente para cargos do poder judiciário, cujos salários e vantagens são maiores. Assim, dentre as consequências oriundas da saída de servidor já habilitado para o desenvolvimento de suas competências institucionais, está a necessidade de novas capacitações para a mesma finalidade, de modo a inviabilizar a otimização de recursos. Cabe registrar que o primeiro concurso do Ministério das Cidades ocorreu em 2005, no qual foram convocados 205 (duzentos e cinco) servidores, destes, atualmente, encontram-se no Órgão, 145 (cento e quarente e cinco) servidores.

Com vistas a compor a força de trabalho do órgão, uma vez que novos concursos públicos estão temporariamente impedidos de aprovação, foi providenciada a prorrogação da validade do último certame.

#### Quadro 6.5 Comparativo: Quantitativo Original de Vagas, de Vagas Homologadas e de Convocação no Concurso Público de 2014

Cargo	Quantitativo original de vagas	Quantidade de vagas homologadas	Classificação convocada até dezembro de 2015	Cadastro reserva
Agente Administrativo	74	148	147	0 (*)
Agente Administrativo (PCD)	04	12	08	04
Técnico em Contabilidade	02	09	05	04
Arquivista	02	09	02	07
Contador	02	09	09	00
Economista	08	32	25	07
Estatístico	01	05	01	04
Técnico em Comunicação Social	02	09	09	00
Analista Técnico Administrativo C1	08	32	25	07
Analista Técnico Administrativo C1 (PCD)	01	03	03	00
Analista Técnico Administrativo C2	12	40	36	04
Analista Técnico Administrativo C3	01	05	05	00
Analista Técnico Administrativo C4	06	16	10	06
Analista Técnico Administrativo C5	04	18	04	14
Analista Técnico Administrativo C6	03	14	05	09

(\*) Optou pela assinatura do Termo de Desistência

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Humanos.

Observa-se, portanto, do quadro anterior, que para os cargos de Contador, Analista Técnico-Administrativo C3 e Técnico em Comunicação Social, caso haja solicitação de vacância ou exoneração, não haverá candidato aprovado para recompor a força de trabalho.

Tão importante quanto à movimentação do quadro efetivo, está a rotatividade de pessoal da área finalística, composta pela carreira de infraestrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, cujo principal objetivo é o retorno para o estado de origem, uma vez que grande parte destes servidores são oriundos de outros estados.

Além das movimentações ocorridas por interesse do servidor, soma-se a este fato os pedidos de requisição de órgãos irrecusáveis vinculados à Presidência da República, tais como Advocacia-Geral da União – AGU, Defensoria Pública da União – DPU e Controladoria-Geral da União – CGU. Atualmente, têm-se 18 (dezoito) servidores nesta situação.

## 6.1.4 - Contratação de pessoal de apoio e estagiários

Quadro 6.6 - Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade

Unidade Contratante						
Ministério das Cidades						
UG/Gestão: 560010						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Garçom	02.961.711/0001-58	15/12/2014	14/12/2016	Fundamental	P
2014	Copeiragem	11.108.001/0001-70	15/08/2014	14/08/2016	Fundamental	P
2015	Recepcionista	10.682.187/0001-04	13/07/2015	12/07/2016	Fundamental	A
2013	Carregadores	09.072.538/0001-86	18/12/2013	17/12/2016	Fundamental	P
2015	Marceneiro e jardineiro	04.768.702/0001-70	10/08/2015	09/08/2016	Fundamental	A
2014	Apoio administrativo	10.682.187/0001-04	11/12/2014	13/07/2016	Fundamental e Médio	P
2014	Técnico Secretariado e Secretária Executiva	02.685.728/0001-20	11/12/2014	13/07/2016	Médio e Superior	P
2012	Ascensorista	15.718.607/0001-89	01/07/2013	30/06/2016	Fundamental	P
2013	Bombeiro Civil	72.620.735/0001-29	02/01/2013	10/01/2017	Fundamental e médio	P
2015	Manutenção Predial	04.768.702/0001-70	27/05/2015	26/05/2016	Fundamental e Superior	A
2015	Manutenção ar-condicionado	08.220.952/0001-22	27/05/2015	26/05/2016	Fundamental	A
2014	Vigilância	72.619.976/0001-58	02/09/2014	02/09/2016	Médio	P
2012	Limpeza e conservação	08.247.960/0001-62	01/08/2012	30/07/2016	Fundamental	P

Fonte: CGLOG

Situação: A = Contrato Ativo Normal      P = Contrato Ativo Prorrogado

A política de contratação de estagiários no MCidades é realizada conforme especificação na Norma Interna de Estágio, que se fundamenta na Lei nº 11.788/2008 e na ON/SEGEPMPOG nº 04/2014. A referida Norma define que o processo seletivo deverá ser realizado após prévia avaliação curricular, e em seguida agendamento de entrevista presencial com os candidatos que preencherem os requisitos mínimos de idade e nível de escolaridade. Os candidatos participam de entrevista sobre o perfil social e pessoal, histórico acadêmico, direcionamento de interesse, motivação, comunicação oral. Além disso, os candidatos realizam uma prova escrita com questões de cunho subjetivo sobre o interesse na vaga, escolha do curso e expectativa quanto ao estágio, além de questões relacionadas às possíveis competências que já possuem e que tenha relação com as atribuições que a vaga de estágio exige. Este material escrito também é utilizado como subsídio para avaliação de vocabulário e gramática, bem como de coerência e coesão textual.

Nos processos seletivos de educação superior, os servidores que serão os supervisores dos estagiários participam da entrevista presencial. No caso do ensino médio, 2 (dois) integrantes da equipe de estágio realizam a entrevista e aplicam a prova escrita.

Não há exigências específicas quanto às possíveis especializações dos estudantes. Porém, no momento do recrutamento é observada a especificação do “perfil desejado” que o supervisor manifesta no formulário de solicitação de estagiário.

Quanto aos limites e impedimentos de contratação, o MCidades segue o normativo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que define os percentuais máximos de estagiários, sendo de 20% no âmbito da instituição, além da aplicação de percentuais específicos por níveis de escolaridade. Também é resguardada a garantia da reserva de 10% das vagas de cada nível de escolaridade para estudantes com deficiência.

O processo de contratação tem sido eficiente no que tange ao recrutamento e seleção dos estudantes. No entanto, devido à falta de reajuste nos valores da bolsa de estágio, desde o ano de 2008, (nível médio 20h R\$ 203,00 e nível superior 30h R\$ 520,00) e o pagamento de valor fixo do auxílio transporte (R\$ 6,00 diários) tem acarretado a diminuição do número de candidatos às vagas de estágio, principalmente após setembro/2015, quando houve aumento da passagem do transporte público do Distrito Federal.

Desta forma, destaca-se ser essencialmente importante que os valores supracitados sejam reajustados, para que se possa promover a manutenção dos contratos de estágio e diminuir as solicitações de desligamento após pouco tempo de estágio.

Com relação ao quantitativo e as despesas com as contratações com estagiários, segue quadro comparativo dos exercícios de 2014 e 2015.

**Quadro 6.7 - Comparativo de Despesas com estagiários nos exercícios de 2014 e 2015**

<b>EXERCÍCIO 2014</b>					
<b>Nível de escolaridade</b>	<b>Quantitativo de contratos de estágio vigentes</b>				<b>Despesa no exercício</b>
	<b>1º Trimestre</b>	<b>2º Trimestre</b>	<b>3º Trimestre</b>	<b>4º Trimestre</b>	<b>(em R\$ 1,00)</b>
<b>1. Nível superior</b>	12	9	13	11	66.993,97
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0
1.2 Área Meio	12	9	13	11	66.993,97
<b>2. Nível Médio</b>	32	29	23	20	76.421,33
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0
2.2 Área Meio	32	29	23	20	76.421,33
<b>3. Total (1+2)</b>	44	38	36	31	143.415,30
<b>EXERCÍCIO 2015</b>					
<b>Nível de escolaridade</b>	<b>Quantitativo de contratos de estágio vigentes</b>				<b>Despesa no exercício</b>
	<b>1º Trimestre</b>	<b>2º Trimestre</b>	<b>3º Trimestre</b>	<b>4º Trimestre</b>	<b>(em R\$ 1,00)</b>
<b>1. Nível superior</b>	24	25	27	19	153.716,30
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0
1.2 Área Meio	24	25	27	19	153.716,30
<b>2. Nível Médio</b>	14	14	19	21	67.629,02
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0
2.2 Área Meio	14	14	19	21	67.629,02
<b>3. Total (1+2)</b>	38	39	46	40	221.345,32

Fonte: Date Warehouse, base de dados de fev/2016.

Foram incluídas informações do Departamento Nacional de Trânsito – Denatran.

---

## 6.2 Gestão do patrimônio de infraestrutura

---

---

### 6.2.1 Gestão da frota de veículos

---

A gestão e uso da frota estão regulamentados pelo Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, inciso III, art 3º e incisos I e IV do art. 5º.

A contratação compreende a prestação de serviços de transportes para o deslocamento de autoridades e demais servidores, em caráter permanente, conforme necessidades do Trabalho, no Distrito Federal e região do entorno, com franquia.

Os veículos utilizados são separados por categorias, sendo, I, II, IV, VI, VIII em conformidade com a tabela de classificação, utilização e caracterização dos veículos oficiais, disposto no anexo I da IN nº 03, de 15/05/2008.

A contratação está amparada no Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, sendo imprescindível à Administração para o desempenho de suas competências legais e sua possível interrupção pode comprometer a continuidade e o bom desenvolvimento das atividades institucionais desenvolvidas por esta pasta ministerial.

a) por grupo e geral;

Tipo de Veículo	Grupo	Quantidade
Categoria I	Veículo de representação	01
Categoria II	Veículo de transporte institucional	06
Categoria III	Veículo de serviço comum	06
Categoria VI		01
Categoria VIII		02
Total		16

Fonte: CGLOG

b) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Tipo de veículo	Grupo	Média Anual
<b>Categoria - I</b>	Veículo de Representação	33.000
<b>Categoria - II</b>	Veículo de transporte institucional	33.500
<b>Categoria - IV</b>	Veículos de serviços comuns	15.000
<b>Categoria - VI</b>		20.000
<b>Categoria - VIII</b>		16.000

Fonte: CGLOG

c) Idade média da frota, por grupo de veículos;

A idade média dos veículos de 1 ano e 6 meses.

Todas as despesas, encargos legais e tributos decorrentes da locação dos veículos ou em razão dela estão contempladas no contrato de prestação de serviço como obrigação da contratada, inclusive pagamento de salários, vantagens, horas-extras, uniformes, benefícios diretos e indiretos e outros de interesse dos seus empregados, custos e despesas com veículos referentes a emplacamento, licenciamento, manutenção preventiva e corretiva, combustíveis, seguro obrigatório, seguro total,

franquia de seguro total, multas e outras. Além dessas, quaisquer outras decorrentes de condenação e imposição de obrigação/indenização administrativa, civil, criminal, ou ainda afetas ao cumprimento integral do objeto contratado.

O critério estabelecido no Contrato de prestação de serviço de transporte é o da substituição dos automóveis quando estiverem com 2 anos de fabricação ou quando atingirem os 40.000 km, o que chegar primeiro.

A primeira razão de escolha do serviço de locação, em detrimento da aquisição de veículos é a inexistência de carros e motoristas oficiais para a execução do serviço de condução de veículos, em decorrência da extinção do cargo de motorista e motorista oficial, conforme MP nº 1.606-15 de 11 de dezembro de 1997, convertida na Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

Desta forma, a execução indireta dos serviços de transporte, obedece ao estabelecido no § 1º, do artigo 1º, Decreto 2.271, de 07 de julho de 1997, que dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, bem como nas Instruções Normativas nº 02 e nº 03, ambas de 2008 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Administração – MPOG.

Outro aspecto considerado para a contratação em comento diz respeito à avaliação dos custos de uma frota própria comparados com o custo total de locação. Da aquisição dos veículos decorrem custos como manutenção dos veículos, seguro, despesa com pessoal e a própria depreciação, o que torna o custo muito alto em relação a contratação da prestação do serviço.

O controle para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte é feito através de banco de dados onde são lançadas as informações de cada veículo, itinerários percorridos e o respectivo usuário. Dessa forma, é possível fazer o controle das quilometragens diárias e os locais de deslocamento, permitindo avaliar a média percorrida mensal, bem como se as utilizações dos veículos são realmente para realização de atividades inerentes ao Órgão. Através desse banco de dados são emitidos os voucher's, onde o usuário atesta a prestação do serviço (deslocamento), e servem de comprovação do serviço realizado pela empresa para fins de pagamento pelo Ministério.

Por fim, cumpre destacar que o Ministério não possui frota desde 2009, oportunidade em que realizou a doação de veículo para o Ministério da Cultura.

---

## **6.2.2 Informações sobre imóveis locados de terceiros**

---

Preliminarmente, cumpre destacar que o Ministério das Cidades não faz a gestão de nenhum imóvel da União e nem gerencia a cessão de nenhum imóvel a terceiros.

Desde a sua criação em 2003 até o ano de 2009 o Ministério das Cidades esteve situado no Bloco A da Esplanada dos Ministérios. Nesse período o Denatran estava locado no prédio do Ministério da Justiça.

Em razão do crescimento do quadro funcional do Ministério, a necessidade de manter no mesmo local todas as unidades do Órgão e considerando que a estrutura física do Bloco A já não suportava as instalações, houve a necessidade alugar um imóvel.

O edifício sede do Ministério das Cidades encontra-se situado no Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, Lote 01/06, Bloco H, Ed. Telemundi II. Ocupa uma área total de 17.352,25m<sup>2</sup>, contemplando a área de escritório de 6.691,30m<sup>2</sup>, o que corresponde a 5,57m<sup>2</sup> por colaborador. O restante da área contempla garagens, arquivos, almoxarifado, sala cofre e depósitos de bens mobiliários.

O valor do contrato é de R\$ 10.776,360,00, mas a partir de janeiro de 2016 foi negociado com o locador um desconto de 10% no valor total contratado, passando o valor mensal de R\$ 898.030,00 para R\$ 808.227,00 . Foi negociado ainda que quando da renovação do contrato será aplicado o reajuste de 50% do IGPM.

O Ministério das Cidades tem um contrato de manutenção predial e de manutenção dos aparelhos de ar-condicionado com o objetivo de manter a operacionalidade da edificação. Não está previsto no contrato despesas com reformas ou transformações no imóvel. Quando há a necessidade de alguma intervenção que caracterize modificação no imóvel, essas despesas são assumidas pelo locador.



## 6.3 - Gestão de Tecnologia da Informação

### 6.3.1 Descrição dos principais sistemas de informação da UPC

#### Quadro 6.8 - Descrição dos principais sistemas de informação da UPC

Projeto	Escopo/Objetivo	Descrição/Departamento	Responsável na Área de Negócio	Responsável Técnico	Críticidade para a Unidade
Carta Consulta SNSA	Receber informações das demandas Municípios/ Estados	SNSA		Alexandre de Macedo Souza, Diego Patrick da Silva Santos	Crítico
CprodWeb	Sistema de Documentação e Protocolo	CGLOG/CODOC	Carlos Nunes Cezário	Alexandre de Macedo Souza, Diego Patrick da Silva Santos	Crítico
Brasil em Cidades Mobile (Android e IPHONE)	Manutenção para inclusão de novos prefeitos	SE	Fábio Matera		Não Crítico
Agenda	Sistema de agenda para Secretarias	SNSA, SNH		Alexandre de Macedo Souza, Diego Patrick da Silva Santos	
Consulta Prévia	Receber informações sobre as demandas dos municípios a respeito de suas áreas de atuação.	SNH,SNSA e SEMOB	Sistema corporativo	Alexandre de Macedo Souza, Diego Patrick da Silva Santos	Crítico
Vale Transporte	Obter informações de vários municípios brasileiros sobre a utilização do vale transporte	SEMOB	Janio Jackes de Souza Santos	Alexandre de Macedo Souza, Diego Patrick da Silva Santos	Crítico
Pac2	Sistema para receber informações sobre as necessidades e demandas dos municípios a respeito do programa PAC2.	SNPU, SNH e SEMOB	Sistema corporativo	Alexandre de Macedo Souza, Diego Patrick da Silva Santos	Crítico

PBQPH	Portal do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade Do Habitat	SNH	Maria Salette de Carvalho, Liliane Paula Camargos Diniz	Alexandre de Macedo Souza, Diego Patrick da Silva Santos	Crítico
Pac2 Saneamento	Manutenção evolutiva do sistema para receber informações sobre as necessidades e demandas dos municípios a respeito do programa PAC2.	SNSA		Alexandre de Macedo Souza, Diego Patrick da Silva Santos	Crítico
B.A.U	Desenvolvimento do sistema único de autenticação dos sistemas	MCidades	James Miateli	Alexandre de Macedo Souza, Diego Patrick da Silva Santos	Crítico
Saci (Migração)	Migração da base de dados em Access do sistema SACI	SNSA, SNH	Fábio Matera		Não Crítico
PBQPH(Migração)	Migração do servidor	SNH	Maria Salette de Carvalho, Liliane Paula Camargos Diniz	Alexandre de Macedo Souza, Diego Patrick da Silva Santos	Não Crítico
Relatório de Monitoramento de Operações (Remo 2011)	Manutenção evolutiva do Sistema destinado à inserção das informações relativas à execução das operações inseridas no PAC Urbanização de Assentamentos Precários e Saneamento Integrado	SNH		Alexandre de Macedo Souza, Diego Patrick da Silva Santos	Não Crítico
EAD Plhis	Reativar o EAD Plhis para a Secretaria de Habitação	SNH		Alexandre de Macedo Souza, Diego Patrick da Silva Santos	
Sistema de Oferta Publica 2012	Manutenção diversas	SNH	Rafael José da Silva	Alexandre de Macedo Souza, Diego Patrick da Silva Santos	Não Crítico

Capacidades	Implantação dos EAD'S	SE	Everton Ferreira	CONTRATO TERCEIRIZADO VIGENTE - VIVAWEB	Crítico
Cad Único	Implantação da Base de Dados do Sistema de Cadastro Único para Programas Sociais	SNH		Alexandre de Macedo Souza, Diego Patrick da Silva Santos	Crítico
RH	Sistema de Dados Básicos de Servidores / Estagiários e Terceirizado, bem como manutenção dos ramais dos respectivos funcionários.	RH/SE	Adriano Rafael do Carmo	Alexandre de Macedo Souza, Diego Patrick da Silva Santos	Não Crítico
Acompanhamento Obras MCMV	Sistema responsável pelo acompanhamento das obras do programa MCMV.	SNH	Marcelo Barreto Martiniano	Alexandre de Macedo Souza, Diego Patrick da Silva Santos	Crítico

Fonte: CGMI

---

### **6.3.2 - Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)**

---

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação é um instrumento que permite nortear e acompanhar a atuação da área de TI, definindo estratégias e plano de ações para o desenvolvimento dos objetivos estratégicos do Ministério para o biênio 2015-2016.

Foi construído em harmonia com o Plano Estratégico Institucional do Ministério das Cidades (PEI 2014-2018) e orientações da Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) o qual subsidia a elaboração do PDTI pelos órgãos e entidades integrantes do SISP, conforme art. 4º do Decreto nº 7.579, de 2011.

A partir de reuniões com o CGTI, foram definidos sete critérios de priorização a serem observados para classificar as 41 necessidades elencadas, sendo o Alinhamento da Necessidade ao Planejamento Estratégico Institucional considerado o critério de maior prioridade.

Com relação ao Comitê Gestor de TI, ocorreram três reuniões formais em 2015, nas seguintes datas: 26/02/15, 16/04/15 e 21/05/15.

Nas duas primeiras reuniões os temas principais foram: aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação do MCid e discussão e aprovação do Regimento Interno do CGTI.

Na última reunião, a pauta foi a transição da presidência do CGTI para a SPOA, com apresentação do novo CGMI, à época, e do novo presidente do CGTI.

O CGTI é composto por um titular e um suplente das seguintes unidades do Ministério:

I - Gabinete do Ministro;

II - Secretaria Executiva:

- a) Gabinete da Secretaria Executiva;
- b) Diretoria de Desenvolvimento Institucional;
- c) Departamento Nacional de Trânsito;
- d) Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração;
- e) Coordenação-Geral de Modernização e Informática

III – Secretaria Nacional de Habitação;

IV – Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental;

V – Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos;

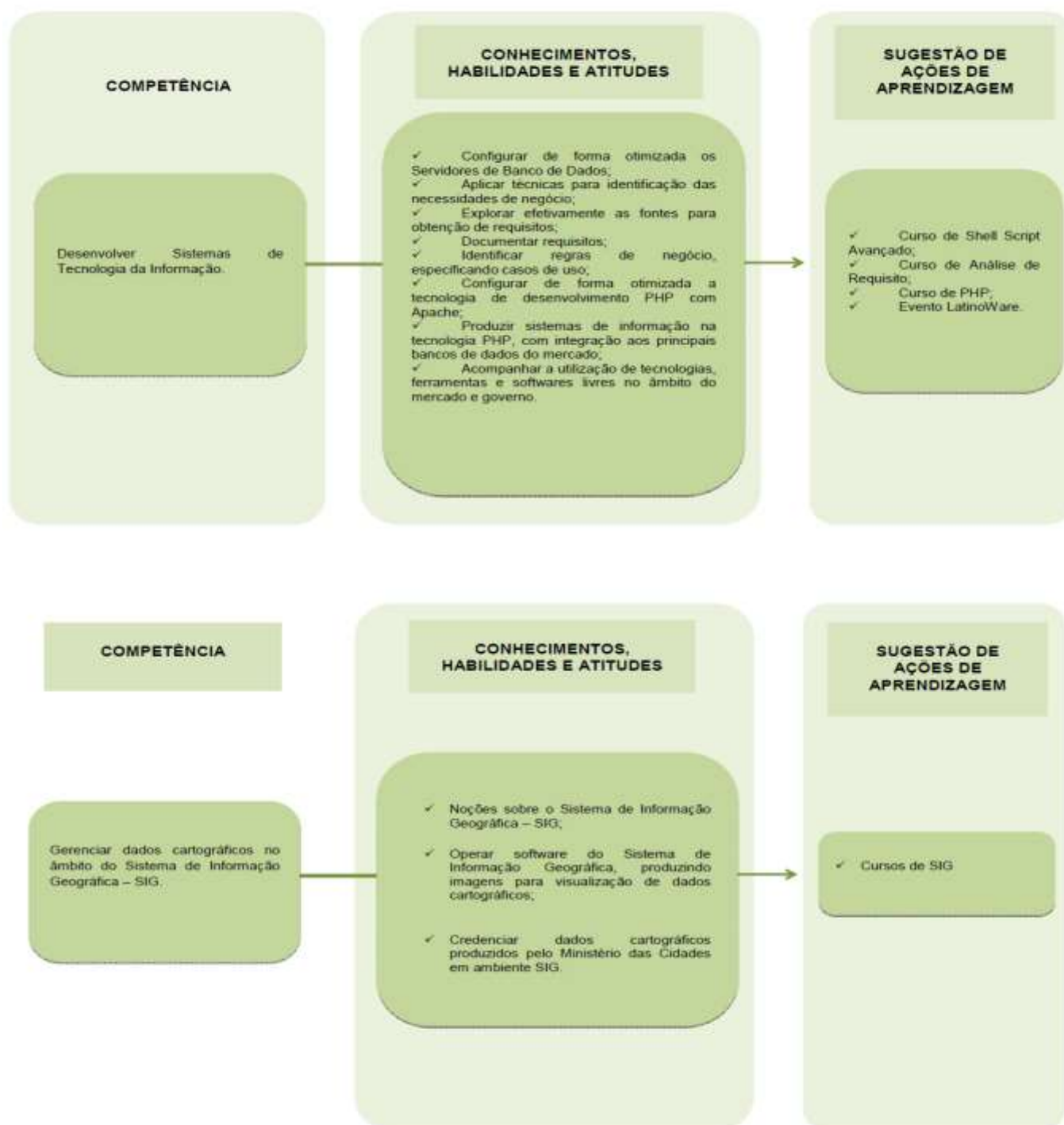
VI - Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana.

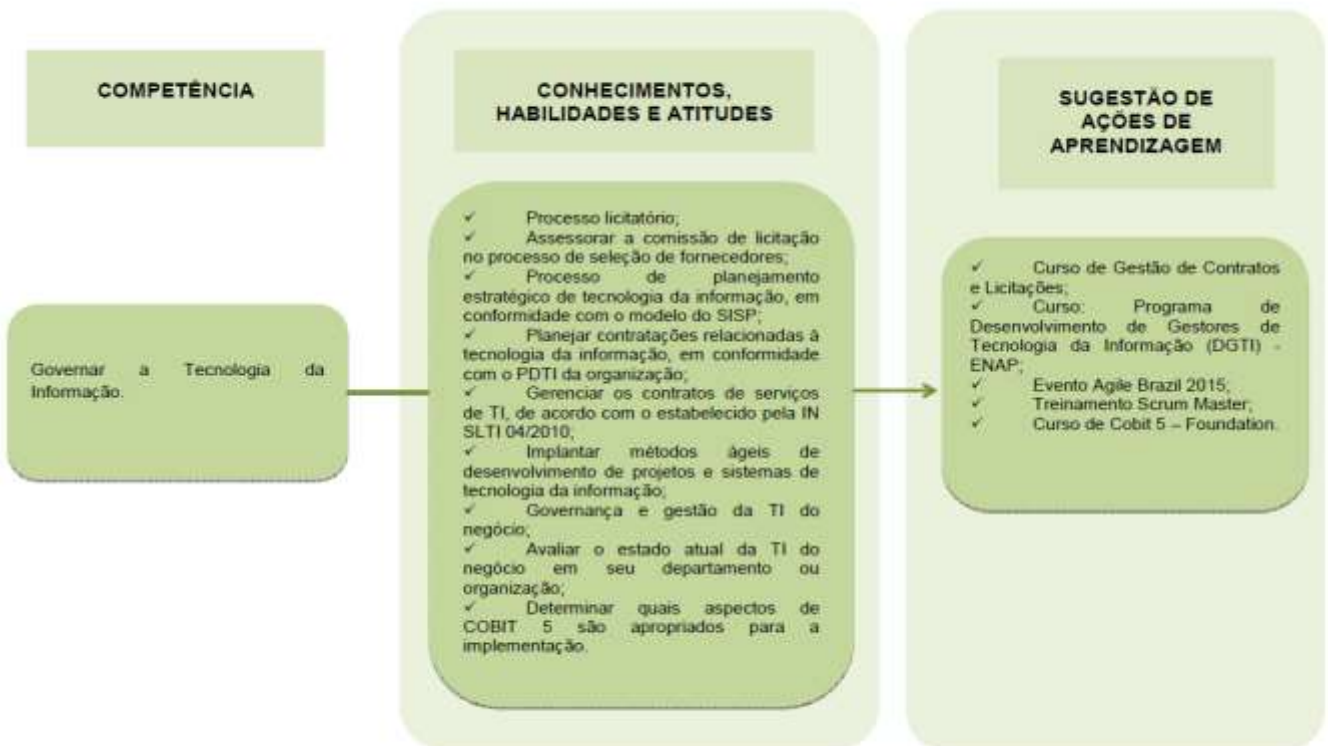
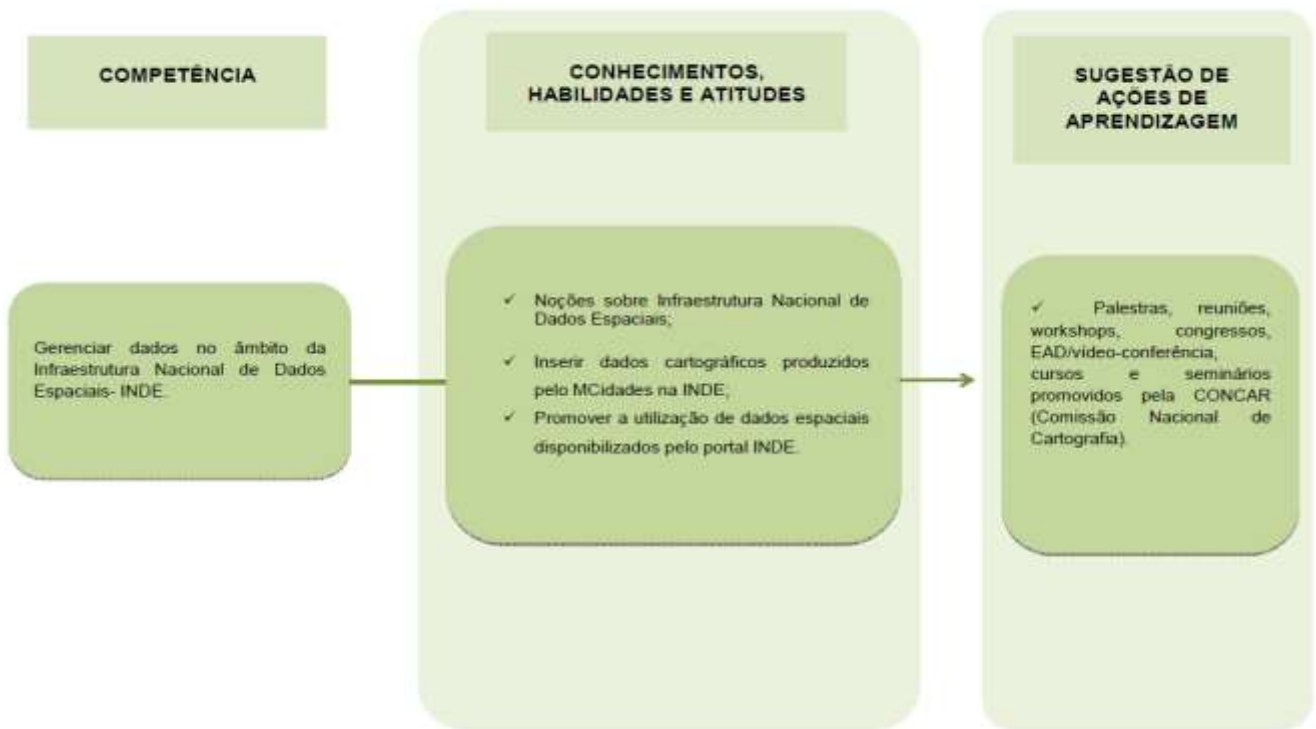
#### **Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI**

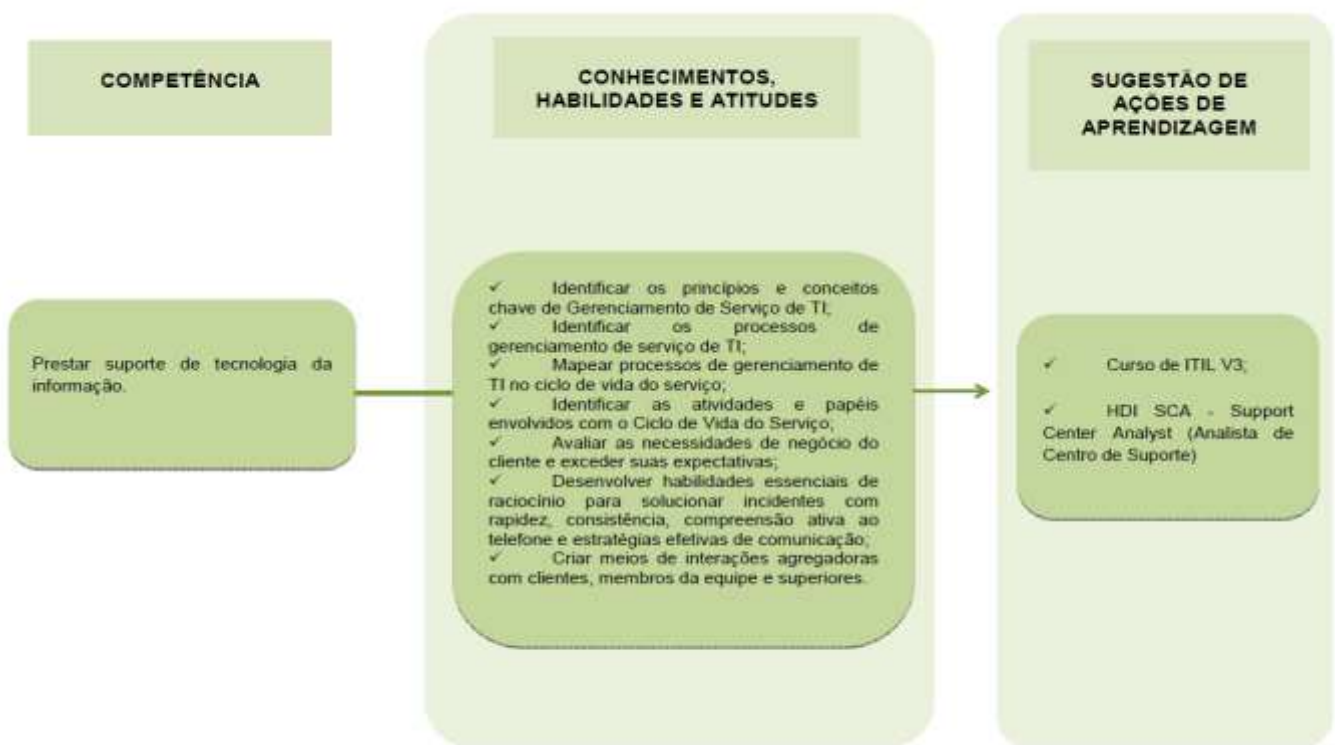
Seguem abaixo imagens retiradas do Plano anual de capacitação dos servidores do MCidades 2015, relacionadas ao Programa de Desenvolvimento Tecnológico, ou seja, programa que remete as capacitações voltadas para área de TI. O arquivo pode ser encontrado no seguinte link: <http://cidadesnet/index.php/recursos humanos1245/41-recursos-humanos/capacitacao/176-capacitacao>

Plano anual de capacitação dos servidores do Ministério das cidades 2015

Figura 6.1 - Programa de Desenvolvimento Tecnológico – DT







Dentre os treinamentos propostos nesse plano de capacitação, foi realizado pelos servidores desta CGMI o curso de “Gestão de Contratos: Planejamento da Contratação Pública e Contratos de Terceirização”.

Outros cursos e palestras, não contidos nesse plano de capacitação, foram realizados pelos servidores desta CGMI, a saber: Palestra “Cooperação X Competição no ambiente de trabalho”, “Qual é o Brasil que queremos?”, palestra “O quanto é tóxico reclamar sempre”, Curso “Elaboração de Documentos Oficiais, curso “Gestão de Tempo e Produtividade”, curso “Elaboração de Normas”, curso “Análise de Pontos de Função”, treinamento “A viagem”.

#### **Quadro 6.9 - Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI**

Quantitativo de servidores efetivos da carreira de TI desta CGMI:

<b>Nomes</b>	
Alexandre de Macedo Souza	
Antonival Lima Albuquerque Júnior	
Arthur Colombo Duarte	
Cléber Franco Madureira e Silva	
Diego Patrick da Silva Santos	
Diego Queiroz Brasil	
Enio Henrique do Nascimento Santos	
Marcus Vinicius Ferreira da Vitória	
Ronald Alves Vieira	
Sérgio Teixeira Gaia	
Yuiti Oki Niyama	
<b>Total</b>	<b>11</b>

Fonte: CGMI

Quantitativo de servidores efetivos de outras carreiras desta CGMI:

<b>Nomes</b>	
André Luís Gomes Machado	
José Haroldo de Oliveira de Moraes	
<b>Total</b>	<b>2</b>

Fonte: CGMI

Quantitativo de servidores efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades:

<b>Nomes</b>	
Bruno Roberto Santos	
Jaqueline Alvarenga Carneiro	
José Ronaldo Rios de Almeida Júnior	
Márcel Abreu da Mota	
Raimundo Rodrigues da Costa Filho	
<b>Total</b>	<b>5</b>

Fonte: CGMI



#### Quantitativo de terceirizados desta CGMI:

Nomes	
Amanda Rodrigues Carneiro	
André Cardoso de Andrade	
Bruno Fernandes da Silva	
Clayton César Sampaio	
Clemilton Cunha dos Santos	
Genilson Baima Rego	
Gisely Hilda Almeida Nunes	
Givanildo Neves da Silva	
Hugo de Andrade Viana	
José Guilherme de Oliveira Neto	
Juliano Pires dos Santos	
Luiz Roberto Santos Alecrim	
Ornon de Vasconcelos Mota Junior	
Paulo Alexandre da Costa Oliveira	
Sabrina Borges De Oliveira	
Sonia Maria Vieira Gangorra	
Willian Mota da Silva	
<b>Total</b>	<b>17</b>

Fonte: CGMI

#### Quantitativo de estagiários desta CGMI:

Nomes	
Antônio Diógenes dos Santos Barbosa	
Diego Alexandre Mendes da Silva	
Gabriel Henrique Xavier de Oliveira	
Gabriela de Melo dos Santos	
Lucas Ferreira Noleto	
Rayssa Alves da Silva	
<b>Total</b>	<b>6</b>

Fonte: CGMI

#### Servidores que ocupam cargo de Direção e Assessoramento Superiores – DAS:

Nomes	
Ilton José Fernandes Filho	DAS 101.3
Bernardo Manuel Veiga – Coordenador – Geral da CGMI	DAS 101.4

Fonte: CGMI

Com isso, temos um total de 43 servidores efetivos, terceirizados e estagiários que compõem a força de trabalho de TI desta CGMI.

#### Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade

Atualmente existem dois processos de Governança de TI em andamento na unidade: Gerenciamento de Projetos e Gerenciamento dos Recursos Humanos de TI. Eles são baseados no COBIT (*Control Objectives for Information and related Technology*), que é um guia de boas práticas, voltado para a gestão de tecnologia da informação.

**Tabela 6.7 - Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período**

PROJETOS DE TI DESENVOLVIDOS EM 2015	RESULTADOS ESPERADOS	ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E PLANEJAMENTO DE TI	VALORES ORÇADOS E DESPENDIDOS	PRAZO DE CONCLUSÃO
<p>AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VOZ SOB IP (VOIP).</p>	<p>Sistema de telefonia mais eficiente, moderno, flexível e com maior qualidade de comunicação.</p> <p>Aumento da satisfação do usuário do Ministério das Cidades e público que se comunica com o mesmo via telefone.</p> <p>Diminuição do custo operacional, onde a central será regida por sistemas de informação.</p> <p>Atendimento às necessidades do Ministério para as atividades diárias de políticas públicas e atendimento ao usuário.</p> <p>Sistema de telefonia com manutenção, garantia e suporte técnico por 36 meses.</p> <p>Mobilidade na utilização de ramais do MCidades via dispositivos móveis, incluindo fora das dependências do Ministério.</p> <p>Comunicação segura por meio de criptografia e algoritmos de URA (Unidade de Resposta Audível) e fila.</p>	<p><b>Alinhamento Estratégico:</b></p> <p>Ter sistemas de informação seguros, robustos, flexíveis e capazes de subsidiar a tomada de decisão de todas as secretarias.</p> <p>Monitorar e avaliar continuamente, a execução de suas Políticas Públicas</p> <p><b>Alinhamento PDTI:</b></p> <p>Manutenção dos serviços de Tecnologia da Informação.</p> <p>Manutenção, ampliação e melhoria das redes de comunicação corporativa. Manter, ampliar e melhorar as redes corporativas para atender às necessidades de comunicação.</p> <p>Solução para atendimento ao cidadão.</p> <p>Sistema para gerenciar o atendimento ao cidadão</p>	<p>R\$ 1.092.182,66</p>	<p>Abril/16</p>
<p>OUTSOURCING DE IMPRESSÃO</p>	<p>Reduzir os gastos com aquisição e manutenção de impressoras e com a compra de insumos.</p> <p>Melhorar a relação com o meio ambiente através da ação de redução de quantidade de impressões e a utilização de papéis recicláveis.</p> <p>Manter o parque tecnológico de impressão atualizado</p>	<p><b>Alinhamento Estratégico</b></p> <p>Padronização; Modernização; Efetividade.</p>	<p>R\$ 1.399.166,12</p>	<p>Fevereiro/16</p>

	<p>de modo a promover a produtividade dos equipamentos.</p> <p>Permitir alto grau de escalabilidade face ao aumento eventual da demanda de impressão.</p> <p>Reduzir espaço físico necessário para a alocação dos equipamentos.</p> <p>Eliminar o trabalho operacional necessário aos trâmites administrativos e legais decorrentes dos processos de licitação para aquisição de insumos, bem como transferir o processo de logística de aquisição de insumos para a licitante vencedora gerando a eliminação de gastos com gerenciamento de estoques e materiais.</p> <p>Melhorar o controle de gestão dos documentos impressos e copiados, aplicando o conceito de centro de custos, na contabilização das impressões realizadas, visando o rateio, controle e racionalização de custos.</p>	<p><b>Alinhamento PDTI:</b></p> <p>A padronização dos equipamentos facilitará a operação, por parte dos usuários e uniformizará as impressões, cópias e digitalizações finais.</p> <p>Com a padronização do parque, a economicidade, no que diz respeito à manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de mão de obra e demais insumos, motivou a decisão por esta solução.</p> <p>Permitir ao órgão a utilização de impressoras com recursos modernos, com qualidade e rapidez nas impressões, cópias e digitalizações de documentos.</p> <p>Implantar a solução de Outsourcing de impressão, visando maior eficácia e eficiência no desenvolvimento das ações executadas pelo Ministério.</p>		
<p>FÁBRICA DE SOFTWARE E CONTAGEM DE PONTO DE FUNÇÃO</p>	<p>Desenvolvimento dos sistemas, sites e portais necessários para os processos de negócio do MCIDADES;</p> <p>Manutenção nos sistemas, sites e portais existentes no âmbito do MCIDADES;</p> <p>Evolução dos sistemas e criação de novas ferramentas para apoiar as atividades consultiva e contenciosa do MCIDADES;</p> <p>Modernização de sistemas das atividades meio e fim do MCIDADES;</p> <p>Maior eficiência no atendimento a demanda de customização e manutenção de sistemas;</p> <p>Maior produtividade no processo de customização e manutenção de sistemas, melhorando o desempenho e reduzindo custos em relação a outras formas de</p>	<p><b>Alinhamento Estratégico</b></p> <p>Ter sistemas de informações seguros, robustos, flexíveis e capazes de subsidiar a tomada de decisão de todas as secretarias.</p> <p><b>Alinhamento PDTI:</b></p> <p>Metas relacionadas no domínio 'Sistema da Informação'</p>	<p>EM ANDAMENTO</p>	<p>Maio/2016</p>

	<p>trabalho;</p> <p>Otimização dos recursos destinados à área de sistemas por meio do estabelecimento de métricas de software, visando à qualidade nos serviços realizados;</p> <p>Sustentação, ajuste e melhoria dos sistemas atuais;</p> <p>Mensuração mais efetiva dos custos dos projetos de desenvolvimento e manutenção de software;</p> <p>Melhor estimativa de custos das demandas, para a tomada de decisão de cada Gestor;</p> <p>Evolução dos modelos e processos de engenharia de software do MCIDADES;</p> <p>Adequação aos normativos e leis de software vigentes;</p> <p>Redução de custos de produção por meio do pagamento advindo de resultados, produtos de soluções de TI;</p> <p>Gestão baseada em indicadores de produtividade e qualidade;</p> <p>Pagamento pelo que é efetivamente produzido e utilizado pelo MCIDADES;</p>			
<p>SERVIÇOS DE ATENDIMENTO E SUPORTE TÉCNICO AO USUÁRIO E SUPORTE A INFRAESTRUTURA – SERVICE DESK</p>	<p>Maior qualidade aos usuários, pois o Ministério terá um suporte em TI diferenciado, trabalhando de maneira proativa;</p> <p>Aumento da produtividade do Órgão, em razão da redução do tempo ocioso do usuário em virtude de algum problema técnico de TI, uma vez que os serviços terão prazos para sua entrega, apoiada em</p>	<p>Necessidades NC01, NC07 e NC09 do Plano Diretor de Tecnologia da Informação</p>	<p>EM ANDAMENTO</p>	<p>27/07/16</p>

	<p>modelos de melhores práticas de TI;</p> <p>Redução de custos, pois o Ministério só pagará pelo serviço prestado e também proverá condições para que o usuário aumente sua produtividade;</p> <p>Disponibilidade ao Ministério de uma solução de atendimento e suporte técnico ao usuário e infraestrutura de redes remoto e presencial;</p> <p>Oportunidade de condições para que o Ministério tenha uma TI mais estratégica, mantendo seus servidores desempenhando atividades de planejamento, gestão e controle;</p> <p>Possibilitará ao Órgão um processo efetivo de execução e resolução de demandas de suporte técnico e infraestrutura de redes a todas as suas áreas;</p> <p>Proverá, ao Ministério, um ambiente e estrutura adequada de serviços de atendimento e suporte técnico capaz de suportar com eficácia e eficiência o número de demandas de serviços encaminhadas à área de TI;</p> <p>Suas atividades de gerenciamento de incidentes e problemas terá um processo mais efetivo;</p> <p>O Ministério disporá de pessoal em TI capacitado para prestação dos serviços operacionais;</p> <p>Melhorar o índice de satisfação dos usuários de TI do Órgão, pelo incremento da percepção da qualidade e profissionalismo;</p> <p>Melhoria no atendimento ao usuário;</p> <p>Fortalecimento da Segurança da Informação do MCIDADES;</p> <p>Controle eficaz de prazos e recursos que serão alocados para determinada resolução de demanda;</p>			
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--

	<p>Aumento no Índice de Governança em TI;</p> <p>Ajuste eficaz para a tomada de decisão rápida, que viabiliza a realocação de recursos;</p> <p>O Ministério irá ganhar maturidade, pois passará a ter uma padronização, já que serão elaboradas e armazenadas as documentações técnicas, registros, processos de trabalho e procedimentos de execução;</p> <p>O catálogo de serviços será aperfeiçoado e sua base de conhecimento estará mais sólida.</p>			
<p>SERVIÇOS DE CONECTIVIDADE DEDICADA DE ALTA DISPONIBILIDADE À INTERNET, LINK DE INTERNET SEGURA - IP TELEBRÁS</p>	<p>Utilização de um enlace redundante de comunicação de dados, voz e imagens, de alta velocidade, com futura abrangência nacional, que permitirá a integração de todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal no país.</p> <p>A IP TELEBRÁS é uma infraestrutura de rede de comunicação criada para atender aos órgãos do Governo Federal. A infraestrutura foi construída para fornecer um conjunto de serviços e funcionalidades em ambiente seguro, de alta performance e de alta disponibilidade, capaz de servir de suporte à implementação das políticas públicas de Governo.</p> <p>O serviço de mitigação de ataques de negação de serviço está disponível para todos os circuitos IP da Telebrás, com detecção é baseada no monitoramento não intrusivo do tráfego, onde em caso de uma anomalia, alarmes são disparados e o tráfego será encaminhado para centros especializados em limpeza de dados.</p>	<p><b>Objetivos Estratégicos:</b></p> <p>Ter sistemas de informação seguros, integrados, flexíveis e capazes de subsidiar a tomada de decisão de todas as secretarias.</p> <p>Auxiliar o Ministério das Cidades a acessar a Rede Mundial de Computadores com segurança e rapidez.</p>	R\$ 227.758,44	Concluído
<p>CERTIFICADOS DIGITAIS E-EQUIPAMENTO</p>	<p>Comprovar, a qualquer tempo, a autenticidade e integridade das informações mantidas e trocadas em meio eletrônico, conferindo a elas valor legal;</p>	<p>NC 39 – Solução de Sistema Gerenciador de Segurança da Informação.</p>	R\$ 6.986,64	Concluído

<p>DO TIPO A1, PARA SERVIDORES WEB E O SEI-SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES</p>	<p>Garantia de não-repúdio das informações assinadas digitalmente; Controle de acesso com um nível superior de segurança, garantindo acesso aos sistemas apenas a quem é devido.</p>	<p>OE09 – Monitorar e avaliar continuamente a execução de suas políticas públicas</p>		
------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------	--	--

Fonte:  
CGMI

## **Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade**

Em 2015, foram realizadas capacitações aos servidores da CGMI inerentes aos serviços de TI, com o objetivo de minimizar eventual dependência tecnológica. Dentre os treinamentos realizados, podemos citar o curso referente à rede sem fio (Wi-Fi) e Análise de Ponto de Função. Além disso, nos termos de referência de contratos de serviços continuados há previsão de medidas para transferência de conhecimento dos serviços prestados pelas empresas contratadas.

---

### **6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade**

---

O Ministério das Cidades participa da Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P.

O Ministério também faz a separação de papéis em todos os andares, procede ao armazenamento e quinzenalmente uma cooperativa de catadores faz a retirada.

Com relação às contratações realizadas pela unidade, estas observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 nos termos de referência, em conformidade com os modelos da AGU.

A Pasta possui ainda Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS, sendo que a constituição da comissão gestora do PLS de que trata o art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012 deu-se pela edição da Portaria nº 589 de 07/12/2012.

O Plano de Logística Sustentável foi formalizado em conformidade com o previsto no artigo 9º da IN 10 e contempla o objetivo do plano de ação, detalhamento de implementação das ações, unidades envolvidas e respectivos responsáveis e metas a serem alcançadas. A comissão não conseguiu definir a previsão de recursos financeiros, humanos, instrumentais, entre outros, necessários para a implementação das ações.

O PLS encontra-se publicado no site do Ministério das Cidades:

<http://www.cidades.gov.br/institucional/estrutura-organizacional/190-lei-de-acesso-a-informacao/institucional/3404-plano-de-logistica-sustentavel-pls>

O último relatório com os resultados alcançados foi publicado no site do Ministério das Cidades em novembro de 2015, referente aos resultados alcançados no período de abril a dezembro de 2014.

A definição das ações referentes ao PLS fica no âmbito da Comissão, que não tem autonomia e nem poder de decisão. Há muita dificuldade em tornar o plano um compromisso do Órgão, com a participação e envolvimento de todos. Sem patrocínio da alta administração as ações se restringem a atuação dos setores da área de logística.



## 6.5 Gestão de Fundos e de Programas

### 6.5.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

Tabela 6.8 - Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

Poder e Órgão de vinculação			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério das Cidades - 56000		<b>Código SIORG:</b> 042672	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregadora			
<b>Denominação completa:</b> Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito			
<b>Denominação abreviada:</b> FUNSET			
<b>Código SIORG:</b> 042672		<b>Código na LOA:</b> 56.901	<b>Código SIAFI:</b> 56.901
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público da Administração Direta		<b>CNPJ:</b> 05.465.986/0001-99	
<b>Principal Atividade:</b> Gestão do percentual de cinco por cento do valor arrecadado com as multas de trânsito		<b>Código CNAE:</b> não se aplica	
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(61) 2108-1818	(61) 2108-1880	(61) 2108-1882
<b>Endereço eletrônico:</b> <a href="mailto:gabinete.denatran@cidades.gov.br">gabinete.denatran@cidades.gov.br</a>			
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.denatran.gov.br">http://www.denatran.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> SAUS-Setor de Autarquias Sul, Quadra 1, Bl. "H", 5º andar, sala 501 ed. Telemundi II – Brasília/DF – CEP: 70.070-010			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
<b>Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas</b>			
O Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito-FUNSET, foi instituído no art. 320 da Lei nº 9.503, de 23/09/1997 (CTB) e regulamentado nos arts. 4º, 5º e 6º da Lei nº 9.602, de 21/01/1998.			
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas</b>			
<b>Definição de Competências:</b> art. 19 da Lei nº 9.503, de 23/09/1997, DOU de 24/09/1997, retificada em 25/09/1997.			
<b>Lei de Criação:</b> Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, DOU de 22/01/1998			
<b>Regulamentação:</b> Decreto nº 2.613, de 3 de junho de 1998, DOU de 04/06/1998.			
<b>Decreto nº. 3.067/99:</b> (altera o art. 9º do Decreto nº 2.613/98), DOU de 04/06/1998.			
<b>Resolução CONTRAN nº. 335:</b> de 24 de novembro de 2009, DOU 25/11/2009, que estabelece os requisitos necessários à coordenação do sistema de arrecadação de multas de trânsito e a implantação do sistema informatizado de controle da arrecadação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET.			
<b>Portaria DENATRAN nº. 11:</b> de 19 de fevereiro de 2008, DOU 20/02/2008, que estabelecer regras e padronização de documentos para arrecadação de multas por infração ao Código de Trânsito Brasileiro – CTB (multas de trânsito) e para retenção, recolhimento e prestação de informações a respeito dos 5% (cinco por cento) do valor arrecadado das multas de trânsito destinados à conta do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – Funset, conforme previsto no parágrafo único do artigo 320 da Lei n.º 9.503/199			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
200.320	Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>	<b>Código SIAFI da Gestão</b>		
200012	00001 – Tesouro Nacional		

Fonte: Denatran

O Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET é um fundo de âmbito nacional destinado à segurança e educação de trânsito. O Código de Trânsito Brasileiro (CTB), instituído pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, em vigor desde 22 de janeiro de 1998, estabelece em seu artigo 320, parágrafo único, que o percentual de 5% (cinco por cento) do valor das multas de trânsito deve ser depositado mensalmente, na conta de fundo de âmbito nacional destinado à segurança e educação de trânsito.

Criado pela Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, e regulamentado pelo Decreto nº 2.613, de 3 de junho de 1998, os quais estabelecem a gestão do referido Fundo ao Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, o FUNSET tem a finalidade de custear as despesas do Departamento Nacional de Trânsito -DENATRAN, relativas à operacionalização da segurança e educação de trânsito.

Constituem recursos do FUNSET, conforme estabelecido no Art. 6º da Lei 9.602, de 1998:

- o percentual de cinco por cento do valor das multas de trânsito arrecadadas, a que se refere o parágrafo único do art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;

- as dotações específicas consignadas na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais;

- as doações ou patrocínios de organismos ou entidades nacionais, internacionais ou estrangeiras, de pessoas físicas ou jurídicas nacionais ou estrangeiras;

- o produto da arrecadação de juros de mora e atualização monetária incidentes sobre o valor das multas no percentual previsto no inciso I deste artigo;

- o resultado das aplicações financeiras dos recursos;

- a reversão de saldos não aplicados;

- outras receitas que lhe forem atribuídas por lei.

A UG 200320 – FUNSET, cuja unidade orçamentária é 56901, é a responsável pela arrecadação dos recursos provenientes de 5% das multas de trânsito arrecadadas no país (Parágrafo Único do art. 320 do CTB) e pela execução orçamentária e financeira desses recursos, além das despesas o DENATRAN.

**Dessa forma, toda a execução de despesas da UG 200012 – DENATRAN é feita por meio da UG 200320 – FUNSET (executora) e está demonstrada neste Relatório.**

## 7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

### 7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

#### Quadro 7.1 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
P-80020.001460/2015-41	363/2015-Plenário	itens 9.1; 9.2 e 9.3 e seus subitens	05/03/2015	11/03/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenação Geral de Recursos Humanos/SPOA/SE/MCidades				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>O Tribunal decidiu em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, conforme o item 9.1, bem como exarou as seguintes determinações:</p> <p>“(…)9.2. fixar o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da ciência deste Acórdão, para que o Ministério das Cidades rescinda, caso ainda não tenha feito, o convênio firmado com a Fundação de Seguridade Social – Geap para a prestação de serviços de assistência à saúde, por contrariar o entendimento firmado por meio dos Acórdãos ns. 458/2004 e 2.538/2008, ambos do Plenário;</p> <p>9.3. informar ao Ministério das Cidades que:</p> <p>9.3.1. o entendimento deste Tribunal, veiculado mediante os Acórdãos ns. 458/2004 e 2.538/2008, ambos do Plenário, é no sentido de que somente é possível a celebração do convênio de que trata o art. 230 da Lei n. 8.112/1990 com entidade fechada de auto-gestão patrocinada por seus legítimos instituidores, aos quais se encontram vinculados os servidores beneficiários;</p> <p>9.3.2. somente aqueles órgãos e entidades considerados patrocinadores da Fundação de Seguridade Social, a saber: Ministério da Saúde, Ministério da Previdência Social, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – Dataprev, e Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, são legitimados a celebrar convênio com aquela fundação para a prestação de serviços de assistência à saúde, sendo que os demais órgãos, à exceção do disposto no subitem supra, devem realizar licitação para a contratação dos mencionados serviços, de acordo com o disposto no art. 230, § 3º, inciso II, da Lei n. 8.112/1990;</p> <p>9.4. determinar à SeinfraUrbana que monitore, em processo específico, o cumprimento da determinação do subitem 9.2 supra;</p> <p>9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e Proposta de Deliberação que a fundamentam, ao Ministério das Cidades e à Fundação de Seguridade Social;(…)”</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Houve determinações: itens 9.1; 9.2 e 9.3 e seus subitens. Prazo de 06 meses, ou seja, até o dia 06/09/2015.</p> <p>O Aviso deu entrada no MCidades dia 11/03/2015.</p> <p>Demanda atendida bem antes de o prazo expirar.</p> <p>ACÓRDÃO Nº 174/2016 - TCU - Plenário, TC 030.286/2015-8.</p> <p>O TCU decidiu considerar prejudicado o monitoramento do cumprimento da determinação constante do subitem 9.2 do Acórdão n. 363/2015 - Plenário, em razão da perda do seu objeto, e em apensar o presente processo, em definitivo, ao TC-031.342/2013-2 (Representação), de acordo com o parecer emitido pela SeinfraUrb:</p> <p>TC 031.342/2013-2 (18:03:03 Enviado para pronunciamento do Ministro Raimundo Carreiro por Selog).</p> <p>Nota Informativa nº 05, de 13/03/2015, encaminhada à SPOA, de forma proativa, para ciência e providências.</p> <p>Nota Informativa nº 06, de 13/03/2015, encaminhada à CGRH, encaminhada de forma proativa, para ciência do Acórdão 363/2015-Plenário.</p> <p>Despacho nº 246/2015/AECI/GM/MCIDADES, de 20/03/2015, encaminhado à SPOA para ciência e providências.</p> <p>Através do Despacho SPOA/SE/MCIDADES Nº 310/2015, de 06/04/2015, a resposta foi apresentada por meio da Nota Técnica nº 071/2015/CGRH/SPOA/SE/MCIDADES, de 06/04/2015.</p> <p>Resposta encaminhada à SecexDesen, por meio do Ofício n.º 001168/2015/AECI/GM/MCIDADES, de 13/04/2015.</p>				

## Quadro 7.2 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
80050.001060/2015-88	671/2015-Plenário	9.8	11/06/2015	25/06/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria Executiva/MCidades				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>Acórdão:</p> <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial decorrente de conversão de representação formulada por equipe de auditoria deste Tribunal, em razão de irregularidades detectadas na realização de eventos pelo Ministério das Cidades, por intermédio da Aplauso Organização de Eventos Ltda.</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, caput, 23, inciso III, 28, inciso II, 57, 58, inciso II, e 60 da Lei nº 8.443/1992, c/c com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III e §§ 5 e 7º, 214, inciso III, 267, 268, inciso II, e 270 do Regimento Interno, em:</p> <p>9.1. excluir do polo passivo processual o Centro de Apoio a Atividades Sociais, Educativas e Culturais - Casec e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul - Fetraf-Sul;</p> <p>9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas por Rodrigo José Pereira Leite Figueiredo (ex Secretário Executivo do Ministério das Cidades), Magda Oliveira de Myron Cardoso (ex Subsecretária de Planejamento, Orçamento e Administração), Renato Stoppa Cândido (ex Coordenador-Geral de Recursos Logísticos) e Jaqueline Souto Mangabeira Binicheski (ex Chefe de Divisão da Coordenação de Licitação e Contratos);</p> <p>9.3. rejeitar as alegações de defesa e julgar irregulares as contas dos responsáveis abaixo arrolados, condenando os solidariamente em débito, pelas importâncias a seguir discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a efetiva quitação dos débitos, na forma prevista na legislação em vigor, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional:</p> <p>9.3.1. II Encontro de Habitação da Agricultura Familiar em Chapecó/SC, no valor de R\$ 70.020,00 (setenta mil, vinte reais), em 10/7/2006: Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares dos Três Estados do Sul - Cooperahaf, Aplauso Organização de Eventos Ltda., Rodrigo José Pereira Leite Figueiredo, Magda Oliveira de Myron Cardoso, Renato Stoppa Cândido e José Maria Martins (fiscal da execução dos serviços realizados pela Aplauso);</p> <p>9.3.2. Congresso Rio São Francisco Sustentável, no montante de R\$ 185.149,60 (cento e oitenta e cinco mil, cento e quarenta e nove reais e sessenta centavos), em 13/11/2006, e Congresso Municípios e Desenvolvimento - Planejamento e Estratégias Empreendedoras, no valor de R\$ 555.448,30 (quinhentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e trinta centavos), em 14/12/2006: Inteligência Digital Brasil, Aplauso Organização de Eventos Ltda., Rodrigo José Pereira Leite Figueiredo, Magda Oliveira de Myron Cardoso, Renato Stoppa Cândido e José Maria Martins;</p> <p>9.3.3. Seminário de Agroenergia, no valor de R\$ 163.283,60 (cento e sessenta e três mil, duzentos e oitenta e três reais e sessenta centavos), em 29/11/2006: Royal Court, Aplauso Organização de Eventos Ltda., Rodrigo José Pereira Leite Figueiredo, Magda Oliveira de Myron Cardoso, Renato Stoppa Cândido e José Maria Martins;</p> <p>9.3.4. Congresso Tecnologia da Informação, Cidadania, Integração e Desenvolvimento Social, no montante de R\$ 250.029,00 (duzentos e cinquenta mil, vinte e nove reais), em 20/11/2006: Sociedade de Usuários de Informática e Telecomunicação do Distrito Federal, Aplauso Organização de Eventos Ltda., Rodrigo José Pereira Leite Figueiredo, Magda Oliveira de Myron Cardoso, Renato Stoppa Cândido, José Maria Martins, Wilson Felicissimo de Lima (ex Coordenador-Geral de Recursos Logísticos substituto) e Francisco Cavalcanti Bizerra (fiscal da execução dos serviços substituto);</p> <p>9.3.5. Congresso Redução da Pobreza Urbana através de Pequenas Obras, no montante de R\$ 293.727,00 (duzentos e noventa e três mil, setecentos e vinte e sete reais), em 4/4/2007: Instituto Nelly de Faro Pires, Aplauso Organização de Eventos Ltda., Rodrigo José Pereira Leite Figueiredo, Magda Oliveira de Myron Cardoso, Renato Stoppa Cândido, José Maria Martins, Wilson Felicissimo de Lima e Francisco Cavalcanti Bizerra;</p> <p>9.4. aplicar multa aos responsáveis abaixo relacionados, nos valores individuais a seguir detalhados, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:</p> <p>9.4.1. Rodrigo José Pereira Leite Figueiredo, Magda Oliveira de Myron Cardoso e Renato Stoppa Cândido - R\$</p>				

- 75.000,00 (setenta e cinco mil reais);
- 9.4.2. José Maria Martins - R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);
- 9.4.3. Wilson Felicissimo de Lima e Francisco Cavalcanti Bizerra - R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- 9.4.4. Jaqueline Souto Mangabeira Binicheski - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
- 9.4.5. Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares dos Três Estados do Sul - Cooperahaf - R\$ 6.000,00 (seis mil reais);
- 9.4.6. Inteligência Digital Brasil - R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais);
- 9.4.7. Sociedade de Usuários de Informática e Telecomunicação do Distrito Federal - R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais);
- 9.4.8. Instituto Nelly de Faro Pires - R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);
- 9.4.9. Aplauso Organização de Eventos Ltda. - R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
- 9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
- 9.6. declarar Rodrigo José Pereira Leite Figueiredo, Magda Oliveira de Myron Cardoso e Renato Stoppa Cândido inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, pelo período de 8 (oito) anos, bem como José Maria Martins, pelo prazo de 5 (cinco) anos;
- 9.7. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal, para as providências que entender cabíveis;

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Não há determinação para o MCidades, contudo, o TCU decidiu juntar cópia da presente deliberação aos processos de contas anuais da Secretaria Executiva do Ministério das Cidades, referentes aos exercícios de 2006 (TC 018.750/2007-8) e 2007(020.491/2008-0), conforme consta no item 9.8 do julgado.

10/12/2015 - 16:56:59 Apreciado na Sessão Extraordinária do Plenário em 09/12/2015 por meio do Acórdão 3328/2015-PL, referente ao Recurso 007.253/2007-4/R007

30/12/2015 - 14:41:07 Autuado por Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico recurso interposto em 30/12/2015 contra o acórdão 3328/2015-PL

15/02/2016 - 12:48:32 Enviado por SERUR para providências externas na MIN-JM.

Nota Informativa nº 05, de 13/03/2015, encaminhada à SPOA, de forma proativa, para ciência e providências.

Nota Informativa nº 06, de 13/03/2015, encaminhada à CGRH, encaminhada de forma proativa, para ciência do Acórdão 363/2015-Plenário.

Despacho nº 246/2015/AECI/GM/MCIDADES, de 20/03/2015, encaminhado à SPOA para ciência e providências.

Através do Despacho SPOA/SE/MCIDADES Nº 310/2015, de 06/04/2015, a resposta foi apresentada por meio da Nota Técnica nº 071/2015/CGRH/SPOA/SE/MCIDADES, de 06/04/2015.

Resposta encaminhada à SecexDesen, por meio do Ofício n.º 001168/2015/AECI/GM/MCIDADES, de 13/04/2015.

### Quadro 7.3 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
	1706/2015-Plenário e 2609/2015-Plenário			02/09/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>O assunto do processo refere-se ao pregão eletrônico 14/2013 L&amp;C / Aquisições logísticas / Soluções de TI/ aquisição de computadores servidores / R\$ 1.456.612,74.</p> <p>Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ACORDAM, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, 8º, 41, inciso II, 47, da Lei nº 8.443/1992, combinado com o art. 143, inciso V, alínea "g", do Regimento Interno do TCU, em converter o presente processo em tomada de contas especial, autorizando a realização das citações e audiências propostas na peça 90.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Não há determinação para o Ministério das Cidades, porém o TCU decidiu converter o presente processo em tomada de contas especial, autorizando a realização das citações e audiências propostas na peça 90.</p> <p>Nota Informativa nº 48, de 20/07/2015, encaminhada, de forma proativa, para conhecimento da decisão.</p> <p>Assunto: da área CGLOG.</p> <p>Chefe solicitou encaminhar em nome da SPOA.</p> <p>DESPACHO Nº 1107/2015/AECI/GM/MCIDADES, de 24 de setembro de 2015, encaminhado SPOA, para fins de subsidiar a adoção de medidas preventivas, em atenção ao Acórdão nº 1706/2015-TCU-Plenário.</p> <p>TC 028.246/2013-6 foi Apensado ao processo</p> <p>TC 031.365/2015-9</p> <p>Histórico do processo no site do TCU.</p>				

## **Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento - Informações oriundas da Caixa Econômica Federal - UG 175004**

### **ACÓRDÃO Nº 3271/2013 – TCU – PLENÁRIO, ATA Nº 47, SESSÃO DE 27/11/2013 - TC 000.277/2010-0:**

Trata-se de Relatório de Auditoria realizada pela então denominada 3ª Secretaria de Fiscalização de obras, no período de 18/01 a 25/02/2010, acerca da execução do Contrato de Repasse n. 227.253-3/2007/Ministério das Cidades/ Caixa, datado de 08/10/2007 (peça n. 3, pp. 190/198 e 199/200), o qual visava à construção de 304 unidades habitacionais no Município de Porto Velho/RO.

#### **APONTAMENTO - DETERMINAÇÕES**

“9.4. determinar à Caixa Econômica Federal que:

9.4.1. realize levantamento completo dos quantitativos efetivamente executados e a executar para a conclusão das obras dos Condomínios Floresta I e Floresta II, registrando suas conclusões com as respectivas memórias de cálculo;

9.4.2. com base no levantamento mencionado no subitem anterior, confronte os quantitativos efetivamente executados com aqueles medidos e pagos pela Prefeitura de Porto Velho/RO, a fim de aferir a existência de eventuais débitos incorridos ao longo da execução dos Contratos ns. 35 e 46/PGM/2008;

9.4.2.1. caso exista débito superior aos valores já glosados, efetue retenções adicionais de modo a evitar o aporte de recursos federais em serviços não executados ou que terão que ser refeitos;

9.4.3. condicione novas liberações de recursos à apresentação, pela Prefeitura, de projeto executivo atualizado e à retomada do empreendimento;

9.4.4. informe a esta Corte de Contas as providências adotadas e encaminhe as memórias de cálculo, o encontro de contas e os projetos executivos completos em formato eletrônico (.xls e .dwg), no prazo de 180 dias a contar da data da notificação;”

Data da ciência pela CAIXA: 28/03/2014

#### **PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS:**

**ACÇÃO Nº 1** Encaminhado ao TCU o Ofício nº. 1146/2014/SN de Transferência de Recursos Públicos, a seguir transcrito:

1 Em atenção ao Ofício nº. 0190/2014-TCU/SecobEdif que notifica à CAIXA do Acórdão 3271/2013-TCU-Plenário, contendo a determinação a seguir transcrita, apresentamos as seguintes considerações elaboradas pela GEPAD – Gerência Nacional de Padronização e Normas Técnicas, da CAIXA em conjunto com a GIGOVPPV – Gerência Executiva Governo da CAIXA em Porto Velho, responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato de Repasse 227253-53 firmado com o Município de Porto Velho.

“9.4. determinar à Caixa Econômica Federal que:

9.4.1. realize levantamento completo dos quantitativos efetivamente executados e a executar para a conclusão das obras dos Condomínios Floresta I e Floresta II, registrando suas conclusões com as respectivas memórias de cálculo;

9.4.2. com base no levantamento mencionado no subitem anterior, confronte os quantitativos efetivamente executados com aqueles medidos e pagos pela Prefeitura de Porto Velho/RO, a fim de aferir a existência de eventuais débitos incorridos ao longo da execução dos Contratos ns. 35 e 46/PGM/2008;

9.4.2.1. caso exista débito superior aos valores já glosados, efetue retenções adicionais de modo a evitar o aporte de recursos federais em serviços não executados ou que terão que ser refeitos;

9.4.3. condicione novas liberações de recursos à apresentação, pela Prefeitura, de projeto executivo atualizado e à retomada do empreendimento;

9.4.4. informe a esta Corte de Contas as providências adotadas e encaminhe as memórias de cálculo, o encontro de contas e os projetos executivos completos em formato eletrônico (.xls e .dwg), no prazo de 180 dias a contar da data da notificação.”

2 Até a presente data está mantida a situação apontada no Relatório de Fiscalização 22/2010 que precede o Acórdão 2.151/2010 – Plenário, considerada no Acórdão em epígrafe, ou seja, continuam paralisadas as obras contratadas pela Prefeitura Municipal de Porto Velho com as empreiteiras Arcon Construções Ltda (R\$6.335.076,41 – Condomínio Florestal II) e Tec – Tecnologia Civil Ltda (R\$6.637.005,20 – Condomínio Florestal I), objeto dos contratos de execução 35/PGM/2008 e 46/PGM/2008, para a construção de nove blocos com 144 apartamentos e de dez blocos com 160 apartamentos, respectivamente, integrantes do empreendimento habitacional com 304 moradias, em Porto Velho/RO, objeto do Contrato de Repasse 227253-53, celebrado em 08/10/2007 com a Prefeitura de Porto Velho.

3 As obras do Condomínio Floresta objeto do contrato 35/PGM/2008 e Floresta II do contrato 46/PGM/2008 alcançaram a situação físico-financeira realizada de 35,00% e 29,00%, respectivamente, cujas obras paralisadas pelas empreiteiras, foram invadidas e assim já se encontravam na conclusão do relatório da 3ª Secob, decorrente da fiscalização ocorrida de 18/01 a 25/02/2010, onde é informado que a Prefeitura de Porto Velho havia ingressado com ação de reintegração de posse.

4 Assim, para atender à determinação em tela precisamos providenciar vistorias aos canteiros das obras para identificar os elementos construídos danificados e/ou destruídos pela exposição ao tempo ou à ação de vandalismo/mau uso, cotejar as informações verificadas em campo com o resultado das iniciativas devidas pela Prefeitura quanto aos estudos/testes da solidez dos elementos estruturais executados e com os projetos de engenharia e orçamentos atualizados depois de confirmada a solidez das edificações. Estimamos em 45 dias o prazo para realizar os trabalhos sob governança deste Banco.

5 A ocupação irregular de edifícios inacabados, construídos em alvenaria estrutural, como no presente caso, é uma grave ameaça à estabilidade dos prédios. Ocupantes desinformados abrem vãos em paredes estruturais que não aceitam improvisações de leigos. A decisão de reaproveitar os serviços realizados nas obras dos Condomínios Floresta I e II depende do resultado dos exames de campo sobre a solidez das construções, antes de qualquer outra ação de planejamento.

6 Na tentativa de iniciar os procedimentos supra, constatamos in loco, conforme relatórios fotográficos anexos, a impossibilidade de acesso aos canteiros das obras, pois ainda encontram-se ocupados e, pior, não há previsão de desocupação dos imóveis pelo poder público municipal.

6.1 As fotos da situação em 2010 foram extraídas dos relatórios de acompanhamento do empreendimento.



6.2 As fotos da situação em 2014 foram disponibilizadas pelo Assistente de Projetos Sociais, cujo relato informa que as fotos tiradas a distancia, pois encontrou clima hostil entre os ocupantes do empreendimento no momento de sua vistoria.

6.3 De toda forma podemos observar diversas intervenções feitas pelos ocupantes. Entre elas as instalações hidro-sanitárias e elétricas precárias. Fato que tem grande potencial de risco, inclusive de natureza estrutural, pois podemos perceber diversos furos nas paredes em alvenaria estrutural.

6.3.1 Devido à ocupação não foi possível verificar as condições internas dos apartamentos e não podemos afirmar se os ocupantes executaram algum tipo de alteração na estrutura em suas estruturas. É necessário que a prefeitura municipal de Porto Velho realize a desocupação dos prédios para que seja feito uma análise mais detalhada acerca da solidez da obra.

7 Considerando que no Acórdão 3271/2013-TCU-Plenário, item 9.3, essa Corte de Contas determina à Prefeitura Municipal de Porto Velho/RO, em prazo igual ao estabelecido para esta Mandatária, que tome providências necessárias à conclusão dos empreendimentos, nos cabe informar que somente quando aquela Prefeitura retome o controle dos imóveis e viabilize o acesso de empregados da CAIXA aos edifícios invadidos, com a devida segurança, daremos início às verificações em campo fundamentais para atendermos à determinação em epígrafe.

#### **Síntese dos Resultados Obtidos:**

Depois de inúmeras tratativas com a prefeitura e retomada do empreendimento, a GIGOV pode concluir parecer com o levantamento do que foi realizado e do que é necessário para conclusão do Contrato de Repasse.

**ACÇÃO Nº 2** Encaminhado ao TCU o Ofício nº. 1816/2014/SN de Transferência de Recursos Públicos a seguir transcrito:

1 Em atenção ao Ofício nº. 0190/2014-TCU/SecobEdif que notificou a CAIXA do Acórdão 3271/2013-TCU-Plenário, apresentamos as seguintes considerações elaboradas pelas seguintes Gerências da CAIXA, GEPAD – Gerência Nacional de Padronização e Normas Técnicas e GIGOV PV – Gerência Executiva Governo da CAIXA em Porto Velho, responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato de Repasse 227253-53 firmado com o Município de Porto Velho, em complemento às informações apresentadas por meio do Ofício nº. 1146/2014/SN de Transferência de Recursos Públicos.

2 Permanece sem solução a situação apontada no Relatório de Fiscalização TCU 22/2010, ou seja, continuam paralisadas as obras contratadas pela Prefeitura Municipal de Porto Velho para a construção de nove blocos com 144 apartamentos e de dez blocos com 160 apartamentos, respectivamente, integrantes do empreendimento habitacional com 304 moradias, objeto do Contrato de Repasse 227.253-53, firmado com a Prefeitura de Porto Velho, assinado em 08/10/2007.

3 Permanece, ainda, sem solução, a imposição àquele Tomador de possibilitar o acesso da CAIXA aos canteiros das obras, pois ainda encontram-se ocupados. E, pior, os moradores estão alterando o empreendimento, como pode ser verificado pela situação encontrada em um dos blocos, referente à construção de escada em concreto que liga o segundo andar ao pátio de estacionamento, motivada por conflitos condominiais.

4 Em reunião realizada na última segunda-feira, dia 15 de setembro, entre a GIGOV PV e a Sra. Amélia Afonso (Secretária Municipal de Projetos Especiais) aferiu-se que a Prefeitura intenta tomar decisão drástica de retirada dos moradores dos dois conjuntos, por questões de saúde pública. Porém, não foi ofertado cronograma de intervenção.

5 Diante dos fatos expostos e da impossibilidade explícita de a CAIXA dar cumprimento à determinação exarada por essa Corte de Contas por meio do Acórdão 3271/2013-TCU-Plenário dentro do prazo concedido(180 dias), solicitamos sua prorrogação por 180, a contar do cumprimento do item 9.3, a seguir transcrito, por parte da Prefeitura de Porto Velho,.

“9.3. determinar à Prefeitura Municipal de Porto Velho/RO que tome as providências necessárias à conclusão dos empreendimentos custeados com recursos provenientes do Contrato de Repasse n. 227.253-53/2007 e informe as providências adotadas a esta Corte de Contas, no prazo de 180 dias a contar da data da notificação;”

#### **Síntese dos Resultados Obtidos:**

Depois de inúmeras tratativas com a prefeitura e retomada do empreendimento, a GIGOV pode concluir parecer com o levantamento do que foi realizado e do que é necessário para conclusão do Contrato de Repasse.

**AÇÃO Nº 3** Encaminhado ao TCU o Ofício nº. 0539/2015/SN de Transferência de Recursos Públicos a seguir transcrito:

1 Em atenção ao Ofício nº. 0190/2014-TCU/SecobEdif que notificou a CAIXA do Acórdão 3271/2013-TCU-Plenário, apresentamos as seguintes informações prestadas pela GIGOV PV – Gerência Executiva Governo da CAIXA em Porto Velho, responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato de Repasse 227253-53 firmado com o Município de Porto Velho, em complemento às informações apresentadas por meio do Ofício nº. 1816/2014/SN de Transferência de Recursos Públicos.

2 Foi encaminhado à Prefeitura Municipal de Porto Velho, o Ofício nº 0608/GIGOV/PV de 26/03/2015, solicitando posicionamento até hoje, 30/03/2015, quanto à desocupação da área, para que possamos dar prosseguimento à determinação do dessa Corte de Contas.

3 Dessa forma, aguardamos manifestação da municipalidade quanto à viabilização do acesso de empregados CAIXA aos edifícios invadidos e a apresentação de Laudo existente da Defesa Civil, a respeito da segurança ou interdição da área.

4 Diante do exposto, e ainda estando a CAIXA impedida de dar cumprimento à determinação exarada por essa Corte de Contas por meio do Acórdão 3271/2013-TCU-Plenário dentro do prazo concedido (180 dias), solicitamos nova prorrogação por 180, a partir do cumprimento, por parte da Prefeitura de Porto Velho.

#### **Síntese dos Resultados Obtidos:**

Depois de inúmeras tratativas com a prefeitura e retomada do empreendimento a GIGOV pode concluir parecer com o levantamento do que foi realizado e do que é necessário para conclusão do Contrato de Repasse.

**AÇÃO Nº 4** Encaminhado ao TCU o Ofício nº. 1000/2015/SN de Transferência de Recursos Públicos a seguir transcrito:

1 Em atenção ao Ofício nº. 0190/2014-TCU/SecobEdif, apresentamos as seguintes informações prestadas pela GIGOV PV – Gerência Executiva Governo da CAIXA em Porto Velho, acerca do Contrato de Repasse 227253-53 firmado com o Município de Porto Velho, em complemento ao Ofício nº. 0631/2015/SN de Transferência de Recursos Públicos.

2 A equipe técnica da CAIXA/GIGOV PV, em conjunto com a Prefeitura e Defesa Civil de Porto Velho, esteve fazendo os levantamentos físicos nos empreendimentos Floresta I e Floresta II, objeto do Contrato de Repasse 227253-53, nos dias 18, 19 e 20 de maio de 2015.

2.1 Ocorre que, dos 19 blocos, apenas 06 puderam ser vistoriados, pois de comum acordo com a Prefeitura de Porto Velho, os serviços foram paralisados, para que os demais blocos possam ser desobstruídos, visto que as unidades habitacionais encontravam-se com problemas que poderiam causar riscos aos técnicos, dos quais destacamos grande quantidade de vegetação no entorno, presença, dentro das unidades, de entulhos, móveis, roupas, restos de alimentos e águas paradas.

2.2 A Prefeitura de Porto Velho informou que assim que as unidades estiverem desobstruídas e limpas, enviaria comunicado à CAIXA para continuidade dos trabalhos.

3 Por oportuno, esclarecemos que devido a ocupação irregular e desordenada das unidades, consideramos necessário que a Prefeitura de Porto Velho, faça uma avaliação quanto a solidez da estrutura dos blocos, pois o laudo da Defesa Civil de Porto Velho indica risco de desabamento e a realização dessa perícia não é de competência da CAIXA

4 Sem mais para o momento, estamos envidando esforços para cumprimento da determinação à CAIXA contida no Acórdão 3271/2013-TCU-Plenário, até 30/09/2015.

#### **Síntese dos Resultados Obtidos:**

Depois de inúmeras tratativas com a prefeitura e retomada do empreendimento, a GIGOV pode concluir parecer com o levantamento do que foi realizado e do que é necessário para conclusão do Contrato de Repasse.

**AÇÃO Nº 5** Encaminhado ao TCU o Ofício nº. 1739/2015/SN de Transferência de Recursos Públicos:

1 Em atenção ao Ofício nº. 0190/2014-TCU/SecobEdif, encaminhamos em anexo, o parecer PA GE Governo – Porto Velho/RO 277/2015, de 23/09/2015, contendo informações atualizadas referente à determinação à CAIXA , contida no Acórdão 3271/2013-TCU-Plenário, bem como a manifestação da GIGOV PV com proposição de nova alternativa para cumprir a determinação e solicitação de dilatação do prazo em mais 120 dias.

#### **Síntese dos Resultados Obtidos:**

Depois de inúmeras tratativas com a prefeitura e retomada do empreendimento, a GIGOV pode concluir parecer com o levantamento do que foi realizado e do que é necessário para conclusão do Contrato de Repasse.

**AÇÃO Nº 6** Encaminhado ao TCU o Ofício nº. 1948/2015/SN de Transferência de Recursos Públicos, a seguir transcrito:

1 Em atenção ao Ofício nº. 0190/2014-TCU/SecobEdif, informamos que, de acordo com GIGOV PV, a Prefeitura de Porto Velho realizou a limpeza e desobstrução da área interna e externa dos Residenciais Floresta 1 e 2, conforme informado por meio dos ofícios em anexo (Ofício Nº 1590/GAB/SEMPRE de 15/10/2015 e Ofício Nº 1655/GAB/SEMPRE de 26/10/2015).

2 Assim, vimos reiterar solicitação de manifestação dessa Corte de Contas acerca da consulta efetuada por meio do Ofício 1739/2015/SN de Transferência de Recursos Públicos, cópia anexa, quanto a proposição de nova alternativa para cumprir a determinação do acórdão 3271/2013-TCU-Plenário.

3 Nos colocamos à disposição, para maiores esclarecimentos.

### **Síntese dos Resultados Obtidos:**

Depois de inúmeras tratativas com a prefeitura e retomada do empreendimento, a GIGOV pode concluir parecer com o levantamento do que foi realizado e do que é necessário para conclusão do Contrato de Repasse.

**AÇÃO Nº 7** Encaminhado ao TCU o Ofício nº. 0018/2016/SN de Transferência de Recursos Públicos a seguir transcrito.

1 Em atenção ao Ofício nº. 0190/2014-TCU/SecobEdif e 0831/2015-TCU/SeinfraUrbana, e em cumprimento às determinações à CAIXA contidas nos Acórdãos 3271/2013 e 2701/2015-TCU-Plenário encaminhamos, em anexo, CD contendo o Parecer PA GE Governo Porto Velho/RO 436/2015, produzido pela GIGOVPPV e seus anexos.

2 As informações contidas nos arquivos constantes no CD anexo tem sigilo protegido em lei e são de uso exclusivo dessa Corte de Contas.

2.1 O descarte dessa mídia deve ser efetuado por fragmentação ou devolução ao remetente seguindo as regras do Decreto nº. 7724/2012.

### **Síntese dos Resultados Obtidos:**

Depois de inúmeras tratativas com a prefeitura e retomada do empreendimento, a GIGOV pode concluir parecer com o levantamento do que foi realizado e do que é necessário para conclusão do Contrato de Repasse.

---

### **ACÓRDÃO Nº 3422/2014 - TCU - 1ª CÂMARA, ATA Nº 21, SESSÃO DE 24/06/2014 - TC 005.434/2011-4:**

Trata-se de Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal --Caixa), em desfavor dos Sr. José Edy Monteconrado Gomes (CPF 013.617.912-68), Ex. Prefeito de Eirunepé (AM), gestão 2001/2004, quanto aos recursos repassados à municipalidade, por força do Contrato de Repasse 0091231-73/99/SEDU/PR/Caixa, Siafi 515992, celebrado com aquela entidade, tendo por objeto a urbanização de áreas não ocupadas com a construção de 32 unidades habitacionais dentro do Programa Habitar Brasil (peça 1, p. 31/42).

### **APONTAMENTO – DETERMINAÇÕES:**

“9.5. determinar à Caixa Econômica Federal que proceda à retificação de informação no Sistema Siafi, alterando a data de vigência do Contrato de Repasse 0091231-73/99/SEDU/PR/Caixa (Siafi 515992), para 22/9/2004, conforme os aditivos em cartas reversais que definiram essa vigência;”

### **PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS:**

**AÇÃO Nº 1** Interposto pedido de reexame em 10/07/2014, pela GEATS06.

**AÇÃO Nº 2** Prolatado Acórdão 7756/2015-TCU-1ª Câmara, por meio do qual o TCU julgou o recurso de reconsideração interposto pela Caixa, para, no mérito, dar provimento, de forma a tornar insubsistente os itens 9.5 e 9.6 do Acórdão 3.422/2014 - 1ª Câmara;

---

**ACÓRDÃO Nº 8690/2015–TCU–2ª CÂMARA, ATA Nº 34, SESSÃO DE 29/09/2015-TC 032.680/2013-9:**

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal contra o Sr. Roberto Rui Guerra de Souza , ex-prefeito do Município de Humaitá/AM (gestão 2005-2008), e do Dr. José Cidenei Lobo do Nascimento, prefeito sucessor, diante da impugnação total das despesas atinentes ao Contrato de Repasse nº 192.784–19/2006 (Siafi 562212), cujo objeto consistia na execução de melhoria das condições de habitabilidade da população localizada em áreas insalubres da municipalidade, mediante a construção de unidades habitacionais, a recuperação ambiental e o trabalho social.

**APONTAMENTO – DETERMINAÇÕES:**

“9.4. Determinar à Seccional da Caixa Econômica Federal em Manaus/AM que apresente ao TCU, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, parecer técnico conclusivo quanto à regularidade, ou não, e quanto à efetiva conclusão, ou não, de todo o empreendimento previsto no Contrato de Repasse nº 192.784-19/2006, sem prejuízo da eventual instauração da nova tomada de contas especial suscitada no item 9.2 deste Acórdão.”

**PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS:**

AÇÃO Nº 1 Encaminhado ao TCU o Ofício nº. 2297/2015/SN de Transferência de Recursos Públicos a seguir transcrito:

1 Em atenção ao Ofício nº 1849/2015-TCU/SECEX-AM, de 08/10/2015, que notifica à CAIXA do Acórdão 8690/2015-TCU-2ª Câmara, determinando “à Seccional da Caixa Econômica Federal em Manaus/AM que apresente ao TCU, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, parecer técnico conclusivo quanto à regularidade, ou não, e quanto à efetiva conclusão, ou não, de todo o empreendimento previsto no Contrato de Repasse nº 192.784-19/2006, sem prejuízo da eventual instauração da nova tomada de contas especial suscitada no item 9.2 deste Acórdão;” encaminhamos PA GIGOVMN 268/2015, produzido pela unidade da CAIXA responsável pelo acompanhamento da execução da operação em referência.

**Síntese dos Resultados Obtidos:**

Emissão de Parecer conclusivo sobre as funcionalidades do objeto do CR.

---

**ACÓRDÃO Nº 2465/2015 – TCU – PLENÁRIO, ATA Nº 41/2015, SESSÃO DE 14/10/2015 - TC**

017.202/2015-9: Trata-se de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC), registro Fiscalis 159/2015 (TC 010.247/2015-7), que tem por objetivo de validar modelo preditivo de avaliação de riscos para transferências voluntárias.

**APONTAMENTO - DETERMINAÇÕES**

“1.6.1. determinar, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, ao Ministério das Cidades e à Caixa Econômica Federal que, no prazo de 180 dias, com base nas competências previstas no art. 5º da Portaria MPOG/MF/CGU nº 507/2011, reavaliem a prestação de contas do Contrato de Repasse Siconv nº 765.814, mediante a verificação do estado atual do pavimento e o acompanhamento de possíveis intervenções da empresa executora da obra. Caso os defeitos atualmente existentes não sejam devidamente corrigidos de forma a alcançar os padrões, a

qualidade e a durabilidade previstos no projeto aprovado, adotem, em observância ao disposto na IN TCU nº 71/2012, as medidas administrativas com vistas à caracterização ou à elisão do dano ao erário, instaurando, se necessário, a competente tomada de contas especial;

1.6.2. determinar, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, ao Ministério das Cidades e à Caixa Econômica Federal que informem a este Tribunal o resultado das providências adotadas para atender à determinação constante do subitem 1.6.1 deste Acórdão;”

### **PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS:**

AÇÃO Nº 1 Encaminhado ao TCU Ofício nº 0096/2016/SN de Transferência de Recursos Públicos a seguir transcrito.

1 Em atenção ao Ofício nº. 1019/2015-TCU/SECEX-SC, de 21/10/2015 que notifica à CAIXA do Acórdão 2465/2015-TCU -Plenário, contendo a determinação a seguir transcrita, apresentamos as considerações feitas pela GIGOVFL – Gerência Executiva Governo em Florianópolis/SC, unidade responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato de Repasse 371923-19, SIAFI 765814, firmado com o Município de Porto Belo/SC, corroboradas pela GEPAD – Gerência Nacional de Padronização e Normas Técnicas.

“1.6.1. determinar, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, ao Ministério das Cidades e à Caixa Econômica Federal que, no prazo de 180 dias, com base nas competências previstas no art. 5º da Portaria MPOG/MF/CGU nº 507/2011, reavaliem a prestação de contas do Contrato de Repasse Siconv nº 765.814, mediante a verificação do estado atual do pavimento e o acompanhamento de possíveis intervenções da empresa executora da obra. Caso os defeitos atualmente existentes não sejam devidamente corrigidos de forma a alcançar os padrões, a qualidade e a durabilidade previstos no projeto aprovado, adotem, em observância ao disposto na IN TCU nº 71/2012, as medidas administrativas com vistas à caracterização ou à elisão do dano ao erário, instaurando, se necessário, a competente tomada de contas especial;

1.6.2. determinar, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, ao Ministério das Cidades e à Caixa Econômica Federal que informem a este Tribunal o resultado das providências adotadas para atender à determinação constante do subitem 1.6.1 deste Acórdão;”

2 Revisada a Prestação de Contas Final do Contrato de Repasse 371923-19 foi verificado que, conforme retratado no Relatório de Acompanhamento de Engenharia – RAE final, anexo, emitido em 27/08/2014, não há registro, no processo de engenharia, de problemas relativos à execução de pavimentação, ou de qualquer outra natureza, constatados durante as vistorias da CAIXA.

2.1 O RAE de conclusão da obra atesta 100 % de obra executada, com o comentário “Obra concluída” no campo Observações, sem menção a qualquer problema, inclusive o próprio relatório fotográfico demonstra integridade do pavimento.

3 Esclarecemos que a CAIXA, no papel de Mandatária da União, realiza o acompanhamento do instrumento de repasse de recursos, por intermédio de vistorias in loco, para aferição da execução das metas constantes do Plano de Trabalho pactuado, efetuadas com base em Boletins de Medição, expedidos pelo fiscal da obra, contratado pelo proponente, sendo que o procedimento de aferição ocorre por meio de mera constatação visual, sem qualquer apoio de instrumentos, testes e/ou ensaios, vistorias essas que são consignadas no RAE, modelo padronizado internamente na CAIXA.

4 Por oportuno, esclarecemos ainda que, de acordo com o Contrato de Prestação de Serviços, o papel da CAIXA, na condição de Agente Operador dos recursos do Programa, encerra-se depois de concluído o objeto previsto em Contrato de Repasse e apresentada a respectiva Prestação de Contas Final – PCF da operação, não havendo obrigação de fiscalizar a manutenção/conservação/utilização

do empreendimento, verificada após a conclusão da operação, sendo esta uma atribuição de responsabilidade do Tomador.

4.1 Uma vez concluído o objeto do Contrato de Prestação de Serviços com a devida Prestação de Contas Final aprovada pela CAIXA, encerram-se as obrigações assumidas por esta empresa pública.

---

### **ACÓRDÃO Nº 2752/2015–TCU–PLENÁRIO, ATA Nº43, SESSÃO DE 28/10/2015-TC 024.630/2012-3:**

Trata-se de monitoramento das determinações exaradas no Relatório de Auditoria de Conformidade integrante da Fiscalização de Orientação Centralizada – FOC, objetivando avaliar a execução das obras de construção de unidades habitacionais em Natal/RN (Contrato de Repasse n. 226.012-13/2007), obras essas previstas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

#### **APONTAMENTO - DETERMINAÇÕES**

“9.1. determinar:

9.1.1 ao Ministério das Cidades, à Caixa Econômica Federal e ao Estado do Rio Grande do Norte que apresentem, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da ciência deste Acórdão, a comprovação das providências adotadas para retomada da execução das obras relativas ao Contrato de Repasse n. 621.856;

9.1.2 ao Ministério das Cidades que:

9.1.2.1 na impossibilidade configurada de retomada da execução da obra, nos termos do subitem acima, apresente em 60 (sessenta) dias, a contar do prazo final de sua apresentação, o resultado da análise da prestação de contas do Contrato de Repasse n. 621.856;

9.1.2.2 em qualquer das hipóteses aventadas nos subitens 9.1.1 ou 9.1.2.1 acima, avalie a possibilidade;”

#### **PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS:**

AÇÃO Nº 1 Encaminhado ao TCU ofício 165/16/SN de Transferência de Recursos Públicos, a seguir transcrito:

1 Em atendimento ao ofício 849/15/SeinfraUrbana, que encaminha acórdão 2752/15 que determina à CAIXA adoção de providências para a retomada da execução do Contrato de Repasse 226012-13, de acordo com a Gerência Executiva de Governo em Natal – GIGOV/NA, informamos que a vigência do contrato foi prorrogada para 20/12/2016, objetivando viabilizar a retomada e conclusão do contrato, estando a CAIXA em tratativas com o novo Diretor Presidente da CEHAB/RN, Carlos Antonio de Araújo, que já esteve em reunião com o Gerente de Filial da

GIGOV/NA.

#### **Síntese dos Resultados Obtidos:**

Realizadas tratativas junto ao novo diretor presidente da CEHAB/RN para retomada da execução do contrato.

---

**ACÓRDÃO Nº 2714/2015 –TCU – PLENÁRIO, ATA Nº43, SESSÃO DE 28/10/2015 –TC 011.481/2015-3:**

Trata-se de obras de canalização e drenagem do Rio Bengalas.

**APONTAMENTO – DETERMINAÇÕES:**

“9.1. com fundamento no art. 250, inciso V, do RITCU, determinar as oitivas do Ministério das Cidades, da Caixa Econômica Federal, do Instituto Estadual do Ambiente e do Consórcio Rio Bengalas (17.612.173/0001-63), para que se manifestem, no prazo de quinze dias, acerca:

9.1.1. dos indícios de irregularidades apurados neste relatório de auditoria quanto à mudança do objeto licitado devido às alterações contratuais acima dos limites permitidos pela art. 65, da Lei 8.666/1993 e o disposto na Decisão 215/1999-TCU-Plenário, e que teve por consequência a elevação do preço original de ambas as intervenções abrangidas pelo Contrato 09/2013-Inea (Achado III.1);

9.1.2. da alegada existência de incompatibilidade entre os repasses financeiros relativos ao Termo de Compromisso 367.938-83/2011 e a execução física da obra objeto do Contrato 09/2013-Inea, em face do disposto no art. 40, inciso XIV, alínea -b-, e no art. 66 da Lei 8.666/1993 (Achado III.2);

9.1.3. das paralisações e do baixo andamento das obras objeto do Contrato 09/2013-Inea, incompatível com o caráter emergencial das intervenções, tendo em vista o disposto no art. 66 da Lei 8.666/1993 (Achado III.2);

9.1.4. dos riscos de não cumprimento dos atuais prazos de conclusão das obras objeto do Contrato 09/2013-Inea em função de pendências relativas a desapropriações de áreas e de construções localizadas ao longo das intervenções, tendo em vista o disposto no art. 66 da Lei 8.666/1993 (Achado III.2);

9.1.5. do cumprimento das disposições constantes dos arts. 14, 15, 17, §§ 1º e 2º, do Decreto

7.983/2013 nos aditamentos realizados no Contrato 09/2013-Inea, encaminhando a este Tribunal planilha demonstrativa de cálculo;”

**PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS:**

**ACÇÃO Nº 1** Encaminhado ofício 2258/2015/SN de Transferência de Recursos Públicos, transcrito abaixo:

1 Em atendimento ao ofício 938/15/SeinfraUrbana, que encaminha o acórdão 2714/15, relativo ao Termo de Compromisso 367938-83, de acordo com a Gerência Executiva de Governo no Rio de Janeiro, corroborada pela Gerência Nacional de Padronização e Normas Técnicas, informamos o que segue:

1.1 Item a) “9.1.1. dos indícios de irregularidades apurados neste relatório de auditoria quanto à mudança do objeto licitado devido às alterações contratuais acima dos limites permitidos pela art. 65, da Lei 8.666/1993 e o disposto na Decisão 215/1999-TCU-Plenário, e que teve por consequência a elevação do preço original de ambas as intervenções abrangidas pelo Contrato 09/2013-Inea (Achado III.1);” e Item e) “9.1.5. do cumprimento das disposições constantes dos arts. 14, 15, 17, §§ 1º e 2º, do Decreto 7.983/2013 nos aditamentos realizados no Contrato 09/2013-Inea, encaminhando a este Tribunal planilha demonstrativa de cálculo.”



1.1.1 Posição CAIXA: As determinações supra estão relacionadas ao “Achado de auditoria - III.1 – Alteração do objeto licitado/contratado em desrespeito ao disposto na Lei Geral de Licitações” definido no relatório condutor do Voto do Acórdão em apreço, onde, para concluir pela alteração indevida do objeto licitado, a auditoria considerou que foram acrescidos ao contrato sob análise, CTEF nº09/2013-INEA, serviços no montante de R\$138.682.644,62, correspondente a uma alteração de 71,32% do valor original contratual.

1.1.2 Não foram considerados pela auditoria os esclarecimentos prestados pela CAIXA em 30/09/2015, por meio do Ofício 1748/2015/SN de Transferência de Recursos Públicos – SUTRE, sobre o Relatório Preliminar de Fiscalização 195/2015. Segundo o relatório, na fase processual destinada aos comentários dos gestores, as informações apresentadas pela CAIXA não trataram de erros formais ou materiais do relatório preliminar, mas ao mérito das análises realizadas.

1.1.3 Assim, na oportunidade desta oitiva, vimos reiterar os termos do Ofício 1748/2015/ SN de Transferências de Recursos Públicos, em anexo, bem como repisar que no exame do pedido de reprogramação do Termo de Compromisso-TC 0367.938-83 (Rio Bengalas), a CAIXA, objetivamente, limitou-se a analisar tão somente as alterações do CTEF nº 09/2013- INEA que impactavam em tal reprogramação e na conseqüente liberação de recursos deste TC, pedido aceito pela CAIXA com a devida formalização da reprogramação.

1.1.4 Por não ser interveniente em contrato administrativo resultante de licitação promovida por terceiros, no caso, o CTEF nº09/2013-INEA, ao examinar o enquadramento das despesas decorrentes de alterações nesse acordo, por questões de competência e objetividade, a CAIXA não conferiu o atendimento aos limites definidos no §1º, Art. 65 da Lei 8.666/93, mas exige do fiscal do contrato administrativo a apresentar Declaração de atendimento aos requisitos legais, condição prévia às verificações de enquadramento ocorridas.

1.1.5 Conforme esta Instituição orienta no normativo AE 099, nos coube exigir “declaração do Tomador de que o aditivo do CTEF correspondente à reprogramação atende aos requisitos dispostos na Lei 8.666/1993 e suas alterações, aceitando pareceres emanados por órgão de Controladoria Geral do ente ou de Tribunal de Contas de vinculação”, declaração esta apresentada por meio do ofício INEA/NAI N° 28/2015, também solicitada pelo gestor, MCidades para homologar a SPA – Síntese do Projeto Aprovado (de Reprogramação).

1.1.6 Quanto ao encaminhamento de demonstrativo de cálculo, determinado em - 9.1.5, dos aditamentos ao Contrato 09/2013-Inea em observância às disposições do Decreto 7.983/2013 – é sabido que esse contrato administrativo contempla: canalização / implantação da Nova Calha do Rio Bengalas (1ª Etapa do TC 367.398-83); implantação da Nova Calha do Córrego Dantas (1ª Etapa do TC 367.940-24); urbanização de margens e implantação de parques fluviais no Córrego Dantas (2ª Etapa do TC 367.940-24); e reflorestamento de áreas no entorno do Córrego Dantas (2ª Etapa do TC 367.940-24).

1.1.7 Conforme já esclarecido, a CAIXA só promoveu análise e emitiu laudo sobre as primeiras etapas do Rio Bengalas e do Córrego Dantas, razão pela qual entendemos que este comando deve ser redirecionado para o interveniente / tomador INEA. INEA, de forma a viabilizar, de forma tempestiva, o demonstrativo visado pela auditoria desse Egrégio Tribunal de Contas.

### **Síntese dos Resultados Obtidos:**

A GIGOV/RJ em conjunto com a GEPAD apresentaram os esclarecimentos necessários acerca do papel exercido pela CAIXA.

### **AÇÃO Nº 2 continuação:**

1.2 Item b)“9.1.2. da alegada existência de incompatibilidade entre os repasses financeiros relativos ao Termo de Compromisso 367.938-83/2011 e a execução física da obra objeto do Contrato 09/2013-Inea, em face do disposto no art. 40, inciso XIV, alínea “b”, e no art. 66 da Lei 8.666/1993 (Achado III.2);”; Item c) “9.1.3. das paralisações e do baixo andamento das obras objeto do Contrato 09/2013-Inea, incompatível com o caráter emergencial das intervenções, tendo em vista o disposto no art. 66 da Lei 8.666/1993 (Achado III.2)” e Item d) “9.1.4. dos riscos de não cumprimento dos atuais prazos de conclusão das obras objeto do Contrato 09/2013-Inea em função de pendências relativas a desapropriações de áreas e de construções localizadas ao longo das intervenções, tendo em vista o disposto no art. 66 da Lei 8.666/1993 (Achado III.2);”

1.2.1 Posição CAIXA: As determinações supra estão relacionadas ao “Achado de auditoria - III.2 – Paralisação e diminuição do ritmo de execução das obras” registrado no relatório condutor do Voto do Acórdão em apreço, onde, concluiu a auditoria que atrasos e paralisações ensejaram a prorrogação do prazo de conclusão da obra.

1.2.2 Dentre os motivos de atrasos, a fiscalização os atribuiu falhas do Ministério Gestor no repasse financeiro, falha essa que desconsiderou ao conhecer os termos do Ofício 3166/2015 do MCidades, de 02/10/2015, onde aquele gestor informa que o termo de compromisso está amparado pela Portaria Interministerial nº 130/2013, condição que permite a liberação de recursos desse termo antes da efetiva execução do empreendimento e da aferição pela CAIXA.

1.2.3 Os esclarecimentos da CAIXA, via Ofício 1748/2015/SN de Transferência de Recursos Públicos, e do INEA, embora examinados pela auditora, não impediram a reiteração daquela fiscalização na busca das causas e consequências dos atrasos e paralisações das obras, ante o risco da funcionalidade dos empreendimentos não ser alcançada, e da população exposta a novos eventos climáticos de maior magnitude.

1.2.4 Desta forma, sobre a determinação 9.1.2, ratificamos os termos do Ofício 1748/2015/ SN de Transferências de Recursos Públicos, ora enfatizando que a presente operação conta com os efeitos da PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 130, de 23 de abril de 2013 que disciplina de forma diferenciada a transferência e desbloqueio de recursos federais do Orçamento Geral da União - OGU para execução de obras e a prestação de serviços de engenharia destinados à prevenção e ao enfrentamento de desastres naturais pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, e a citada portaria determina:

“Art. 2º - As transferências de que trata o art. 1º serão realizadas da seguinte forma:

I - transferência e desbloqueio de até 30% (trinta por cento) dos recursos, correspondente à primeira parcela, para conta vinculada mantida pelo ente federativo, após a comprovação da contratação da obra ou serviço pelo ente federativo beneficiário;

II - transferência e desbloqueio de até 40% (quarenta por cento) dos recursos, correspondente à segunda parcela, após apresentação do relatório de execução da primeira etapa, devidamente atestado por autoridade do ente federativo beneficiário; e

III - transferência do restante dos recursos após apresentação do relatório de execução da segunda etapa, devidamente atestado por autoridade do ente beneficiário, condicionado o seu desbloqueio à apresentação dos boletins de medição, devidamente atestados por autoridade do ente federativo beneficiário.”

1.2.5 Na presente operação as solicitações de recursos e os desbloqueios seguiram o previsto na citada portaria, observando, porém, que a execução dos serviços de forma diversa ao originalmente projetado e especificado impediu a continuidade de desbloqueio dos serviços alterados até a efetiva aprovação da reprogramação.

1.2.6 Sobre a determinação em 9.1.3, ratificamos os termos do Ofício 1748/2015 SUTRE, ora complementando que a proposta de reprogramação com alteração de algumas soluções técnicas gerou amplo debate técnico e necessidade da apresentação de uma série de peças técnicas complementares, projetos, orçamentos, memoriais, memórias de cálculo e sucessivos ajustes para que fosse viável sua aprovação pela CAIXA e MCidades. Naquela fase de análise houve efetiva redução do ritmo das obras e, até, paralisação dos serviços por certo período.

1.2.7 Atualmente a obra plenamente retomada evolui com bom ritmo, sendo que o último Boletim de Medição - 32ª apresenta uma evolução acumulada de 74,98% dos serviços da etapa, evidenciando recuperação de parte do atraso.

1.2.8 Além do exposto, estendendo os esclarecimentos supra à determinação em 9.1.4, repisamos que a CAIXA não é interveniente no CTEF 09/2013-Inea, ou seja, não tem relacionamento com o consórcio empreiteiro, ou seja, não tem governança para obrigar a empreiteira a cumprir os prazos acordados, tampouco tem mando nas ações de desapropriações promovidas pelo Estado do Rio de Janeiro, envolvendo áreas ainda ocupadas a impedirem a ordem sequencial planejada para a execução dos serviços da obra.

1.2.9 Ainda, lembramos que o Ministério Gestor, por meio dos Ofícios nº 0890 e 01121 /2012/DDCOT/SNSA/MCIDADES deu condições especiais para divisão do contrato e excluiu do escopo do Termo de Compromisso as metas relativas a aluguel social, demolições, remanejamento de famílias, indenizações e reassentamentos, que passaram a ser de responsabilidade exclusiva do interveniente INEA e as condições especiais consequente foram consolidadas em Termo Aditivo ao Anexo do Termo de Compromisso.

1.2.10 As condições especiais afastaram esta mandatária do acompanhamento sistemático das desapropriações, mantido o acompanhamento da evolução da obra, do qual os dados de campo registrados nos Boletins de Medição indicam a evolução dos serviços, inclusive sobre áreas anteriormente ocupadas por imóveis.

#### **Síntese dos Resultados Obtidos:**

A GIGOV/RJ em conjunto com a GEPAD apresentaram os esclarecimentos necessários acerca do papel exercido pela CAIXA.

---

## **7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno**

---

### **Tratamento das Recomendações do OCI**

No exercício de 2015, existiam 82 demandas do Órgão de Controle Interno - OCI, das quais 15 foram atendidas durante o exercício, 8 foram canceladas e 59 encontram-se na situação de “monitorando” para as quais esta unidade está envidando esforços para o seu atendimento.

Cumpre destacar que mais da metade das demandas do OCI envolvem a Caixa Econômica Federal, por se referirem a contratos de repasse que são celebrados e acompanhados por aquela instituição, na qualidade de Mandatária da União.

Ressalte-se que esta unidade irá acompanhar o cumprimento das referidas demandas do OCI que dependem da Mandatária da União.

No tocante às demandas que ainda se encontram em fase de monitoramento, destacaremos as situações a seguir:

Diante das recomendações da Controladoria Geral da União – CGU sobre a contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de eventos, ocorridas no ano de 2014, referentes a:

- elaboração de estudos voltados para o dimensionamento das demandas de materiais e serviços, em especial quanto ao grupo de alimentação
- não adesão a Atas de Registro de Preços cujos quantitativos sejam inferiores aos necessários para o atendimento das demandas
- dar celeridade a conclusão dos procedimentos voltados para a licitação com a realização de cronograma contemplando os prazos que deverão ser encaminhados aquela Controladoria, temos a esclarecer o que segue:

Em março de 2015, foi designado por meio da Portaria Nº 138, de 17 de março de 2015, um grupo de trabalho cujas atribuições estão voltadas para a elaboração do Termo de Referência com vista a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de eventos voltada para atender as demandas das diversas unidades deste Ministério.

Por se tratar de uma diversidade de demandas, uma vez que cada unidade tem as suas particularidades de atividades distintas, abrangendo todo o território nacional, este trabalho até o momento ainda não foi concluído, uma vez que é importante adequar as demandas ao orçamento do ministério, o qual vem sofrendo constantes cortes.

O documento se encontra em fase final, restando somente à consolidação dos itens demandados pelas diversas unidades (Gabinete do Ministro, Secretaria Executiva, Secretaria Nacional de Habitação, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos, Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana e o Departamento Nacional de Trânsito).

## DENATRAN/FUNSET

No exercício de 2015, houve quatro recomendações do Órgão de Controle Interno para o Departamento Nacional de Trânsito, sendo que todas continuam em monitoramento, 1 em análise pela CGU e 3 delas para providências do gestor.

O relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201412427 fez as seguintes recomendações:

1- Recomendou que o Denatran elaborasse e encaminhasse a CGU um planejamento que englobe, além da realização de campanhas esporádicas, campanhas educativas permanentes que visem uma conscientização da população em longo prazo.

Embora o Departamento Nacional de Trânsito tenha enviado cópia do Memorando nº 22/2015/CGQFHT/DENATRAN, de 04 de maio de 2015, apresentando o Planejamento de Campanhas Educativas de Trânsito para o período 2015-2016, não pôde realizar um maior detalhamento desse planejamento. O contingenciamento dos limites orçamentários e financeiros do Departamento e a ausência de contrato administrativo com agências de publicidade, por parte do Ministério das Cidades, foram os principais entraves para o cumprimento da recomendação.

A Lei Orçamentária Anual de 2015 apresentou o referencial monetário de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) ao DENATRAN, sendo a Ação Orçamentária 4641 - Publicidade Utilidade Pública contemplada com apenas R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), o que inviabilizou a contratação de empresa prestadora de serviços de publicidade.

2 - Que o DENATRAN faça o acompanhamento do cronograma de implementação da demanda de atualização do Sistema Renainf pelo SERPRO, conforme cronograma encaminhado à CGU. Assim, a recomendação continua em monitoramento, uma vez que a previsão para o término das atividades de ampliação e modernização do Sistema RENAINF é na data de 30/04/2017, conforme cronograma demonstrado a seguir:

Tabela 7.1 - Cronograma de Ampliação e Modernização do Sistema RENAINF				
Atividade	Etapas	Prazos	Responsáveis	
			Unidade(s)	Servidor(es)
Fase Inicial do Projeto CGIE	Termo de Abertura do Projeto	15/06/2015	CGPO CGIE	Carlos Magno da Silva Oliveira Antony Lopes Alves da Silva
	Antony Lopes Alves da Silva	Planejamento e Lista de Requisitos	30/06/2015	CGPO CGIE
	Documentação e Instrução Processual	15/07/2015	CGPO	Marcela Tetzner Laiz
CGIE	Estudo Interno de Viabilidade Técnica	30/07/2015	CGIE	Antony Lopes Alves da Silva Diego Rodrigues Oliveira Hudson Pereira de Souza
	Estudo Conjunto de Viabilidade Técnica	30/10/2015	CGIE SERPRO	Antony Lopes Alves da Silva Equipe do SERPRO
Antony Lopes Alves da Silva	Estudo Interno de Viabilidade Econômica	31/12/2015	CGPO	Carlos Magno da Silva Oliveira

Estudo de Viabilidade Técnica para expansão do RENAINF  Diego Rodrigues Oliveira Hudson Pereira de Souza	Início da execução do Projeto	31/01/2016	CGIE SERPRO	Antioniony Lopes Alves da Silva Diego Rodrigues Oliveira Hudson Pereira de Souza
	Homologação das Iterações	31/10/2016	CGIE SERPRO	Antioniony Lopes Alves da Silva Diego Rodrigues Oliveira Hudson Pereira de Souza
	Testes Finais – Ambiente Produção	31/12/2016	CGIE SERPRO	Antioniony Lopes Alves da Silva Diego Rodrigues Oliveira Hudson Pereira de Souza
SERPRO	Elaboração do Manual	28/02/2017	CGPO CGIE	Carlos Magno da Silva Oliveira Antioniony Lopes Alves da Silva
	Divulgação do Manual	30/04/2017	CGPO CGIE	Carlos Magno da Silva Oliveira Antioniony Lopes Alves da Silva
Equipe do SERPRO  Estudo de Viabilidade Econômica para expansão do RENAINF	Elaboração de Minutas	28/02/2017	CGPO CGIE	Carlos Magno da Silva Oliveira Antioniony Lopes Alves da Silva
	Submeter à análise jurídica	15/03/2017	CGPO	Carlos Magno da Silva Oliveira
	Publicação dos novos normativos	30/04/2017	GABINETE	Alberto Angerami

Fonte: DENATRAN/FUNSET

3- Que este Departamento avalie e implemente uma solução efetiva para a retenção automática dos valores recolhidos em virtude das multas de trânsito ao Funset, ponderando acerca das vantagens e desvantagens da instituição obrigatória do segmento 7 como padrão nacional de arrecadação dos valores devidos ao Funset e fundamente sua decisão quando do envio de proposta de alteração normativa ao Contran.

Em atenção ao Monitoramento da Recomendação informo que em 28/07/2015 foi publicada a Portaria DENATRAN nº 95, de 28 de julho de 2015, visando cumprir as orientações e recomendações constantes do Relatório de Auditoria nº 201412427, de 2 de março de 2015.

4- Considerando a implementação do Sistema FunsetNet, que o DENATRAN passe a realizar levantamentos periódicos, identificando os órgãos executivos inadimplentes e os valores devidos, para fins de cobrança dos montantes não recolhidos ao Funset e, informe resultados e providências a esta Controladoria.

No entanto, a unidade necessita ampliar sua força de trabalho, com mão de obra qualificada e efetiva, de modo a não sofrer mudanças frequentes de servidores e de prestadores de serviços (rotatividade de pessoal), ocasionando interrupções e atrasos na execução de suas atividades.

## **Informações da Caixa Econômica Federal - UG 175004**

CGU Regularizadas

**Relatório Fonte: Relatório de Demandas Externas nº 00221.000540/2013-11**

Fiscalização – Ação de Controle na Prefeitura Municipal de Uiramutã-RR

Ordem de Serviço: 201316867

Órgão: Ministério das Cidades

Instrumento de Transferência: Convênio – 620884

Relatório de Demandas Externas nº 00221.000540/2013-11

### **CONSTATAÇÃO 2.1.1**

“A obra de construção de 97 unidades habitacionais na Sede do Município de Uiramutã-RR está abandonada há mais de 1000 dias, gerando um prejuízo potencial de R\$ 110.734,43.”

### **APONTAMENTO - RECOMENDAÇÕES**

Recomendação 1:

“Executar as medidas administrativas necessárias para reposição de todo valor pago de R\$ 110.734,43 com as devidas correções monetárias, pois a obra está abandonada e não há previsão para sua continuidade.”

Data da ciência pela CAIXA: 10/07/2015

### **PROVIDÊNCIAS A SEREM IMPLEMENTADAS:**

**AÇÃO Nº 1** Encaminhado à CGU o Ofício nº. 1380/2015/SN Transferência de Recursos Públicos a seguir transcrito:

1 Em atendimento ao Ofício nº 15682/2015/DCOPE/DC/SFC/CGU-PR, que solicita informações relacionadas ao implemento dos Contratos de Repasse nº 0243.155-94, 0228.090-07 e 0311.601-43, firmados com o Município de Uiramutã/RR, apresentamos as informações prestadas pela Gerência Executiva de Governo de Boa Vista – GIGOV/BV, unidade da CAIXA responsável pelo acompanhamento da execução das operações em pauta.

2 Contrato de Repasse nº 0228.090-07: Em que pese a constatação de paralisação da obra objeto do Contrato, informamos que a operação foi cancelada por extinção de vigência sem a devida manifestação do Gestor Municipal, apesar da comunicação antecipadamente efetuada pela CAIXA.

2.1 Ressaltamos que houve ressarcimento total dos recursos à União, no valor de R\$ 328.121,32, dos quais R\$ 252.200,00 correspondem ao valor de repasse e R\$ 75.921,32 ao total de rendimentos (Anexo 01).

3 Contrato de Repasse nº 0311.601-43: Da mesma forma que a operação anteriormente mencionada, o Contrato em comento foi cancelado por extinção de sua vigência e o valor de R\$ 444.405,93, sendo R\$ 400.000,00 de repasse e R\$ 44.405,93 de rendimentos, foi totalmente devolvido (Anexo 02).

4 Contrato de Repasse nº 0243.155-94: Informamos que a operação encontra-se com Tomada de Contas Especial instaurada devido a não apresentação de contas parcial dos valores utilizados/paralisação do objeto contratual, a qual foi devidamente encaminhada à Secretaria Federal de Controle Interno dessa Controladoria-Geral da União, conforme observado no Ofício nº 0176/2015/AUDRE (Anexo 03).

5 Sem mais, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

### Síntese dos Resultados Obtidos:

Devolução ao erário dos recursos desbloqueados em razão do cancelamento dos CRs 228090-07 e 311601-43, e instaurada a TCE para o CR 243155-94.

## **7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário**

**Quadro 7.4 - Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2015 - UG 175004**

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
			Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
79	0	0	8	0	0	16	0	55

Fonte: CEF

\*Outros casos de TCE não instauradas: refere-se aos contratos em que houve cancelamento ou suspensão do procedimento após a instauração do processo, seja pela retomada da execução do objeto, seja pela apresentação/aprovação da prestação de contas final.

Observação: Esclarecemos que compete à Caixa Econômica Federal, enquanto mandatária da UJ, a instauração e envio dos autos dos processos de TCE à Controladoria-Geral da União. Após esse envio, não dispomos de informações da tramitação dos processos.



---

#### **7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993**

---

A Coordenação-Geral de Recursos Logísticos observa as disposições do art. 5º da Lei 8.666/93 quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços.

Utiliza-se o subsistema Programação Financeira do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI Web para solicitações de recursos financeiros, que permite o controle e o atendimento de forma cronológica, obedecendo, para cada fonte diferenciada de recursos, as datas de solicitação.

---

#### **7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento**

---

Esta Pasta possui dois Contratos com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento:

- Contrato Administrativo nº 04/2015 - Engemil - Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalações Ltda. – Vigência: 27/05/2015 a 26/05/2016;
- Contrato Administrativo nº 05/2015 - RCS Tecnologia Ltda. – Vigência: 27/05/2015 a 26/05/2016.

A composição de custos dos Contratos mencionados já previa a desoneração propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011, não restando a esta pasta nenhuma medida para revisão dos contratos.

Registre-se ainda, que esta Pasta não possui contratos encerrados que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.

Por fim, não houve revisão de contratos, pois os dois contratos administrativos beneficiados pela art. 7º da lei 12.546/2011 tiveram início já com a composição de custos prevendo a desoneração.

## 7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

**Quadro 7.5 - Despesas com Publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Restos a pagar Inscritos	Valores pagos Restos a Pagar
Institucional			
Legal			
Mercadológica			
Utilidade pública	<b>Unidade Orçamentária 56101 - Ministério das Cidades</b>		
	Programa: 2116- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades. Ação: 4641- Publicidade de Utilidade Pública.	R\$ 2.682.918,09	R\$ 416.587,62
	Programa: 0310- Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano (Mecidades). Ação : 4641- Publicidade de Utilidade Pública.	167.965,89	0,00
	<b>Unidade Orçamentária 56901 - FUNSET</b>		
	Programa: 2048- Programa Mobilidade Urbana e Trânsito. Ação: 4641 - Publicidade de Utilidade Pública.	R\$ 11.616.996,90	R\$ 50.198,66
	R\$14.467.880,88	R\$ 465.786,28	

Fonte: ASCOM

No exercício de 2015 só houve pagamento de restos a pagar de anos anteriores, conforme demonstra a tabela acima. No referido exercício, o Ministério das Cidades não contou com a prestação de serviços de Agências de Publicidade, o que justifica a ausência de realização de ações e programas, bem como os respectivos pagamentos.

Vale ressaltar que todas as despesas com ações de Publicidade e Propaganda realizadas pelo Ministério das Cidades e os demais órgãos visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.

# **ANEXO I**

**SITUAÇÃO DAS OBRAS REALIZADAS EM PARCERIA COM A  
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

Quadro: Situação das obras atrasadas/paralisadas

PT	DV	UF	Município	Objeto	Investimento	Repassé	situação obra	vigência	Providências
1004270	12	GO	Abadiânia	CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA COM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, NESTE MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ/MS.	1.148.045,18	987.600,00	ATRASADA	05/11/2016	Contato com CAIXA e tomador
1005572	34	TO	Pedro Afonso	IMPLANTACAO DE PASSEIOS PUBLICOS NAS VIAS URBANAS DE PEDRO AFONSOTO	403.000,00	394.000,00	ATRASADA	19/12/2015	Contato com CAIXA e tomador
1005610	55	PR	São Jorge do Patrocínio	IMPLANTACAO DE CICLOVIA NO MUNICIPIO DE SAO JORGE DO PATROCINIO, PARANA.	288.680,54	245.850,00	ATRASADA	30/04/2016	Contato com CAIXA e tomador
1006050	74	ES	Fundão	CONSTRUCAO DE ABRIGOS PARA EMBARQUE E DESEMBARQUE DE PASSAGEIROS DO TRANSPORTE PUBLICO COLETIVO URBANO NO MUNICIPIO DE F	319.324,20	245.850,00	ATRASADA	01/12/2015	Contato com CAIXA e tomador
1006055	81	BA	Saubara	COM A LIBERACAO DESSES RECURSOS, PRETENDEMOS CONSTRUIR A PRIMEIRA ETAPA DA NOVA ORLA SUL DO DISTRITO DE CABUCU COMPREEND	298.750,00	295.300,00	ATRASADA	05/05/2016	Contato com CAIXA e tomador
1005548	33	MG	Pedro Leopoldo	REQUALIFICACAO DE CALCADAS EM DIVERSOS BAIRROS DA CIDADE.	779.833,00	740.350,00	ATRASADA	30/06/2016	Contato com CAIXA e tomador
1007808	71	ES	Viana	IMPLANTACAO DE PASSEIOS PUBLICOS NO MUNICIPIO DE VIANA ES.	543.100,00	493.100,00	ATRASADA	01/11/2015	Contato com CAIXA e tomador
1008273	14	RS	Lajeado	IMPLANTACAO DE CALCADA DE PASSEIO E PARADAS DE ONIBUS NO MUNICIPIO DE LAJEADO/RS	554.485,07	493.100,00	ATRASADA	30/06/2016	Contato com CAIXA e tomador
1007686	74	ES	Nova Venécia	IMPLANTACAO DE PASSEIO PUBLICO CONSTRUCAO DE CALCADA CIDADA	337.476,97	295.300,00	ATRASADA	01/06/2017	Contato com CAIXA e tomador
1006685	44	GO	Itabirinha	CONSTRUCAO DE CALCADAS NO MUNICIPIO DE MARA ROSAGO.	250.000,00	245.850,00	ATRASADA	30/10/2016	Contato com CAIXA e tomador
1007844	24	TO	Araguaína	ESTRUTURACAO DE PRACAS NO MUNICIPIO DE ARAGUAINA	1.560.000,00	1.482.100,00	ATRASADA	30/12/2015	Contato com CAIXA e tomador
1007856	82	CE	Crato	URBANIZACAO DE VIA PUBLICA, NO MUNICIPIO DE CRATO CE.	307.604,17	295.300,00	ATRASADA	30/12/2015	Contato com CAIXA e tomador
1006784	32	MG	Santo Cristo	ADEQUACAO E REQUALIFICACAO DE VIAS COM A CONSTRUCAO DE CALCADAS	267.875,27	245.850,00	ATRASADA	30/12/2015	Contato com CAIXA e tomador

1008023	23	PR	Apucarana	CONSTRUCAO DE UM VIADUTO TRANSPONDO A LINHA FERREA NA ENTRADA DO NUCLEO HABITACIONAL JOAO PAULO DE APUCARANA PARANA.	1.357.546,52	493.100,00	ATRASADA	31/12/2016	Contato com CAIXA e tomador
1015501	66	PR	Jaguariaíva	Revitalizacao de Praca.	357.035,05	245.850,00	ATRASADA	30/07/2017	Contato com CAIXA e tomador
1010059	20	MG	Itajaí		426.239,07	252.773,00	ATRASADA	30/11/2018	Contato com CAIXA e tomador
1010122	66	SP	Jaboticabal	IMPLANTACAO DE CICLOFAIXA/CICLOVIA INTERLIGANDO AREAS DO MUNICIPIO.	317.808,20	245.850,00	ATRASADA	10/08/2016	Contato com CAIXA e tomador
1004433	71	CE	Heliópolis	IMPLANTACAO E REQUALIFICACAO DE INFRA ESTRUTURA DE SISTEMAS DE TRANSPORTE PUBLICO COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS	1.552.695,45	1.284.300,00	ATRASADA	21/05/2017	Contato com CAIXA e tomador
1008111	95	PR	Joaquim Távora	IMPLANTACAO DE PASSEIOS PUBLICOS	250.767,00	245.850,00	ATRASADA	18/12/2016	Contato com CAIXA e tomador
1008639	92	PR	Quatro Pontes	IMPLANTACAO DE PASSEIOS PUBLICOS (CALCAMENTO DE PASSEIOS, RAMPAS DE ACESSIBILIDADE, ILUMINACAO PUBLICA, PAISAGISMO E MOB	270.000,00	245.850,00	ATRASADA	29/12/2016	Contato com CAIXA e tomador
1009500	62	SP	Praia Grande		5.358.551,83	2.254.509,00	ATRASADA	31/12/2015	Contato com CAIXA e tomador
1004361	48	AC	Sena Madureira		906.850,00	888.700,00	ATRASADA	30/04/2017	Contato com CAIXA e tomador
1015652	57	PR	Santa Mariana	IMPLANTACAO DE PASSEIO E ILUMINACAO PUBLICA.	350.597,76	245.850,00	ATRASADA	24/07/2017	Contato com CAIXA e tomador
1005252	49	SC	Treze de Maio	Execucao de obras de acessibilidade urbana em passeios publicos na cidade de Treze de Maio.	271.109,42	245.850,00	ATRASADA	30/12/2015	Contato com CAIXA e tomador
1010656	98	SP	Santos	Execucao de passeios pulicos acessiveis em area popularmente conhecida como Jau, parte integrante do bairro da Aparecida	1.115.064,70	987.600,00	ATRASADA	20/05/2016	Contato com CAIXA e tomador
1005353	80	RJ	Niterói	O projeto viario preve uma faixa de rolamento e uma de estacionamento, totalizando 6 metros, mais uma ciclofaixa de 1,20	3.520.878,26	3.220.000,00	ATRASADA	01/01/2017	Contato com CAIXA e tomador
1005355	31	SP	Pirassununga	Construcao de Praca no Jardim Veneza- Emenda 25180003- Deputada Aline Correa.	771.348,47	592.000,00	ATRASADA	30/12/2015	Contato com CAIXA e tomador

1005361	54	CE	Heliópolis	IMPLANTACAO E REQUALIFICACAO DE INFRA ESTRUTURA DE SISTEMAS DE TRANSPORTE PUBLICO COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS	2.360.800,71	1.976.600,00	ATRASADA	28/01/2016	Contato com CAIXA e tomador
1007585	33	GO	Engenheiro Caldas	CONSTRUCAO DE CALCADAS NO MUNICIPIO DE CRISTIANOPOLISGO.	250.000,00	245.850,00	ATRASADA	05/11/2016	Contato com CAIXA e tomador
1010120	25	CE	Missão Velha	PRIMEIRA ETAPA DA AMPLIACAO DA PRACA LOCALIZADA NA AVENIDA LUIZ MAIA NA SEDE DO MUNICIPIO DE MISSAO VELHA CEARA.	301.500,00	295.300,00	ATRASADA	30/12/2015	Contato com CAIXA e tomador
1015725	15	TO	Peixe	Reforma da Praça Mestre Ananias e Praça Vila São José e respectivos projetos executivos no município de Peixe-TO.	505.836,80	493.100,00	ATRASADA	14/08/2016	Contato com CAIXA e tomador
1018254	36	CE	Tianguá	Reforma da praça no Bairro Aeroporto no Município de Tianguá - CE	250.000,00	245.850,00	ATRASADA	11/12/2017	Contato com CAIXA e tomador
1019956	49	PE	Tabira	Recapamento Asfáltico sobre paralelo	1.103.833,75	987.600,00	ATRASADA	20/12/2016	Contato com CAIXA e tomador
1013730	94	SC	Timbó	REVITALIZACAO DE LOGRADOUROS/VIAS NA AREA CENTRAL DO MUNICIPIO DE TIMBO	320.488,97	295.300,00	ATRASADA	31/03/2016	Contato com CAIXA e tomador
1008157	64	SP	Brejo Alegre		266.500,00	255.740,00	ATRASADA	05/02/2017	Contato com CAIXA e tomador
1008166	53	AC	Plácido de Castro	CONSTRUCAO DE CALCADAS	690.900,00	690.900,00	ATRASADA	30/11/2015	Contato com CAIXA e tomador
1008647	66	GO	Cristianópolis	Construção de Calçadas no município de Cristianópolis-Go.	302.800,00	295.300,00	ATRASADA	30/12/2016	Contato com CAIXA e tomador
1008678	13	SP	Mauá		1.138.862,04	987.600,00	ATRASADA	31/01/2017	Contato com CAIXA e tomador
1009091	67	SC	Joinville	IMPLANTACAO DE ABRIGOS DE ONIBUS	2.500.000,00	2.223.850,00	ATRASADA	31/12/2016	Contato com CAIXA e tomador
1010056	66	SC	Porto Belo	PASSEI COM CICLOVIA ENTRE O TRECHO QUE LIGA O BAIRRO DO CENTRO DA CIDADE AO BAIRRO ENSEADA ENCANTADA.	371.311,20	245.850,00	ATRASADA	31/12/2015	Contato com CAIXA e tomador
1010703	95	RS	Esteio	IMPLANTACAO E REQUALIFICACAO DE INFRAESTRUTURA DE SISTEMAS DE TRANSPORTE PUBLICO COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS; OBRAS D	272.095,64	243.750,00	ATRASADA	30/06/2016	Contato com CAIXA e tomador

1012249	74	PR	Francisco Alves	EXECUÇÃO DE PISTA DE CAMINHADA COM RAMPAS DE ACESSIBILIDADE NA AVENIDA OSVALDO PAMPLONA PINTO MUNICÍPIO DE FRANCISCO AL	296.300,00	295.300,00	ATRASADA	30/07/2016	Contato com CAIXA e tomador
1012210	55	PR	Nova Aurora	Implantacao de Ciclovía nas Margens da PR-180, no Perimetro Urbano do Municipio de Nova Aurora.	253.500,00	245.850,00	ATRASADA	26/09/2016	Contato com CAIXA e tomador
1017657	82	SE	Aracaju	Implantacao de Abrigos de Onibus no municipio de Aracaju.	1.993.025,00	1.913.304,00	ATRASADA	31/12/2018	Contato com CAIXA e tomador
1018838	31	AM	Guajará	PAVIMENTACAO COM DRENAGEM	6.500.000,00	6.368.800,00	ATRASADA	17/10/2016	Contato com CAIXA e tomador
1003274	89	RJ	Itaboraí		1.083.689,70	987.600,00	PARALISADA	01/09/2016	Contato com CAIXA e tomador
1003848	70	PR	Caraá	INFRAESTRUTURA URBANA MELHORIA EM VIAS EXISTENTES ATRAVES DE RECAPEAMENTO.	267.985,54	245.850,00	PARALISADA	30/05/2016	Contato com CAIXA e tomador
1002040	21	SC	Rio do Sul		277.979,00	255.740,00	PARALISADA	30/11/2015	Contato com CAIXA e tomador
1002947	66	RJ	Maricá		428.478,26	394.200,00	PARALISADA	01/02/2016	Contato com CAIXA e tomador
1002055	43	MG	Loanda		321.960,00	295.300,00	PARALISADA	30/12/2015	Contato com CAIXA e tomador
1002139	29	MA	São Miguel do Anta		509.000,00	493.100,00	PARALISADA	31/12/2015	Contato com CAIXA e tomador
1001630	35	MG	Boa Esperança do Sul		255.915,00	250.795,00	PARALISADA	28/11/2015	Contato com CAIXA e tomador
1002697	52	SP	Santo Antônio de Posse		251.387,95	245.850,00	PARALISADA	29/06/2016	Contato com CAIXA e tomador
1002778	74	CE	Batalha		1.041.267,87	987.600,00	PARALISADA	31/12/2016	Contato com CAIXA e tomador
1001653	19	RJ	Maricá		279.666,30	255.740,00	PARALISADA	01/02/2016	Contato com CAIXA e tomador
1005568	53	MG	Taiobeiras	Construcao da Praca do Bairro Santo Cruzeiro	402.200,00	394.200,00	PARALISADA	30/03/2016	Contato com CAIXA e tomador
1005633	37	RN	Paraná	URBANIZACAO DA ENTRADA DA CIDADE DE PARANA	254.454,75	245.850,00	PARALISADA	10/04/2016	Contato com CAIXA e tomador
1007767	96	SP	Suzano	Construcao de Ciclovía em Pavimento Asfaltico no Municipio de Suzano - SP.	378.313,47	344.750,00	PARALISADA	30/01/2016	Contato com CAIXA e tomador

1003538	0	RS	Pantano Grande		258.762,00	253.762,00	PARALISADA	31/12/2015	Contato com CAIXA e tomador
1008134	78	MG	Tombos		429.903,54	394.199,99	PARALISADA	30/11/2018	Contato com CAIXA e tomador
1008136	29	TO	Gurupi	INFRAESTRUTURA URBANA EM VIAS PUBLICAS DO MUNICIPIO DE GURUPI TO.	2.058.958,33	1.976.600,00	PARALISADA	28/02/2017	Contato com CAIXA e tomador
1008234	93	GO	Cezarina	REFORMA DA PRACA DE LINDA VISTA e REVITALIZACAO DO CANTEIRO CENTRAL DA AV. DO COMERCIO	308.237,12	295.300,00	PARALISADA	31/12/2016	Contato com CAIXA e tomador
1008280	64	RS	Porto Alegre	VISA MEDIDAS DE SEGURANCA VIARIA DE CARATER DEFINITIVO PARA MINIMIZAR OS CONFLITOS ENTRE OS DIFERENTES MODAIS AO LONGO D	1.446.562,97	1.330.837,93	PARALISADA	30/12/2015	Contato com CAIXA e tomador
1007660	23	PR	Palmital	IMPLANTACAO DA 20 ETAPA DE PASSEIOS E DEMAIS ELEMENTOS URBANOS EM TRECHO DA AVENIDA DAS PALMEIRAS	270.201,01	245.850,00	PARALISADA	30/12/2016	Contato com CAIXA e tomador
1007840	44	SC	Itá	Implantacao de Sinalizacao e Dispositivos de Seguranca Viaria em vias urbanas do municipio de Ita - SC	250.867,35	245.850,00	PARALISADA	31/12/2015	Contato com CAIXA e tomador
1007963	43	ES	Governador Lindenberg	EXECUCAO DE OBRA DE CONTENCAO DE ENCOSTAS COM MURO DE GABIOES.	550.457,80	493.100,00	PARALISADA	01/12/2015	Contato com CAIXA e tomador
1008187	96	GO	Buriti de Goiás		252.680,92	245.850,00	PARALISADA	31/12/2015	Contato com CAIXA e tomador
1007988	79	GO	Hidrolândia	Construcao de Calçadas/ passeios publicos em Hidrolandia- Goias.	250.000,00	245.850,00	PARALISADA	31/12/2016	Contato com CAIXA e tomador
1008135	4	TO	Gurupi	ACOES DE INFRAESTRUTURA URBANA EM VIAS PUBLICAS DO MUNICIPIO DE GURUPI TO.	2.058.958,33	1.976.600,00	PARALISADA	28/02/2017	Contato com CAIXA e tomador
1009060	19	MG	Pirajuba	Requalificacao do Parque de Exposicoes atraves de instalacoes de banheiros femininos e masculinos para o publico e refor	250.955,45	245.850,00	PARALISADA	22/07/2016	Contato com CAIXA e tomador
1007723	67	SP	Ribeirão Preto	PAC - Reforma no Centro esportivo e lazer no bairro Avelino Alves Palma, no municipio de Ribeirao Preto.	267.228,26	245.850,00	PARALISADA	30/06/2016	Contato com CAIXA e tomador



1008674	21	RJ	São José de Ubá	EXECUTAR OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA NO MUNICIPIO DE SAO JOSE DE UBA RJ IMPLANTACAO DE PASSEIOS PUBLICOS NO MUNIC	315.000,00	295.300,00	PARALISADA	31/12/2015	Contato com CAIXA e tomador
1009043	56	RS	Cachoeira do Sul	CALCAMENTO COM PARALELEPIPEDO EM VIAS QUE CONTEMPLAM A CIRCULACAO DE TRANSPORTE PUBLICO DE PASSAGEIROS NO PERIMETRO URBA	405.565,00	295.300,00	PARALISADA	30/11/2015	Contato com CAIXA e tomador
1009086	60	GO	Porteirão	Construcao de Calçadas em Porteirao - GO	456.153,09	245.850,00	PARALISADA	31/01/2017	Contato com CAIXA e tomador
1010013	52	RS	São Miguel das Missões	REQUALIFICACAO DE PASSEIO PUBLICO (CAMINHODROMO) NA ENTRADA DA CIDADE DE SAO MIGUEL DAS MISSOES	250.850,00	245.850,00	PARALISADA	31/10/2016	Contato com CAIXA e tomador
1005280	31	SC	Rio do Sul	Obra integrada de Reabilitacao Urbana.	990.936,68	888.700,00	PARALISADA	30/01/2016	Contato com CAIXA e tomador
1011606	51	RN	Riacho da Cruz	REVITALIZACAO DA PRACA FRANCISCO MAFALDO DE PAIVA E URBANIZACAO DA RUA ZENEIDA REGIS DE PAIVA NO BAIRRO ACAMPAMENTO II,	250.850,00	245.850,00	PARALISADA	10/04/2016	Contato com CAIXA e tomador
1008243	82	PR	Dois Vizinhos	ABRIGOS PARA EMBARQUE E DESEMBARQUE DE PASSAGEIROS DO TRANSPORTE PUBLICO COLETIVO URBANO.	350.000,00	344.750,00	PARALISADA	18/07/2016	Contato com CAIXA e tomador
1008615	94	RJ	Cardoso Moreira	MEDIDA DE MODERACAO DO TRAFEGO, ATRAVES DA CONSTRUCAO DE DUAS ENTRADAS, DOIS PORTAIS, ILUMINACAO E IMPLANTACAO DE PAVIME	325.300,00	295.300,00	PARALISADA	28/09/2016	Contato com CAIXA e tomador
1008627	47	SP	Ribeirão Preto	PAC - Cobertura de Quadra - Dom Miele, Jardim Paiva, no municipio de Ribeirao Preto.	341.900,00	245.850,00	PARALISADA	30/09/2016	Contato com CAIXA e tomador
1010684	78	PR	Cerro Azul	Reforma e adequacao da Praça Monsenhor Celso	250.000,00	245.850,00	PARALISADA	30/04/2016	Contato com CAIXA e tomador
1007720	1	MG	Rio Piracicaba	REFORMAR A RODOVIARIA E PAVIMENTAR AS RUAS DO BAIRRO CHACRINHA (RUA FELICIO DE ARAUJO, RUA DIRETOR CESARIO PENA, RUA ANT	341.191,11	295.300,00	PARALISADA	30/11/2015	Contato com CAIXA e tomador
1007730	15	GO	Maria da Fé	CONSTRUCAO DE CALCADAS E MEIOFIOS	250.000,00	245.850,00	PARALISADA	31/12/2016	Contato com CAIXA e tomador

1008056	23	GO	Santa Terezinha de Goiás	construcao de calcadas no municipio de santa Terezinha de Goias	250.850,00	245.850,00	PARALISADA	30/10/2016	Contato com CAIXA e tomador
1008089	10	PR	Itaperuçu	CONSTRUCAO DE 48 ABRIGOS PARA ONIBUS COLETIVOREESTRUTURACAO E REVITALIZACAO DO CENTRO DA CIDADE.	250.000,00	245.850,00	PARALISADA	30/04/2016	Contato com CAIXA e tomador
1008125	91	GO	Ibiaí	CONSTRUCAO DE CALCADAS NO MUNICIPIO DE ITAUCUGO.	251.850,00	245.850,00	PARALISADA	30/10/2016	Contato com CAIXA e tomador
1009057	53	SP	Guararema	REURBANIZACAO DA RUA ANTONIO TEIXEIRA MUNIZ FASE III. O PROJETO PREVE RECUPERACAO DO PAVIMENTO, IMPLANTACAO DE CALCADA	710.500,00	690.900,00	PARALISADA	31/12/2015	Contato com CAIXA e tomador
1010015	3	MG	Frutal	INFRAESTRUTURA URBANA RECOMPOSICAO, REESTRUTURACAO EM CONCRETO DE GUIAS ( MEIO FIO) E SARJETAS EM LOGRADOUROS NO BAIR	291.568,93	245.850,00	PARALISADA	30/12/2016	Contato com CAIXA e tomador
1012185	15	GO	Uruana	Construcao de calcadas no municipio de Uruana.	252.100,00	245.850,00	PARALISADA	30/12/2016	Contato com CAIXA e tomador
1002964	17	SP	Ipuã		301.162,83	245.850,00	PARALISADA	20/08/2015	Contato com CAIXA e tomador
1002977	99	PR	Araucária		267.589,13	245.850,00	PARALISADA	31/03/2015	Contato com CAIXA e tomador
1002978	13	SP	Várzea Paulista		456.464,54	423.870,00	PARALISADA	23/06/2016	Contato com CAIXA e tomador
1014016	65	MG	Campo Florido	CONSTRUCAO DE UM CENTRO DE EVENTOS	414.762,98	394.200,00	PARALISADA	31/12/2015	Contato com CAIXA e tomador
1004447	77	RS	Gravataí	ADEQUACAO E REQUALIFICACAO DE VIAS DE TRANSPORTE PUBLICO COLETIVO URBANO.	999.268,85	919.326,85	PARALISADA	30/06/2016	Contato com CAIXA e tomador
1001549	11	ES	Carai		318.239,40	245.850,00	PARALISADA	30/04/2016	Contato com CAIXA e tomador
1002041	46	SP	Estrela do Norte		358.802,51	292.500,00	PARALISADA	05/09/2016	Contato com CAIXA e tomador
1003043	91	BA	Carauari		620.000,00	592.000,00	PARALISADA	05/11/2016	Contato com CAIXA e tomador
1009849	50	GO	Bom Jesus de Goiás	Ampliacao de equipamento Publico Comunitario voltado a Assistencia ao Idoso e pessoas com deficiencia, com uma area cons	459.680,48	295.300,00	PARALISADA	31/12/2016	Contato com CAIXA e tomador

1010058	5	SP	Santa Bárbara d'Oeste		549.492,42	255.740,00	PARALISADA	07/06/2016	Contato com CAIXA e tomador
1010676	15	GO	São Simão	Calçadas	266.814,02	245.850,00	PARALISADA	31/12/2016	Contato com CAIXA e tomador
1003693	74	TO	Araguaína		1.056.242,77	987.600,00	PARALISADA	31/12/2015	Contato com CAIXA e tomador
1004362	64	PR	União da Vitória		600.000,00	493.100,00	PARALISADA	30/06/2016	Contato com CAIXA e tomador
1005398	32	PR	Nova América da Colina	IMPLANTACAO DE PASSEIO PUBLICO ( CALCADAO) NA AREA CENTRAL	251.000,00	245.850,00	PARALISADA	31/12/2016	Contato com CAIXA e tomador
1005642	26	BA	Senador Pompeu	REVITALIZACAO E URBANIZACAO (REVITALIZACAO DA PAVIMENTACAO E CALCADAS EXISTENTE, CONSTRUCAO DE QUIOSQUES, CANTEIROS, PAI	503.163,27	493.100,00	PARALISADA	05/05/2016	Contato com CAIXA e tomador
1006033	19	RJ	Cordeiro	OBRAS DE ACESSIBILIDADE URBANA, COM O OBJETIVO PRINCIPAL DE ADEQUAR OS ESPACOS URBANOS AS EXIGENCIAS DA ACESSIBILIDADE U	301.206,00	295.300,00	PARALISADA	08/12/2015	Contato com CAIXA e tomador
1006065	95	SP	Lucélia	Aquisição de semáforos e emplacamento de vias publicas	196.400,00	196.400,00	PARALISADA	30/12/2017	Contato com CAIXA e tomador
1007650	19	SP	Ribeirão Preto	PAC - Reforma, Adequacao de Pracas e Calçadas no municipio de Ribeirao Preto.	428.478,26	394.200,00	PARALISADA	30/05/2016	Contato com CAIXA e tomador
1007717	44	PR	Santo Antônio da Platina	IMPLANTACAO DE PASSEIOS PUBLICOS E ABRIGOS PARA EMBARQUE E DESEMBARQUE DE PASSAGEIROS DO TRANSPORTE COLETIVO.	324.830,00	295.300,00	PARALISADA	31/12/2016	Contato com CAIXA e tomador
1007736	47	GO	Iraí de Minas	CONSTRUCAO DE CALCADAS NO MUNICIPIO DE MAIRIPOTABAGO.	293.331,21	245.850,00	PARALISADA	18/12/2016	Contato com CAIXA e tomador
1008013	19	TO	Gurupi	ACOES DE INFRAESTRUTURA URBANA EM VIAS PUBLICAS DO MUNICIPIO DE GURUPI TO.	1.801.406,20	1.729.350,00	PARALISADA	28/02/2017	Contato com CAIXA e tomador
1007597	88	SP	Matão	PLANEJAMENTO URBANO APLICADO NA REVITALIZAÇÃO E READEQUAÇÃO DA PRAÇA CENTRAL DR LEONIDAS CALIGOLA BASTIA	332.798,39	245.850,00	PARALISADA	30/04/2016	Contato com CAIXA e tomador
1013584	85	GO	Mimoso de Goiás	CONSTRUCAO DE CALCADAS (PASSEIOS PUBLICOS)	250.000,00	245.850,00	PARALISADA	31/03/2017	Contato com CAIXA e tomador

1014192	71	AM	Itapiranga	CONSTRUCAO DE SISTEMA VIARIO NO MUNICIPIO DE ITAPIRANGA	4.062.500,00	3.954.600,00	PARALISADA	31/12/2015	Contato com CAIXA e tomador
1008638	77	RJ	São Pedro da Aldeia	Obra de infraestrutura e construcao de ciclovias no municipio de Sao Pedro da Aldeia - RJ	394.200,00	394.200,00	PARALISADA	01/08/2016	Contato com CAIXA e tomador
1009873	51	MG	Louveira		269.107,14	245.850,00	PARALISADA	30/11/2018	Contato com CAIXA e tomador
1010412	16	MG	Patrocínio	Adequacao de vias publicas e medidas de moderacao de trafego.	290.939,16	245.850,00	PARALISADA	30/09/2016	Contato com CAIXA e tomador
1010662	19	SP	Araçoiaba da Serra	INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	257.948,53	245.850,00	PARALISADA	17/06/2016	Contato com CAIXA e tomador
1013589	92	GO	Iaciara	IMPLANTACAO DE PASSEIO PUBLICO	250.000,00	245.850,00	PARALISADA	31/03/2017	Contato com CAIXA e tomador
1013643	47	SP	Quadra	Infraestrutura Urbana - Execucao de calçadas acessiveis em diversas ruas da cidade de Quadra	266.447,33	245.850,00	PARALISADA	31/12/2016	Contato com CAIXA e tomador
1014409	96	PB	Alhandra	1A ETAPA DA REABILITACAO URBANA DO BAIRRO NOVA DESCOBERTA, NO MUNICIPIO DE ALHANDRA PB, COMPREENDENDO OS SERVICOS DE T	3.231.205,58	3.000.000,00	PARALISADA	30/12/2015	Contato com CAIXA e tomador
1014203	23	GO	São João d'Aliança	IMPLANTACAO DE PASSEIOS PUBLICOS NO MUNICIPIO DE SAO JOAO D ALIANCA (GO)	250.767,00	245.850,00	PARALISADA	31/03/2017	Contato com CAIXA e tomador
1007797	27	RN	Mossoró	CONSTRUCAO DE ABRIGOS PARA EMBARQUE E DESEMBARQUE DE PASSAGEIROS NO TRANSPORTE PUBLICO COLETIVO URBANO	1.028.750,00	987.600,00	PARALISADA	10/04/2016	Contato com CAIXA e tomador
1008129	71	MG	Tiros	Implantacao, ampliacao e melhoria de infraestrutura urbana.	505.103,01	493.100,00	PARALISADA	29/12/2016	Contato com CAIXA e tomador
1008275	67	PR	Campo Magro	CONSTRUCAO DE ABRIGOS PARA EMBARQUE E DESEMBARQUE DE PASSAGEIROS USUARIOS DO TRANSPORTE PUBLICO URBANO.	394.200,00	394.200,00	PARALISADA	30/04/2016	Contato com CAIXA e tomador
1008285	71	MG	Elói Mendes	CONSTRUÇÃO DE PONTE E RECUPERAÇÃO DE CALÇAMENTO EM ÁREA URBANA DE CIRCULAÇÃO DE TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIRO, PARTIC	379.696,44	255.740,00	PARALISADA	30/04/2016	Contato com CAIXA e tomador
1009093	6	RJ	Belford Roxo	REVITALIZACAO DE PRACA NO BAIRRO WONA	916.294,31	795.621,26	PARALISADA	16/09/2016	Contato com CAIXA e tomador

1009938	45	MS	Anaurilândia	PAVIMENTACAO DE CALCADAS DE PASSEIO PUBLICO, NOS TRECHOS NAS AVENIDAS MATO GROSSO E AVENIDA BRASIL, DO MUNICIPIO DE ANAU	260.000,00	255.740,00	PARALISADA	30/04/2018	Contato com CAIXA e tomador
1009949	75	SC	São Martinho		246.592,09	245.850,00	PARALISADA	30/12/2015	Contato com CAIXA e tomador
1010821	98	CE	Itapagé	CONSTRUCAO DE PRACA PUBLICA NO DISTRITO DE MULUNGU, NO MUNICIPIO DE ITAPAJECE.	251.100,00	245.850,00	PARALISADA	20/12/2016	Contato com CAIXA e tomador
1013729	77	SC	Pinheiro Preto	IMPLANTACAO DE PASSEIOS PUBLICOS NO MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO	250.867,35	245.850,00	PARALISADA	31/12/2015	Contato com CAIXA e tomador
1014184	6	BA	Prado	PAVIMENTACAO DE VIAS URBANAS NO MUNICIPIO DE PRADOBA	2.026.600,00	1.976.600,00	PARALISADA	30/11/2015	Contato com CAIXA e tomador
1008630	4	TO	Couto Magalhães	OBRAS DE ACESSIBILIDADE URBANA, COM O OBJETIVO PRINCIPAL DE ADEQUAR ESPACO URBANO AS EXIGENCIAS DA ACESSIBILIDADE UNIVER	250.800,00	245.850,00	PARALISADA	26/12/2015	Contato com CAIXA e tomador
1010395	41	SP	Leme	CALCAMENTO DE PASSEIO PUBLICO DO BAIRRO JARDIM QUAGLIA.	270.849,38	245.849,38	PARALISADA	26/12/2015	Contato com CAIXA e tomador
1012134	37	RS	Santo Antônio das Missões	REVITALIZACAO COM EXECUCAO DE PASSEIOS PUBLICOS, COMPREENDENDO TRECHO DA AVENIDA FLORDUARTE JOSE MARQUES, ENTRE AS RUAS	245.850,00	245.850,00	PARALISADA	30/03/2016	Contato com CAIXA e tomador
1012187	56	SP	Dourado	PAISAGISMO (*)ACABAMENTO DE CANTEIROS CENTRAIS, JUNTO AOS ABRIGOS E AREAS AO LONGO DA INFRAESTRUTURA IMPLANTADA, PLANTIO	251.850,00	245.850,00	PARALISADA	31/12/2015	Contato com CAIXA e tomador
1005273	83	GO	Entre Rios de Minas	Construcao de calcadas no municipio de Crominia	252.615,68	245.850,00	PARALISADA	12/12/2016	Contato com CAIXA e tomador
1012069	53	RS	Bento Gonçalves	IMPLANTACAO DE PASSEIO PUBLICO, BAIRRO BARRACAO MUNICIPIO DE BENTO GONCALVESRS.	360.569,38	295.300,00	PARALISADA	30/05/2016	Contato com CAIXA e tomador

Fonte: SEMOB

<b>Nº Contrato</b>	<b>Proponente</b>	<b>UF</b>	<b>Objeto</b>	<b>Vigência de Investimento</b>	<b>Investimento</b>	<b>Tempo de paralisação e impactos</b>	<b>Providências adotadas para retomar a execução e resultados observados</b>
100355680	Pirangi	SP	MPLANTAÇÃO DE PASSEIO PUBLICO EM VARIAS VIAS DO MUNICIPIO	20/01/2017	R\$ 305.000,00	1 ano de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.
100444144	Itabaianinha	SE	Implantação de Praça Municipal.	31/11/2016	R\$ 295.300,00	1 mês de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.
100528031	Rio do Sul	SC	Obra integrada de Reabilitação Urbana	30/01/2016	R\$ 990.963,68	3 meses de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.

100556843	Taiobeiras	MG	Construção da Praça do Bairro Santo Cruzeiro	30/03/2016	R\$ 394.200,00	1 mês de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.
100563337	Paraná	RN	Urbanização da Entrada da Cidade de Paraná	10/04/2016	R\$ 254.454,75	3 meses de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.
100615238	Caetanópolis	MG	Reforma e urbanização da Praça Antonino Pinto Mascarenhas	30/06/2016	R\$ 404.000,14	3 meses de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.

100616483	Itirapina	SP	Construção, Reforma, Ampliação e Adequação de infraestrutura das praças públicas do Município de Itirapina, SP, localizadas em: - Bairro Jd. dos Indaiás: Sistema de Lazer - 3. - Bairro Jd. Gobbi: Sistema de Lazer - 1; Sistema de Lazer - 2; Sistema de Lazer - 3; Sistema de Lazer - 4; Sistema de Lazer - 5; Sistema de Lazer - 6. Sistemas de lazer sem qualquer tipo de construção/praças para utilização dos munícipes, será feita toda infraestrutura com colocação de piso intertravado, execução de guias/sarjetas e calçadas com rampas para acessibilidade, plantio de grama e árvores, colocação de lixeiras recicláveis e sinalização horizontal e vertical.	20/10/2017	R\$ 251.049,80	1 ano de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.
100618400	São João do Manteninha	MG	Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados.	30/05/2016	R\$ 502.962,00	3 meses de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.



100759788	Matão	SP	PLANEJAMENTO URBANO APLICADO NA REVITALIZAÇÃO E READEQUAÇÃO DA PRAÇA CENTRAL DRº LEONIDAS CALIGOLA BASTIA	30/04/2016	R\$ 265.850,00	3 meses de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.
100765019	Ribeirão Preto	SP	Reforma, Adequação de Praças e Calçadas no município de Ribeirão Preto.	30/05/2016	R\$ 394.200,00	1 mês de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.
100772367	Ribeirão Preto	SP	Reforma no Centro esportivo e lazer no bairro Avelino Alves Palma, no município de Ribeirão Preto	30/06/2016	R\$ 267.350,00	3 meses de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.

100774892	Santo Antônio do Itambé	MG	Reforma, restauração e adaptação do espaço do Mirante da Santa Cruz, no município de Santo Antonio do Itambé	30/03/2016	R\$ 250.767,00	3 meses de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.
100780248	Meleiro	SC	Implantação do Parque do Lago Municipal.	30/03/2016	R\$ 300.000,00	1 mês de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.
100782774	Santa Margarida	MG	Restauração da Praça Central do Distrito de Ribeirão de São Domingos	30/05/2016	R\$ 493.100,00	17 ano de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.

100785567	Botumirim	MG	Reforma das Praças na sede do Município de Botumirim.	30/03/2016	R\$ 253.109,24	18 ano de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.
100823529	Mucajaí	RR	URBANIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO DO ENTORNO DO IGARAPÉ SAMAÚMA NA SEDE DO MUNICÍPIO DE MUCAJAÍ - RR	24/09/2017	R\$ 863.586,01	1 mês de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.
100862747	Ribeirão Preto	SP	Cobertura de Quadra - Dom Miele, Jardim Paiva, no município de Ribeirão Preto	30/09/2016	R\$ 267.230,00	3 meses de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.

100906019	Pirajuba	MG	Requalificação do Parque de Exposições através de instalações de banheiros femininos e masculinos para o público e reforma do salão de eventos que fica dentro do Parque; e reforma das áreas verdes do Bairro Dourados III através de paisagismo.	22/07/2016	R\$ 250.955,45	22 ano de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.
100909306	Belford Roxo	RJ	REVITALIZAÇÃO DE PRAÇA NO BAIRRO WONA	16/09/2016	R\$ 1.076.484,00	1 mês de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.
100909799	Limoeiro d'Oeste	MG	Restauração, reforma e paisagismo da praça José Candido de Lima	30/09/2016	R\$ 450.000,00	24 ano de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.

100984834	Fátima	BA	Implantação dos canteiros centrais, junto as áreas ao longo da infraestrutura implantada, plantio de árvores e forrações e implantação de mobiliário urbano - bancos, lixeiras, iluminação e etc.	05/05/2017	R\$ 500.000,00	2 meses de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.
100984950	Bom Jesus de Goiás	GO	Ampliação de equipamento Público Comunitário voltado a Assistência ao Idoso e pessoas com deficiência, com uma área construída igual a 235,97 metros quadrados.	31/12/2016	R\$ 314.011,92	3 meses de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.
101005805	Santa Bárbara D'Oeste	SP	CONSTRUÇÃO DE BANHEIRO, ECOPONTO, COBERTURA DE CAMPO DE MALHA, MOBILIÁRIO URBANO E PAISAGISMO NA PRAÇA DO JD. SÃO FERNANDO (PISCINÃO)	07/06/2016	R\$ 358.297,00	3 meses de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.

101068478	Cerro Azul	PR	Reforma e adequação da Praça Monsenhor Celso	30/04/2016	R\$ 250.000,00	3 meses de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.
101082198	Itapajé	CE	Construção de Praça Pública no Distrito de Mulungu, no Município de Itapajé-CE	20/12/2016	R\$ 251.100,00	2 meses de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.
101160651	Riacho da Cruz	RN	Revitalização da Praça Francisco Mafaldo de Paiva e Urbanização da Rua Zeneida Regis de Paiva no Bairro Acampamento II, neste município.	10/04/2016	R\$ 250.000,00	5 meses de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.

101204046	Aguanil	MG	CONSTRUCAO DE PRACA NA AVENIDA DOLORES SILVA E REFORMA E REVITALIZACAO DA PRACA TIRADENTES.	30/04/2016	R\$ 245.850,00	3 meses de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.
101204301	Goianira	GO	Construção de praça pública	31/01/2017	R\$ 250.000,00	3 meses de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.
101204426	Silvianópolis	MG	REFORMAR, AMPLIAR E ADEQUAR, ESPACOS PUBLICOS MUNICIPAIS.	30/06/2016	R\$ 253.660,00	1 mês de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.

101205431	Jaguaquara	BA	Requalificação da Praça J.J Seabra, no Município de Jaguaquara	31/08/2017	R\$ 804.728,26	2 meses de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Em consulta ao SICONV havia a informação de que a prestação de contas estava sendo analisada pelo concedente, no caso a Caixa por ser a Mandatária da União.
101206181	Jacaré dos homens	AL	Restauração e Reforma de Praças	30/01/2016	R\$ 400.000,00	6 meses de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Em consulta ao SICONV havia a informação de que a prestação de contas já estava aprovada pelo concedente, no caso a Caixa por ser a Mandatária da União. Não havia outras informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.
101218756	Dourado	SP	Paisagismo Acabamento de canteiros centrais, junto aos abrigos e áreas ao longo da infraestrutura implantada, plantio de árvores e forrações e implantação de mobiliário urbano - bancos, lixeiras, iluminação na Avenida Marchador Br	01/01/2016	R\$ 2.518.450,00	3 meses de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos.



101227641	Jacaré dos homens	AL	Restauração e Reforma de Praças	30/01/2016	R\$ 533.670,35	6 meses de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.
101365353	Itabera	SP	CONSTRUCAO DE PRACA PUBLICA NA AREA URBANA DO MUNICIPIO	31/03/2017	R\$ 250.865,34	40 ano de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.
101375529	Tatuí	SP	OBRA INTEGRADA DE REABILITACAO URBANA COM IMPLANTACAO, REFORMA	30/06/2016	R\$ 265.850,00	41 ano de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.

101401664	Campo Florido	MG	CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE EVENTOS	28/06/2016	R\$ 408.146,82	3 meses de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.
101555748	Terra Boa	PR	CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA PÚBLICA COM CAMPO DE FUTEBOL SUÍÇO NO MUNICÍPIO DE TERRA BOA-PR.	30/09/2017	R\$ 295.274,51	1 mês de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.
102058112	Telêmaco Borba	PR	Revitalização de Praça Pública no Município de Telêmaco Borba - PR	30/08/2017	R\$ 266.788,65	1 mês de paralisação com impacto financeiro negativo para o tesouro público e prejuízos para o município	Foi enviado Ofício 011/2016/GAB/SNAPU/MCIDADES, em 11 de fevereiro de 2016, à Caixa Econômica Federal, solicitando informações referentes aos motivos que levaram ao atraso, paralisação e o não início na execução dos objetos de alguns contratos. Ainda não houve resposta da Caixa. Não há informações sobre o motivo da paralisação nos sistemas consultados pela área técnica do MCidades, quais sejam SICONV, SIURB e SACI.

Fonte: SNAPU



**MINISTÉRIO DAS CIDADES**  
Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental  
SAUS, Quadra 1, Lote 1/6, Bloco H, 3º andar, Sala 805  
Edifício Telemundi II - CEP 70070-010 - Brasília - DF  
Tel. (61) 2108-1762 - Fax (61) 2108-1144



Ofício n. **001747** /2014/SNSA/MCIDADES

Brasília, **18** de dezembro de 2014.

A Sua Senhoria o Senhor  
**ANTÔNIO CARLOS MONTES**  
Superintendente Nacional  
Superintendência Nacional de Repasses da Caixa Econômica Federal  
SBS Quadra 04, Lote 3/4, Ed. Matriz, 9º andar  
70092-900 - Brasília/DF

**Assunto: Contratos Transferências Voluntárias – Contratos com obras paralisadas, com mais de 90% de execução física.**  
Ref.: Processo n. 80120.000925/2011-94

Senhor Superintendente,

Informamos que, mediante consulta ao banco de dados “Validação”, disponibilizado com posição de **15.12.2014**, constatamos que 111 contratos, listados no **Anexo**, possuem mais de 90% de execução física e total do repasse já liberado, contudo não há lançamento de execução física há mais de 3 meses.

2. Assim, considerando o estágio adiantado das obras e dando continuidade à sistemática adotada pelo Ministério das Cidades na gestão dos contratos decorrentes de transferências voluntárias, solicitamos:

- notificar o proponente que o prazo limite para realização do último desembolso de recursos federais encerra-se em **30/04/2015**;
- caso não seja possível a conclusão da execução da obra até a data supracitada, promover o encerramento do contrato e instar o proponente a realizar a devolução dos recursos federais empregados em parcelas de obra sem funcionalidade, devidamente corrigidos na forma da legislação aplicável, assim como providenciar o recolhimento dos saldos e dos rendimentos ao Tesouro Nacional.

3. Salientamos que, caso o prazo e procedimentos acima mencionados não estejam em conformidade com as orientações determinadas para sanear apontamentos de Órgãos de Controle específicos, ou com decisões judiciais, em vigor, devem ser mantidos os prazos e procedimentos inicialmente estabelecidos e notificada a razão da inobservância das orientações deste expediente ao MCidades.

Atenciosamente,

  
**Osvaldo Garcia**

Secretário Nacional de Saneamento Ambiental

Anexo I

Contratos Transferências Voluntárias - Obras paralisadas

Fonte: "Validação" - Posição 15/12/2014

Ofício n. 0017/147 /2014/SNSA/MCIDADES

CONTRATO	UF	MUNICÍPIO	SIT CONTRATO	SIT OBRA	PERC EXEC	DT PERC	VLR REPASSE	VLR EMPENHO	VLR LIBERADO	VLR DESBLOQUEADO	DT ASSIN.	DT VIGEN
36851776	AL	Celidô do Nôia	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	97,58	201401	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 168.614,21	30/12/2011	19/04/2015
23677770	AL	Limoeiro de Anadia	EM SITUACAO NORMAL	PARALISADA	99,68	201410	R\$ 390.000,00	R\$ 390.000,00	R\$ 390.000,00	R\$ 303.713,47	31/12/2007	30/04/2014
31327644	AL	Ouro Branco	EM SITUACAO NORMAL	PARALISADA	99,07	201410	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 292.267,12	31/12/2009	15/01/2015
36902037	BA	Abaitira	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	91,61	201410	R\$ 493.100,00	R\$ 493.100,00	R\$ 493.100,00	R\$ 434.827,18	16/12/2011	30/04/2015
33176325	BA	João Dourado	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	97,74	201404	R\$ 493.100,00	R\$ 493.100,00	R\$ 493.100,00	R\$ 434.936,16	31/08/2010	05/05/2015
38836723	BA	Lepão	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	92,01	201407	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 264.181,57	21/12/2012	05/05/2015
39071463	BA	Nordestina	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	96,27	201404	R\$ 493.100,00	R\$ 493.100,00	R\$ 493.100,00	R\$ 394.480,00	19/10/2012	05/09/2015
37169313	BA	Rio Real	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	95,54	201404	R\$ 245.850,00	R\$ 245.850,00	R\$ 245.850,00	R\$ 200.382,54	30/12/2011	05/05/2015
33176439	BA	Sátiro Dias	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	98,84	201410	R\$ 641.450,00	R\$ 641.450,00	R\$ 641.450,00	R\$ 577.259,36	28/07/2010	05/05/2015
36590440	CE	Iguatu	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	95,9	201408	R\$ 2.965.600,00	R\$ 2.965.600,00	R\$ 2.965.600,00	R\$ 2.545.617,97	30/12/2011	30/12/2014
37032941	ES	Cachoeiro de Itapemirim	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	95,5	201312	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 279.268,15	28/12/2011	30/11/2014
36833352	GO	Anápolis	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	97,35	201406	R\$ 394.200,00	R\$ 394.200,00	R\$ 394.200,00	R\$ 354.780,00	28/12/2011	30/07/2015
29980542	MA	Imperatriz	EM SITUACAO NORMAL	OBRA FISICA CONCLUIDA	98,96	201403	R\$ 690.900,00	R\$ 690.900,00	R\$ 690.900,00	R\$ 668.259,48	22/12/2009	29/05/2015
25544660	MA	Nova Olinda do Maranhão	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	98,1	201310	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 154.363,34	30/06/2008	31/07/2015
37302456	MG	Bambuí	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	91,53	201411	R\$ 245.850,00	R\$ 245.850,00	R\$ 245.850,00	R\$ 218.661,40	28/12/2011	31/01/2015
38610397	MG	Camplina Verde	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	90,22	201408	R\$ 250.795,00	R\$ 250.795,00	R\$ 250.795,00	R\$ 226.195,46	31/12/2012	31/05/2015
37289597	MG	Carne do Paranaíba	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	99,93	201405	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 169.569,11	30/12/2011	31/12/2014
36904746	MG	Corinto	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	97,44	201407	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 176.749,34	28/12/2011	30/12/2014
37070534	MG	Ibiritoga	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	92,85	201409	R\$ 512.860,00	R\$ 512.860,00	R\$ 512.860,00	R\$ 476.840,77	30/12/2011	31/01/2015
36904955	MG	Ibajui	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	91,5	201404	R\$ 690.900,00	R\$ 690.900,00	R\$ 690.900,00	R\$ 621.311,60	23/12/2011	30/03/2015
36539270	MG	Iguatama	EM SITUACAO NORMAL	PARALISADA	93,48	201411	R\$ 394.200,00	R\$ 394.200,00	R\$ 394.200,00	R\$ 354.760,00	14/12/2011	28/02/2015
37168196	MG	Itaúna	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	99,17	201408	R\$ 245.850,00	R\$ 245.850,00	R\$ 245.850,00	R\$ 222.925,00	28/12/2011	31/12/2014
37290486	MG	Maravilhas	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	99,91	201408	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 63.946,83	28/12/2011	31/12/2014
37031959	MG	Maravilhas	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	95,89	201411	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 157.120,00	30/12/2011	31/12/2014
37290486	MG	Maravilhas	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	99,91	201408	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 86.267,82	30/12/2011	31/01/2015
36500660	MG	Riachinho	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	94,31	201403	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 86.267,82	30/12/2011	31/01/2015
26544236	MS	Cassilândia	EM SITUACAO NORMAL	PARALISADA	99,38	201410	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 251.458,82	22/12/2008	30/04/2015
31552944	MS	Glória de Dourados	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	99,79	201410	R\$ 493.100,00	R\$ 493.100,00	R\$ 493.100,00	R\$ 443.790,00	31/12/2009	30/03/2015
30853689	MS	Japorá	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	98,53	201411	R\$ 493.100,00	R\$ 493.100,00	R\$ 493.100,00	R\$ 441.465,46	31/12/2009	30/12/2014
38877016	MS	Nova Alvorada do Sul	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	97,6	201311	R\$ 987.600,00	R\$ 987.600,00	R\$ 987.600,00	R\$ 949.549,06	31/10/2012	30/10/2015
32662541	MT	Ilanhanga	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	97,5	201405	R\$ 987.600,00	R\$ 987.600,00	R\$ 987.600,00	R\$ 987.367,26	11/06/2010	31/12/2014
25220143	MT	Nova Guarita	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	99,77	201408	R\$ 493.100,00	R\$ 493.100,00	R\$ 493.100,00	R\$ 491.697,73	04/12/2008	30/12/2014
26907283	PA	Breves	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	96,38	201407	R\$ 1.383.200,00	R\$ 1.383.200,00	R\$ 1.383.200,00	R\$ 1.332.119,26	18/07/2008	15/01/2015
25574610	PB	São Bento	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	93,05	201311	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 84.869,50	31/12/2011	30/12/2014
37038660	PB	São Sebastião de Lagoa de Roca	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	99,07	201403	R\$ 493.100,00	R\$ 493.100,00	R\$ 493.100,00	R\$ 442.044,56	12/11/2008	31/03/2015
25575065	PE	Araró	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	99,87	201411	R\$ 493.100,00	R\$ 493.100,00	R\$ 493.100,00	R\$ 443.760,00	30/12/2011	30/12/2014
37463670	PE	Petrolina	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	99	201411	R\$ 493.100,00	R\$ 493.100,00	R\$ 493.100,00	R\$ 216.860,77	31/12/2012	31/12/2014
38795520	PI	Milton Brandão	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	95,16	201406	R\$ 245.850,00	R\$ 245.850,00	R\$ 245.850,00	R\$ 216.860,77	31/12/2012	31/12/2014
36533247	PR	Alto Piquiri	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	98,98	201411	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 236.240,00	19/12/2011	30/06/2015



Anexo I  
 Contratos Transferências Voluntárias - Obras paralisadas  
 Fonte: "Validação" - Posição 15/12/2014

CONTRATO	UF	MUNICIPIO	SIT CONTRATO	SIT OBRA	PERC EXEC	DT PERC	VLR REPASSE	VLR EMPENHO	VLR LIBERADO	VLR DESBLOQUEADO	DT ASSIN.	DT VIGEN
37241902	PR	Anahy	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	91,97	201411	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 70.926,51	28/12/2011	28/02/2015
36886105	PR	Camagalo	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	93,83	201411	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 274.579,98	31/12/2011	31/01/2015
37333402	PR	Centenário do Sul	EM SITUACAO NORMAL	PARALISADA	94,78	201412	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 73.985,87	30/12/2011	31/12/2014
37464478	PR	Francisco Alves	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	94,08	201404	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 84.246,56	30/12/2011	30/06/2015
38799832	PR	Mandaguari	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	97,73	201405	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 265.770,00	12/12/2012	30/03/2015
38793131	PR	Nova Esperança do Sudoeste	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	96,79	201410	R\$ 250.795,00	R\$ 250.795,00	R\$ 250.795,00	R\$ 218.511,45	11/12/2012	11/06/2015
38999855	PR	Paraisópolis do Norte	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	91,9	201311	R\$ 493.100,00	R\$ 493.100,00	R\$ 493.100,00	R\$ 246.550,00	19/09/2012	30/03/2015
33516750	PR	Santa Cruz de Monte Castelo	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	95,9	201401	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 88.380,00	11/11/2010	30/05/2015
29796889	PR	Teixeira Soares	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	98,42	201402	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 193.297,83	30/12/2009	30/10/2014
36592263	RJ	Cachoeiras de Macacu	EM SITUACAO NORMAL	PARALISADA	97,32	201411	R\$ 2.965.600,00	R\$ 2.965.600,00	R\$ 2.965.600,00	R\$ 2.790.498,02	23/12/2011	01/03/2015
37037107	RJ	Cachoeiras de Macacu	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	97,43	201408	R\$ 690.900,00	R\$ 690.900,00	R\$ 690.900,00	R\$ 621.810,00	27/12/2011	01/03/2015
32748798	RJ	Duas Barras	EM SITUACAO NORMAL	PARALISADA	98,64	201409	R\$ 171.875,00	R\$ 171.875,00	R\$ 171.875,00	R\$ 82.558,51	30/12/2010	28/01/2015
36843816	RN	Caicó	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	98,83	201405	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 263.352,04	31/12/2011	10/01/2015
37473248	RN	Jandúis	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	94,1	201408	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 78.983,08	30/12/2011	20/03/2015
38948068	RN	Pau dos Ferros	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	98,7	201312	R\$ 146.950,00	R\$ 146.950,00	R\$ 146.950,00	R\$ 130.755,11	30/12/2011	10/06/2015
37473684	RN	Parrópolis	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	98,68	201410	R\$ 394.200,00	R\$ 394.200,00	R\$ 394.200,00	R\$ 347.390,79	30/12/2011	20/01/2015
38621544	RN	Santa Cruz	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	96,71	201405	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 150.794,26	30/12/2011	10/12/2014
25599177	RN	Santa Maria	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	98,81	201410	R\$ 987.600,00	R\$ 987.600,00	R\$ 987.600,00	R\$ 865.945,58	08/11/2012	10/03/2015
30874621	RN	São José de Mipibu	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	97,81	201402	R\$ 245.850,00	R\$ 245.850,00	R\$ 245.850,00	R\$ 218.970,11	11/12/2008	10/12/2014
37476765	RO	Itaquá do Oeste	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	96,56	201411	R\$ 142.005,00	R\$ 142.005,00	R\$ 142.005,00	R\$ 127.162,75	31/12/2009	10/12/2014
32496895	RS	Pimenta Bueno	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	91,35	201410	R\$ 245.850,00	R\$ 245.850,00	R\$ 245.850,00	R\$ 196.680,00	31/12/2011	30/04/2015
34638348	RS	Araricá	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	99,26	201405	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 97.863,00	06/08/2010	30/04/2015
37433198	RS	Barra Funda	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	98,76	201407	R\$ 439.792,90	R\$ 439.792,90	R\$ 439.792,90	R\$ 395.486,53	31/12/2010	30/12/2014
37465735	RS	Capão Bonito do Sul	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	90	201411	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 88.380,00	30/12/2011	30/12/2014
37221653	RS	Ibarama	EM SITUACAO NORMAL	PARALISADA	98,17	201412	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 147.300,00	28/12/2011	27/05/2015
39049516	RS	Jacullinga	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	91,99	201408	R\$ 250.795,00	R\$ 250.795,00	R\$ 250.795,00	R\$ 243.672,17	28/12/2012	30/05/2015
36446727	RS	Novo Hamburgo	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	98,76	201407	R\$ 122.225,00	R\$ 122.225,00	R\$ 122.225,00	R\$ 110.002,50	30/12/2011	30/03/2015
38928883	RS	Rodeia Bonito	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	98,17	201412	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 147.300,00	28/12/2011	27/05/2015
36578892	RS	São José do Ouro	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	91,99	201408	R\$ 250.795,00	R\$ 250.795,00	R\$ 250.795,00	R\$ 243.672,17	28/12/2012	30/05/2015
39013667	RS	São José do Sul	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	90,81	201401	R\$ 146.950,00	R\$ 146.950,00	R\$ 146.950,00	R\$ 132.255,00	30/12/2011	30/12/2014
36893357	RS	São Lourenço do Sul	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	95,33	201405	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 88.200,00	30/12/2011	31/03/2015
39003101	RS	Três Passos	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	97,19	201408	R\$ 344.750,00	R\$ 344.750,00	R\$ 344.750,00	R\$ 172.375,00	24/10/2012	30/12/2014
32617483	SC	Antópolis	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	90,38	201411	R\$ 146.950,00	R\$ 146.950,00	R\$ 146.950,00	R\$ 132.810,76	30/12/2011	31/12/2014
37040383	SC	Brunópolis	EM SITUACAO NORMAL	PARALISADA	95,06	201408	R\$ 690.900,00	R\$ 690.900,00	R\$ 690.900,00	R\$ 621.809,71	19/11/2012	28/02/2015
37223360	SC	Brunópolis	EM SITUACAO NORMAL	PARALISADA	98,88	201408	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 196.114,44	29/10/2010	31/12/2014
37081782	SC	Fornosa do Sul	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	92,73	201410	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 157.119,07	27/12/2011	27/03/2015
3369520	SC	Itajaí	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	98,87	201409	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 86.201,83	29/12/2011	29/03/2015
38614827	SC	Lauro Müller	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	96	201412	R\$ 1.976.600,00	R\$ 1.976.600,00	R\$ 1.976.600,00	R\$ 1.452.444,30	15/09/2010	30/12/2016
38622122	SC	Lauro Müller	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	91,88	201409	R\$ 285.410,00	R\$ 285.410,00	R\$ 285.410,00	R\$ 142.705,00	14/12/2012	30/06/2015
					93,88	201411	R\$ 344.750,00	R\$ 344.750,00	R\$ 344.750,00	R\$ 310.275,00	14/12/2012	28/02/2015

Anexo I  
 Contratos Transferências Voluntárias - Obras paralisadas  
 Fonte: "Validação" - Posição 15/12/2014

CONTRATO	UF	MUNICÍPIO	SIT CONTRATO	SIT OBRA	PERC EXEC	DT PERC	VLR REPASSE	VLR EMPENHO	VLR LIBERADO	VLR DESBLOQUEADO	DT ASSIN.	DT VIGEN
36944565	SC	Luiz Alves	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	95,76	201410	R\$ 542.550,00	R\$ 542.550,00	R\$ 542.550,00	R\$ 469.802,35	29/12/2011	30/05/2015
37291171	SC	Paial	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	98,12	201407	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	29/12/2011	29/03/2015
31280856	SC	Pomerode	EM SITUACAO NORMAL	PARALISADA	97,57	201410	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 233.598,36	31/12/2009	30/04/2015
32456809	SC	Pomerode	EM SITUACAO NORMAL	PARALISADA	96,72	201410	R\$ 1.674.955,00	R\$ 1.674.955,00	R\$ 1.674.955,00	R\$ 1.507.459,60	19/07/2010	31/01/2015
39008774	SC	São Carlos	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	99,29	201410	R\$ 245.850,00	R\$ 245.850,00	R\$ 245.850,00	R\$ 245.850,00	18/12/2012	18/08/2015
36578381	SC	Tubarão	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	93,94	201411	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 75.740,67	30/12/2011	31/08/2015
25780771	SC	Tubarão	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	96,36	201411	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 81.177,39	31/07/2008	30/05/2015
36778320	SE	Areia Branca	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	98,52	201405	R\$ 493.100,00	R\$ 493.100,00	R\$ 493.100,00	R\$ 331.952,75	30/12/2011	30/12/2014
30969420	SE	Itabaiana	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	97,19	201405	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	31/12/2009	29/01/2015
30969649	SE	Itabaiana	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	96,01	201405	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 90.000,00	31/12/2009	29/01/2015
37041411	SE	Itabaiana	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	98,23	201310	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	18/12/2011	28/02/2015
38611963	SE	Itabaiana	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	93,65	201408	R\$ 245.850,00	R\$ 245.850,00	R\$ 245.850,00	R\$ 211.590,82	31/12/2012	31/05/2015
36590888	SP	Adolfo	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	90,22	201310	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 149.685,12	30/12/2011	20/12/2014
37073935	SP	Anhembi	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	93,35	201309	R\$ 493.100,00	R\$ 493.100,00	R\$ 493.100,00	R\$ 443.790,00	29/12/2011	20/06/2015
36640183	SP	Albaida	EM SITUACAO NORMAL	PARALISADA	96,64	201410	R\$ 655.349,96	R\$ 690.900,00	R\$ 655.349,96	R\$ 589.814,96	23/12/2011	23/12/2015
37277635	SP	Bebedouro	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	94,81	201405	R\$ 987.600,00	R\$ 987.600,00	R\$ 987.600,00	R\$ 754.405,36	30/12/2011	20/03/2016
37337509	SP	Embu das Artes	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	91,88	201408	R\$ 592.000,00	R\$ 592.000,00	R\$ 592.000,00	R\$ 541.716,68	28/12/2011	31/01/2016
36723030	SP	Espirito Santo do Pinhal	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	97,26	201401	R\$ 146.950,00	R\$ 146.950,00	R\$ 146.950,00	R\$ 117.560,00	28/12/2011	29/04/2015
36649605	SP	Flórida Paulista	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	98,11	201311	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 86.380,00	28/12/2011	05/04/2015
36647912	SP	Itapura	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	90,06	201405	R\$ 146.950,00	R\$ 146.950,00	R\$ 146.950,00	R\$ 122.336,78	28/12/2011	05/05/2015
32614425	SP	Jales	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	95,07	201312	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ -	22/11/2010	20/03/2015
37435920	SP	Jales	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	90	201312	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ -	30/12/2011	20/03/2015
32607157	SP	Juquiá	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	97,89	201404	R\$ 146.950,00	R\$ 146.950,00	R\$ 146.950,00	R\$ 132.122,07	31/12/2010	18/12/2014
36451611	SP	Nova Independência	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	90	201402	R\$ 142.005,00	R\$ 142.005,00	R\$ 142.005,00	R\$ 125.193,60	14/12/2011	05/02/2015
37295381	SP	Nova Independência	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	99,03	201410	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 78.927,99	29/12/2011	08/04/2015
38783900	SP	Pirangi	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	95,39	201409	R\$ 245.850,00	R\$ 245.850,00	R\$ 245.850,00	R\$ -	31/12/2012	20/11/2015
36482003	SP	Rio Claro	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	91,69	201406	R\$ 391.483,58	R\$ 391.483,58	R\$ 391.483,58	R\$ 352.335,23	29/12/2011	20/11/2014
37301764	SP	São Vicente	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL	99,25	201410	R\$ 2.771.215,27	R\$ 2.771.215,27	R\$ 2.771.215,27	R\$ 2.434.302,46	11/11/2011	30/11/2014
39008556	SP	Tanabi	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	92,6	201404	R\$ 196.400,00	R\$ 179.319,53	R\$ 196.400,00	R\$ 158.199,88	31/12/2011	31/12/2014
32389205	TO	Chapada da Natividade	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	99,55	201407	R\$ 250.795,00	R\$ 250.795,00	R\$ 250.795,00	R\$ 160.298,67	31/12/2012	20/04/2015
36893911	TO	Diamópolis	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA	98,69	201406	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 169.924,80	27/05/2010	27/03/2015
TOTAL		111 contratos		NORMAL	96,26	201410	R\$ 46.169.476,71	R\$ 46.169.476,28	R\$ 46.169.476,71	R\$ 39.452.357,46		





**MINISTÉRIO DAS CIDADES**  
 Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental  
 SAUS, Quadra 1, Lote 1/6, Bloco H, 8º andar, Sala 805  
 Edifício Telemundi II - CEP 70070-010 - Brasília - DF  
 Tel. (61) 2108-1762 - Fax (61) 2108-1144



Ofício nº 000843 /2015/SNSA/MCIDADES

Brasília, 03 de julho de 2015.

A Sua Senhoria o Senhor  
**JÚLIO CÉSAR PAIXÃO LOPES**  
 Superintendente Nacional  
 Superintendência Nacional de Repasses da Caixa Econômica Federal  
 SBS Quadra 04, Lote 3/4, Ed. Matriz, 9º andar  
 70092-900 - Brasília/DF

1434

**GELEV**

JULIO CESAR PAIXÃO LOPES  
 Superintendente Nacional  
 Matr. 062.779 - 9  
 SN 1 - Superintendência de Recursos Públicos  
 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

**Assunto: Contratos Transferências Voluntárias - Contratos com obras paralisadas, com mais de 90% de execução física.**  
 Ref.: Processo n. 80120.000925/2011-94

Senhor Superintendente,

1. Referimo-nos ao Ofício nº 1747/2014/SNSA/MCIDADES, de 18.12.2014, no qual solicitamos providências dessa Mandatária em relação a 111 contratos que se encontravam, à época, com mais de 90% de execução física e total do repasse já liberado, porém sem lançamento de execução física há mais de 3 meses.
2. Constatamos que, dos 111 contratos, 77 tiveram suas obras concluídas, e que os demais não tiveram evolução no percentual de execução, sendo que 20 estão com obras atrasadas, 7 normais e 7 paralisadas.
3. Diante do exposto, expirado o prazo para a realização do último desembolso, solicitamos adotar as providências cabíveis para o encerramento dos 34 contratos que permanecem na mesma situação de dezembro/14.
4. No caso de contratos cujas etapas de obras não possuam funcionalidade, solicitamos instar o proponente a promover a devolução dos recursos federais empregados, devidamente corrigidos na forma da legislação aplicável.

Atenciosamente,

**PAULO FERREIRA**

Secretário Nacional de Saneamento Ambiental

14 de 07 de 15  
 Carvalho

1849 8015  
 13 15  
 g... ..

Anexo I  
 Contratos Transfêrencias Voluntárias - Obras paralisadas (>90% execução)  
 Fonte: "Validação" - Posição 2/16/2015

CONTRATO	UF	MUNICÍPIO	ST OBRA		PERC EXEC.		SIT CONTRATO		VL RREPASSE	VL R LIMPEZA	VL R LIBERADO	VL R DESEMBOLSADO	DT ASSIN.	DT VIGEN.
			1 - Paralisação	2 - Paralisação	1 - 02/2015	2 - 02/2015	1 - 02/2015	2 - 02/2015						
0386517	76	AL	Colete do Nôla	ATRASADA	ATRASADA	97,58	97,6	NORMAL	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 168.614,21	30/12/2011	16/10/2015
0313276	44	AL	Quero Branco	PARALISADA	PARALISADA	99,07	99,1	NORMAL	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 292.267,12	31/12/2008	15/01/2016
0365604	40	CE	Iguatu	ATRASADA	PARALISADA	95,9	95,9	NORMAL	R\$ 2.965.600,00	R\$ 2.965.600,00	R\$ 2.965.600,00	R\$ 2.545.617,97	30/12/2011	30/12/2015
0370328	41	ES	Cachoeira de Itapemirim	NORMAL	NORMAL	95,5	95,5	NORMAL	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 279.266,15	28/12/2011	01/04/2015
0366333	52	GO	Anápolis	ATRASADA	ATRASADA	97,35	97,4	NORMAL	R\$ 394.200,00	R\$ 394.200,00	R\$ 394.200,00	R\$ 354.786,00	28/12/2011	30/07/2015
0255446	60	MA	Nova Olinda do Maranhão	ATRASADA	ATRASADA	98,1	98,1	NORMAL	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 154.363,34	30/08/2008	31/07/2015
0389047	46	MG	Corinto	NORMAL	NORMAL	97,44	97,4	NORMAL	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 178.749,34	28/12/2011	30/07/2015
0370319	59	MG	Maravilhas	ATRASADA	ATRASADA	95,89	95,9	NORMAL	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 251.458,82	22/12/2008	30/05/2016
0265442	36	MS	Cassilândia	PARALISADA	PARALISADA	99,38	99,4	NORMAL	R\$ 987.600,00	R\$ 987.600,00	R\$ 987.600,00	R\$ 948.549,06	31/10/2012	30/10/2015
0386770	16	MS	Nova Alvorada do Sul	NORMAL	NORMAL	97,8	97,8	NORMAL	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 271.519,96	30/04/2008	30/06/2015
0252201	43	MT	Nova Guarita	NORMAL	NORMAL	91,98	92	NORMAL	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 84.869,50	31/12/2011	30/06/2015
0370305	60	PB	São Sebastião de Lagoa de Róça	NORMAL	NORMAL	93,05	93	NORMAL	R\$ 493.100,00	R\$ 493.100,00	R\$ 493.100,00	R\$ 442.044,56	12/11/2008	31/07/2015
0255750	65	PE	Afrânio	ATRASADA	ATRASADA	99,99	100	NORMAL	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 263.352,04	30/12/2011	28/05/2015
0374636	70	PE	Petrolina	ATRASADA	ATRASADA	98,83	98,8	NORMAL	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 88.200,00	31/12/2011	10/08/2015
0366438	16	RN	Celso	ATRASADA	ATRASADA	94,1	94,1	NORMAL	R\$ 245.850,00	R\$ 245.850,00	R\$ 245.850,00	R\$ 218.070,11	11/12/2008	10/09/2015
0374732	45	RN	Jardim	ATRASADA	ATRASADA	97,81	97,8	NORMAL	R\$ 245.850,00	R\$ 245.850,00	R\$ 245.850,00	R\$ 198.680,00	31/12/2011	30/11/2015
0256991	77	RN	Santa Maria	ATRASADA	ATRASADA	91,35	91,4	NORMAL	R\$ 439.792,90	R\$ 439.792,90	R\$ 439.792,90	R\$ 395.488,53	31/12/2010	30/12/2015
0374767	65	RO	Itaquã do Oeste	ATRASADA	ATRASADA	99,26	99,3	NORMAL	R\$ 122.225,00	R\$ 122.225,00	R\$ 122.225,00	R\$ 110.002,50	30/12/2011	30/09/2015
0374657	35	RS	Capão Bonito do Sul	ATRASADA	ATRASADA	98,76	98,8	NORMAL	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 88.200,00	30/12/2011	30/06/2015
0365768	92	RS	São José do Ouro	ATRASADA	ATRASADA	95,33	95,3	NORMAL	R\$ 1.976.600,00	R\$ 1.976.600,00	R\$ 1.976.600,00	R\$ 1.452.444,30	15/08/2010	30/12/2016
0338886	20	SC	Itajaí	PARALISADA	PARALISADA	97,57	97,6	NORMAL	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 233.598,36	31/12/2009	31/07/2015
0312808	56	SC	Pomerode	PARALISADA	PARALISADA	96,72	96,7	NORMAL	R\$ 1.674.955,00	R\$ 1.674.955,00	R\$ 1.674.955,00	R\$ 1.507.459,50	16/07/2010	31/07/2015
0324568	09	SC	Pomerode	PARALISADA	PARALISADA	96,72	96,7	NORMAL	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 81.177,39	31/07/2008	30/05/2015
0267807	71	SC	União	NORMAL	NORMAL	96,38	96,4	NORMAL	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 149.885,12	30/12/2011	20/06/2015
0365908	88	SP	Adolfo	ATRASADA	ATRASADA	90,22	90,2	NORMAL	R\$ 493.100,00	R\$ 493.100,00	R\$ 493.100,00	R\$ 443.790,00	28/12/2011	30/05/2015
0370739	35	SP	Araricá	NORMAL	NORMAL	90,35	90,4	NORMAL	R\$ 987.600,00	R\$ 987.600,00	R\$ 987.600,00	R\$ 754.405,38	30/12/2010	20/03/2016
0372776	35	SP	Bebedouro	ATRASADA	ATRASADA	94,81	94,8	NORMAL	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	22/11/2010	30/06/2015
0326144	25	SP	Jales	ATRASADA	ATRASADA	95,07	95,1	NORMAL	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 132.122,07	31/12/2010	16/03/2015
0374359	20	SP	Jales	ATRASADA	ATRASADA	97,98	97,9	NORMAL	R\$ 146.950,00	R\$ 146.950,00	R\$ 146.950,00	R\$ 196.199,88	31/12/2011	31/01/2015
0326071	57	SP	Juquá	ATRASADA	ATRASADA	92,5	92,6	NORMAL	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 169.924,80	27/05/2010	27/03/2015
0373017	64	SP	São Vicente	ATRASADA	PARALISADA	98,69	98,7	NORMAL	R\$ 592.000,00	R\$ 592.000,00	R\$ 592.000,00	R\$ 532.816,85	23/12/2011	31/08/2015
0323962	05	TO	Chapada da Naatividade	ATRASADA	ATRASADA	98,28	98,3	NORMAL	R\$ 16.174.342,43	R\$ 16.174.342,43	R\$ 16.174.342,43	R\$ 13.540.289,82		
0368839	11	TO	Dianópolis	NORMAL	NORMAL									
TOTAL									R\$ 16.191.422,90	R\$ 16.174.342,43	R\$ 16.191.422,80			







**MINISTÉRIO DAS CIDADES**  
Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental  
SAUS, Quadra 1, Lote 1/6, Bloco H, 8º andar, Sala 805  
Edifício Telemundi II - CEP 70070-010 - Brasília - DF  
Tel. (61) 2108-1762 - Fax (61) 2108-1144

Ofício nº **002213** /2015/SNSA/MCIDADES

Brasília, **30** de dezembro de 2015.

A Sua Senhoria o Senhor  
**LUIZ ALBERTO NOZAKI SUGAHARA**  
Superintendente Nacional  
Superintendência Nacional de Transferência de Recursos Públicos da Caixa Econômica Federal  
SBS Quadra 04, Lote 3/4, Ed. Matriz, 9º andar  
70092-900 - Brasília/DF


**Assunto: Contratos com obras paralisadas, mais de 90% de execução física e total de repasse liberado (Transferências Voluntárias) – 2º Comunicado.**  
Ref.: Processo n. 80120.000925/2011-94

Senhor Superintendente,

1. Dando continuidade à sistemática adotada pelo Ministério das Cidades de gestão dos contratos decorrentes de transferências voluntárias, em especial, dos contratos com obras paralisadas, referimo-nos aos contratos abordados nos seguintes expedientes:
  - Ofício nº 883/2013/DDCOT/SNSA/MCIDADES, de 24.6.2013;
  - Ofício nº 1781/2013/DDCOT/SNSA/MCIDADES, de 19.12.2013;
2. Em consulta ao banco de dados “Validação”, disponibilizado com posição de 17.12.2015, constatamos que **27 contratos** referenciados nos Ofícios supramencionados (cerca de R\$ 37,8 milhões de valor de repasse), cujas obras possuem mais de 90% de execução física e total do repasse já liberado em conta vinculada, não apresentaram evolução física e também não foram encerrados, conforme anexo.
3. De acordo com os referidos documentos, esta SNSA solicitou que a CAIXA concedesse prazo para que os tomadores efetuassem o último desbloqueio e posteriormente procedesse com o encerramento dos contratos.
4. Diante do exposto, expirados os prazos para os últimos desbloqueios, solicitamos providências para o encerramento dos 27 contratos listados no anexo. No caso de contratos cujas etapas de obras não possuam funcionalidade, solicitamos instar o proponente a promover a devolução dos recursos federais empregados, devidamente corrigidos na forma da legislação aplicável.
5. Em caso de insucesso das providências supracitadas, solicito ainda desde já a instauração da competente Tomada de Contas Especial (TCE).

6. Salientamos que, caso os prazos e procedimentos acima mencionados não estejam em conformidade com as orientações determinadas para sanear apontamentos de Órgãos de Controle específicos, ou com decisões judiciais, em vigor, devem ser mantidos os prazos e procedimentos inicialmente estabelecidos e notificada a razão da inobservância das orientações deste expediente ao MCidades.

Atenciosamente,



**VALDECI MEDEIROS**  
Gerente de Projeto

ANEXO

Ofício nº 0022-13/2015/SNSA/MCIDADES

Contratos transferências voluntárias - Obras paralisadas acima de 90% de execução - 2º Comunicado  
Fonte: Validação - Posição 17.12.2015

PT_DV	UF	MUNICIPIO	SIT CONTRATO	SIT OBRA	PERC EXEC	DT PERC EXEC	SITUAÇÃO DESDE	VLR REPASSE	VLR LIBERADO	DESBLOQUEADO	DT ASSINATURA	DT VIGÊNCIA
029601179	AL	Campestre	NORMAL	PARALISADA	95,94	201410	200812	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 170.005,04	31/12/2009	30/05/2014
027445355	AL	Paulo Jacinto	NORMAL	PARALISADA	97,15	201410	200812	R\$ 293.915,40	R\$ 293.915,40	R\$ 251.040,84	26/12/2008	30/06/2015
030797140	AL	Paulo Jacinto	NORMAL	PARALISADA	95	201410	200912	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 170.496,29	31/12/2009	31/12/2013
025785455	BA	Rafael Jambeiro	NORMAL	NORMAL	98,52	201310	200811	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 125.555,12	18/11/2008	11/05/2016
037288883	CE	Massapé	NORMAL	PARALISADA	99,8	201512	201405	R\$ 987.600,00	R\$ 987.600,00	R\$ 819.537,85	30/12/2011	21/06/2016
026054453	GO	Bonfinópolis	NORMAL	PARALISADA	99,91	201511	200807	R\$ 987.600,00	R\$ 987.600,00	R\$ 772.173,22	03/07/2008	30/04/2016
027834292	GO	Goianita	NORMAL	PARALISADA	91,75	201509	200812	R\$ 13.344.000,91	R\$ 13.344.000,91	R\$ 11.893.031,99	31/12/2008	31/12/2015
037191938	MA	Primeira Cruz	NORMAL	NORMAL	99,66	201503	201503	R\$ 295.300,00	R\$ 295.300,00	R\$ 253.600,58	30/12/2011	30/09/2016
022973842	MG	Rio Manso	NORMAL	ATRASADA	95,23	201212	200712	R\$ 292.500,00	R\$ 292.500,00	R\$ 206.091,05	31/12/2007	30/01/2016
024657652	MS	Coxim	NORMAL	ATRASADA	90,36	201511	200712	R\$ 443.650,00	R\$ 443.650,00	R\$ 397.827,98	31/12/2007	27/10/2016
025570726	MS	Sonora	NORMAL	ATRASADA	98,18	201305	200812	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 191.777,26	30/12/2008	30/11/2013
024183571	MT	Campo Novo do Parecis	NORMAL	NORMAL	96,51	201112	201112	R\$ 394.200,00	R\$ 394.200,00	R\$ 266.400,36	31/12/2007	31/12/2015
018572888	MT	Chapada dos Guimarães	NORMAL	PARALISADA	92,45	201505	200512	R\$ 146.250,00	R\$ 146.250,00	R\$ 117.874,32	22/12/2005	30/09/2013
024200880	MT	Juscimeira	NORMAL	PARALISADA	94,45	201504	200512	R\$ 344.750,00	R\$ 344.750,00	R\$ 308.145,52	31/12/2007	30/06/2016
018847262	MT	Várzea Grande	NORMAL	PARALISADA	90,41	201208	200512	R\$ 975.000,00	R\$ 975.000,00	R\$ 920.929,05	30/12/2005	30/06/2016
018892861	PB	Esperança	NORMAL	ATRASADA	94,91	201304	200512	R\$ 1.170.000,00	R\$ 1.170.000,00	R\$ 1.054.205,23	31/12/2005	30/12/2013
017950344	PB	Riachão do Bacamarte	NORMAL	NORMAL	97,55	201511	200712	R\$ 136.500,00	R\$ 136.500,00	R\$ 122.900,72	29/12/2005	30/03/2016
024622839	PE	Calçado	NORMAL	PARALISADA	95,41	201511	200712	R\$ 196.400,00	R\$ 196.400,00	R\$ 145.957,02	31/12/2007	30/05/2012
024374854	PE	Carnaíba	NORMAL	PARALISADA	95,41	201511	200712	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 38.301,26	31/12/2007	30/10/2013
029964604	PR	Jaguariaíva	SOB LIMINAR	ATRASADA	90,44	201508	201003	R\$ 493.100,00	R\$ 493.100,00	R\$ 474.368,81	22/03/2010	30/01/2016
031473514	RR	Mucajal	NORMAL	OBRA FISICA CONCLUIDA	99,5	201401	200912	R\$ 14.765.469,28	R\$ 14.765.469,28	R\$ 14.474.110,41	31/12/2009	31/12/2015
030120976	RS	Barra do Ribeiro	NORMAL	NORMAL	97,57	201510	201207	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ -	31/12/2009	30/12/2013
025609104	RS	Rolante	NORMAL	ATRASADA	97,15	201206	200812	R\$ 146.950,00	R\$ 146.950,00	R\$ 129.243,41	18/12/2008	30/06/2016
034805511	SP	Anhumas	NORMAL	ATRASADA	99,4	201404	201012	R\$ 98.200,00	R\$ 98.200,00	R\$ 87.703,30	31/12/2010	02/04/2016
031556718	SP	Miracatu	NORMAL	PARALISADA	97,68	201507	200912	R\$ 443.650,00	R\$ 443.650,00	R\$ 432.899,04	31/12/2009	31/05/2016
028042644	TO	Collinas do Tocantins	NORMAL	ATRASADA	96,36	201207	200812	R\$ 493.100,00	R\$ 493.100,00	R\$ 442.264,90	31/12/2008	30/11/2016
032610551	TO	Miranorte	NORMAL	ATRASADA	93,11	201306	201006	R\$ 394.200,00	R\$ 394.200,00	R\$ 319.030,24	10/06/2010	31/08/2016
<b>TOTAL 27 contratos</b>								<b>R\$ 37.824.335,59</b>	<b>R\$ 37.824.335,59</b>	<b>R\$ 34.585.470,81</b>		

# **ANEXO II**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS**

**PELA LEI 4.320/64**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 10/03/2016 PAGINA 11

SUBTÍTULO 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>17.408.733.035,12</b>	<b>15.712.970.406,70</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.059.918.133,98</b>	<b>1.146.657.088,97</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	39.649.913,78	1.103.146.530,97	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	2.180,79
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	66.298.160,41	85.944.392,29
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	266,47
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	993.619.973,57	1.060.710.249,42
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	17.368.850.230,97	14.609.542.753,57			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	232.890,37	281.122,16			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>37.660.393.332,06</b>	<b>29.069.821.759,75</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	37.638.682.925,84	29.050.893.489,11	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	37.638.682.925,84	29.050.893.489,11	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	37.638.682.925,84	29.050.893.489,11	Provisões de Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-	-	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>1.059.918.133,98</b>	<b>1.146.657.088,97</b>
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-			
Estoques	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
<b>Investimentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>Patrimônio Social e Capital Social</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Participações Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-	Reservas de Capital	-	-
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Reservas	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Resultados Acumulados	54.009.208.233,20	43.636.135.077,48
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado do Exercício	10.373.073.155,72	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	43.636.135.077,48	43.636.135.077,48
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	<b>(-) Ações / Cotas em Tesouraria</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>54.009.208.233,20</b>	<b>43.636.135.077,48</b>
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 10/03/2016 PAGINA 11

SUBTÍTULO 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
<b>Imobilizado</b>	<b>20.982.958,24</b>	<b>18.200.822,66</b>			
Bens Móveis	16.204.415,79	13.422.280,21			
Bens Móveis	16.204.415,79	13.422.280,21			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	4.778.542,45	4.778.542,45			
Bens Imóveis	4.778.542,45	4.778.542,45			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
<b>Intangível</b>	<b>727.447,98</b>	<b>727.447,98</b>			
Softwares	727.447,98	727.447,98			
Softwares	727.447,98	727.447,98			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>					
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>55.069.126.367,18</b>	<b>44.782.792.166,45</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>55.069.126.367,18</b>	<b>44.782.792.166,45</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>932.018.238,33</b>	<b>36.425.306.080,34</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>16.645.841.838,35</b>	<b>79.761.053.366,88</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>54.137.108.128,85</b>	<b>8.357.486.086,11</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>-</b>	<b>-53.033.406.343,83</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>38.423.284.528,83</b>	<b>18.055.145.143,40</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>24.871.160,57</b>	<b>24.402.877,03</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>13.647.331.872,86</b>	<b>14.803.790.240,67</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 11/03/2016 PAGINA 11

SUBTÍTULO 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Execução dos Atos Potenciais Ativos	24.871.160,57	24.402.877,03	Execução dos Atos Potenciais Passivos	13.647.331.872,86	14.803.790.240,67
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	17.866.390,08	15.943.480,58	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	6.578.979,55	8.033.605,51	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	13.580.906.354,39	14.714.923.551,78
Direitos Contratuais a Executar	425.790,94	425.790,94	Obrigações Contratuais a Executar	66.425.518,47	88.866.688,89
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>24.871.160,57</b>	<b>24.402.877,03</b>	<b>TOTAL</b>	<b>13.647.331.872,86</b>	<b>14.803.790.240,67</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-15.188.111.290,13</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-525.712.309,89</b>
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-113.031.737,54
Operação de Crédito	-290.110.402,95
Alienação de Bens e Direitos	-3.554.457,15
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-1.000.236.303,95
Outros Recursos Vinculados a Fundos	881.220.591,70
<b>TOTAL</b>	<b>-15.713.823.600,02</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 11/03/2016 PAGINA 21

SUBTÍTULO 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	-	-	<b>486.182.637,40</b>	<b>486.182.637,40</b>
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	-	-	<b>211,92</b>	<b>211,92</b>
Receitas Imobiliárias	-	-	211,92	211,92
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receitas Agropecuárias</b>	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
<b>Receitas Industriais</b>	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	-	-	<b>186,52</b>	<b>186,52</b>
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	-	-	<b>486.182.238,96</b>	<b>486.182.238,96</b>
Multas e Juros de Mora	-	-	1.083.712,26	1.083.712,26
Indenizações e Restituições	-	-	460.239.622,35	460.239.622,35
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	24.858.904,35	24.858.904,35
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>10.912.498,00</b>	<b>10.912.498,00</b>	-	<b>-10.912.498,00</b>





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 11/03/2016 PAGINA 31

SUBTÍTULO 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>Operações de Crédito</b>	<b>10.912.498,00</b>	<b>10.912.498,00</b>	-	<b>-10.912.498,00</b>
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	10.912.498,00	10.912.498,00	-	-10.912.498,00
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>10.912.498,00</b>	<b>10.912.498,00</b>	<b>486.182.637,40</b>	<b>475.270.139,40</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Internas</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Externas</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>10.912.498,00</b>	<b>10.912.498,00</b>	<b>486.182.637,40</b>	<b>475.270.139,40</b>
<b>DÉFICIT</b>	-	-	<b>20.102.424.373,46</b>	<b>20.102.424.373,46</b>
<b>TOTAL</b>	<b>10.912.498,00</b>	<b>10.912.498,00</b>	<b>20.588.607.010,86</b>	<b>20.577.694.512,86</b>
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	<b>9.508.906.525,00</b>	<b>9.508.906.525,00</b>	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	259.786.000,00	259.786.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	8.989.334.525,00	8.989.334.525,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	259.786.000,00	259.786.000,00	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 11/03/2016	PÁGINA 41
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	56000 - MINISTERIO DAS CIDADES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>6.126.808.064,00</b>	<b>14.325.032.645,00</b>	<b>11.616.646.009,03</b>	<b>11.050.193.961,09</b>	<b>11.050.193.961,09</b>	<b>2.708.386.635,97</b>
Pessoal e Encargos Sociais	44.336.407,00	52.125.754,00	48.908.819,39	47.463.517,73	47.463.517,73	3.216.934,61
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	6.082.471.657,00	14.272.906.891,00	11.567.737.189,64	11.002.730.443,36	11.002.730.443,36	2.705.169.701,36
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>24.673.772.799,00</b>	<b>20.236.346.309,00</b>	<b>8.971.961.001,83</b>	<b>4.770.396.529,29</b>	<b>4.770.396.529,29</b>	<b>11.264.385.307,17</b>
Investimentos	10.678.927.437,00	9.756.470.019,00	3.956.961.001,83	326.907.639,24	326.907.639,24	5.799.509.017,17
Inversões Financeiras	13.994.845.362,00	10.479.876.290,00	5.015.000.000,00	4.443.488.890,05	4.443.488.890,05	5.464.876.290,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>30.800.580.863,00</b>	<b>34.561.378.954,00</b>	<b>20.588.607.010,86</b>	<b>15.820.590.490,38</b>	<b>15.820.590.490,38</b>	<b>13.972.771.943,14</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>30.800.580.863,00</b>	<b>34.561.378.954,00</b>	<b>20.588.607.010,86</b>	<b>15.820.590.490,38</b>	<b>15.820.590.490,38</b>	<b>13.972.771.943,14</b>
<b>TOTAL</b>	<b>30.800.580.863,00</b>	<b>34.561.378.954,00</b>	<b>20.588.607.010,86</b>	<b>15.820.590.490,38</b>	<b>15.820.590.490,38</b>	<b>13.972.771.943,14</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>6.857.269.113,11</b>	<b>1.398.746.576,98</b>	<b>1.190.524.493,30</b>	<b>1.187.097.148,66</b>	<b>6.644.639.096,60</b>	<b>424.279.444,83</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	358.525,38	256.983,27	256.983,27	-	101.542,11
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	6.857.269.113,11	1.398.388.051,60	1.190.267.510,03	1.186.840.165,39	6.644.639.096,60	424.177.902,72
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>9.924.860.051,67</b>	<b>7.400.114.192,32</b>	<b>6.825.083.421,75</b>	<b>6.814.661.474,01</b>	<b>102.835.738,54</b>	<b>10.407.477.031,44</b>
Investimentos	9.924.860.051,67	3.255.813.645,64	2.680.782.875,07	2.670.360.927,33	102.835.738,54	10.407.477.031,44
Inversões Financeiras	-	4.144.300.546,68	4.144.300.546,68	4.144.300.546,68	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>16.782.129.164,78</b>	<b>8.798.860.769,30</b>	<b>8.015.607.915,05</b>	<b>8.001.758.622,67</b>	<b>6.747.474.835,14</b>	<b>10.831.756.476,27</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>801.861,45</b>	<b>8.990.579,48</b>	<b>2.513.380,04</b>	<b>159.851,49</b>	<b>7.119.209,40</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	4.563,23	4.563,23	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 11/03/2016 PÁGINA 11

SUBTÍTULO 56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	801.861,45	8.986.016,25	2.508.816,81	159.851,49	7.119.209,40
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>91.500.040,44</b>	<b>74.716.642,88</b>	<b>35.649.167,08</b>	<b>84.328,43</b>	<b>130.483.187,81</b>
Investimentos	91.500.040,44	74.716.642,88	35.649.167,08	84.328,43	130.483.187,81
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>92.301.901,89</b>	<b>83.707.222,36</b>	<b>38.162.547,12</b>	<b>244.179,92</b>	<b>137.602.397,21</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 11/03/2016	PÁGINA 21
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>486.182.637,40</b>		<b>- Despesas Orçamentárias</b>	<b>20.588.607.010,86</b>	-
<b>Ordinárias</b>	<b>488.663.564,72</b>		<b>Ordinárias</b>	<b>11.447.106.842,39</b>	-
<b>Vinculadas</b>	<b>532,81</b>		<b>Vinculadas</b>	<b>9.141.500.168,47</b>	-
Educação			Educação		-
Seguridade Social (Exceto RGPS)			Seguridade Social (Exceto RGPS)		-
Operação de Crédito			Operação de Crédito	9.137.141.091,35	-
Alienação de Bens e Direitos			Alienação de Bens e Direitos		-
Transferências Constitucionais e Legais			Transferências Constitucionais e Legais		-
Previdência Social (RGPS)			Previdência Social (RGPS)		-
Doações			Doações		-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	532,81		Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	4.359.077,12	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos			Outros Recursos Vinculados a Fundos		-
Demais Recursos			Demais Recursos		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-2.481.460,13				
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>48.105.389.653,20</b>		<b>- Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>25.752.221.194,91</b>	-
Resultantes da Execução Orçamentária	29.779.476.717,89		Resultantes da Execução Orçamentária	15.384.519.728,95	-
Cota Recebida	15.331.253.609,18		Cota Concedida		-
Repasse Recebido	4.262.588,15		Repasse Concedido	939.766.633,15	-
Sub-repasse Recebido	14.441.502.451,16		Sub-repasse Concedido	14.441.502.451,16	-
Recursos Arrecadados - Recebidos			Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos - Baixa	1.525.793,21		Valores Diferidos - Baixa	1.525.793,21	-
Valores Diferidos - Inscrição			Valores Diferidos - Inscrição		-
Correspondência de Débitos			Correspondências de Créditos		-
Cota Devolvida			Cota Devolvida	1.724.851,43	-
Repasse Devolvido	932.276,19		Repasse Devolvido		-
Sub-repasse Devolvido			Sub-repasse Devolvido		-
Independentes da Execução Orçamentária	18.325.912.935,31		Independentes da Execução Orçamentária	10.367.701.465,96	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	18.316.691.364,01		Transferências Concedidas para Pagamento de RP	9.874.067.550,17	-
Demais Transferências Recebidas	6.740.111,17		Demais Transferências Concedidas	2.555.141,63	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.481.460,13		Movimento de Saldos Patrimoniais	491.078.774,16	-
Movimentações para Incorporação de Saldos			Movimentações para Incorporação de Saldos		-
Aporte ao RPPS	-		Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-		Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>4.768.195.595,76</b>		<b>- Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>8.082.436.297,78</b>	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	38.162.547,12	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	4.768.016.520,48		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	8.001.758.622,67	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	133.506,94		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	134.320,83	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	45.568,34		Outros Pagamentos Extraorçamentários	42.380.807,16	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		-
Restituições a Pagar			Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos			Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	42.380.807,16	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	----------------------------------------------------------------

SUBTÍTULO	56000 - MINISTERIO DAS CIDADES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	-------------------------------------------------------

ORGAO SUPERIOR	
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade			- Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial			- Variação Cambial		-
Valores para Compensação			- Valores Compensados		-
Valores em Trânsito			- Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX			- Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão			- Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos	45.568,34				
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>1.103.146.530,97</b>		<b>- Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>39.649.913,78</b>	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.103.146.530,97		- Caixa e Equivalentes de Caixa	39.649.913,78	-
<b>TOTAL</b>	<b>54.462.914.417,33</b>		<b>- TOTAL</b>	<b>54.462.914.417,33</b>	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	----------------------------------------------------------------

EMISSÃO 11/03/2016	PÁGINA 21
-----------------------	--------------

SUBTÍTULO	56000 - MINISTERIO DAS CIDADES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	-------------------------------------------------------

ORGAO SUPERIOR	
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>50.575.549.322,8</b>	-
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>398,44</b>	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	398,44	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>1.297.723,62</b>	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.012.576,43	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	285.147,19	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>48.109.669.161,5</b>	-
Transferências Intragovernamentais	48.107.517.933,8	-
Transferências Intergovernamentais	1.976.600,00	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	174.627,76	-
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>1.924.182.688,51</b>	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.924.182.688,51	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>540.399.350,69</b>	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 11/03/2016	PÁGINA 31
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	56000 - MINISTERIO DAS CIDADES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	540.399.350,69	-
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>40.202.476.167,1</b>	<b>-</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>50.935.288,26</b>	<b>-</b>
Remuneração a Pessoal	35.709.857,26	-
Encargos Patronais	6.451.868,89	-
Benefícios a Pessoal	3.355.046,06	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	5.418.516,05	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>23.929,62</b>	<b>-</b>
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	17.494,87	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	6.434,75	-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>61.067.011,00</b>	<b>-</b>
Uso de Material de Consumo	218.780,56	-
Serviços	60.848.230,44	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>25.926.488.004,2</b>	<b>-</b>
Transferências Intragovernamentais	25.754.175.442,3	-
Transferências Intergovernamentais	172.304.417,00	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	8.144,92	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>2.034.397.669,28</b>	<b>-</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	1.990.875.056,43	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---------------------------------------------------------

SUBTÍTULO	56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	-------------------------------------------------------

ORGAO SUPERIOR	
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
Desincorporação de Ativos	43.522.612,85	-
<b>Tributárias</b>	<b>112,00</b>	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	112,00	-
Contribuições	-	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>12.129.564.152,7</b>	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	98.840,43	-
Subvenções Econômicas	12.113.229.344,3	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	16.235.967,92	-
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>10.373.073.155,7</b>	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2015	2014





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---------------------------------------------------------

EMISSÃO 11/03/2016	PÁGINA 21
-----------------------	--------------

SUBTÍTULO	56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	-------------------------------------------------------

ÓRGÃO SUPERIOR	
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>7.548.043.655,55</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>48.591.751.365,88</b>	<b>-</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>486.182.637,40</b>	<b>-</b>
Receita Tributária	-	-
Receita de	-	-
Contribuições Receita Patrimonial	211,92	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	186,52	-
Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	486.182.238,96	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	<b>48.105.568.728,48</b>	<b>-</b>
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>133.506,94</b>	<b>-</b>
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	48.105.389.653,20	-
Transferências Financeiras Recebidas	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	45.568,34	-
Demais Recebimentos	<b>-41.043.707.710,33</b>	<b>-</b>
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-12.219.373.608,31</b>	<b>-</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-3.809.142,34	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-17.494,87	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---------------------------------------------------------

EMISSÃO 11/03/2016	PÁGINA 31
-----------------------	--------------

SUBTÍTULO	56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	-------------------------------------------------------

ORGAO SUPERIOR	
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-112.724,87	-
Urbanismo	-91.848.852,34	-
Habitação	-1.554.188,32	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-634.607,79	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-12.121.396.597,78	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-3.029.597.779,12</b>	-
Intergovernamentais	-3.022.125.887,98	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-824.394.933,57	-
A Municípios	-2.197.730.954,41	-
Intragovernamentais	-6.135.184,99	-
Outras Transferências Concedidas	-1.336.706,15	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-25.794.736.322,90</b>	-
Dispêndios Extraorçamentários	-134.320,83	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-25.752.221.194,91	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-42.380.807,16	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-8.611.540.272,74</b>	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-
<b>Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos</b>	-	-
<b>Outros Ingressos de Investimentos</b>	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 10/03/2016 PAGINA 11

SUBTÍTULO 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
<b>DESEMBOLSOS</b>		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-8.611.540.272,74	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-344.310,02	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-8.587.789.436,73	-
	-23.406.525,99	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	-1.063.496.617,19	-
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	1.103.146.530,97	-
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	39.649.913,78	-